

CONCORRÊNCIA

001/2026

CONTRATANTE (UASG)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES – CISALV - 927658

OBJETO

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.472.970,02 (um milhão quatrocentos e setenta e dois mil novecentos e setenta reais e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixar o APP Compras.gov.br
e apresentar sua proposta



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DO TERMO DE CONTRATO	18
10. DOS RECURSOS	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22





**EDITAL DE CONCORRÊNCIA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES – CISALV**

CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº30/2025)

Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes – CISALV portador do CNPJ nº 02.334.933/0001-40, sediado na Rua Vice Prefeito Antônio Alves da Lima, nº1 135, Bairro Centro, em Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, registrado como Unidade de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal – UASG sob o nº 927658, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como fides e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;





2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição: (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário) TC-021.605/2012-2. Natureza: Representação. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescopa. Interessado: Tribunal de Contas da União. **SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. GRUPO DE TRABALHO CRIADO PARA AVALIAR A LEGALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP EM CERTAMES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. DESVIRTUAMENTO DA FORMA DE RELACIONAMENTO COM PODER PÚBLICO PREVISTA NA LEI N. 9.790/1999. QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. CIÊNCIA AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.** 1. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria.

2.6.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio; considerando que é ato discricionário da Administração diante de avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da





contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se houver, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso III do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;





- 4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.20. Caso o licitante deixe de anexar o arquivo contendo a Proposta ou parte dela serão analisadas tão somente as informações registradas do Sistema Eletrônico do Portal de Compras Governamentais referente





ao item da Proposta, caso o registro traga todas as informações solicitadas no Edital referente a Proposta prévia, o registro poderá ser admitido como Proposta, assegurado ao Pregoeiro o direito de rejeitá-la caso não possua todas as informações solicitadas neste Edital.

4.21. Não será reconhecida a desistência de valor ofertado em lance ou Proposta, sem que haja demonstração fundamentada do motivo ou fato superveniente, não cabendo a simples solicitação infundada.

4.22. Não serão aceitos documentos de habilitação e propostas informados na forma de links de acesso em nuvem, considerando a necessidade de integridade das informações, haja vista que links de acesso podem eventualmente ser desativados ou adulterados.

4.23. Somente serão reconhecidos documentos de habilitação e proposta que estejam em formato: DOC, DOCX, Documento Word, PDF, ZIP, JPG, JPEG, PNG, BMP, TIF e TIFF.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total dos itens da planilha;

5.1.2 Quantidade cotada, devendo respeitar exatamente a quantidade fixada neste Edital;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.





- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Ao final da fase de lances, quando for o caso, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.





- 6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 6º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 6.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;





- 6.22.2 empresas brasileiras;
- 6.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, inclusive a planilha orçamentária de custos e o cronograma físico e financeiro dentre outros que possam ser solicitados pelo serviço de engenharia.

6.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sica1;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e





- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.10.1 contiver vícios insanáveis;
- 7.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;





- 7.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.13. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.13.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 7.13.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 7.13.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.14. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.14.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - b. seguro-garantia;
 - c. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - d. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
 - 7.14.2. Caso o vencedor opte pela garantia por caução em dinheiro, o saldo financeiro será depositado em conta de titularidade do Consórcio.
- 7.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.16. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos





custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.16.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.16.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.16.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.16.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.22. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.23. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.24. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo





segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Para fins de habilitação será consultado o Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais CADIM e o Cadastro de Fornecedores Impedidos – CAFIMP do Estado de Minas Gerais considerando tratar-se a respectiva contratação envolver recursos federais.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.





8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sical e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sical serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sical ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.





8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência de registro no CadIn constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;





- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de link especialmente criado e divulgado para esta finalidade, quando for o caso.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. fraudar a licitação;
- 11.1.6. comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;





- 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 5% a 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 10 % a do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à





imediate perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Cneis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021), sem prejuízo dos demais registros inclusive no SICAF.

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.





12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, ou seja, até as 23:59 horas do dia 27/02/2026.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Portal de Compras Governamentais no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: pregao@cisalv.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada das 08 às 17h em dias úteis de funcionamento do CISALV, no endereço: Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, na Seção de Licitações.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 12.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro exclusivamente para o e-mail: pregao@cisalv.mg.gov.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no endereço indicado no Edital, ou seja, até as 23:59 horas do dia 27/02/2026.
- 12.7. Caso o pedido de esclarecimentos ou a impugnação sejam recebidos fora do período estipulado nos itens 10.3 e 10.6, os mesmos serão registrados como mera informação, não tendo o Pregoeiro nenhuma obrigação de respondê-los, podendo caso a dúvida ou alegação seja relevante, analisar o mérito e emitir comunicado sobre a matéria em campo específico de comunicações aos licitantes no Portal de Compras Governamentais, bem como encaminhar a manifestação para avaliação da Autoridade competente.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico: <https://www.cisalv.mg.gov.br>, e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barbacena – MG e-DOB, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, na Seção de Licitações, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.11. É dever do Licitante acompanhar a sessão pública durante toda a sua execução, portanto nas hipóteses em que o Pregoeiro iniciar conversa com licitante para tratar de assuntos referentes à tramitação da Sessão Pública no Chat Oficial do Portal de Compras Governamentais, será concedido ao licitante o prazo de até 05 (cinco) minutos para resposta, a ausência de manifestação de resposta do licitante no respectivo Chat importará na decadência de seu direito e na presunção de desinteresse, estando sujeito a desclassificação parcial ou integral de sua Proposta e Habilitação.

13.12. Em caso de divergência entre o descrito no Termo de Referência e o descrito no Sistema de compras governamentais, prevalecem as descrições e unidades de medida contidas no Termo de Referência, sendo este parte integrante do Edital.

13.13. A publicação dos demais atos deste Pregão se darão no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras e no PNCP, cabendo ao licitante acompanhá-los, não sendo cabida a alegação de desconhecimento de atos lá publicados.

13.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.14.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 13.14.1.1. Primeiro Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 13.14.1.2. Segundo Apêndice do Anexo I – Projeto Básico
 - 13.14.1.3. Terceiro Apêndice do Anexo I – Mapa de Riscos
- 13.14.2. ANEXO II – Minuta do Contrato

Ressaquinha, 09 de fevereiro de 2026.

CARLOS HENRIQUE MACHADO
Secretário Executivo do CISALV
(Assinado Digitalmente)





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA, EXCETO TIC.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES - CISALV

(Processo Administrativo nº 30/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de obra, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados do(a) da data da última assinatura digital válida do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade foram pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Página 1 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: 08/2/2025



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

Página 446



Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não será exigida garantia contratual da execução, exceto na hipótese em que a proposta do licitante vencedor for inferior à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que neste caso, a contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta.

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo a parte adjudicatária deverá apresentá-la, na forma estabelecida no contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17:00 horas, exceto finais de semana e feriados na sede do CISALV situado a Rua Vice-Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Ressaquinha, Minas Gerais, CEP: 38.270-000, podendo ser agendada junto a Diretoria de Obras Públicas do CISALV no e-mail engenharia.cisalv@gmail.com ou pelo telefone (32) 3341-1235.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.12. Para a adequada execução dos serviços contratados, fica facultado ao fornecedor possuir ou, se assim entender necessário, instalar escritório com estrutura administrativa mínima no município de Ressaquinha/MG, observadas as necessidades operacionais da execução contratual e as razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:





5.1.1 O início da execução dar-se-á no prazo de até 10 (dez) dias, contados da última assinatura válida do contrato, ocasião em que será emitida a respectiva Ordem de Serviço, a qual será encaminhada ao fornecedor por meio dos canais informados em sua proposta.

5.1.2 O prazo de execução da obra é de 12 (doze) meses.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, 135, Centro, Ressaquinha -MG, CEP: 36.270-000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: o horário de funcionamento do CISALV é de 07:00h às 17:00h, podendo ser realizado o serviço no horário comercial, e se caso for necessário, desde que devidamente comunicado ao fiscal do contrato, em outros horários, inclusive finais de semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução dos serviços deverá ser planejada e realizada de modo a não interferir, interromper ou prejudicar o regular funcionamento das atividades administrativas do Consórcio, bem como o ambiente de trabalho dos empregados públicos e colaboradores que atuam no local.

5.3.2 Caberá à contratada adotar todas as medidas necessárias para minimizar impactos operacionais, tais como organização do canteiro, controle de ruídos, poeira, circulação de materiais e pessoas, bem como o cumprimento de horários previamente acordados com a fiscalização.

5.3.3 Eventuais intervenções que possam gerar impacto temporário nas rotinas de trabalho deverão ser previamente comunicadas e autorizadas pela fiscalização, sem prejuízo do funcionamento das atividades essenciais do Consórcio.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as características elencadas no Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico e seus respectivos anexos que integram esse termo de referência.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim a saber: engenharia@cisalv.mg.gov.br e engenharia.cisalv@gmail.com.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado poderá designar formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da prestação do serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual contemplará a realização de Medições periódicas mensais a fim de se verificar o cumprimento dos prazos avençados no Cronograma Físico Financeiro.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4 poderá emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6 poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de "Boletim de Medição" para aferição da qualidade e da quantidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A aferição execução fins considerará seguintes critérios:





7.3.1. Os quantitativos de serviços/fornecimentos executados referente à Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico e Financeiro de forma concomitante, ambos anexos do Projeto Básico que compõe o Anexo II deste Termo de Referência;

7.3.2. A qualidade dos serviços e materiais deverão ser compatíveis com as disposições da Planilha Orçamentária anexa do Projeto Básico que compõe o Anexo II deste Termo de Referência;

Recebimento

7.3. Por período não superior à 01 (uma) vez ao mês, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

7.5. Será permitido o recebimento de etapas sequenciais em prazo de execução inferior ao estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, desde que concluídas as etapas anteriores, e que a execução da última etapa tenha sido realizada em sua integralidade.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período/evento de faturamento o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.





7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa conforme seção anterior.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste





7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICOR do mês julho do ano de 2025.

7.37. Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC ou considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICOR do mês julho do ano de 2025, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:





8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 29% (vinte e nove por cento) do valor total do contrato.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 28% (vinte e oito por cento) do valor da contratação da parcela inadimplida.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 28% (vinte e oito por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 27% (vinte e sete por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada integral.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, 83º, da Lei nº 14.133/2021);

9.4.1 Composição de BDI; e

9.4.2. Cronograma físico e financeiro em compatibilidade com o prazo global de execução da obra estabelecido.





Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Lei nº 14.133, de 2021, art. 89, caput, inciso II.

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo ou capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 85, 81º).

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Atestado de vistoria ou, em caso de sua não realização, declaração formal, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, devendo constar expressamente a indicação do(s) responsável (is) técnico(s) da empresa.





9.32.1. Apresentação de documento do responsável técnico pela empresa que comprove sua vinculação a mesma, sendo ele engenheiro ou arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, com quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40% dos quantitativos licitados, para os serviços de:

ED-50850 VIGA DE 0,21 A 0,35 M DE LARGURA EM CONCRETO 20MPa, APARENTE, ARMAÇÃO, FÔRMA PLASTIFICADA, ESCORAMENTO E DESFORMA (46,85m³) - 40% = 18,74m³

ED-50848 LAJE 10 CM MACIÇA DE CONCRETO 20 MPa, COM ARMAÇÃO, FÔRMA RESINADA, ESCORAMENTO E DESFORMA (365,80m³) - 40% = 146,32m³

ED-50842 PILAR EM CONCRETO APARENTE 20 MPa, INCLUSIVE ARMAÇÃO, FÔRMA PLASTIFICADA E DESFORMA (18,96m³) - 40% = 7,58m³

ED-50763 REBOCO COM ARGAMASSA, TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COMP REPARO MECANIZADO, EXCLUSIVE CHAPISCO (1.583,63m³) - 40% = 633,45m³

9.32.2. Serão admitidos atestados de Capacidade Técnica Profissional com experiência em execução e/ou fiscalização;

9.32.3. Serão admitidos atestados de Capacidade Técnica de profissionais diversos, desde que todos sejam contemplados como responsáveis técnicos da empresa licitante, vedado o acúmulo de atestados de responsáveis técnicos para preenchimento do percentual mínimo do mesmo item;

9.32.4. Os atestados deverão estar em nome do Engenheiro/Arquiteto comprovado como Responsável técnico do licitante, e deverão possuir Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada no CRE/CAU.

9.32.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos que poderão serem solicitados pelo Pregoeiro.

9.32.7. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.32.8. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Não será permitido

9.39. Será vedada a participação de Consórcios, considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e considerando que existem no suficiente mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" na Licitação.

9.40. Será vedada a participação de Cooperativas, pois segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, o que pode se caracterizar na execução do objeto em tela.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.472.970,02 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2026:

01.01.08.10.302.0003.1016.4.4.90.51.00

12. DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

12.1. O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

13. DA PADRONIZAÇÃO E DO PARCELAMENTO.





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES**

13.1. Para a aquisição/prestação de serviço não será aplicado o princípio da padronização considerando ainda não ter sido realizado no CISALV estudos que apontam a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho do presente objeto.

11.1. Também não será aplicado o princípio do parcelamento tendo em vista que a empreitada integral com critério de julgamento por menor valor global se mostra mais vantajosa economicamente, conforme ampla justificativa constante nos Estudos Técnicos Preliminares.

14. DO USO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO

14.1. De acordo com o Decreto nº 40/2022 que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISALV e dá outras providências em especial na seção V que trata do catálogo eletrônico de padronização de compras no artigo 8º ficou determinado o uso dos catálogos CATMAT E CATSER no âmbito do CISALV, sendo utilizado em todos os procedimentos realizados pelo consórcio.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Ressaquinha, 28 de janeiro de 2026.

Márcia da Silva dos Santos
GERENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO CISALV

Página 16 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: 08/2/2025



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

Página 461

CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES-MG

Estudo Técnico Preliminar 35/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 30/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto das Vertentes – CISALV, com sede no município de Ressaquinha/MG, foi contemplado por meio da Resolução SES/MG nº 9.043, de 03 de outubro de 2023, a qual dispõe sobre o repasse de recursos financeiros destinados ao fortalecimento da estrutura física e operacional dos consórcios públicos de saúde no âmbito do SUS/MG.

2.2. Em conformidade com os objetivos desta política pública, o CISALV apresenta a presente demanda com vistas à aquisição de equipamentos médico-hospitalares e intervenções estruturais em sua sede, com foco na qualificação dos serviços ofertados à população dos municípios consorciados e na ampliação da capacidade instalada de atendimento ambulatorial e diagnóstico.

2.3. Os recursos serão aplicados na aquisição de um tomógrafo computadorizado e de um mamógrafo digital, equipamentos de alta relevância para a regionalização da assistência especializada e para o fortalecimento da oferta de exames de média e alta complexidade no território. Estes investimentos permitirão maior resolutividade local, redução de filas de espera e minimização da regulação de acesso, contribuindo diretamente para a integralidade do cuidado.

2.4. Paralelamente, será realizada a ampliação da estrutura física existente, com a construção de novos ambientes administrativos, salas técnicas específicas para instalação dos equipamentos adquiridos, bem como a implantação de um auditório para fins institucionais e formativos, salas de reunião, e sanitários acessíveis, em conformidade com a legislação sanitária, normativas de acessibilidade e diretrizes da Rede de Atenção à Saúde, cujo qual é o objetivo desse estudo.

2.5. Dessa forma, a presente solicitação visa atender às diretrizes estabelecidas, contribuindo para a ampliação do acesso, a qualificação da atenção à saúde e o fortalecimento da gestão consorciada, em consonância com os princípios do SUS e as políticas públicas de saúde vigentes no Estado de Minas Gerais.

- Ampliação da oferta regional de exames de imagem em unidades públicas e consorciadas;
- Fortalecimento dos fluxos regionais de acesso ao diagnóstico e tratamento especializado;
- Investimento na estrutura física e organizacional dos consórcios públicos de saúde para ganho de eficiência e resolutividade.

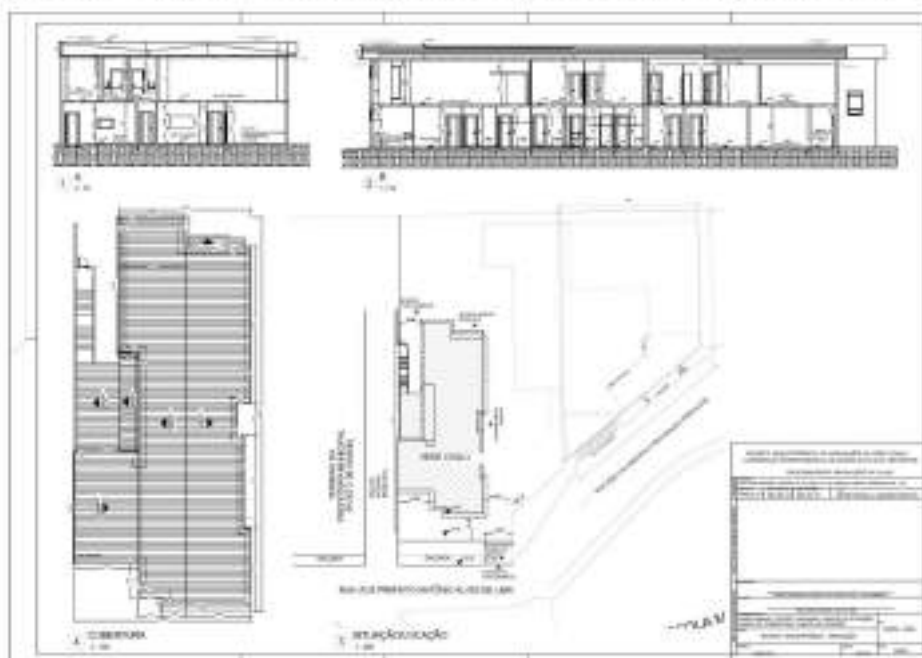
2.6. A fim de demonstrar claramente o local de execução dos serviços, de forma a robustecer a descrição da necessidade, apresentamos fotografia contendo imagem detalhada da área atualmente edificada. A construção compreende um segundo pavimento em prédio já existente e um anexo lateral com dois novos pavimentos.







2.7. À seguir apresenta-se levantamento feito pelo Serviço de Engenharia do CISALV com a clara indicação geográfica da pretendida do imóvel:



2.8. A versão com resolução de imagem superior poderá ser conferida no Anexo deste ETP.

2.9. Comprovante de titularidade do imóvel, Matrícula 21733, 2º Ofício de Registro e Imóveis de Barbacena MG Livro 2



3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência Assistencial	Marcia da Silva dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.0. Esse capítulo tem por finalidade apresentar quais são os requisitos indispensáveis de que o objeto a ser contratado deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa.

4.1. Execução dos serviços previstos nos anexos do ETP, respeitando rigorosamente as informações contidas nas Plantas baixas, de forma a executar os serviços respeitando-se as legislações e orientações da fiscalização;

4.2. Obedecer aos quantitativos elencados nas planilhas orçamentária de forma a executar o serviço em sua plenitude, com todas as etapas construtivas sendo obedecidas;

4.3. Deve ser selecionada a empresa podendo ser estabelecido o quadro técnico mínimo com capacidade para a execução dos serviços, podendo se estabelecer também os atestados técnicos dos profissionais que ela dispõe, de forma a atenderem eventuais requisitos mínimos estabelecidos;

4.4. Não será admitida a subcontratação para nenhum dos itens da execução dos serviços.

5. Critérios de Sustentabilidade

5.1. Observar-se-á as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na legislação em vigor inclusive ambientais;

5.2. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Código de Posturas do Município de Ressaquinha devendo atender também às exigências e determinações do órgão ambiental competente;

5.3. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá ser providenciada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;

b. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

5.3.1. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

5.4. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 302, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

5.5. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

5.6. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;



6. Levantamento de Mercado

6.1. O tipo de serviço de engenharia que se pretende contratar é bastante comum no mercado nacional, havendo diversas empresas de engenharia aptas a participarem dos pregões para a sua contratação. Tendo em vista o exposto, e considerando-se que o tipo de solução para a obtenção do resultado esperado é a contratação de empresa de engenharia, com capacidade técnica e econômica comprovada, conclui-se que a realização de concorrência oferece a possibilidade da obtenção da maior vantagem para o Consórcio.

6.2. O levantamento de mercado é uma etapa essencial para a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, com o objetivo de identificar as melhores opções para atender às necessidades da administração pública. Esta fase envolve a pesquisa sobre contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, a fim de verificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam ser aplicadas ao projeto em questão, de modo a otimizar os resultados e atender aos requisitos de qualidade e eficiência estabelecidos. Entretanto, no caso da obra que se pretende construir, é importante destacar que existem exigências específicas que devem ser respeitadas, conforme estabelecido pela Resolução SES nº 9.043/2023. Assim, devido à natureza específica do projeto e às diretrizes contidas na resolução, não é viável realizar uma comparação direta com outras soluções ou inovações disponíveis no mercado. A obra em questão não permite a avaliação de alternativas metodológicas, uma vez que já há regras e requisitos claros a serem seguidos. Além disso, o projeto também deve atender a normativas técnicas de engenharia vigentes, bem como às exigências da Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal. Essas exigências regulamentares são de suma importância para garantir que a infraestrutura atenda a todos os critérios de segurança e funcionalidade, visando sempre a proteção e o bem-estar da população. Outras regulamentações, como as expedidas pela ANVISA ou outras normas sanitárias, também devem ser observadas de forma rigorosa, o que reforça a necessidade de seguir as orientações já estabelecidas, sem a possibilidade de flexibilização ou busca por alternativas externas.

6.3. Em somatório, serão realizados serviços específicos dentro do mesmo processo, que devem ser executados conforme normas específicas:

- ABNT NBR 6118:2023 – Projeto de estruturas de concreto — Procedimento
- ABNT NBR 6120:2019 – Cargas para o cálculo de estruturas de edificações
- ABNT NBR 14931:2004 – Execução de estruturas de concreto — Procedimento
- ABNT NBR 12655:2015 – Concreto de cimento Portland — Preparo, controle e recebimento
- ABNT NBR 7480:2020 – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado — Especificação
- ABNT NBR 8214:2019 – Projeto de alvenaria de vedação com blocos cerâmicos
- ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão
- ABNT NBR 14039:2005 – Instalações elétricas de média tensão
- ABNT NBR 13570:2011 – Instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde
- ABNT NBR 5419:2015 – Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)
- ABNT NBR 5626:2020 – Instalação predial de água fria
- ABNT NBR 8160:2020 – Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução
- ABNT NBR 10844:1989 – Instalações prediais de águas pluviais
- ABNT NBR 15527:2022 – Aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis
- ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
- BNT NBR 13755:2017 – Revestimento de paredes com placas cerâmicas
- ABNT NBR 13818:1997 – Placas cerâmicas para revestimento — Especificação
- ABNT NBR 9575:2010 – Impermeabilização — Seleção e projeto
- ABNT NBR 15575-3:2021 – Requisitos para pisos e sistemas de vedação vertical

Acrescenta-se que a descrição do item na planilha orçamentária e no memorial descritivo são regulamentares e de suma importância para garantir que a infraestrutura atenda a todos os critérios de segurança e funcionalidade.

6.4. Diante desse contexto, não há necessidade de realizar consultas públicas, audiências ou diálogos transparentes com potenciais contratadas para coleta de contribuições sobre metodologias e tecnologias alternativas. Isso se justifica pelo fato de que as normas já estabelecidas são suficientes para garantir a adequação da obra às exigências legais e técnicas, dispensando a exploração de novas alternativas que possam ser aplicadas a projetos



genéricos. Portanto, o levantamento de mercado neste caso não se configura como uma etapa de exploração de inovações ou alternativas, mas sim como uma fase de confirmação de que os requisitos técnicos e normativos estão sendo plenamente atendidos, garantindo o cumprimento das regulamentações estaduais e federais pertinentes ao projeto.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. O Memorial Descritivo do Serviço de Engenharia detalha as descrições das soluções e está presente no Anexo III deste ETP;

7.1.1. **Objetivo da Obra:** visa atender às diretrizes estabelecidas na resolução SES/MG nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, contribuindo para a ampliação do acesso, a qualificação da atenção à saúde e o fortalecimento da gestão consorciada, em consonância com os princípios do SUS e as políticas públicas de saúde vigentes no Estado de Minas Gerais.

- Ampliação da oferta regional de exames de imagem em unidades públicas e consorciadas;
- Fortalecimento dos fluxos regionais de acesso ao diagnóstico e tratamento especializado;
- Investimento na estrutura física e organizacional dos consórcios públicos de saúde para ganho de eficiência e resolutividade.

7.1.2. **Escopo e Dimensões:** Serão realizados serviços de estruturas de concreto armado, de estrutura metálica, instalações de esgoto, instalações pluviais, instalações elétricas, instalações de água fria, pisos, forros, acabamentos, esquadrias e louça no imóvel.

7.1.3. **Requisitos Normativos e Regulamentações:** Resolução SES nº 9.043/2023, Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 02 de outubro de 2023, **ABNT NBR 6118:2023** – Projeto de estruturas de concreto — Procedimento **ABNT NBR 6120:2019** – Cargas para o cálculo de estruturas de edificações. **ABNT NBR 14931:2004** – Execução de estruturas de concreto — Procedimento **ABNT NBR 12655:2015** – Concreto de cimento Portland — Preparo, controle e recebimento **ABNT NBR 7480:2020** – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado — Especificação **ABNT NBR 8214:2019** – Projeto de alvenaria de vedação com blocos cerâmicos **ABNT NBR 5410:2004** – Instalações elétricas de baixa tensão **ABNT NBR 14039:2005** – Instalações elétricas de média tensão **ABNT NBR 13570:2011** – Instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde **ABNT NBR 5419:2015** – Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) **ABNT NBR 5626:2020** – Instalação predial de água fria **ABNT NBR 8160:2020** – Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução **ABNT NBR 10844:1989** – Instalações prediais de águas pluviais **ABNT NBR 15527:2022** – Aproveitamento de água de chuva para fins não potáveis **ABNT NBR 9050:2020** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos **ABNT NBR 13755:2017** – Revestimento de paredes com placas cerâmicas **ABNT NBR 13818:1997** – Placas cerâmicas para revestimento — Especificação **ABNT NBR 9575:2010** – Impermeabilização — Seleção e projeto **ABNT NBR 15575-3:2021** – Requisitos para pisos e sistemas de vedação vertical

7.1.4. **Prazo e Etapas da Execução:** Execução de obra prevista conforme cronograma físico financeiro de 12 meses, com sua divisão no seguintes grupos: ADMINISTRAÇÃO LOCAL, SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÕES E TRABALHOS EM TERRA, ESTRUTURAS DE COBERTURA, ALVENARIAS, ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, ELÉTRICA, INSTALAÇÕES DE REDE, PISOS E FORROS, ESQUADRIAS E ACABAMENTOS, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, LOUÇAS E METAIS.

7.2. A empreitada integral se mostra mais vantajosa considerando tratar-se de contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

7.3. A contratação de particular para a execução da Obra em regime de empreitada integral, se mostra altamente vantajosa ao interesse público da contratação ora almejada, considerando:

a. A empreitada por preço unitário e a empreitada por preço global não se mostram vantajosas considerando que não contemplam a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante, e o Consórcio não tem condições técnicas e operacionais de executar dessa forma;

b. A contratação em regime de tarefa se mostra vantajosa apenas em pequenos trabalhos por preço certo o que não se amolda ao caso concreto;

c. As contratações do tipo integrada e semi-integrada não se mostram vantajosas ao caso concreto considerando que já foi contratado serviço de engenharia especializado para a elaboração dos projetos que ficarão totalmente à cargo do Consórcio.7.4.

Essa obra será fundamental para viabilizar a plena implementação da política proposta pelo Estado de Minas Gerais de fortalecimento dos consórcios públicos de saúde, estabelecendo um novo patamar de eficiência e qualidade nos serviços prestados aos municípios que compõem o CISALV, além de atender às normas e diretrizes estabelecidas pela SES/MG para a correta operacionalização dos processos.

7.4. Portanto, após análise do Levantamento de Mercado verificou-se que a solução mais vantajosa e adequada ao presente objeto é a realização de licitação na modalidade Concorrência para formalização de contrato.

7.5. **REQUISITOS DA EMPRESA A SEREM COMPROVADOS POR DOCUMENTAÇÃO NA FASE DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO.** A divisão clara e antecipada dos documentos exigidos para a habilitação no processo licitatório é essencial para a organização e eficiência do processo. Ao estruturar esta divisão já no capítulo correspondente, busca-se facilitar a redação e compreensão do capítulo do Termo de Referência que trata da



seleção do fornecedor, garantindo maior transparência e agilidade na análise dos documentos. Ao realizar essa distinção de forma antecipada, evita-se sobrecarga de informações e contribui para que a etapa de habilitação ocorra de maneira mais fluida. Portanto os documentos a serem solicitados serão os estipulados abaixo:

7.5.1. Qualificação Técnico-Operacional: Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Justificativa: Lei nº 14.133/2021, artigo 67 inciso II.

A solicitação de comprovação tem como objetivo garantir que a empresa possua a experiência, competência técnica e capacidade operacional necessárias para executar o serviço com a complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação. Este procedimento visa preservar a integridade do processo licitatório e assegurar que os serviços a serem realizados atendam aos mais altos padrões técnicos exigidos. A comprovação da aptidão por meio de atestados ou certidões é fundamental para confirmar que a contratada possui o conhecimento e a capacidade de execução de projetos de engenharia com a mesma magnitude e exigência técnica deste serviço específico, garantindo que a contratada tenha a expertise necessária para a entrega de um serviço de qualidade, conforme os requisitos do contrato e as normativas vigentes.

7.5.2. Qualificação Técnico-Operacional: Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, devendo constar expressamente a indicação do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa.

Justificativa: Lei nº 14.133/2021, artigo 67 Incisos IV e V e artigo 58 da Lei nº 5.194/1966.

"A exigência do registro da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), especificamente no CREA-MG (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais), para participar de licitações de serviços comuns de engenharia tem como objetivo garantir que a empresa tenha a regularidade técnica necessária para executar atividades de engenharia com segurança e qualidade. O registro no CREA é obrigatório para empresas que prestam serviços de engenharia, arquitetura e urbanismo, conforme a Lei nº 5.194/1966. Essa lei regula o exercício das profissões de engenheiros e agrônomos, assegurando que os empresas e seus profissionais estejam aptos a atuar dentro da legalidade. Para participar de licitações de obras de engenharia, a empresa precisa comprovar que cumpre essa exigência legal. O registro no CREA-MG garante que a empresa tenha um responsável técnico registrado, ou seja, um profissional habilitado e devidamente registrado no Conselho, que assume a responsabilidade pela execução do projeto, supervisão da obra e pela conformidade com as normas técnicas. Isso assegura a qualidade e a segurança da obra. A exigência de registro no CREA visa assegurar que a empresa tenha a competência técnica necessária para executar as obras de engenharia conforme as normas e padrões exigidos. Isso é crucial para garantir a qualidade, segurança e eficácia do projeto. A exigência também visa a garantia de que a empresa tenha profissionais qualificados, como engenheiros e técnicos devidamente registrados e habilitados para a execução de projetos de engenharia, com um responsável técnico sempre presente, conforme a exigido pela legislação."

7.5.3. Qualificação Técnico-Profissional: Apresentação de documento do responsável técnico pela empresa que comprove sua vinculação a mesma, sendo ele engenheiro ou arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

Justificativa: Lei nº 14.133/2021, artigo 67 incisos I e artigo 59 da Lei nº 5.194/1966.

"A exigência da registro de responsável técnico no CREA-MG, sua vinculação à empresa e a apresentação de atestados de capacidade técnica visam garantir a competência profissional, a responsabilidade técnica e a qualidade da execução das obras de engenharia. O registro de um responsável técnico no CREA-MG é uma exigência fundamental porque ele é o profissional habilitado e legalmente responsável pela execução da obra ou serviço de engenharia. Isso implica que o responsável técnico tem o compromisso de assegurar que o projeto seja executado conforme as normas técnicas, regulamentações e legislação vigente, garantindo a segurança, a qualidade e a integridade da obra. O engenheiro registrado no CREA assume a responsabilidade sobre os aspectos técnicos e legais da obra, como a conformidade com as normas de segurança, eficiência e sustentabilidade, além da integridade da obra. O responsável técnico assina documentos como projetos, relatórios e vistorias, atestando que os mesmos foram elaborados e executados de acordo com as normativas da área de engenharia. A exigência de vinculação do responsável técnico à empresa é importante porque a empresa precisa comprovar que possui profissionais habilitados para responder pelos aspectos técnicos dos serviços prestados. Essa vinculação assegura que a empresa esteja legalmente habilitada para executar obras de engenharia, pois o CREA exige que uma empresa, ao prestar serviços técnicos, tenha um profissional responsável que ateste a competência técnica e a regularidade das operações. O atestado de capacidade técnica do responsável técnico é um documento que comprova a experiência e a qualificação do profissional para atuar em determinado tipo de obra ou projeto. A exigência desse atestado tem como objetivo garantir que o responsável técnico tenha a experiência prática necessária para liderar e supervisionar projetos de engenharia de porte semelhante ao que está sendo licitado. O atestado de capacidade técnica permite que a administração pública verifique se o profissional tem a experiência necessária para lidar com a complexidade do projeto ou obra. Isso é especialmente importante em licitações de obras de maior porte ou de alta complexidade técnica. O atestado também ajuda a validar que o responsável técnico tem a formação e os conhecimentos específicos necessários para a execução da obra, o que contribui para a qualidade e a segurança do projeto."

7.5.4. Qualificação Econômico-Financeira: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Apresentação da certidão negativa de fatos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Justificativa: Lei nº 14.133/2021, artigo 69 incisos II.

"A justificativa para a solicitação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, se dá no sentido de que na qualificação econômica da licitação tem como principal objetivo garantir a regularidade e a capacidade financeira da empresa



7.5.5. Qualificação Econômico-Financeira: Balanço Patrimonial: Demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. Os documentos referidos acima limitam-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, autenticada pelo fornecedor.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.4. Dentro dessas planilhas mencionadas foi quantificado o IED, que incide no preço final do orçamento as despesas indiretas da contratação. O cálculo do IED demonstrando os fatores utilizados dentro do orçamento é o seguinte:

[illegible]

9.1. A estimativa do valor fora calculada utilizando-se por base as quantidades cotadas e justificadas no item 8 deste ETP.

9.2. O orçamento foi elaborado de forma detalhada na Planilha Orçamentária, que mostra cada composição detalhada constante no Anexo deste ETP, explicitando como os preços são formados, inclusive aqueles retirados da SICOR MG - Região Leste - JULHO DE 2025 - Sem desconexão.

9.3. O valor total estimado, utilizando-se o regime de empreitada integral, é de R\$ 1.472.970,02 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta reais e dois centavos). Este valor será composto por recursos disponibilizados na Resolução SES/MG nº 9.043/2023, que financiou o montante de R\$ 913.590,00, considerando-se também a possibilidade de utilização de possíveis rendimentos. A complementação do valor será realizada com recursos próprios, após a finalização das etapas de licitação, conforme o valor a ser contratado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A opção por não parcelar a solução e realizar a contratação de um único processo licitatório para a execução dos serviços de engenharia se fundamenta em uma análise abrangente dos benefícios administrativos, operacionais e financeiros que essa abordagem oferece à administração pública. Embora os itens possam ser, tecnicamente, licitados separadamente, essa divisão não resulta em uma solução vantajosa para o interesse público. A centralização da contratação em um único processo licitatório, ao contrário, gera uma série de benefícios que justificam a unificação da execução do projeto, otimizando recursos e reduzindo custos.

10.1. Simplificação da Gestão Administrativa e Redução de Riscos

A gestão de múltiplos contratos para uma mesma obra aumenta a complexidade administrativa e o risco de erros na coordenação das atividades. A contratação de uma única empresa responsável pela execução de todos os serviços, mesmo que distintos, garante um único ponto de contato, um único cronograma e uma gestão centralizada. Com isso, a administração pública pode acompanhar de forma mais eficiente o progresso da obra, sem a necessidade de coordenar diferentes fornecedores, prazos e compromissos simultâneos. Isso resulta em uma redução substancial da carga administrativa e em maior controle sobre a execução do projeto.

10.2. Eliminação de Dispendiosos Custos Redundantes

A divisão dos serviços entre diversas empresas resultaria em custos adicionais e redundantes. A título de exemplo, os primeiros itens da planilha, que tratam dos serviços preliminares (como fornecimento e colocação de placa de obra, barracão de obra, entre outros), são fundamentais para a execução de qualquer tipo de obra. Se essas atividades forem distribuídas entre diferentes contratados, haverá um desnecessário e dispendioso custo para cada empresa, que teria que mobilizar recursos e infraestrutura própria para a realização dessas etapas, aumentando o custo total da obra. Em um único contrato, essas atividades podem ser realizadas de forma mais eficiente e econômica, com o uso compartilhado de recursos, equipamentos e mão de obra.

10.3. Sinergia Operacional e Logística

Embora as obras possam ser distintas, como pavimentação externa e reforma em locais diferentes, a execução de ambas no mesmo período permite explorar sinergias operacionais. O uso compartilhado de maquinário, pessoal especializado e logística pode reduzir custos e otimizar o cronograma de execução. A movimentação de materiais e transporte de pessoal pode ser planejada de forma integrada, aproveitando a proximidade das obras para reduzir os custos com transporte e logística. Além disso, o uso compartilhado das instalações de apoio (como barracões, escritórios e depósitos) pode ser planejado de maneira mais eficiente, maximizando a utilização dos espaços e evitando a duplicação de esforços.

10.4. Condições Comerciais Mais Vantajosas

Contratar os serviços em um único processo licitatório tende a gerar condições comerciais mais favoráveis devido ao volume total de obras a ser executado. Empresas licitantes, ao terem a visão global do projeto, podem oferecer descontos significativos ou condições de pagamento diferenciadas. Além disso, com um contrato único, o fornecedor pode otimizar sua execução, oferecendo preços mais competitivos e tornando a proposta mais vantajosa para a administração pública.

10.5. Maior Competitividade e Eficiência no Processo Licitatório

A realização de um único processo licitatório favorece a competitividade das propostas, pois permite que as empresas interessadas apresentem uma visão global do projeto e da execução das obras. Isso tende a resultar em propostas mais robustas e bem fundamentadas, já que os licitantes têm uma compreensão total das necessidades e exigências do projeto, o que possibilita a apresentação de soluções mais eficientes e inovadoras. Em vez de avaliar propostas separadas, a administração pública terá uma única análise, o que facilita a comparação entre as ofertas e assegura que o processo seja conduzido com maior clareza e transparência.

10.6. Conformidade com o Princípio da Eficiência (Lei nº 14.133/2021)

De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o princípio da eficiência deve ser observado em todas as contratações públicas. A contratação de ambos os serviços por meio de um único processo licitatório atende a esse princípio ao otimizar o uso dos recursos públicos, diminuir os custos administrativos e garantir a conclusão mais célere da obra. A centralização da contratação facilita a execução coordenada dos serviços, minimizando a sobrecarga de gestão e aumentando a eficiência operacional. Esse procedimento também pode ser visto como uma medida estratégica para promover a



agilidade no andamento das obras e o cumprimento dos prazos estabelecidos, o que, por sua vez, contribui para a redução de custos com prorrogações e ajustes contratuais.

10.7. Garantia de Execução Integrada e Qualificada

Por fim, a execução do serviço por um único fornecedor garante a qualidade e a integração dos diversos serviços a serem prestados. Quando diferentes empresas são contratadas para partes distintas do projeto, pode haver uma falta de coordenação entre as equipes, o que pode prejudicar a qualidade do serviço ou até mesmo gerar retrabalho. Com uma empresa única, a execução é mais integrada, e as diferentes fases da obra podem ser planejadas de maneira coordenada, garantindo a entrega final de qualidade superior.

10.8. Conclusão

Portanto, a centralização da contratação em um único processo licitatório não só simplifica a gestão administrativa e logística, mas também traz benefícios substanciais em termos de economia de custos, sinergia operacional, condições comerciais mais favoráveis, e maior competitividade. Além disso, essa abordagem está alinhada com o princípio da eficiência da Lei nº 14.133/2021, resultando em um melhor aproveitamento dos recursos públicos e na execução mais ágil e eficaz das obras. A divisão dos serviços entre diferentes fornecedores, embora possível, implicaria em custos redundantes e complicaria a gestão do projeto, o que não seria vantajoso para a administração pública.

Destaque-se por último, a decisão do TCU em orientação que se ajusta às especificidades deste Plano, no sentido de que “inexiste ilegalidade na realização de Pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”. Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No momento, não se vislumbra a necessidade de contratações que guardem relação direta ou afimidade com o objeto da presente contratação. No entanto, caso surjam demandas futuras que envolvam serviços correlatos ou complementares, essas contratações serão devidamente tratadas por meio de processos específicos, seguindo os limites legais e contratuais aplicáveis. Ressalta-se que qualquer necessidade futura será avaliada com base nas condições e exigências do momento, garantindo a conformidade com os princípios da legalidade, transparência e eficiência na gestão pública.

11.2. Não deverão ser feitas contratações prévias para a execução dos serviços elencados nessa contratação.

11.3. Conclui-se portanto que não existem contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação está plenamente alinhada com o planejamento da entidade e com os objetivos estabelecidos para a implementação da política de vigilância laboratorial, com o repasse de recursos estaduais por meio da Resolução nº 9.043/23 da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG). O CISAUV, ao receber esses recursos, visando a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG), instituído pela Deliberação CIBSUS /MG nº 4.371, de 20 de outubro de 2023.

12.2. A operacionalização dessa política requer, no entanto, a disponibilização de um espaço físico adequado, que atenda às especificações técnicas necessárias para atender às diretrizes estabelecidas, contribuindo para a ampliação do acesso, a qualificação da atenção à saúde e o fortalecimento da gestão consorciada, em consonância com os princípios do SUS e as políticas públicas de saúde vigentes no Estado de Minas Gerais. Isso demonstra o alinhamento entre as necessidades operacionais e os recursos financeiros disponíveis, assegurando a execução eficiente e a utilização dos recursos de maneira planejada e estratégica.

13. Resultados Pretendidos

13.1. Em síntese, o resultado pretendido com contratação ora almejada é atender às diretrizes estabelecidas na resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, contribuindo para a ampliação do acesso, a qualificação da atenção à saúde e o fortalecimento da gestão consorciada, em consonância com os princípios do SUS e as políticas públicas de saúde vigentes no Estado de Minas Gerais.

- Ampliação da oferta regional de exames de imagem em unidades públicas e consorciadas;
- Fortalecimento dos fluxos regionais de acesso ao diagnóstico e tratamento especializado;
- Investimento na estrutura física e organizacional dos consórcios públicos de saúde para ganho de eficiência e resolutividade.



13.2. Os recursos disponibilizados pela Resolução também serão aplicados na aquisição de um tomógrafo computadorizado e de um mamógrafo digital, equipamentos de alta relevância para a regionalização da assistência especializada e para o fortalecimento da oferta de exames de média e alta complexidade no território. Estes investimentos permitirão maior resolubilidade local, redução de filas de espera e otimização da regulação de acesso, contribuindo diretamente para a integralidade do cuidado.

13.3. Paralelamente, será realizada a construção de novos ambientes administrativos, salas técnicas específicas para instalação dos equipamentos adquiridos, bem como a implantação de um auditório para fins institucionais e formativos, salas de reunião, e sanitários acessíveis, em conformidade com a legislação sanitária, normativas de acessibilidade e diretrizes da Rede de Atenção à Saúde.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A autoridade competente deverá se ater à capacitar a equipe de fiscalização e gestão do contrato de forma que seus serviços possam ser executados à contento o que impactará diretamente na garantia da qualidade dos serviços executados;

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. O principal impacto ambiental da presente contratação refere-se a disposição final dos elementos a serem retirados do área, bem como na preparação do solo para a construção, dessa forma, deve ser verificado pela fiscalização os preparativos do terreno e a destinação dos elementos e a forma de disposição de cada um deles.

15.2. Deve ser assegurado que a disposição final dos resíduos da construção civil seja o local adequado, conforme as diretrizes vigentes no Município de Ressaquinha.

15.3. Além disso, deve ser assegurado que a área a ser desobstruída fique acessível para os usuários, sem restos de enlameamento ou quaisquer elementos que possam gerar acidentes.

15.4. É importante que a fiscalização aponte quaisquer irregularidades a serem sanadas pela empresa contratada, de forma a entregar os serviços de forma definitiva e sem quaisquer serviços inacabados.

15.5. Outro cuidado a ser tomado refere-se a utilização de água durante a construção e a limpeza dos elementos. Deve ser assegurado que não seja infiltrado materiais ou soluções que contaminem os aquíferos subterrâneos. Assim, a fiscalização deve estar atenta na verificação de quais materiais estão sendo utilizados para a execução dos serviços contratados.

15.6.1. Uma atenção a mais deve ser direcionada ao uso de solventes e elementos de pintura, para que eles não fluam para as redes de drenagem ou infiltrem no solo. Dessa forma, no local de utilização ou preparo desses materiais, deve ser assegurado que haja uma contenção para o caso de acidentes.

15.7. Também ligado aos serviços de pintura, deve assegurar que o local de armazenamento desse materiais esteja em condições adequadas e longe do tráfego de pessoas, a fim de se evitar acidentes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Dessa forma, a presente solicitação visa atender às diretrizes estabelecidas, contribuindo para a ampliação do acesso, a qualificação da atenção à saúde e o fortalecimento da gestão consorciada, em consonância com os princípios do SUS e as políticas públicas de saúde vigentes no Estado de Minas Gerais.

- Ampliação da oferta regional de exames de imagem em unidades públicas e consorciadas;
- Fortalecimento dos fluxos regionais de acesso ao diagnóstico e tratamento especializado;
- Investimento na estrutura física e organizacional dos consórcios públicos de saúde para ganho de eficiência e resolubilidade.



17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Diretor de Obras Públicas



Assinou eletronicamente em 08/01/2025 às 14:18:13.

MARCIA DA SILVA DOS SANTOS

Gestora Assistencial

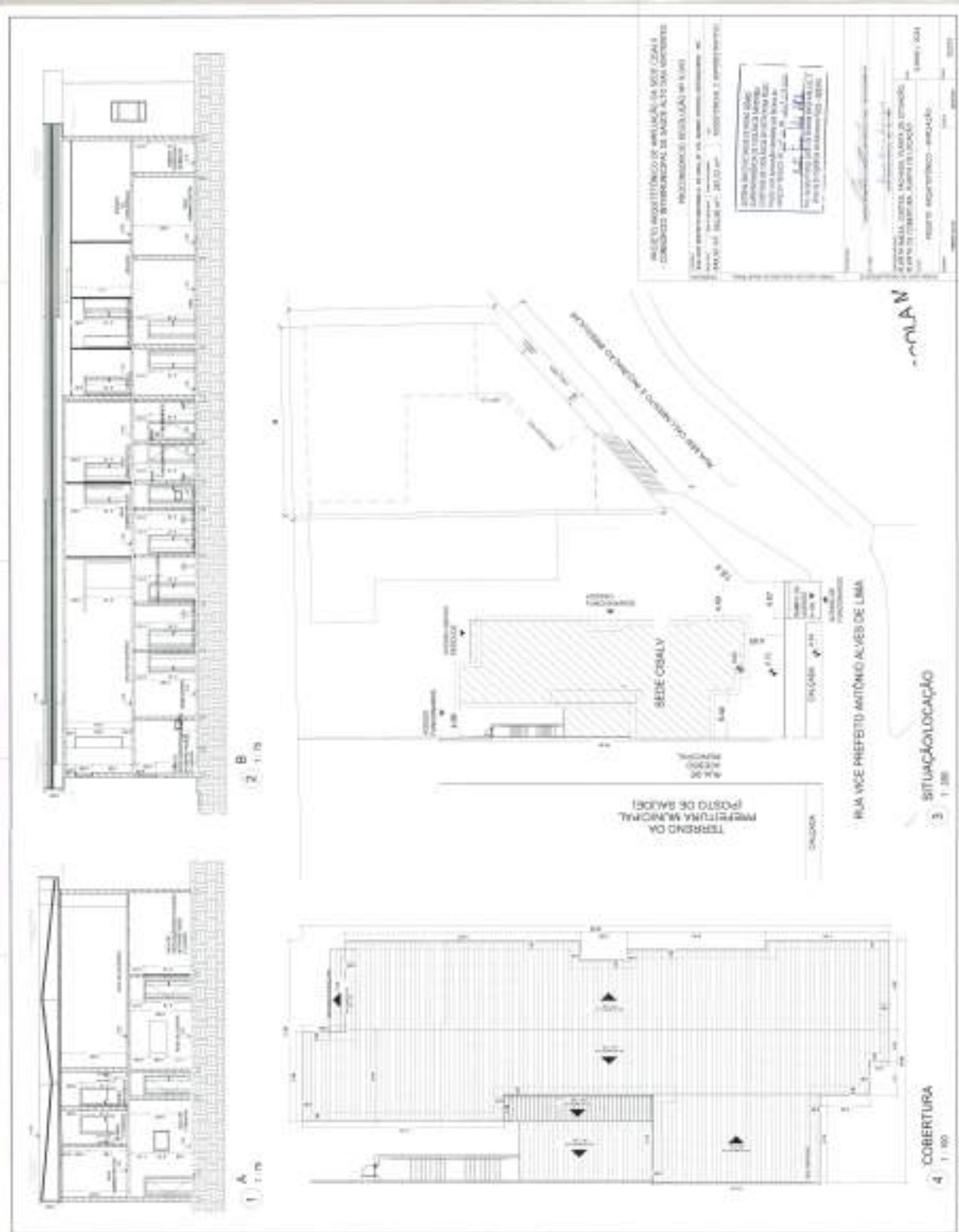


Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".xml", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Deliberação CIB-SUS-MG Nº 9043.pdf (1.05 MB)
- Anexo II - Del 4371 - SÚBR - Consórcio Investimento 03-10_v3.pdf (420.90 KB)
- Anexo III - CHECK LIST ITEM 01-REGISTRO DE IMÓVEL.pdf (3.27 MB)
- Anexo IV - CHECK LIST ITEM 03-PROJETO ARQUITETÔNICO COM CARIMBO.pdf (7.93 MB)
- Anexo V - CHECK LIST ITEM 04 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO CROQUI.pdf (2.49 MB)
- Anexo VI - CHECK LIST ITEM 09 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO.pdf (9.39 MB)
- Anexo VII - CHECK LIST ITEM 10 - PROJETO DE IMPLANTAÇÃO.pdf (2.27 MB)
- Anexo VIII - CHECK LIST ITEM 12-PROJETO COMPLEMENTAR ANTEPROJETO COM CARIMBO.pdf (2.76 MB)
- Anexo IX - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.pdf (590.97 KB)





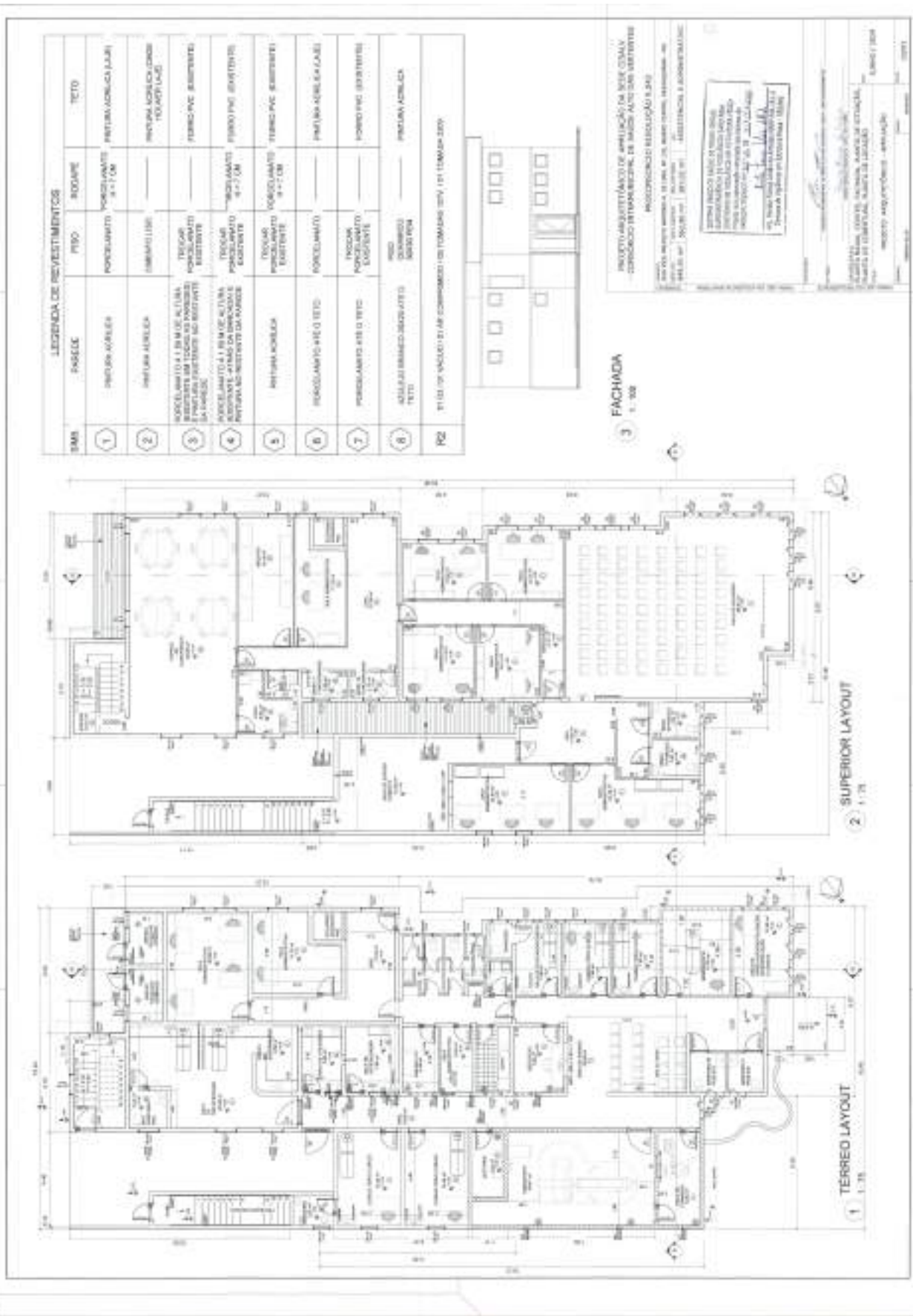
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20243536243

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE
DIGITAÇÃO A
MG20243270905

1. Responsável Técnico

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1412627753**

Registro: **MG00001718950 MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES**

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: **RESSAQUINHA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CPF/CNPJ: **02.334.933/0001-40**

Nº: **135**

CEP: **36270000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **20/08/2024**

Valor: **R\$ 2.700,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: **RESSAQUINHA**

Data de início: **29/08/2024**

Finalidade: **HOSPITALAR**

Proprietário: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Código: **Não Especificado**

Nº: **135**

CEP: **36270000**

CPF/CNPJ: **02.334.933/0001-40**

4. Atividade Técnica

16 - Execução

01 - Projeto Arquitetônico - CONSTRUÇÃO CIVIL - EDIFICAÇÕES - #1.1.3 - DE IMÓVEIS

Quantidade

049,92

Unidade

m²

5. Observações

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

AMPLIAÇÃO SEDE ASSISTENCIAL E ADMINISTRATIVA CISALV

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto nº 5.296/2004.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entrego ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/gdp/politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro da ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informo ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que entrego ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que entrego ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

**BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES:01637145683**

Atividade de Entidade digital por BRUNO
HENRIQUE RODRIGUES:01637145683
Data: 2025.07.22 11:53:48 -0700

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES - CPF: 016.371.456-83

Local _____ de _____ de _____

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES - CNPJ:
02.334.933/0001-40**

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.atlas.com.br/publico/>, com a chave: 24eAA
impresso em: 22/07/2025 às 11:13:10 por: jg: 179.198.268.127

www.crea-mg.org.br

Tel: 0800 011 3730

atendimento@crea-mg.org.br

Fax:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20243536243

SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE
DIGITAÇÃO à
MG20243270905

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: 02/12/2024

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://cnea-mg.atlas.com.br/publico/>, com a chave: 24eAA
registro em: 22/07/2025 às 11:13:10 por: jg.179.186.268.127

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 011 3730

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisaiv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

PLANILHA DE CANCELAMENTO									
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES - CISALV									
DESCRIÇÃO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO
CONTRATO Nº 001/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 002/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 003/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 004/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 005/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 006/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 007/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 008/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 009/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 010/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES									
DESCRIÇÃO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO
CONTRATO Nº 011/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 012/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 013/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 014/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 015/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 016/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 017/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 018/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 019/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 020/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022

DESCRIÇÃO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO	DATA DE CANCELAMENTO
CONTRATO Nº 021/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 022/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 023/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 024/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 025/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 026/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 027/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 028/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 029/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022
CONTRATO Nº 030/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022	01/08/2022



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

02334933000140-62F90FD0

INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01/01/2018	



**CONSELHO INTERAMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES**

DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01/01/2018	

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

[illegible][illegible]

02334933000140-62F90FD0

INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01 - 02 - 03	



**CONSELHO INTERAMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES**

DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01 - 02 - 03	

[illegible]

PLANO DE ORGANIZAÇÃO				CONTROLE DE EXECUÇÃO		CONTROLE DE RESULTADOS	
OBJETIVO	CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.			INDICADOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR
INDICADOR	CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR
CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	VALOR

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES				CONTROLE DE EXECUÇÃO		CONTROLE DE RESULTADOS	
OBJETIVO	CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.			INDICADOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR
INDICADOR	CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR
CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	VALOR

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES				CONTROLE DE EXECUÇÃO		CONTROLE DE RESULTADOS	
OBJETIVO	CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.			INDICADOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR
INDICADOR	CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR
CONSTITUIÇÃO DE COMITÊ DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - C.G.S.P.	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	UNIDADE	PERÍODO	VALOR	VALOR

[illegible][illegible]

02334933000140-62F90FD0

1	ATENÇÃO	ALTO COLEsterol	
2	DIABETES		
3	DOENÇA		
4	DOENÇA		
5	DOENÇA		
6	DOENÇA		
7	DOENÇA		
8	DOENÇA		
9	DOENÇA		
10	DOENÇA		
11	DOENÇA		
12	DOENÇA		
13	DOENÇA		
14	DOENÇA		
15	DOENÇA		
16	DOENÇA		
17	DOENÇA		
18	DOENÇA		
19	DOENÇA		
20	DOENÇA		
21	DOENÇA		
22	DOENÇA		
23	DOENÇA		
24	DOENÇA		
25	DOENÇA		
26	DOENÇA		
27	DOENÇA		
28	DOENÇA		
29	DOENÇA		
30	DOENÇA		
31	DOENÇA		
32	DOENÇA		
33	DOENÇA		
34	DOENÇA		
35	DOENÇA		
36	DOENÇA		
37	DOENÇA		
38	DOENÇA		
39	DOENÇA		
40	DOENÇA		
41	DOENÇA		
42	DOENÇA		
43	DOENÇA		
44	DOENÇA		
45	DOENÇA		
46	DOENÇA		
47	DOENÇA		
48	DOENÇA		
49	DOENÇA		
50	DOENÇA		
51	DOENÇA		
52	DOENÇA		
53	DOENÇA		
54	DOENÇA		
55	DOENÇA		
56	DOENÇA		
57	DOENÇA		
58	DOENÇA		
59	DOENÇA		
60	DOENÇA		
61	DOENÇA		
62	DOENÇA		
63	DOENÇA		
64	DOENÇA		
65	DOENÇA		
66	DOENÇA		
67	DOENÇA		
68	DOENÇA		
69	DOENÇA		
70	DOENÇA		
71	DOENÇA		
72	DOENÇA		
73	DOENÇA		
74	DOENÇA		
75	DOENÇA		
76	DOENÇA		
77	DOENÇA		
78	DOENÇA		
79	DOENÇA		
80	DOENÇA		
81	DOENÇA		
82	DOENÇA		
83	DOENÇA		
84	DOENÇA		
85	DOENÇA		
86	DOENÇA		
87	DOENÇA		
88	DOENÇA		
89	DOENÇA		
90	DOENÇA		
91	DOENÇA		
92	DOENÇA		
93	DOENÇA		
94	DOENÇA		
95	DOENÇA		
96	DOENÇA		
97	DOENÇA		
98	DOENÇA		
99	DOENÇA		
100	DOENÇA		

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01/01/2018	



**CONSELHO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES**

DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01/01/2018	

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01 - 02 - 03	



**CONSELHO INTERAMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES**

DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO	DATA DA ÚLTIMA INTERVENÇÃO
01 - 02 - 03	

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

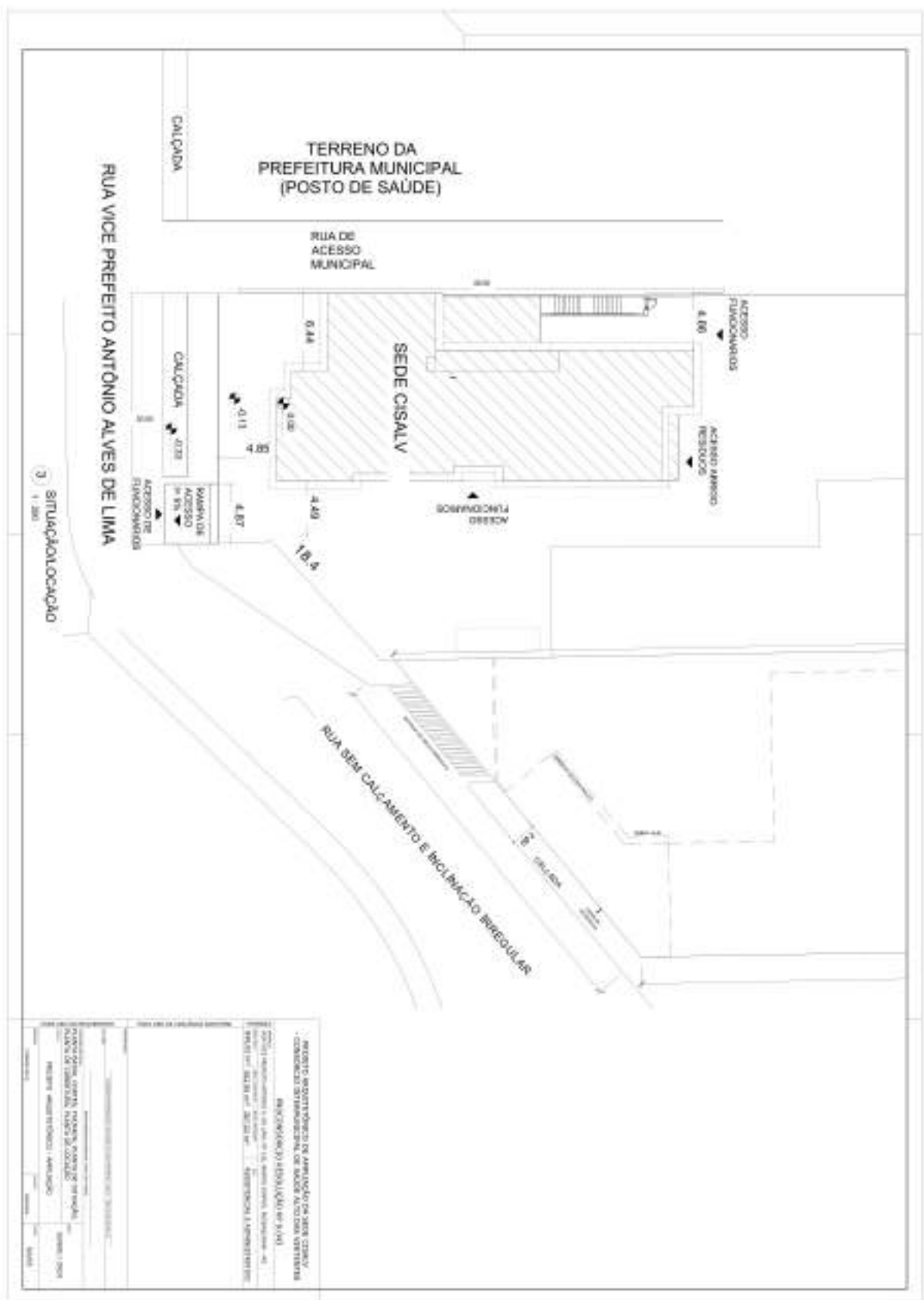
[illegible]



4 COBERTURA
1:100

SITUAÇÃO/LOCALIZAÇÃO

[illegible]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV
Convênio nº 9043

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1] 1 - antes da realização da obra
2 - durante a realização da obra
3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 1637145663

Assinatura eletrônica digital por BRUNO
HENRIQUE RODRIGUES 1637145663
Data: 2025.07.22 15:28:03 -0300

Data

Assinatura do responsável



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV
Convênio nº 9043

Objeto: Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1] 1 - antes da realização da obra
2 - durante a realização da obra
3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES01617145883

Assinado de forma digital por BRUNO HENRIQUE RODRIGUES01617145883
Data: 2025.07.22 15:35:47 -03'00'

Data

Assinatura do responsável



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV
Convênio nº 9043

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1] 1 - antes da realização da obra
2 - durante a realização da obra
3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressequinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 016137145683

Assinado de forma digital por BRUNO HENRIQUE RODRIGUES 016137145683
Data: 2025.07.20 13:07:51 -0500

Data

Assinatura do responsável



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV

Convênio nº 9043

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1]

- 1 - antes da realização da obra
- 2 - durante a realização da obra
- 3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES01637145683

Assinatura de Emissão digital gov (9860)
89963E8C396285C942746963
Data: 2025.07.21 15:17:19 -0100'

Data

Assinatura do responsável





Valide aqui
este documento



2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena/MG

Oficial: Flávio Augusto Silva de Oliveira Costa
Rua Presidente Kennedy, nº 710, Loja 02, Centro, Barbacena/MG, CEP: 36200-042
Telefone: (32) 3333-5434

CERTIDÃO

Certifico a pedido da parte interessada e para os devidos fins, que revendo nesta serventia, no Livro 2 sob a matrícula 032466.2.0021733-78 de 20/02/2020 verifiquei constar:

REGISTRO DE IMÓVEIS

CNM: 032466.2.0021733-78

Matrícula 21733

Livro 2 - Registro Geral

2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena/MG

Folha 1

21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

IMÓVEL URBANO - Um lote de terreno medido, mais ou menos, 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), situado na Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, no Centro, em Ressaquinha/MG, com as seguintes medidas e ocupações: 20,00m de frente e de fundos, por 40,00m de extensão de cada lado, ficando frente para a referida rua, e nos laterais e fundos divide com o Município de Ressaquinha/MG, área esta situada entre o ambulatório Municipal Cênego Antônio Guedes Rahim e a Escola Municipal Belário Moreira. Inscrição municipal: 81.01.052.0527.002. PROPRIETÁRIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES, CNPJ: 02.334.993/0001-40, com sede na Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima nº 135, Centro, em Ressaquinha/MG. REGISTRO ANTERIOR: Matrícula 7.647, fl. 257, Lx: 2-A/8, neste Registro de Imóveis. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 09000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº solo de consulta: DEW54240, código da segurança: 3476755794094999, Ato: 4401, quantidade Ato: 1. Enrolamentos: R\$ 44,30, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 14,00, ISS: R\$ 1,68, Total: R\$ 60,18. Valor Total dos Enrolamentos: R\$ 2.334,26, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47, Valor Total Iuc: R\$ 76,80, Valor Total Fim do Uatier: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial:

AV-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

EDIFICAÇÃO - Procedeu-se a esta averbação conforme requerimento de 21 de janeiro de 2020 e certidão de habitação nº 14/2019, emitida em 11 de fevereiro de 2020, pela Prefeitura Municipal de Ressaquinha/MG, para constar que CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES edifica, sobre o presente imóvel, uma obra comercial, com área construída de 185,62m² (cento e cinquenta e cinco metros e sessenta e dois decímetros quadrados) situada na Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima nº 135, Centro, em Ressaquinha/MG. Valor: R\$ 130.800,00, Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 09000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº solo de consulta: DEW54240, código da segurança: 3476755794094999, Ato: 4219, quantidade Ato: 1. Enrolamentos: R\$ 814,62, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 278,42, ISS: R\$ 34,73, Total: R\$ 1.223,57, Ato: 8101, quantidade Ato: 2. Enrolamentos: R\$ 13,10, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 4,30, ISS: R\$ 0,50, Total: R\$ 17,70, Valor Total dos Enrolamentos: R\$ 2.034,26, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47, Valor Total Iuc: R\$ 76,80, Valor Total Fim do Uatier: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial:

AV-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

CND/02888 - Procedeu-se a presente averbação, conforme requerimento apresentado em 21 de janeiro de 2020, para constar que foi apresentada, para ser arquivada, a Certidão Negativa de Dívidas Relativas às Contribuições Previdenciárias e às de Tercos e de 000151020-88888566, emitida em 21/02/2020, referente a constrição acima. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 09000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº solo de consulta: DEW54240, código da segurança: 3476755794094999, Ato: 4135, quantidade Ato: 1. Enrolamentos: R\$ 17,68, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 5,36, ISS: R\$ 0,67, Total: R\$ 23,92, Ato: 8301, quantidade Ato: 1. Enrolamentos: R\$ 6,55, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,05, ISS: R\$ 0,25, Total: R\$ 8,85, Valor Total dos Enrolamentos: R\$ 2.834,26, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47, Valor Total Iuc: R\$ 76,80, Valor Total Fim do Uatier: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial:

AV-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

EDIFICAÇÃO - Procedeu-se a esta averbação conforme requerimento de 21 de janeiro de 2020 e certidão de habitação nº 08/2019, emitida em 11 de fevereiro de 2020, pela Prefeitura Municipal de Ressaquinha/MG, para constar que CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES edifica, sobre o presente imóvel, uma obra de ampliação e ampliação com área construída de 243,22m² (duzentos e sessenta e três metros e vinte e dois decímetros quadrados) situada

Continua no verso



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Valide aqui
este documento

Matrícula: 21733

FICHA: 1 Verso

CNM: 012466.2.0021733-78

na Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima nº 135, Centro, em Barraqueia/MG. Valor: R\$ 215.000,00. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº selo de consulta: DEW54240, código de segurança: 3476755794094999. Ato: 4213, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 984,24. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 543,52. ISS: R\$ 37,14. Total: R\$ 1.564,90. Ato: 8101, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 6,55. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,05. ISS: R\$ 0,25. Total: R\$ 8,85. Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.034,26. Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47. Valor Total ISS: R\$ 76,80. Valor Total Final ao Usatário: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial,

AV-4-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 01521 - 21/01/2020

CND/INSS - Procede-se a presente averbação, conforme requerimento apresentado em 21 de janeiro de 2020, para atestar que foi apresentada, para ser arquivada, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 080152019-8888926, emitida em 13/08/2019, referente a contratação acima. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº selo de consulta: DEW54240, código de segurança: 3476755794094999. Ato: 4135, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 17,69. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 5,56. ISS: R\$ 0,67. Total: R\$ 23,92. Ato: 8101, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 6,55. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,05. ISS: R\$ 0,25. Total: R\$ 8,85. Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.034,26. Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47. Valor Total ISS: R\$ 76,80. Valor Total Final ao Usatário: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial,

Certifico por fim, que constitui condição necessária para realização de atos de registro ou averbação nas serventias de registro de imóveis, quando instrumentalizadas por escritura pública, o recolhimento integral das parcelas destinadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Recomeço, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, bem como sua referência na escritura pública correspondente, inclusive aquelas lavradas em outras unidades da Federação, nos termos do art. 5-A caput e §1º da Lei 15.424/04.

A presente certidão é composta por 02 laudas, enumeradas, caracterizando documento único e para os fins do Art. 1º, IV, do Decreto Federal 93.240/1986, tem validade de 30 (trinta) dias.

O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. Barbacena/MG, 22 de julho de 2025.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
2º Registro de Imóveis de Barbacena - MG	
SELO DE CONSULTA: 07813014	
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 00000056040202	
Quantidade de atos praticados: 1	
Atos praticados por: Mayra Fernanda Aua Vasconcelos - Auxiliar	
Emol: R\$ 28,90 - TFC: R\$ 10,35 -	
Valor final: R\$ 49,25 - ISS: R\$ 1,98 FIC: R\$ 0,66.	
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

A presente certidão foi emitida e assinada digitalmente nos termos da MP 2200/01 e Lei nº 11.977/09. Sua emissão e conferência podem ser confirmadas pelo site <https://registradores.onr.org.br/>, em consulta do código de validação, que está impresso no rodapé desta. Assinado digitalmente por: MAYRA FERNANDA AUAIS VASCONCELOS, Auxiliar de Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barbacena/MG.

Código de validação: S25070662488D

onr

Documento gerado oficialmente pelo
Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

Todos os Registros de Imóveis
do Brasil em um só lugar

ri digital





DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.371, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Aprova as regras de financiamento para incentivo financeiro, via consórcios públicos de saúde, referente a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508 de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080 de 19 de setembro de 1990, e 8.689 de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei no 11.107 de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;
- o Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- o Decreto Estadual nº 48.661 de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 3 de 28 de setembro de 2017, que trata das diretrizes para a estruturação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) como estratégia para superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político institucional do Sistema Único de Saúde (SUS) com vistas à eficiência e efetividade do SUS;
- a Portaria GM/MS de consolidação nº 6 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 3.992 de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 2.905 de 13 de julho de 2022, que altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre as diretrizes e os aspectos operacionais aplicáveis aos consórcios públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.013 de 23 de outubro de 2019, que aprova o ajuste/2019 do Plano Diretor de Regionalização PDR/SUSMG e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.280 de 25 de julho de 2023, que Cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências;
- a Resolução CES/MG nº 072 de 04 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais 2020-2023 e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 8.879 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre as regras de aplicação do Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023;
- a Resolução SES/MG nº 8.880 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Macrorregional de Acompanhamento;
- a Resolução SES/MG nº 8.914 de 25 de julho de 2023, que dispõe sobre as regras de financiamento do Projeto Vacimóvel, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.302 de 25 de julho de 2023;
- a Política Nacional de Humanização (PNH) tem como uma de suas diretrizes a valorização da ambiência na saúde, compreendida como espaço físico, social, profissional e de relações interpessoais que deve estar em sintonia com um projeto de saúde voltado para a atenção acolhedora, resolutive e humana;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a complexidade territorial de Minas Gerais, com necessidades regionais diversificadas, heterogeneidade demográfica, econômica, política e assistencial dos municípios, enseja incentivos regionais para a prestação de serviços de saúde;
- os consórcios públicos de saúde possuem representatividade geográfica na oferta de serviços de saúde, uma vez que, possuem qualificações capazes de maximizar a eficiência operacional das demandas assistenciais, sendo uma prerrogativa que dinamiza a administração dos serviços;
- o fomento da resolubilidade das microrregiões de saúde, na ampliação da assistência nas regiões de saúde;
- o fomento territorial dos consórcios públicos de saúde ao desenho microrregional conforme o Plano Diretor de Regionalização (PDR/MG);
- o Ofício nº 230/2023, de 03 de outubro de 2023 do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS/MG; e
- a aprovação *Ad Referendum* da CIB-SUS/MG, conforme disposto no art. 50 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.030, de 13 de novembro de 2019, que aprova o Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG), das Comissões Intergestores Bipartite Macrorregionais (CIB Macro) e das Comissões Intergestores Bipartite Microrregionais (CIB Micro) do Estado de Minas Gerais.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a criação do projeto de caráter transitório, que visa instituir incentivo financeiro via Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

Art. 2º - São objetivos do projeto de caráter transitório para os consórcios públicos de saúde:

- I - apoiar a construção, adequação ou ampliação de imóveis dos consórcios públicos de saúde, destinados a ações e serviços no âmbito do SUS/MG; e
- II - aquisição de equipamentos permanentes médicos assistenciais.

Art. 3º - São finalidades do projeto de caráter transitório para os consórcios públicos de saúde:

- I - proporcionar estímulo financeiro, visando apoiar programas e projetos que promovam o desenvolvimento dos consórcios no atendimento aos serviços de saúde;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

II - fomentar as ações dos consórcios públicos de saúde conforme as especificidades dos territórios;
e

III - possibilitar através dos consórcios públicos de saúde a ampliação do escopo assistencial dos entes consorciados.

Art. 4º - Para a definição dos valores a serem destinados aos beneficiários, observou-se as seguintes diretrizes:

I - avaliação da produção ambulatorial dos consórcios públicos de saúde, registrada no Sistema de Informações Ambulatoriais de Saúde – SIA/SUS;

II - Termos de contrato de Prestação de Serviços e de Programa vigentes, referente a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.323, de 18 de fevereiro de 2021, que aprova o Edital para credenciamento de Consórcios Intermunicipais de Saúde, destinados à ampliação da prestação de serviços de saúde de média complexidade ambulatorial, em especial, consultas e exames, no âmbito do SUS/MG;

III – adesão dos consórcios públicos de saúde ao fomento de gestão regional de medicamentos do componente básico FarmaCIS através da Resolução SES/MG nº 8.368 de 19 de outubro de 2022 ou Resolução SES/MG nº 4.173 de 16 de maio de 2023;

IV - adesão dos consórcios públicos de saúde a Política de Transporte Eletivo em Saúde dos Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG através da Resolução SES/MG nº 8.439 de 09 de novembro de 2022;

V - adesão dos consórcios públicos de saúde da Resolução SES/MG nº 8.914 de 25 de julho de 2023, que aprova e define as regras de financiamento do Projeto Vacimóvel, que visa a realização de ações de vacinação extramuros, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

VI - cobertura das microrregiões de saúde predominantes atendidas pelos consórcios públicos de saúde nos territórios;

VII - o fomento da resolubilidade das microrregiões de saúde para a ampliação de seu escopo assistencial.

Parágrafo único - Entende-se por microrregião predominante de um consórcio público de saúde, as microrregiões que o consórcio tem a metade mais 1 (um) dos municípios consorciados.

Art. 5º - Para a definição dos beneficiários a serem contemplados por este projeto de caráter transitório observou-se os seguintes critérios:

I - adequação a Lei Federal nº 11.107/05, que dispõe sobre o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado;

II - alimentação dos sistemas oficiais de produção assistencial;

III - atuar na área de assistência à saúde.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 6º - Os Termos firmados sob esta Deliberação terão o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 7º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.371, DE 03 DE OUTUBRO DE
2023 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).





RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Define as regras de financiamento para incentivo financeiro do projeto de caráter transitório, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304 de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080 de 19 de setembro de 1990, e 8.689 de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- o Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- o Decreto Estadual nº 48.661 de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Saúde;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023, que Cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências;

- a Resolução SES/MG nº 8.879 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre as regras de aplicação do Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023;

- a Resolução SES/MG nº 8.880 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Macrorregional de Acompanhamento;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 03 de outubro de 2023, que aprova as regras de financiamento para incentivo financeiro, via consórcios públicos de saúde, referente a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam definidas as regras de financiamento para incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde, visando a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG), instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

Art. 2º - Foram considerados, como parâmetro para definição dos valores e beneficiários, os critérios estabelecidos no arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

**CAPÍTULO II
DOS PRÉ-REQUISITOS PARA ADESAO**

Art. 3º- Para obtenção do incentivo financeiro, os consórcios públicos de saúde deverão seguir os seguintes pré-requisitos:

I - estar em conformidade com a Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

II - estar em conformidade com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280 de 25 de julho de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências.

III - apresentar o certificado de inscrição regular no Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), que substituirá a apresentação dos documentos exigíveis para a obtenção do referido certificado;

IV - apresentar cópia do Protocolo de Intenções atualizado, constando a natureza jurídica dos consórcios e os entes consorciados, este documento deve ser anexo ao SEI e SiG-RES;

V - observar e apresentar somente entes consorciados que são atendidos pelo consórcio com serviços de saúde, conforme Anexo VI desta Resolução.

Art. 4º - Exclui-se da adesão a esta resolução, os consórcios públicos de saúde que não tiverem produção ambulatorial registrada na base de informação do SIA/SUS.

Art. 5º - É vedada adesão a esta resolução, aos consórcios públicos de saúde que possuem contratos com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais SES/MG, cuja finalidade seja a operação regional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU Regional).

Art. 6º - Está vedada a participação de consórcios que não realizam serviços de saúde, bem como, o consórcio incluir na base de cálculo do recurso a ser recebido, a população dos entes consorciados que estabelecem vínculo com o consórcio para outras finalidades, sem a inclusão dos serviços de saúde em contrato.

Parágrafo único - Caso haja descumprimento do caput deste artigo, o consórcio público de saúde, deverá devolver do recurso conforme proporcionalidade da população do município.

CAPÍTULO III

DO VALOR, REPASSE DE RECURSOS E RENDIMENTOS

Art. 7º - Os valores serão repassados em única parcela, diretamente do Fundo Estadual de Saúde para os Consórcios Públicos de Saúde.

Art. 8º - O recurso financeiro perfaz o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.158.4463.0001-447042-10.1 e 4291.10.302.158.4463.0001-447542-10.1.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 1º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, deverá ser utilizado pelos beneficiários, conforme objetivos do projeto de caráter transitório dispostos no art. 2º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 10 de outubro de 2023.

§ 2º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, cuja natureza é de investimento poderá, à luz do Art. 17 § 1º do Decreto nº 48.600/2023, ser utilizado para aquisição de equipamentos permanentes.

CAPÍTULO IV DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

Art. 9º - Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários deverão assinar o instrumento de repasse Termo de Compromisso disponível no Anexo I desta resolução, nos termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023, em Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES) ou sistema que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO V DA RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10 - A relação dos beneficiários e o teto máximo dos valores individuais que poderão ser repassados aos consórcios públicos de saúde, estão dispostos no Anexo II desta resolução.

Parágrafo único - Os valores para incentivo foram calculados conforme base de dados disponibilizada no painel de consórcios, até o mês de agosto/2023, esta base está disponível no endereço eletrônico: <https://www.saude.mg.gov.br/consorcios>.

Art. 11 - A relação dos beneficiários e valores máximos do incentivo financeiro, poderá ser reduzido após avaliação dos pré-requisitos para adesão conforme Capítulo II e Art. 3º, §§1º, 2º, 3º, 4º e Arts. 5º, 4º, e 6º, §1º, desta resolução.

§ 1º - A memória de cálculo utilizada para disponibilizar os valores máximo do incentivo financeiro está disponível no endereço eletrônico: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UVyhAkHxn6Qv4_9MI1xxv9qG4YD-2Wj/edit?usp=sharing&ouid=106388150548734081968&rtoref=true&sd=true

§ 2º - Cabe aos Consórcios Públicos de Saúde manterem os dados atualizados junto a Secretaria de Estado de Saúde, informando quaisquer alterações que podem implicar na definição dos valores, tais como mudanças no quantitativo dos entes consorciados.





§ 3º - Se for caracterizada a predominância de dois ou mais consórcios em uma microrregião de saúde a Comissão Intergestores Bipartite Microrregional, deve definir qual dos consórcios será o predominante, devendo ser feito os cálculos dos valores individuais para o (s) outro (s) consórcio (s), retirando as microrregiões predominantes sobrepostas.

CAPÍTULO VI DO PLANEJAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 12 - O planejamento da utilização de recursos, deve contemplar o escopo do objeto desta resolução, de acordo com a demanda de cada consórcio público de saúde, considerando os seguintes itens:

I - o dimensionamento dos recursos para a execução de obras de construção, ampliação ou adequação de imóveis dos consórcios, deverá ser composto por projeto básico contemplando todas as fases de execução da obra e prazos para cada fase;

II - o dimensionamento dos recursos para aquisição de equipamentos permanentes médicos assistenciais, deverá ser composto dos itens que se pretende adquirir, quantitativo, valor unitário e valor total.

Parágrafo único - O planejamento de utilização de recursos, deve apresentar justificativa que contemple a avaliação do ganho assistencial qualitativo e/ou quantitativo da região de saúde com a ampliação do escopo assistencial e/ou supressão da demanda existente na região.

Art. 13 - Para os consórcios públicos de saúde que realizaram adesão ao FarmaCIS através da Resolução SES/MG nº 8.368 de 19 de outubro de 2022 ou Resolução SES/MG nº 4.173, de 16 de maio de 2023, Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG através da Resolução SES/MG nº 8.439 de 09 de novembro de 2022 e Projeto Vacimóvel através da Resolução SES/MG nº 8.914 de 25 de julho de 2023, o investimento para obras poderá ser custeado com o incentivo financeiro desta resolução.

Art. 14 - Na organização da utilização dos recursos, o consórcio público de saúde deve avaliar a contrapartida financeira com recurso próprio e indicar no projeto básico.

Art. 15 - É vedada a aquisição de equipamentos e/ou realização de obras para instituições e serviços terceirizados.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 16 - É vedada a utilização dos recursos para aquisição de imóveis independente da natureza que o bem será utilizado.

Art. 17 - O modelo de planejamento de utilização de recursos está disponível no Anexo III desta Resolução.

**CAPÍTULO VII
DO PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

Art. 18 - O projeto básico de construção, ampliação e/ou adequação de imóveis, deve atender as normas vigentes referentes aos critérios de engenharia e da Vigilância Sanitária estadual e/ou municipal.

Art. 19 - O projeto básico deve conter minimamente a seguinte estrutura:

I - 1 (uma) sala para realização das rotinas de gestão do consórcio;

II - 2 (duas) salas de atendimento multiprofissionais, podendo ser utilizado para consultas e realização de exames.

§ 1º - Caso o consórcio possua em sua estrutura o mínimo descrito nos incisos I e II deste artigo, os projetos de ampliação e/ou adequação de imóveis dos Consórcios, destinados às ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde, poderão ser destinados para suporte à assistência à saúde, incluindo os ligados ao Transporta SUS-MG e FarnaCIS.

§ 2º - Caso o consórcio não possua em sua estrutura o mínimo descrito nos incisos I e II deste artigo, os projetos de ampliação e/ou adequação de imóveis dos Consórcios deverão contemplar a adequação para atender a estes mínimos descritos.

§ 3º - Os beneficiários poderão dispor do incentivo financeiro repassado para a elaboração do projeto arquitetônico, desde que o desembolso para esta finalidade não seja superior a 5% (cinco por cento) do valor global do instrumento.

Art. 20 - Conforme a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, o projeto arquitetônico deverá demonstrar a viabilidade técnica da edificação e possibilitar a avaliação do custo dos serviços e obras, bem como permitir a definição dos métodos construtivos e prazos de execução do empreendimento.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 21 - Para execução de qualquer obra nova, de reforma ou de ampliação de Estabelecimento Assistencial de Saúde - EAS é exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária local (estadual ou municipal), que licenciara a sua execução, conforme o Inciso II do Artigo 10º e Artigo 14º da Lei 6.437/77 que configura as infrações à legislação sanitária federal, Lei 8080/90 - Lei Orgânica da Saúde e Constituição Federal.

**CAPÍTULO VIII
DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES**

Art. 22 - Para a aquisição dos equipamentos permanentes será considerado a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes (RENEM), financiáveis pelo SUS.

Art. 23 - Para fins desta resolução, a categorização para a aquisição dos equipamentos, terá em vista o rol taxativo de equipamentos permanentes médico-assistencial, constantes na RENEM, que são definidos como "equipamentos ou sistemas utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia e monitoração na assistência à saúde da população".

§ 1º - A listagem para aquisição deve ser consultada, por meio do endereço eletrônico: <https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento/nome>, para o planejamento da aquisição e deve respeitar a categorização taxativa, bem como, a especificidade de bem permanente.

§ 2º - O consórcio público de saúde que indicar itens que não obedeçam a categorização e especificidade dos itens, terão estes materiais retirados de seu planejamento de compra.

Art. 24 - A definição deste rol taxativo é baseada nos seguintes objetivos estratégicos da SES/MG:

- I - promover o acesso às redes assistenciais, de acordo com a necessidade por procedimentos e serviços de saúde nos territórios;
- II - modernizar e agilizar a assistência por meio da implantação de tecnologias de saúde; e
- III - ter redes de saúde prioritárias e resolutivas.

**CAPÍTULO IX
DA METODOLOGIA DE REPASSE**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 25 - A metodologia do repasse financeiro foi estabelecida conforme diretrizes estabelecidas no Art. 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

Art. 26 - O cálculo para o repasse financeiro considerou três critérios de avaliação, sendo:

I - Critério 1 - População das microrregiões de saúde predominantes do consórcio, utilizando o seguinte critério, para definir a predominância:

$$\frac{\text{Nº total de municípios consorciados da microrregião "X"}}{\text{Nº total de municípios da microrregião "X"}} > 0,5$$

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 1.000.001	5
Entre 550.001 a 1.000.000	4
Entre 250.001 a 550.000	3
Entre 100.001 a 250.000	2
Entre 1 a 100.000	1
Consórcio sem microrregião predominante*	0

*Refere-se aos consórcios públicos de saúde que não tem mais de 50% dos municípios da microrregião consorciados em nenhuma região de saúde.

II – Critério 2 – Produção ambulatorial total do consórcio dividido pela produção de todos os consórcios de Minas Gerais, no ano de 2022, tendo como base de informação o SIA/SUS:

$$\frac{\text{Produção Total do Consórcio "X"}}{\text{Produção Total de Minas Gerais}} \sim \%$$

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 4%	5
Acima de 3% até igual a 4%	4
Acima de 2% até igual a 3%	3





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Acima de 1% até igual a 2%	2
Acima de 0% até igual a 1%	1

III – Critério 3 - Resolubilidade de todas as microrregiões de saúde predominantes do consórcio do período de dezembro de 2021 a novembro de 2022, utilizando o seguinte cálculo:

a) Para consórcios com apenas uma microrregião predominante foi utilizada a resolubilidade da microrregião predominante.

b) Para consórcios com mais de uma microrregião predominante foi utilizada a resolubilidade das microrregiões predominantes por meio de uma média ponderada.

Média ponderada por micro – Microrregião predominante
$\frac{\text{Nº de municípios da microrregião predominante "x"} \times \text{Peso da microrregião "X"}}{\text{Somatório do nº municípios de todas as microrregiões predominantes (X, Y, Z) do consórcio}}$
Após realizar o cálculo para cada microrregião predominantes, soma-se os pesos. Em seguida: Peso da microrregião "X" x Resolubilidade da microrregião predominante "X" = Resolubilidade proporcional de "X"
Após obtenção de todas as resolubilidades proporcionais. Por fim, Somatório das Resolubilidades proporcionais (X, Y, Z) obtidas das microrregiões predominantes.

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 90%	1
70% até igual a 90%	2
50% até igual a 69%	3
30% até igual a 49%	4
1% até igual a 29%	5
Consórcio sem microrregião predominante*	0

*Refere-se aos consórcios públicos de saúde que não tem mais de 50% dos municípios da microrregião consorciados em nenhuma região de saúde.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Faixa	Faixa final*	Valor da Faixa
5	Acima de 3,5	R\$3.250.000,00
4	2,5 até igual a 3,5	R\$2.400.000,00
3	2,0 até igual a 2,5	R\$1.700.000,00
2	1,5 até igual a 2,0	R\$1.300.000,00
1	1 até igual a 1,5	R\$850.000,00
0	0 até igual a 1	R\$407.246,37

*Foram considerados Microrregião predominante, participação da produção na produção total de Minas e Resolubilidade da microrregião predominante conforme cálculos demonstrados.

Art. 27 - Com base nos critérios estabelecidos no art. 19, o valor por consórcio é definido com base no cálculo resultante da média dos critérios de avaliação supramencionados, considerando a faixa de 0 a 5, e a faixa em que o consórcio se encontra, observando os seguintes pesos.

CRITÉRIO	PESO
Critério 1 "Microrregião predominante"	4
Critério 2 "Produção total"	4
Critério 3 "Resolubilidade"	2

$$\frac{(4 \times \text{resultado do critério 1}) + (4 \times \text{resultado do critério 2}) + (2 \times \text{resultado do critério 3})}{10} = \text{Faixa Final}$$

Art. 28 - Os Consórcios Públicos de Saúde que realizaram adesão ao fomento FarmaCIS, a Política Transporta SUS-MG, ao Edital de Média Complexidade Ambulatorial nº 01/2021 e/ou a Política "Vacimóvel", poderão receber incentivo financeiro adicional conforme, nos seguintes termos:

I - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão ao fomento FarmaCIS, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 – Fator multiplicador x (% da respectiva faixa)

Faixa	População atendida FarmaCIS	% Valor acrescentado sob o multiplicador
1	0 a 100.000	5,0%





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

2	100.001 a 200.000	7,5%
3	Mais de 200.000	10,0%

II – Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão a Política Transporta-SUS/MG, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 – Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Quantidade de Veículos**	% Valor multiplicador
1	1 a 4	5,0%
2	5 a 9	10,0%
3	Acima de 10 veículos	15,0%

**Conforme Deliberação nº 4001/2022; Resolução SES/MG nº8439/2022 e Resolução SES/MG nº4277/2023

III - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que têm contrato vigente no âmbito do Edital de Média Complexidade Ambulatorial nº 01/2021.

Parágrafo único - Foi realizado o somatório do repasse de recursos, que os consórcios participantes receberam de mar/2020 a mar/2023, considerando apenas os contratos que tiveram sua vigência prorrogada, e a partir disso, foi classificado nas faixas de valores, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 – Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Faixa de valor	% Valor multiplicador
1	0 a 50.000	2,5%
2	50.001 a 200.000	5,0%
3	Acima de 200.000	7,5%
0	Não aderiu ao Edital	

IV - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão a Política "Vacimóvel", poderão receber incentivo financeiro adicional conforme, nos seguintes termos:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 – Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Quantidade de Veículos**	% Valor multiplicador
-------	--------------------------	-----------------------





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1	1 a 2	2,0%
2	2 a 4	4,0%
3	Acima de 5 veículos	6,0%
**Resolução SES/MG nº 9.034/2023		

Art. 29 - O consórcio público de saúde poderá utilizar os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no objeto acordado, observado o disposto nesta resolução e no termo de compromisso.

CAPÍTULO X

DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 30 - A proposta de execução dos recursos, deve ser informada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB-SUS/MG), podendo esta ser microrregional, macrorregional ou estadual, a depender da abrangência territorial do consórcio público de saúde.

§ 1º - O consórcio público de saúde no período de 23 a 27 de outubro de 2023, deverá realizar informe na CIB-SUS/MG conforme *caput* deste artigo.

§ 2º - As datas das reuniões extraordinárias da CIB-SUS/MG estão disponíveis no cronograma das Reuniões Ordinárias das CIB Macro ou CIB Micro, Câmaras Técnicas e CIB-SUS/MG – 2023, conforme o endereço eletrônico: <https://www.saude.mg.gov.br/cib>.

§ 3º - Após informe em CIB-SUS/MG, o planejamento de utilização de recursos, será avaliado pela Comissão de Avaliação da SES/MG.

CAPÍTULO XI

DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 31 - Será instituída Comissão de Avaliação, que possuirá como premissas analisar, julgar e emitir parecer, sobre o planejamento de utilização de recursos.

Art. 32 - A Comissão de Avaliação será responsável por habilitar, habilitar parcialmente ou inabilitar o consórcio público de saúde para receber o incentivo financeiro pleiteado.

§ 1º - Entende-se por:

I – habilitar: a aprovação do pleito sem ressalvas;

II - habilitar parcialmente: aprovação do pleito de forma parcial; e





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

III - inabilitar: análise do pleito irregular.

§ 2º - Conforme caput, quando o pleito for analisado com habilitação parcial ou inabilitação, o consórcio público de saúde poderá interpor do julgamento da decisão e apresentar documentação complementar.

Art. 33 - A Comissão de Avaliação, em sua análise deve apreciar se o escopo assistencial dos consórcios públicos de saúde, corrobora com as necessidades assistenciais do território assistido, bem como, se as demandas levantadas estão alinhadas com o Objetivos Estratégicos da SES/MG.

§ 1º - A Comissão de Avaliação possuirá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, para habilitar, habilitar parcialmente ou inabilitar o consórcio público de saúde para a celebração do Termo de Compromisso.

§ 2º - O consórcio público de saúde que porventura, tenha sido inabilitado ou habilitado parcialmente, poderá interpor da decisão e enviar as justificativas, documentos e informações complementares necessárias, no prazo de 22 a 24 de novembro de 2023.

§ 3º - A Comissão de Avaliação no período de 27 a 30 de novembro de 2023, deverá realizar nova avaliação e emitir parecer complementar referente a interposição de recurso.

§ 4º - A cada fase de avaliação, a comissão deverá comunicar ao consórcio via e-mail e/ou sistema de informação disponível.

Art. 34 - A Comissão de Avaliação será disciplinada por resolução e possuirá um membro de cada subsecretaria abaixo, e além de um membro da unidade regional de saúde e gabinete do secretário de estado de saúde:

I - Gabinete;

II - Subsecretaria de Gestão e Finanças/Superintendência de Infraestrutura, Logística e Contratações - Diretoria de Infraestrutura Física e Engenharia;

III - Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde/Superintendência de Atenção Especializada - Diretoria de Políticas e Estruturação da Atenção Especializada;

IV - Subsecretaria de Regionalização - Núcleo de Consórcios;

V - Unidade Regional de Saúde (URS) de referência do consórcio público de saúde.

§ 1º - A URS de referência será designada conforme a localização da microrregião predominante do consórcio público de saúde, podendo haver mais de uma URS de referência para o mesmo consórcio.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 2º - A URS deverá emitir parecer, no qual deve analisar o benefício da ampliação do escopo assistencial em seu território. Na hipótese de haver mais de uma URS de referência, este parecer deve ser realizado em conjunto.

**CAPÍTULO XII
DAS METAS**

Art. 35 - Ficam estabelecidas as seguintes metas para os consórcios que aderirem ao presente projeto de caráter transitório:

I – aquisição de equipamentos médico assistenciais para ampliação do escopo assistenciais dos entes consorciados;

II – execução de obras de construção, ampliação e/ou adequação dos imóveis dos consórcios públicos de saúde, que visem o fortalecimento dos equipamentos de saúde nos territórios.

**CAPÍTULO XIII
DOS INDICADORES**

Art. 36 - Para fins desta resolução, foram definidos os seguintes indicadores:

I - Percentual da execução física e financeira da obra (construção, ampliação ou adequação) do consórcio público de saúde;

II - Percentual de execução financeira da aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

Parágrafo único - As fichas dos indicadores estão estabelecidas no Anexo IV, desta Resolução.

**CAPÍTULO XIV
DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E FASES PARA ADEÇÃO**

Art. 37 - Para fins desta resolução, os consórcios públicos de saúde terão que manifestar interesse na adesão, via o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) através do peticionamento para usuário externo.

Parágrafo único - Deverá ser anexado, à manifestação de interesse, os seguintes documentos:

I - Declaração de manifestação de interesse, conforme modelo disponibilizado no Anexo V;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

II – Declaração dos entes consorciados que possuem contrato de serviços de saúde com o consórcio, conforme modelo disponibilizado no Anexo VI;

III - CAGEC regular;

IV - Protocolo de intenções atualizado;

V - Ofício com justificativa do ganho assistencial quantitativo e/ou qualitativo da região de saúde atendida pelo consórcio;

VI - Planejamento de utilização de recursos.

Art. 38 - Os consórcios públicos devem atentar-se às fases da resolução e prazos estabelecidos para a devida habilitação do consórcio e o repasse do incentivo financeiro.

Parágrafo único - O cronograma para apresentação dos documentos, avaliação da comissão de avaliação, celebração do Termo de Compromisso, está disponível do Anexo VII desta resolução.

CAPÍTULO XV

DO MONITORAMENTO DA RESOLUÇÃO

Art. 39 - O processo de monitoramento do incentivo financeiro será quadrimestral, utilizando os dados referente a aquisição de equipamentos e percentual de execução da obra que porventura tenha sido planejada.

§ 1º - Os dados do monitoramento deverão ser alimentados no SiG-RES ou sistema que vier a substituí-lo.

§ 2º - O monitoramento será realizado com a indicação de status da execução da obra e/ou aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

§ 3º - O monitoramento do recurso para a execução de obras, ampliação ou adequação, contemplará nos primeiros 12 (doze) meses, a entrega dos seguintes documentos:

I - o envio do projeto básico no SiG-RES ou sistema que vier a substituí-lo; e

II - aprovação do projeto pela Vigilância Sanitária.

§ 4º - O projeto básico para a execução de obras para construção, ampliação ou adequação, deve contemplar todas as fases para execução da obra, com seus respectivos prazos e insumos necessários.

§ 5º - O beneficiário somente poderá iniciar a execução de obras para construção, ampliação ou adequação após aprovação do projeto básico pelas áreas competentes.

Art. 40 - O cronograma de monitoramento está estabelecido no Anexo VIII desta Resolução.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - O consórcio público de saúde apresentará no início de cada exercício financeiro o processo eletrônico de prestação de contas, conforme art. 20 do Decreto 48.600 de 2023.

Art. 42 - Os termos de compromisso firmados no âmbito desta resolução terão a vigência de 60 (sessenta) meses, a partir do dia 13 de dezembro de 2023.

Art. 43 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

TERMO DE COMPROMISSO PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

TERMO DE COMPROMISSO Nº / QUE
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO
CONSÓRIO _____

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.516/0001-88, doravante denominada SES/MG, neste ato representado(a) pelo(a) Subsecretário de XXXX (a) de Estado de Saúde, Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, e CPF nº _____, com domicílio especial na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições legais que lhe confere a Resolução SES/MG nº _____, e a PJDP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua doravante denominada ENTIDADE BENEFICIADA, neste ato representada pelo(a) seu gestor _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na rua _____, aplicando-se a este instrumento as disposições contidas na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 160; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, na Decreto Estadual nº 48.600/2023, e Resolução SES/MG nº 8.879/2023, resolvem assinar o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto a adesão da ENTIDADE BENEFICIADA ao projeto de caráter transitório e às regras de execução, prestação de contas, controle e avaliação do incentivo financeiro, nos moldes do Decreto 48.600/2023, da Resolução SES/MG nº 8.879/2023, Deliberação CIB/SUS-MG nº _____, e da Resolução SES/MG nº _____ e suas alterações, visando incentivar a execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, especificamente no que se refere ao objeto de , mediante a definição de indicadores.

Parágrafo único. O recurso financeiro previsto neste TERMO deverá ser utilizado para execução das ações e serviços públicos de saúde, conforme Anexo da Resolução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – À ENTIDADE BENEFICIADA

- a. assinar termo de autorização para que a instituição financeira onde foi aberta conta bancária para o repasse dos recursos forneça à SES/MG saldos, extratos e comprovantes das contas correntes, investimentos e operações de crédito, mantidas junto ao banco e relacionadas ao presente TERMO;
- b. observar na aplicação dos recursos e na execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços públicos de saúde dos Projetos de caráter transitório, as Resoluções da SES/MG e as normas do Estado de Minas Gerais;
- c. cumprir as obrigações e responsabilidades constantes neste TERMO, bem como as estabelecidas na legislação do SUS, nos diplomas federais e estaduais que regem o presente TERMO;
- d. acompanhar, em conjunto com a SES/MG, as ações relativas à execução deste TERMO;
- e. notificar à SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatadas ocorrências excepcionais que interferirão no cumprimento do desempenho dos indicadores estabelecidos em Resolução, ou quaisquer outras alterações que interfiram na execução deste TERMO;
- f. quando couber, alimentar os sistemas de informações da SES/MG e/ou do Ministério da Saúde e/ou informar ao município os dados, necessários para o acompanhamento deste TERMO;
- g. permitir o acesso dos técnicos da SES/MG e/ ou do município aos registros, sistemas e informações, sempre que solicitado e/ou enviar as informações solicitadas, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela SES/MG, durante a vigência deste TERMO;
- h. assegurar à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial, às Unidades Regionais de Saúde e aos órgãos de controle externo da Administração Pública, bem como ao Controle Nacional de Auditoria – SNA e aos órgãos do município, no âmbito do SUS, o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da execução deste TERMO;
- i. garantir que o serviço de saúde disponha de Alvará Sanitário vigente ou, sendo que situações excepcionais poderão ser especificadas e avaliadas pelo gestor da pasta;
- k. manter-se regular junto ao Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), se for o caso;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- l. participar das oficinas e dos cursos de capacitação oferecidos pela SES/MG e/ou pelo município, bem como promover outras oficinas e cursos para a rede de serviços, fomentando a educação permanente e continuada de base loco-regional;
- m. responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciários que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste TERMO;
- n. atender às diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;
- o. responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- p. responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, vinculado ou preposto, em razão da execução deste TERMO;
- q. disponibilizar, se for o caso, parte da estrutura do imóvel quando houver necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias;
- r. durante a vigência deste TERMO, qualquer que seja seu valor ou objeto, a entidade deverá manter, em local visível e de fácil acesso a toda comunidade e por meio de sítio eletrônico, as seguintes informações:
1. estabelecimento integrante da Rede SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
 2. informações da Ouvidoria Geral do SUS, para sugestões, reclamações e denúncias;
 3. o número do presente TERMO, contendo o valor, o objeto e os indicadores pactuados, a data de assinatura, e o período de vigência, os quais poderão ser publicados apenas em sítio eletrônico;
- s. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e/ou qualitativamente, o atendimento do objeto;
- t. após a divulgação dos resultados do monitoramento realizado, atender ao disposto na Resolução SES/MG nº XXXX/2023, ou regulamento que vier a substituí-la, quanto à validação e eventual apresentação de recursos.
- u. nos prazos estabelecidos, inserir e validar os dados referentes à prestação de contas do ano anterior no sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº XXXX/2023, ou regulamento que vier a substituí-la.
- v. notificar a SES/MG de eventual alteração de endereço, de razão social e de mudança na diretoria e/ou Estatuto da ENTIDADE BENEFICIADA, enviando no prazo de 60 (sessenta) dias contados a





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

partir da data de registro da alteração, cópia autenticada e atualizada dos documentos que comprovem o fato;

w. manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas;

x. comunicar à SES/MG, com as respectivas propostas de soluções, os casos que demandarem a utilização de equipamentos, que porventura venham apresentar defeitos técnicos ou que necessitem de intervalos de uso para a manutenção ou substituição, bem como a ausência temporária de profissionais, visando à não interrupção da assistência e da produção;

II – À SES/MG:

a. efetuar o repasse dos recursos financeiros referentes ao objeto deste TERMO à ENTIDADE BENEFICIADA;

b. acompanhar as ações relativas à execução deste TERMO, em nível central e/ou regional;

c. monitorar, no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES), ou outro sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento das responsabilidades pelas partes envolvidas, notificando-as para tomada de providências quando necessário;

d. monitorar no Sistema SiG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento dos indicadores pactuados em cada período de apuração;

e. disponibilizar os resultados alcançados pela ENTIDADE BENEFICIADA, nas avaliações realizadas, por meio do Sistema SiG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Pelas ações e serviços públicos de saúde especificados no presente TERMO, a SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA o valor total de R\$, de acordo com o Regulamento do projeto de caráter transitório de saúde e Anexo Técnico deste TERMO.

§1º Os recursos transferidos pela SES/MG, enquanto mantidos nas contas bancárias específicas e não empregados na sua finalidade, serão aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, lastreados em títulos da dívida pública, com resgates automáticos.

§2º Os recursos utilizados por meio deste TERMO deverão ser individualizados e segregado nas demonstrações contábeis da entidade, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.

§3º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§4º É vedada a utilização dos recursos para o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais;

§5º É vedada a utilização dos recursos para a utilização em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

§6º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas em data anterior à assinatura do Termo e posterior ao término do prazo de vigência deste TERMO DE COMPROMISSO;

§7º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas com multas, juros ou atualização monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica, bem como em razão de atraso no repasse dos recursos, pela SES/MG;

§8º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

§9º É vedada a utilização dos recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde; e

§10 No caso de a (s) parcela (s) ser (em) composta (as) por parte variável, o valor do repasse ficará vinculado ao desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA em relação ao desempenho do (s) indicador (es) pactuado (s) no Anexo Técnico.

II - A SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA, o incentivo financeiro para a execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços públicos de saúde, mediante a assinatura deste TERMO DE COMPROMISSO.

III - Os recursos destinados têm natureza de apoio financeiro para execução das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao objeto deste TERMO, de natureza temporária e vinculada aos indicadores pactuados, não integrando, em nenhuma hipótese, a remuneração pela prestação de serviços contratados pelo SUS/MG.

IV - As transferências de recursos financeiros correrão à conta do orçamento do respectivo exercício por meio das seguintes Dotações Orçamentárias:

V - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias específicas aprovadas para os mesmos.

VI - Os valores do recurso financeiro serão apurados na forma disposta no Anexo Técnico que integra o presente TERMO.

VII - Os valores transferidos poderão ser alterados mediante a edição de ato normativo específico.





VIII - ENTIDADE BENEFICIADA deverá movimentar os recursos oriundos deste instrumento em conta bancária específica, não podendo ser movimentado para outras contas e outros fins.

§1º Os pagamentos deverão ocorrer por meio da conta específica por emissão de cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

§2º Todos os documentos de despesas realizadas deverão ser emitidos em nome do beneficiário final do recurso (ENTIDADE BENEFICIADA), devendo estar corretamente preenchidos e sem rasuras, constando, inclusive, o número do TERMO que acobertou tais despesas.

IX- A utilização dos recursos financeiros transferidos por meio deste TERMO, assim como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, somente poderá ocorrer de acordo com o previsto no instrumento que originou a liberação, no cumprimento do objeto pactuado.

§1º Caso sejam detectados vícios de legalidade, na aplicação do recurso, a liberação financeira prevista neste TERMO estará condicionada à sua regularização.

§2º Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira deste TERMO DE COMPROMISSO não utilizados deverão ser restituídos ao FES ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação.

§3º Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira relativos a este TERMO DE COMPROMISSO apurados ao final da vigência do TERMO poderão ser incorporados à execução do TERMO subsequente mediante aprovação da SES/MG.

§4º Os recursos previstos no caput deste artigo poderão ser utilizados para aquisição dos equipamentos necessários ao alcance do objeto deste TERMO, desde que previsto pela Resolução que trata da transferência.

§5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica a execução de obras e/ou adequação, salvo se estas forem objeto da Resolução SES/MG nº.

X - Toda despesa realizada com recursos transferidos por meio deste TERMO deverá ser precedida, respectivamente, do adequado processo licitatório ou do procedimento análogo ao licitatório, em conformidade com o regulamento próprio de compra da instituição, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa, respeitados os princípios jurídicos inseridos no art. 37 da Constituição Federal, assim como os da igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Parágrafo único. As contratações poderão ser realizadas mediante adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, ou legislação que vier a substituir, após solicitação e aprovação do gestor responsável pela ata, ficando, nesse caso, dispensadas da realização de procedimento licitatório próprio.

XI – A SES/MG suspenderá imediatamente o repasse do recurso financeiro até que a situação seja regularizada, nas seguintes situações:





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a. caracterização de risco pela Vigilância Sanitária;
- b. aplicação dos recursos financeiros pela ENTIDADE BENEFICIADA de forma diversa à pactuada neste TERMO; e
- c. descumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO ou na Resolução.

XII - Havendo contratação entre a ENTIDADE BENEFICIADA e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste TERMO, tal contratação não induzirá à SES/MG em solidariedade jurídica, bem como não acarretará vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas, eventualmente reclamadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Os entes federados e as entidades de direito público ou privado deverão prestar contas por meio da internet, das informações necessárias para acompanhamento parcial da execução deste TERMO DE COMPROMISSO, visando verificar o atingimento dos objetivos e dos indicadores estabelecidos nos termos do instrumento de transferência, nos termos da Resolução SES/MG nº XXXXXXXX, ou regulamento que vier a substituí-la, de acordo com o cronograma de monitoramento previsto no Anexo Técnico deste TERMO).

I- O processo eletrônico para prestação de contas, controle e avaliação, a ser apresentado em periodicidade definida em Resolução à SES/MG, pelos beneficiários que receberem recursos públicos repassados pelo FES no ano corrente ou pelos beneficiários que possuem saldos remanescentes de repasses anteriores, utilizando o ano fiscal como período de referência, será composto, além das informações digitais fornecidas pela internet, dos seguintes documentos:

- a. relatório de execução física e financeira do TERMO, assinado digitalmente pelo representante legal da instituição;
- b. demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final;
- c. restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado, salvo como disposto no inciso III do art. 19 do Decreto 48.600/2023;
- d. termo por meio do qual o ente federado ou entidade de direito público ou privado será obrigado a manter os documentos relacionados ao respectivo TERMO celebrado, conforme disposto no art. 22 do Decreto 48.600/2023.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§1º O beneficiário terá 60 (sessenta) dias para preencher e assinar o formulário digital da Prestação de Contas via SIG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo, por meio eletrônico, contados a partir de sua liberação no sistema.

§2º A verificação da adequada aplicação dos recursos, deste TERMO DE COMPROMISSO, ao fim que se destina, será realizada mediante a análise do atendimento e cumprimento dos objetivos e dos indicadores, conforme disposto no Anexo da Resolução nº

§3º Quando a transferência ao Fundo de Saúde for destinada ao ressarcimento de serviços prestados, a comprovação ocorrerá por meio da informação pela internet, do pagamento à instituição, conforme regulamento da SES/MG.

II- Caso os recursos disponibilizados não tenham sido aplicados no mercado financeiro, ou sejam restituídos fora dos prazos legalmente estipulados, será aplicada a Taxa SELIC Acumulada, sobre o valor da liberação financeira realizada ou sobre saldos porventura existentes.

III- A ENTIDADE BENEFICIADA, deverá arquivar os seguintes documentos, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que foi assinado o processo de prestação de contas:

- a. nota de empenho do beneficiado, se for o caso;
- b. relação de pagamentos efetuados;
- c. comprovante original de faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos originais de comprovação de despesas, rotuladas com o número dos Termos, ou cópias acompanhadas de declaração de autenticidade dos documentos apresentados assinada pelo representante legal do beneficiário;
- d. comprovante de ordem bancária ou transferência eletrônica ou microfilmagem de cheque nominativo emitido para pagamento;
- e. demonstrativo dos rendimentos de aplicação financeira;
- f. documentos relativos aos processos de contratação de serviço e de aquisição e gestão de bens adquiridos, para a execução do objeto pactuado, se for o caso;
- g. comprovante de devolução, ao Tesouro Estadual, dos saldos em conta corrente e de aplicação financeira, somado a eventuais despesas vedadas, observados o art. 10 do Decreto 48.600/2023, com o respectivo Documento de Arrecadação Estadual – DAE – ou, quando se tratar de recurso de fonte federal, comprovante de depósito na conta específica do instrumento celebrado com a União;
- h. procedimento licitatório ou processo análogo de compra ou de adesão à ata de registro de preços, com os comprovantes de divulgação do edital da modalidade utilizada e respectivo resultado, procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- i. comprovantes e guias de retenções e recolhimentos de impostos e encargos sociais incidentes, se for o caso; e
- j. contratos firmados para a execução do objeto pactuado, se for o caso.

IV- Constatadas irregularidades no processo de prestação de contas, ele será baixado em diligência pela SES/MG, sendo fixado prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas, ou a devolução dos recursos liberados, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

V- A não apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação no prazo estipulado, ou a sua não aprovação ensejará as seguintes providências pela SES/MG;

- a. dar início ao Processo de Constituição de Crédito Não Tributário;
- b. registrar, nos casos de omissão do dever de prestar contas, a inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI-MG-, se não tiver sido efetuado anteriormente.

VI- As funções fiscalizadoras e de auditoria serão exercidas pela SES/MG, por meio da Auditoria Assistencial, sem prejuízo do exercício do controle interno e externo.

VII- Todas as informações prestadas serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, estando sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constatada a sua falsidade ou inverdade.

CLÁUSULA QUINTA- DOS INDICADORES

O (s) indicador (es) e desempenho (s) pactuados neste instrumento é (são) o (s) descrito (s) no Anexo Técnico deste TERMO, parte integrante da Resolução, o qual poderá ser revisto por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE COMPROMISSO terá vigência de 60 meses, a partir de _____ de _____ de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

I- Este TERMO DE COMPROMISSO poderá, a qualquer tempo, sofrer alterações em suas cláusulas por iniciativa da SES/MG, mediante assinatura de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado e formalizado, sendo vedada a alteração do objeto pactuado.

II- Este TERMO DE COMPROMISSO poderá ser prorrogado pela SES/MG, havendo interesse público devidamente justificado, desde que respeite o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA, EXTINÇÃO E RESCISÃO

Este TERMO DE COMPROMISSO poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, ou rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, unilateralmente, pelo Estado, ou de comum acordo entre as partes, ou por inadimplência de qualquer delas ou pela superveniência de motivos que o torne material ou formalmente inviável.

Parágrafo único - Na hipótese de descumprimento do objeto, fica facultado à SES/MG, mediante expedição de documento formal às partes, determinar o bloqueio dos recursos transferidos.

CLÁUSULA NONA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

As partes deverão observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 11.129/2022 e Decreto nº 46.782/2015 e neste TERMO, e conforme indicado a seguir:

I – A ENTIDADE BENEFICIADA permitirá à SES/MG a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do TERMO, e poderá submetê-los à auditoria realizada por pessoas designadas pelo respectivo Órgão.

II - Para isso, as partes deverão:

- a) manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de 10 (dez) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;
- b) entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção, e disponibilizar os empregados ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder a indagações provenientes da SES/MG ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado pela SES/MG para a revisão ou auditoria dos documentos.

Parágrafo único. Caso a ENTIDADE BENEFICIADA não cumpra as exigências firmadas ou de qualquer maneira crie à SES/MG obstáculos para a fiscalização, revisão ou auditoria dos documentos, poderá esta, discricionariamente, tomar medidas apropriadas para tanto.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

III - Caso após procedimento administrativo da SES/MG ficar comprovado que empregado ENTIDADE BENEFICIADA ou de quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, a SES/MG poderá declarar inelegíveis a ENTIDADE BENEFICIADA e/ou seus empregados diretamente envolvidos nas práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar de futuras Licitações ou Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou questões suscitadas na execução deste TERMO DE COMPROMISSO E, para constar, que depois de lido e achado conforme pelas partes, foi por elas assinado.

Belo Horizonte, de de 2023

GESTOR (A) DO SUS MUNICIPAL





ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

DA RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS E VALORES INDIVIDUAIS

SIGLA DOS CONSÓRCIOS	FAIXA FINAL (fator multipli- cador)	FAIXA PARTICI- PAÇÃO NO EDITAL Nº 01/2021	FAIXA FINAL (pop. Assistid- a - FARM- ACIS)	FAIXA FINAL (total de veículos - TRANSPOR- TASUS)	FAIXA FINAL (total de veículos - VACIM- ÓVEL)	TOTAL
ACISPES	5	0	2	0	0	R\$ 3.493.750, 00
CIDESLESTE	4	0	1	0	3	R\$ 2.664.000, 00
CIESP	4	2	1	2	1	R\$ 2.928.000, 00
CIMBAJE	3	2	2	2	2	R\$ 2.193.000, 00
CIMMESF	2	2	2	2	1	R\$ 1.651.000, 00
CINSC	4	0	2	0	1	R\$ 2.688.000, 00
CISAJE	4	0	0	2	3	R\$ 2.784.000, 00
CISALP	3	2	2	1	3	R\$ 2.142.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISALV	4	3	3	2	2	R\$ 3.156.000, 00
CISAMAPI	4	3	3	3	3	R\$ 3.324.000, 00
CISAME	0	0	0	0	0	R\$ 407.246,37
CISAMSF	3	2	2	1	1	R\$ 2.074.000, 00
CISAPVP	2	0	0	2	2	R\$ 1.482.000, 00
CISARP	2	0	2	3	2	R\$ 1.677.000, 00
CISARVG	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISCAPARAO	2	2	2	3	2	R\$ 1.742.000, 00
CISCEL	2	0	0	2	2	R\$ 1.482.000, 00
CISCEN	1	0	0	0	2	R\$ 884.000,00
CISCIRCUITOD ASAGUAS	3	0	2	0	2	R\$ 1.938.000, 00
CISDOCE	2	0	0	0	3	R\$ 1.378.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISEVMJ	4	3	2	3	3	RS 3.324.000, 00
CISGRAOMOG OL	2	0	0	0	1	RS 1.326.000, 00
CISLAP	1	0	0	0	1	RS 867.000,00
CISLAV	2	0	0	0	1	RS 1.326.000, 00
CISLESTE	2	3	2	2	3	RS 1.735.500, 00
CISMARG	2	0	0	2	1	RS 1.456.000, 00
CISMARPA	3	0	0	0	3	RS 1.802.000, 00
CISMAS	2	0	3	2	2	RS 1.612.000, 00
CISMEJE	2	0	0	0	0	RS 1.300.000, 00
CISMEM	1	0	0	2	1	RS 952.000,00
CISMEPI	4	1	0	0	1	RS 2.508.000, 00
CISMEV	2	2	0	3	2	RS 1.612.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISMISEL	3	2	0	2	2	R\$ 2.023.000, 00
CISMIV	4	1	2	2	1	R\$ 2.988.000, 00
CISNES	1	0	1	0	1	R\$ 909.500,00
CISNORTE	4	1	0	0	2	R\$ 2.556.000, 00
CISPARA	2	1	0	2	2	R\$ 1.514.500, 00
CISPARANAIBA	2	0	0	1	1	R\$ 1.391.000, 00
CISRAL	0	0	0	1	1	R\$ 435.753,62
CISREC	4	0	3	0	2	R\$ 2.736.000, 00
CISTM	4	0	3	3	3	R\$ 3.144.000, 00
CISUM	2	1	2	2	2	R\$ 1.644.500, 00
CISVAS	2	0	0	2	1	R\$ 1.456.000, 00
CISVER	3	2	0	2	2	R\$ 2.023.000, 00

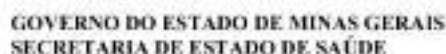




GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISVERDE	3	2	3	2	2	R\$ 2.193.000, 00
CISVI	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CONSAUDE	4	2	3	2	2	R\$ 3.096.000, 00
CONVALES	4	0	0	3	2	R\$ 2.856.000, 00
ICISMEP	5	3	3	3	3	R\$ 4.501.250, 00
SIMSAUDE	3	0	3	0	3	R\$ 1.972.000, 00







GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

É vedada a aquisição de equipamentos e no execução de obra para terceiros.

Para aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, descartar também o quantitativo e valor patrimonial dos itens.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



DOS INDICADORES DO PROJETO

Indicador 1: Percentual da execução física e financeira da obra (construção, ampliação ou adequação) do consórcio público de saúde.

Esse indicador relaciona a execução física e financeira da obra, ou seja, aumenta seu percentual cada vez que a obra avança, de acordo com o planejamento de utilização de recurso pactuado.

Fórmula de cálculo: (Quantidade executada do item ou serviço) / Valor total dos itens ou serviços da obra) x 100

Frequência de coleta: quadrimestral

Fonte de dados: Registros realizados no SiG-RES pelos consórcios públicos de saúde.

Responsáveis pela apuração: Equipe de monitoramento dos consórcios públicos de saúde e equipe designada pela SES/MG.

Indicador 2: Percentual de execução financeira da aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

Esse indicador relaciona a execução financeira da aquisição de equipamentos, aumentando seu percentual cada vez que o recurso pactuado do planejamento é utilizado.

Fórmula de Cálculo: (Quantidade de itens adquiridos) / Valor total dos itens planejados) x 100

Frequência de coleta: quadrimestral

Fonte de Dados: Registros realizados no SiG-RES pelos consórcios públicos de saúde.

Responsáveis pela apuração: Equipe de monitoramento dos consórcios públicos de saúde e equipe designada pela SES/MG.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MANIFESTAÇÃO DE ADESÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

DO OBJETO: incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

De acordo com exposto no, Art. 35, I, da **Resolução SES/MG nº , de XXX de XXXX de 2023**, o **consórcio de [Inserir nome do consórcio]**, por meio do seu representante legal **[Inserir nome do (a) representante legal]**, declara que o consórcio em questão está aderindo ao processo de repasse de incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

[Inserir data, local e assinatura do (a) representando legal]





ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MANIFESTAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE QUANTO A
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

DO OBJETO: incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

De acordo com exposto no, Art. 3º, §5º, Art. 6º e Art. 35, II, da Resolução SES/MG nº , de XXX de XXXX de 2023, o Consórcio de [Inserir nome do consórcio], por meio do seu representante legal [Inserir nome do (a) representante legal], declara que os entes consorciados [citar todos os municípios adequados ao critério], contratualizam com o consórcio em questão serviços públicos de no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

O Consórcio de [Inserir nome do consórcio], está ciente de suas obrigações legais, bem como a obrigatoriedade de devolução do repasse financeiro, em caso de descumprimento dos pré-requisitos constantes no Capítulo II, desta resolução.

[Inserir data, local e assinatura do (a) representando legal]





ANEXO VII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

CRONOGRAMA PARA ADESÃO

Atividade	Prazo (em dias)	Período para execução
Manifestação do interesse do consórcio público de saúde via SEI		07/10/2023 a 22/10/2023
Elaboração da 1ª versão do Planejamento de utilização de recursos		
Informe na CIB Macro ou Micro quanto o Planejamento de utilização de recursos e predominância da microrregião de referência do consórcio		23/10/2023 a 27/10/2023
Ajuste do Planejamento de utilização de recursos se houver		27/10/2023 a 31/10/2023
Envio do Planejamento de utilização de recursos via SEI		27/10/2023 a 06/11/2023
Análise e emissão de parecer através da Comissão de Avaliação	15 (quinze) dias corridos	
Interposição dos consórcios públicos, caso seja habilitado parcialmente ou inabilitado pela Comissão de Avaliação via SEI		22/11/2023 a 24/11/2023
Análise e emissão de parecer complementar após interposição do consórcio		27/11/2023 a 30/11/2023
Adesão e cadastro dos beneficiários no SiG-RES	07 (cinco) dias corridos	
Assinatura dos Termos de Compromisso no SiG-RES	05 (cinco) dias corridos	
Início da vigência dos Termos de Compromisso		13/12/2023
Pagamento do incentivo financeiro	05 (cinco) dias corridos	





ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

CRONOGRAMA DE MONITORAMENTO

Período de monitoramento	Etapa do monitoramento	Prazo para inserção de informações no SIG-RES	Prazo para avaliação da SES/MG
Dez/23 a Mar/24	Apresentar percentual de execução do planejamento de recursos, e documentos comprobatórios conforme o status informado.	20 dias corridos após o término do período de monitoramento	20 dias úteis após a inserção das informações no SIG-RES
Abr/24 a Jul/24			
Ago/24 a Nov/24			
Dez/24 a Mar/25			
Abr/25 a Jul/25			
Ago/25 a Nov/25			
Dez/25 a Mar/26			
Abr/26 a Jul/26			
Ago/26 a Nov/26			
Dez/26 a Mar/27			
Abr/27 a Jul/27			
Ago/27 a Nov/28			





RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Define as regras de financiamento para incentivo financeiro do projeto de caráter transitório, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 03 de outubro de 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304 de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080 de 19 de setembro de 1990, e 8.689 de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- o Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- o Decreto Estadual nº 48.661 de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Saúde;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023, que Cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências;

- a Resolução SES/MG nº 8.879 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre as regras de aplicação do Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023;

- a Resolução SES/MG nº 8.880 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Macrorregional de Acompanhamento;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 03 de outubro de 2023, que aprova as regras de financiamento para incentivo financeiro, via consórcios públicos de saúde, referente a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam definidas as regras de financiamento para incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde, visando a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG), instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

Art. 2º - Foram considerados, como parâmetro para definição dos valores e beneficiários, os critérios estabelecidos no arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

**CAPÍTULO II
DOS PRÉ-REQUISITOS PARA ADESÃO**

Art. 3º- Para obtenção do incentivo financeiro, os consórcios públicos de saúde deverão seguir os seguintes pré-requisitos:

I - estar em conformidade com a Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

II - estar em conformidade com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280 de 25 de julho de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências.

III - apresentar o certificado de inscrição regular no Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), que substituirá a apresentação dos documentos exigíveis para a obtenção do referido certificado;

IV - apresentar cópia do Protocolo de Intenções atualizado, constando a natureza jurídica dos consórcios e os entes consorciados, este documento deve ser anexo ao SEI e SiG-RES;

V - observar e apresentar somente entes consorciados que são atendidos pelo consórcio com serviços de saúde, conforme Anexo VI desta Resolução.

Art. 4º - Exclui-se da adesão a esta resolução, os consórcios públicos de saúde que não tiverem produção ambulatorial registrada na base de informação do SIA/SUS.

Art. 5º - É vedada adesão a esta resolução, aos consórcios públicos de saúde que possuem contratos com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais SES/MG, cuja finalidade seja a operação regional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU Regional).

Art. 6º - Está vedada a participação de consórcios que não realizam serviços de saúde, bem como, o consórcio incluir na base de cálculo do recurso a ser recebido, a população dos entes consorciados que estabelecem vínculo com o consórcio para outras finalidades, sem a inclusão dos serviços de saúde em contrato.

Parágrafo único - Caso haja descumprimento do caput deste artigo, o consórcio público de saúde, deverá devolver do recurso conforme proporcionalidade da população do município.

CAPÍTULO III DO VALOR, REPASSE DE RECURSOS E RENDIMENTOS

Art. 7º - Os valores serão repassados em única parcela, diretamente do Fundo Estadual de Saúde para os Consórcios Públicos de Saúde.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 8º - O recurso financeiro perfaz o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.158.4463.0001-447042-10.1 e 4291.10.302.158.4463.0001-447542-10.1.

§ 1º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, deverá ser utilizado pelos beneficiários, conforme objetivos do projeto de caráter transitório dispostos no art. 2º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 10 de outubro de 2023.

§ 2º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, cuja natureza é de investimento poderá, à luz do Art. 17 § 1º do Decreto nº 48.600/2023, ser utilizado para aquisição de equipamentos permanentes.

CAPÍTULO IV

DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

Art. 9º - Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários deverão assinar o instrumento de repasse Termo de Compromisso disponível no Anexo I desta resolução, nos termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023, em Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES) ou sistema que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO V

DA RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10 - A relação dos beneficiários e o teto máximo dos valores individuais que poderão ser repassados aos consórcios públicos de saúde, estão dispostos no Anexo II desta resolução.

Parágrafo único - Os valores para incentivo foram calculados conforme base de dados disponibilizada no painel de consórcios, até o mês de agosto/2023, esta base está disponível no endereço eletrônico: <https://www.saude.mg.gov.br/consorcios>.

Art. 11 - A relação dos beneficiários e valores máximos do incentivo financeiro, poderá ser reduzido após avaliação dos pré-requisitos para adesão conforme Capítulo II e Art. 3º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e Arts. 5º, 4º, e 6º, § 1º, desta resolução.

§ 1º - A memória de cálculo utilizada para disponibilizar os valores máximo do incentivo financeiro está disponível no endereço eletrônico: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UVyBkHhxn6Qv4_9M1IxxY9qG4YD-2Wj/edit?usp=sharing&oid=106388150548734081968&rtoref=true&sd=true





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 2º - Cabe aos Consórcios Públicos de Saúde manterem os dados atualizados junto a Secretaria de Estado de Saúde, informando quaisquer alterações que podem implicar na definição dos valores, tais como mudanças no quantitativo dos entes consorciados.

§ 3º - Se for caracterizada a predominância de dois ou mais consórcios em uma microrregião de saúde a Comissão Intergestores Bipartite Microrregional, deve definir qual dos consórcios será o predominante, devendo ser feito os cálculos dos valores individuais para o (s) outro (s) consórcio (s), retirando as microrregiões predominantes sobrepostas.

CAPÍTULO VI
DO PLANEJAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 12 - O planejamento da utilização de recursos, deve contemplar o escopo do objeto desta resolução, de acordo com a demanda de cada consórcio público de saúde, considerando os seguintes itens:

I - o dimensionamento dos recursos para a execução de obras de construção, ampliação ou adequação de imóveis dos consórcios, deverá ser composto por projeto básico contemplando todas as fases de execução da obra e prazos para cada fase;

II - o dimensionamento dos recursos para aquisição de equipamentos permanentes médicos assistenciais, deverá ser composto dos itens que se pretende adquirir, quantitativo, valor unitário e valor total.

Parágrafo único - O planejamento de utilização de recursos, deve apresentar justificativa que contemple a avaliação do ganho assistencial qualitativo e/ou quantitativo da região de saúde com a ampliação do escopo assistencial e/ou supressão da demanda existente na região.

Art. 13 - Para os consórcios públicos de saúde que realizaram adesão ao FarmaCIS através da Resolução SES/MG nº 8.368 de 19 de outubro de 2022 ou Resolução SES/MG nº 4.173, de 16 de maio de 2023, Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG através da Resolução SES/MG nº 8.439 de 09 de novembro de 2022 e Projeto Vacimóvel através da Resolução SES/MG nº 8.914 de 25 de julho de 2023, o investimento para obras poderá ser custeado com o incentivo financeiro desta resolução.

Art. 14 - Na organização da utilização dos recursos, o consórcio público de saúde deve avaliar a contrapartida financeira com recurso próprio e indicar no projeto básico.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 15 - É vedada a aquisição de equipamentos e/ou realização de obras para instituições e serviços terceirizados.

Art. 16 - É vedada a utilização dos recursos para aquisição de imóveis independente da natureza que o bem será utilizado.

Art. 17 - O modelo de planejamento de utilização de recursos está disponível no Anexo III desta Resolução.

**CAPÍTULO VII
DO PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

Art. 18 - O projeto básico de construção, ampliação e/ou adequação de imóveis, deve atender as normas vigentes referentes aos critérios de engenharia e da Vigilância Sanitária estadual e/ou municipal.

Art. 19 - O projeto básico deve conter minimamente a seguinte estrutura:

I - 1 (uma) sala para realização das rotinas de gestão do consórcio;

II - 2 (duas) salas de atendimento multiprofissionais, podendo ser utilizado para consultas e realização de exames.

§ 1º - Caso o consórcio possua em sua estrutura o mínimo descrito nos incisos I e II deste artigo, os projetos de ampliação e/ou adequação de imóveis dos Consórcios, destinados às ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde, poderão ser destinados para suporte à assistência à saúde, incluindo os ligados ao Transporte SUS-MG e FarmaCIS.

§ 2º - Caso o consórcio não possua em sua estrutura o mínimo descrito nos incisos I e II deste artigo, os projetos de ampliação e/ou adequação de imóveis dos Consórcios deverão contemplar a adequação para atender a estes mínimos descritos.

§ 3º - Os beneficiários poderão dispor do incentivo financeiro repassado para a elaboração do projeto arquitetônico, desde que o desembolso para esta finalidade não seja superior a 5% (cinco por cento) do valor global do instrumento.

Art. 20 - Conforme a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, o projeto arquitetônico deverá demonstrar a viabilidade técnica da edificação e possibilitar a avaliação do custo dos serviços e





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

obras, bem como permitir a definição dos métodos construtivos e prazos de execução do empreendimento.

Art. 21 - Para execução de qualquer obra nova, de reforma ou de ampliação de Estabelecimento Assistencial de Saúde - EAS é exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária local (estadual ou municipal), que licenciará a sua execução, conforme o Inciso II do Artigo 10º e Artigo 14º da Lei 6.437/77 que configura as infrações à legislação sanitária federal, Lei 8080/90 - Lei Orgânica da Saúde e Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES

Art. 22 - Para a aquisição dos equipamentos permanentes será considerado a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes (RENEM), financiáveis pelo SUS.

Art. 23 - Para fins desta resolução, a categorização para a aquisição dos equipamentos, terá em vista o rol taxativo de equipamentos permanentes médico-assistencial, constantes na RENEM, que são definidos como "equipamentos ou sistemas utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia e monitoração na assistência à saúde da população".

§ 1º - A listagem para aquisição deve ser consultada, por meio do endereço eletrônico: <https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento/nome>, para o planejamento da aquisição e deve respeitar a categorização taxativa, bem como, a especificidade de bem permanente.

§ 2º - O consórcio público de saúde que indicar itens que não obedeçam a categorização e especificidade dos itens, terão estes materiais retirados de seu planejamento de compra.

Art. 24 - A definição deste rol taxativo é baseada nos seguintes objetivos estratégicos da SES/MG:

- I - promover o acesso às redes assistenciais, de acordo com a necessidade por procedimentos e serviços de saúde nos territórios;
- II - modernizar e agilizar a assistência por meio da implantação de tecnologias de saúde; e
- III - ter redes de saúde prioritárias e resolutivas.





CAPÍTULO IX DA METODOLOGIA DE REPASSE

Art. 25 - A metodologia do repasse financeiro foi estabelecida conforme diretrizes estabelecidas no Art. 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

Art. 26 - O cálculo para o repasse financeiro considerou três critérios de avaliação, sendo:

I - Critério 1 - População das microrregiões de saúde predominantes do consórcio, utilizando o seguinte critério, para definir a predominância:

$$\frac{\text{Nº total de municípios consorciados da microrregião "X"}}{\text{Nº total de municípios da microrregião "X"}} > 0,5$$

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 1.000.001	5
Entre 550.001 a 1.000.000	4
Entre 250.001 a 550.000	3
Entre 100.001 a 250.000	2
Entre 1 a 100.000	1
Consórcio sem microrregião predominante*	0

*Refere-se aos consórcios públicos de saúde que não tem mais de 50% dos municípios da microrregião consorciados em nenhuma região de saúde.

II – Critério 2 – Produção ambulatorial total do consórcio dividido pela produção de todos os consórcios de Minas Gerais, no ano de 2022, tendo como base de informação o SIA/SUS:

$$\frac{\text{Produção Total do Consórcio "X"}}{\text{Produção Total de Minas Gerais}} = \%$$





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 4%	5
Acima de 3% até igual a 4%	4
Acima de 2% até igual a 3%	3
Acima de 1% até igual a 2%	2
Acima de 0% até igual a 1%	1

III – Critério 3 - Resolubilidade de todas as microrregiões de saúde predominantes do consórcio do período de dezembro de 2021 a novembro de 2022, utilizando o seguinte cálculo:

a) Para consórcios com apenas uma microrregião predominante foi utilizada a resolubilidade da microrregião predominante.

b) Para consórcios com mais de uma microrregião predominante foi utilizada a resolubilidade das microrregiões predominantes por meio de uma média ponderada.

Média ponderada por micro – Microrregião predominante
$\frac{\text{Nº de municípios da microrregião predominante "x"} \times \text{Peso da microrregião "X"}}{\text{Somatório do nº municípios de todas as microrregiões predominantes (X, Y, Z) do consórcio}}$
<p>Após realizar o cálculo para cada microrregião predominantes, soma-se os pesos. Em seguida:</p> <p>Peso da microrregião "X" x Resolubilidade da microrregião predominante "X" = Resolubilidade proporcional de "X"</p> <p>Após obtenção de todas as resolubilidades proporcionais. Por fim,</p> <p>Somatório das Resolubilidades proporcionais (X, Y, Z) obtidas das microrregiões predominantes</p>

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 90%	1
70% até igual a 90%	2
50% até igual a 69%	3
30% até igual a 49%	4
1% até igual a 29%	5
Consórcio sem microrregião	0





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Faixa	Faixa final*	Valor da Faixa
5	Acima de 3,5	R\$3.250.000,00
4	2,5 até igual a 3,5	R\$2.400.000,00
3	2,0 até igual a 2,5	R\$1.700.000,00
2	1,5 até igual a 2,0	R\$1.300.000,00
1	1 até igual a 1,5	R\$850.000,00
0	0 até igual a 1	R\$407.246,37

predominante*

*Refere-se aos consórcios públicos de saúde que não tem mais de 50% dos municípios da microrregião consorciados em nenhuma região de saúde.

Art. 27 - Com base nos critérios estabelecidos no art. 19, o valor por consórcio é definido com base no cálculo resultante da média dos critérios de avaliação supramencionados, considerando a faixa de 0 a 5, e a faixa em que o consórcio se encontra, observando os seguintes pesos.

CRITÉRIO	PESO
Critério 1 "Microrregião predominante"	4
Critério 2 "Produção total"	4
Critério 3 "Resolubilidade"	2

$$\frac{(4 \times \text{resultado do critério 1}) + (4 \times \text{resultado do critério 2}) + (2 \times \text{resultado do critério 3})}{10} = \text{Faixa Final}$$

10





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

*Foram considerados Microrregião predominante, participação da produção na produção total de Minas e Resolubilidade da microrregião predominante conforme cálculos demonstrados.

Art. 28 - Os Consórcios Públicos de Saúde que realizaram adesão ao fomento FarmaCIS, a Política Transporta SUS-MG, ao Edital de Média Complexidade Ambulatorial nº 01/2021 e/ou a Política "Vacimóvel", poderão receber incentivo financeiro adicional conforme, nos seguintes termos:

I - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão ao fomento FarmaCIS, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva faixa)

Faixa	População atendida FarmaCIS	% Valor acrescentado sob o multiplicador
1	0 a 100.000	5,0%
2	100.001 a 200.000	7,5%
3	Mais de 200.000	10,0%

II – Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão a Política Transporta-SUS/MG, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1,2 e 3 – Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Quantidade de Veículos**	% Valor multiplicador
1	1 a 4	5,0%
2	5 a 9	10,0%
3	Acima de 10 veículos	15,0%

**Conforme Deliberação nº 4001/2022; Resolução SES/MG nº8439/2022 e
Resolução SES/MG nº4277/2023

III - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que têm contrato vigente no âmbito do Edital de Média Complexidade Ambulatorial nº 01/2021.

Parágrafo único - Foi realizado o somatório do repasse de recursos, que os consórcios participantes receberam de mar/2020 a mar/2023, considerando apenas os contratos que tiveram sua vigência prorrogada, e a partir disso, foi classificado nas faixas de valores, considerando o seguinte cálculo:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Faixa de valor	% Valor multiplicador
1	0 a 50.000	2,5%
2	50.001 a 200.000	5,0%
3	Acima de 200.000	7,5%
0	Não aderiu ao Edital	

IV - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão a Política "Vacimóvel", poderão receber incentivo financeiro adicional conforme, nos seguintes termos:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Quantidade de Veículos**	% Valor multiplicador
1	1 a 2	2,0%
2	2 a 4	4,0%
3	Acima de 5 veículos	6,0%
**Resolução SES/MG nº 9.034/2023		

Art. 29 - O consórcio público de saúde poderá utilizar os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no objeto acordado, observado o disposto nesta resolução e no termo de compromisso.

CAPÍTULO X

DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 30 - A proposta de execução dos recursos, deve ser informada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB-SUS/MG), podendo esta ser microrregional, macrorregional ou estadual, a depender da abrangência territorial do consórcio público de saúde.

§ 1º - O consórcio público de saúde no período de 23 a 27 de outubro de 2023, deverá realizar informe na CIB-SUS/MG conforme *caput* deste artigo.

§ 2º - As datas das reuniões extraordinárias da CIB-SUS/MG estão disponíveis no cronograma das Reuniões Ordinárias das CIB Macro ou CIB Micro, Câmaras Técnicas e CIB-SUS/MG – 2023, conforme o endereço eletrônico: <https://www.saude.mg.gov.br/cib>.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 3º - Após informe em CIB-SUS/MG, o planejamento de utilização de recursos, será avaliado pela Comissão de Avaliação da SES/MG.

CAPÍTULO XI
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 31 - Será instituída Comissão de Avaliação, que possuirá como premissas analisar, julgar e emitir parecer, sobre o planejamento de utilização de recursos.

Art. 32 - A Comissão de Avaliação será responsável por habilitar, habilitar parcialmente ou inabilitar o consórcio público de saúde para receber o incentivo financeiro pleiteado.

§ 1º - Entende-se por:

I - habilitar: a aprovação do pleito sem ressalvas;

II - habilitar parcialmente: aprovação do pleito de forma parcial; e

III - inabilitar: análise do pleito irregular.

§ 2º - Conforme caput, quando o pleito for analisado com habilitação parcial ou inabilitação, o consórcio público de saúde poderá interpor do julgamento da decisão e apresentar documentação complementar.

Art. 33 - A Comissão de Avaliação, em sua análise deve apreciar se o escopo assistencial dos consórcios públicos de saúde, corrobora com as necessidades assistenciais do território assistido, bem como, se as demandas levantadas estão alinhadas com o Objetivos Estratégicos da SES/MG.

§ 1º - A Comissão de Avaliação possuirá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, para habilitar, habilitar parcialmente ou inabilitar o consórcio público de saúde para a celebração do Termo de Compromisso.

§ 2º - O consórcio público de saúde que porventura, tenha sido inabilitado ou habilitado parcialmente, poderá interpor da decisão e enviar as justificativas, documentos e informações complementares necessárias, no prazo de 22 a 24 de novembro de 2023.

§ 3º - A Comissão de Avaliação no período de 27 a 30 de novembro de 2023, deverá realizar nova avaliação e emitir parecer complementar referente a interposição de recurso.

§ 4º - A cada fase de avaliação, a comissão deverá comunicar ao consórcio via e-mail e/ou sistema de informação disponível.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 34 - A Comissão de Avaliação será disciplinada por resolução e possuirá um membro de cada subsecretaria abaixo, e além de um membro da unidade regional de saúde e gabinete do secretário de estado de saúde:

I - Gabinete;

II - Subsecretaria de Gestão e Finanças/Superintendência de Infraestrutura, Logística e Contratações - Diretoria de Infraestrutura Física e Engenharia;

III - Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde/Superintendência de Atenção Especializada - Diretoria de Políticas e Estruturação da Atenção Especializada;

IV - Subsecretaria de Regionalização - Núcleo de Consórcios;

V - Unidade Regional de Saúde (URS) de referência do consórcio público de saúde.

§ 1º - A URS de referência será designada conforme a localização da microrregião predominante do consórcio público de saúde, podendo haver mais de uma URS de referência para o mesmo consórcio.

§ 2º - A URS deverá emitir parecer, no qual deve analisar o benefício da ampliação do escopo assistencial em seu território. Na hipótese de haver mais de uma URS de referência, este parecer deve ser realizado em conjunto.

CAPÍTULO XII

DAS METAS

Art. 35 - Ficam estabelecidas as seguintes metas para os consórcios que aderirem ao presente projeto de caráter transitório:

I – aquisição de equipamentos médico assistenciais para ampliação do escopo assistenciais dos entes consorciados;

II – execução de obras de construção, ampliação e/ou adequação dos imóveis dos consórcios públicos de saúde, que visem o fortalecimento dos equipamentos de saúde nos territórios.

CAPÍTULO XIII

DOS INDICADORES





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 36 - Para fins desta resolução, foram definidos os seguintes indicadores:

I - Percentual da execução física e financeira da obra (construção, ampliação ou adequação) do consórcio público de saúde;

II - Percentual de execução financeira da aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

Parágrafo único - As fichas dos indicadores estão estabelecidas no Anexo IV, desta Resolução.

CAPÍTULO XIV

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E FASES PARA ADESAO

Art. 37 - Para fins desta resolução, os consórcios públicos de saúde terão que manifestar interesse na adesão, via o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) através do peticionamento para usuário externo.

Parágrafo único - Deverá ser anexado, à manifestação de interesse, os seguintes documentos:

I - Declaração de manifestação de interesse, conforme modelo disponibilizado no Anexo V;

II - Declaração dos entes consorciados que possuem contrato de serviços de saúde com o consórcio, conforme modelo disponibilizado no Anexo VI;

III - CAGEC regular;

IV - Protocolo de intenções atualizado;

V - Ofício com justificativa do ganho assistencial quantitativo e/ou qualitativo da região de saúde atendida pelo consórcio;

VI - Planejamento de utilização de recursos.

Art. 38 - Os consórcios públicos devem atentar-se às fases da resolução e prazos estabelecidos para a devida habilitação do consórcio e o repasse do incentivo financeiro.

Parágrafo único - O cronograma para apresentação dos documentos, avaliação da comissão de avaliação, celebração do Termo de Compromisso, está disponível no Anexo VII desta resolução.

CAPÍTULO XV





DO MONITORAMENTO DA RESOLUÇÃO

Art. 39 - O processo de monitoramento do incentivo financeiro será quadrimestral, utilizando os dados referente a aquisição de equipamentos e percentual de execução da obra que porventura tenha sido planejada.

§ 1º - Os dados do monitoramento deverão ser alimentados no SiG-RES ou sistema que vier a substituí-lo.

§ 2º - O monitoramento será realizado com a indicação de status da execução da obra e/ou aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

§ 3º - O monitoramento do recurso para a execução de obras, ampliação ou adequação, contemplará nos primeiros 12 (doze) meses, a entrega dos seguintes documentos:

- I - o envio do projeto básico no SiG-RES ou sistema que vier a substituí-lo; e
- II - aprovação do projeto pela Vigilância Sanitária.

§ 4º - O projeto básico para a execução de obras para construção, ampliação ou adequação, deve contemplar todas as fases para execução da obra, com seus respectivos prazos e insumos necessários.

§ 5º - O beneficiário somente poderá iniciar a execução de obras para construção, ampliação ou adequação após aprovação do projeto básico pelas áreas competentes.

Art. 40 - O cronograma de monitoramento está estabelecido no Anexo VIII desta Resolução.

CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - O consórcio público de saúde apresentará no início de cada exercício financeiro o processo eletrônico de prestação de contas, conforme art. 20 do Decreto 48.600 de 2023.

Art. 42 - Os termos de compromisso firmados no âmbito desta resolução terão a vigência de 60 (sessenta) meses, a partir do dia 13 de dezembro de 2023.

Art. 43 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

TERMO DE COMPROMISSO PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

TERMO DE COMPROMISSO Nº / QUE
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E
A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO
PÚBLICO CONSÓRIO _____

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.516/0001-88, doravante denominada SES/MG, neste ato representado(a) pelo(a) Subsecretário de XXXX (a) de Estado de Saúde, Carteira de Identidade nº, expedida pelo(a), e CPF nº, com domicílio especial na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições legais que lhe confere a Resolução SES/MG, _____, e a PJDP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua doravante denominada ENTIDADE BENEFICIADA, neste ato representada pelo(a) seu gestor portador(a) da Carteira de Identidade nº, inscrito(a) no CPF sob o nº, residente e domiciliado na rua, aplicando-se a este instrumento as disposições contidas na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 160; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, na Decreto Estadual nº 48.600/2023, e Resolução SES/MG nº 8.879/2023, resolvem assinar o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto a adesão da ENTIDADE BENEFICIADA ao projeto de caráter transitório e às regras de execução, prestação de contas, controle e avaliação do incentivo financeiro, nos moldes do Decreto 48.600/2023, da Resolução SES/MG nº 8.879/2023, Deliberação CIB/SUS-MG nº, e da Resolução SES/MG nº e suas alterações, visando incentivar a execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, especificamente no que se refere ao objeto de , mediante a definição de indicadores.

Parágrafo único. O recurso financeiro previsto neste TERMO deverá ser utilizado para execução das ações e serviços públicos de saúde, conforme Anexo da Resolução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

1 – À ENTIDADE BENEFICIADA

- a. assinar termo de autorização para que a instituição financeira onde foi aberta conta bancária para o repasse dos recursos forneça à SES/MG saldos, extratos e comprovantes das contas correntes, investimentos e operações de crédito, mantidas junto ao banco e relacionadas ao presente TERMO;
- b. observar na aplicação dos recursos e na execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços públicos de saúde dos Projetos de caráter transitório, as Resoluções da SES/MG e as normas do Estado de Minas Gerais;
- c. cumprir as obrigações e responsabilidades constantes neste TERMO, bem como as estabelecidas na legislação do SUS, nos diplomas federais e estaduais que regem o presente TERMO;
- d. acompanhar, em conjunto com a SES/MG, as ações relativas à execução deste TERMO;
- e. notificar à SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatadas ocorrências excepcionais que interferir no cumprimento do desempenho dos indicadores estabelecidos em Resolução, ou quaisquer outras alterações que interfiram na execução deste TERMO;
- f. quando couber, alimentar os sistemas de informações da SES/MG e/ou do Ministério da Saúde e/ou informar ao município os dados, necessários para o acompanhamento deste TERMO;
- g. permitir o acesso dos técnicos da SES/MG e/ ou do município aos registros, sistemas e informações, sempre que solicitado e/ou enviar as informações solicitadas, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela SES/MG, durante a vigência deste TERMO;
- h. assegurar à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial, às Unidades Regionais de Saúde e aos órgãos de controle externo da Administração Pública, bem como ao Controle Nacional de Auditoria – SNA e aos órgãos do município, no âmbito do SUS, o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da execução deste TERMO;
- i. garantir que o serviço de saúde disponha de Alvará Sanitário vigente ou, sendo que situações excepcionais poderão ser especificadas e avaliadas pelo gestor da pasta;
- k. manter-se regular junto ao Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), se for o caso;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- l. participar das oficinas e dos cursos de capacitação oferecidos pela SES/MG e/ou pelo município, bem como promover outras oficinas e cursos para a rede de serviços, fomentando a educação permanente e continuada de base loco-regional;
- m. responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciários que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste TERMO;
- n. atender às diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;
- o. responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- p. responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, vinculado ou preposto, em razão da execução deste TERMO;
- q. disponibilizar, se for o caso, parte da estrutura do imóvel quando houver necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias;
- r. durante a vigência deste TERMO, qualquer que seja seu valor ou objeto, a entidade deverá manter, em local visível e de fácil acesso a toda comunidade e por meio de sítio eletrônico, as seguintes informações:
 - 1. estabelecimento integrante da Rede SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
 - 2. informações da Ouvidoria Geral do SUS, para sugestões, reclamações e denúncias;
 - 3. o número do presente TERMO, contendo o valor, o objeto e os indicadores pactuados, a data de assinatura, e o período de vigência, os quais poderão ser publicados apenas em sítio eletrônico;
- s. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e/ou qualitativamente, o atendimento do objeto;
- t. após a divulgação dos resultados do monitoramento realizado, atender ao disposto na Resolução SES/MG nº XXXX/2023, ou regulamento que vier a substituí-la, quanto à validação e eventual apresentação de recursos.
- u. nos prazos estabelecidos, inserir e validar os dados referentes à prestação de contas do ano anterior no sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº XXXX/2023, ou regulamento que vier a substituí-la.
- v. notificar a SES/MG de eventual alteração de endereço, de razão social e de mudança na diretoria e/ou Estatuto da ENTIDADE BENEFICIADA, enviando no prazo de 60 (sessenta) dias





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada e atualizada dos documentos que comprovem o fato;

w. manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas;

x. comunicar à SES/MG, com as respectivas propostas de soluções, os casos que demandarem a utilização de equipamentos, que porventura venham apresentar defeitos técnicos ou que necessitem de intervalos de uso para a manutenção ou substituição, bem como a ausência temporária de profissionais, visando à não interrupção da assistência e da produção;

II – À SES/MG:

a. efetuar o repasse dos recursos financeiros referentes ao objeto deste TERMO à ENTIDADE BENEFICIADA,

b. acompanhar as ações relativas à execução deste TERMO, em nível central e/ou regional;

c. monitorar, no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES), ou outro sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento das responsabilidades pelas partes envolvidas, notificando-as para tomada de providências quando necessário;

d. monitorar no Sistema SiG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento dos indicadores pactuados em cada período de apuração;

e. disponibilizar os resultados alcançados pela ENTIDADE BENEFICIADA, nas avaliações realizadas, por meio do Sistema SiG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Pelas ações e serviços públicos de saúde especificados no presente TERMO, a SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA o valor total de R\$, de acordo com o Regulamento do projeto de caráter transitório de saúde e Anexo Técnico deste TERMO.

§1º Os recursos transferidos pela SES/MG, enquanto mantidos nas contas bancárias específicas e não empregados na sua finalidade, serão aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, lastreados em títulos da dívida pública, com resgates automáticos.

§2º Os recursos utilizados por meio deste TERMO deverão ser individualizados e segregado nas demonstrações contábeis da entidade, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.

§3º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§4º É vedada a utilização dos recursos para o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais;

§5º É vedada a utilização dos recursos para a utilização em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

§6º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas em data anterior à assinatura do Termo e posterior ao término do prazo de vigência deste TERMO DE COMPROMISSO;

§7º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas com multas, juros ou atualização monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica, bem como em razão de atraso no repasse dos recursos, pela SES/MG;

§8º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

§9º É vedada a utilização dos recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde; e

§10 No caso de a (s) parcela (s) ser (em) composta (as) por parte variável, o valor do repasse ficará vinculado ao desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA em relação ao desempenho do (s) indicador (es) pactuado (s) no Anexo Técnico.

II - A SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA, o incentivo financeiro para a execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços públicos de saúde, mediante a assinatura deste TERMO DE COMPROMISSO.

III - Os recursos destinados têm natureza de apoio financeiro para execução das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao objeto deste TERMO, de natureza temporária e vinculada aos indicadores pactuados, não integrando, em nenhuma hipótese, a remuneração pela prestação de serviços contratados pelo SUS/MG.

IV - As transferências de recursos financeiros correrão à conta do orçamento do respectivo exercício por meio das seguintes Dotações Orçamentárias:

V - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias específicas aprovadas para os mesmos.

VI - Os valores do recurso financeiro serão apurados na forma disposta no Anexo Técnico que integra o presente TERMO.

VII - Os valores transferidos poderão ser alterados mediante a edição de ato normativo específico.





VIII - ENTIDADE BENEFICIADA deverá movimentar os recursos oriundos deste instrumento em conta bancária específica, não podendo ser movimentado para outras contas e outros fins.

§1º Os pagamentos deverão ocorrer por meio da conta específica por emissão de cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

§2º Todos os documentos de despesas realizadas deverão ser emitidos em nome do beneficiário final do recurso (ENTIDADE BENEFICIADA), devendo estar corretamente preenchidos e sem rasuras, constando, inclusive, o número do TERMO que acobertou tais despesas.

IX- A utilização dos recursos financeiros transferidos por meio deste TERMO, assim como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, somente poderá ocorrer de acordo com o previsto no instrumento que originou a liberação, no cumprimento do objeto pactuado.

§1º Caso sejam detectados vícios de legalidade, na aplicação do recurso, a liberação financeira prevista neste TERMO estará condicionada à sua regularização.

§2º Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira deste TERMO DE COMPROMISSO não utilizados deverão ser restituídos ao FES ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação.

§3º Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira relativos a este TERMO DE COMPROMISSO apurados ao final da vigência do TERMO poderão ser incorporados à execução do TERMO subsequente mediante aprovação da SES/MG.

§4º Os recursos previstos no caput deste artigo poderão ser utilizados para aquisição dos equipamentos necessários ao alcance do objeto deste TERMO, desde que previsto pela Resolução que trata da transferência.

§5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica a execução de obras e/ou adequação, salvo se estas forem objeto da Resolução SES/MG nº.

X - Toda despesa realizada com recursos transferidos por meio deste TERMO deverá ser precedida, respectivamente, do adequado processo licitatório ou do procedimento análogo ao licitatório, em conformidade com o regulamento próprio de compra da instituição, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa, respeitados os princípios jurídicos inseridos no art. 37 da Constituição Federal, assim como os da igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Parágrafo único. As contratações poderão ser realizadas mediante adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, ou legislação que vier a substituir, após solicitação e aprovação do gestor responsável pela ata, ficando, nesse caso, dispensadas da realização de procedimento licitatório próprio.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

XI – A SES/MG suspenderá imediatamente o repasse do recurso financeiro até que a situação seja regularizada, nas seguintes situações:

- a. caracterização de risco pela Vigilância Sanitária;
- b. aplicação dos recursos financeiros pela ENTIDADE BENEFICIADA de forma diversa à pactuada neste TERMO; e
- c. descumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO ou na Resolução.

XII - Havendo contratação entre a ENTIDADE BENEFICIADA e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste TERMO, tal contratação não induzirá à SES/MG em solidariedade jurídica, bem como não acarretará vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas, eventualmente reclamadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Os entes federados e as entidades de direito público ou privado deverão prestar contas por meio da internet, das informações necessárias para acompanhamento parcial da execução deste TERMO DE COMPROMISSO, visando verificar o atingimento dos objetivos e dos indicadores estabelecidos nos termos do instrumento de transferência, nos termos da Resolução SES/MG nº XXXXXXXX, ou regulamento que vier a substituí-la, de acordo com o cronograma de monitoramento previsto no Anexo Técnico deste TERMO).

I- O processo eletrônico para prestação de contas, controle e avaliação, a ser apresentado em periodicidade definida em Resolução à SES/MG, pelos beneficiários que recebem recursos públicos repassados pelo FES no ano corrente ou pelos beneficiários que possuem saldos remanescentes de repasses anteriores, utilizando o ano fiscal como período de referência, será composto, além das informações digitais fornecidas pela internet, dos seguintes documentos:

- a. relatório de execução física e financeira do TERMO, assinado digitalmente pelo representante legal da instituição;
- b. demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final;
- c. restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado, salvo como disposto no inciso III do art. 19 do Decreto 48.600/2023;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

d. termo por meio do qual o ente federado ou entidade de direito público ou privado será obrigado a manter os documentos relacionados ao respectivo TERMO celebrado, conforme disposto no art. 22 do Decreto 48.600/2023,

§1º O beneficiário terá 60 (sessenta) dias para preencher e assinar o formulário digital da Prestação de Contas via SIG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo, por meio eletrônico, contados a partir de sua liberação no sistema.

§2º A verificação da adequada aplicação dos recursos, deste TERMO DE COMPROMISSO, ao fim que se destina, será realizada mediante a análise do atendimento e cumprimento dos objetivos e dos indicadores, conforme disposto no Anexo da Resolução nº

§3º Quando a transferência ao Fundo de Saúde for destinada ao ressarcimento de serviços prestados, a comprovação ocorrerá por meio da informação pela internet, do pagamento à instituição, conforme regulamento da SES/MG.

II- Caso os recursos disponibilizados não tenham sido aplicados no mercado financeiro, ou sejam restituídos fora dos prazos legalmente estipulados, será aplicada a Taxa SELIC Acumulada, sobre o valor da liberação financeira realizada ou sobre saldos porventura existentes.

III- A ENTIDADE BENEFICIADA, deverá arquivar os seguintes documentos, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que foi assinado o processo de prestação de contas:

- a. nota de empenho do beneficiado, se for o caso;
- b. relação de pagamentos efetuados;
- c. comprovante original de faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos originais de comprovação de despesas, rotuladas com o número dos Termos, ou cópias acompanhadas de declaração de autenticidade dos documentos apresentados assinada pelo representante legal do beneficiário;
- d. comprovante de ordem bancária ou transferência eletrônica ou microfilmagem de cheque nominativo emitido para pagamento;
- e. demonstrativo dos rendimentos de aplicação financeira;
- f. documentos relativos aos processos de contratação de serviço e de aquisição e gestão de bens adquiridos, para a execução do objeto pactuado, se for o caso;
- g. comprovante de devolução, ao Tesouro Estadual, dos saldos em conta corrente e de aplicação financeira, somado a eventuais despesas vedadas, observados o art. 10 do Decreto 48.600/2023, com o respectivo Documento de Arrecadação Estadual – DAE – ou, quando se tratar de recurso de fonte federal, comprovante de depósito na conta específica do instrumento celebrado com a União;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

h. procedimento licitatório ou processo análogo de compra ou de adesão à ata de registro de preços, com os comprovantes de divulgação do edital da modalidade utilizada e respectivo resultado, procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;

i. comprovantes e guias de retenções e recolhimentos de impostos e encargos sociais incidentes, se for o caso; e

j. contratos firmados para a execução do objeto pactuado, se for o caso.

IV- Constatadas irregularidades no processo de prestação de contas, ele será baixado em diligência pela SES/MG, sendo fixado prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas, ou a devolução dos recursos liberados, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

V- A não apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação no prazo estipulado, ou a sua não aprovação ensejará as seguintes providências pela SES/MG:

a. dar início ao Processo de Constituição de Crédito Não Tributário;

b. registrar, nos casos de omissão do dever de prestar contas, a inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI-MG-, se não tiver sido efetuado anteriormente.

VI- As funções fiscalizadoras e de auditoria serão exercidas pela SES/MG, por meio da Auditoria Assistencial, sem prejuízo do exercício do controle interno e externo.

VII- Todas as informações prestadas serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, estando sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constatada a sua falsidade ou inverdade.

CLÁUSULA QUINTA- DOS INDICADORES

O (s) indicador (es) e desempenho (s) pactuados neste instrumento é (são) o (s) descrito (s) no Anexo Técnico deste TERMO, parte integrante da Resolução, o qual poderá ser revisto por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE COMPROMISSO terá vigência de 60 meses, a partir de _____ de _____ de 2023.





CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

I- Este TERMO DE COMPROMISSO poderá, a qualquer tempo, sofrer alterações em suas cláusulas por iniciativa da SES/MG, mediante assinatura de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado e formalizado, sendo vedada a alteração do objeto pactuado.

II- Este TERMO DE COMPROMISSO poderá ser prorrogado pela SES/MG, havendo interesse público devidamente justificado, desde que respeite o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA, EXTINÇÃO E RESCISÃO

Este TERMO DE COMPROMISSO poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, ou rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, unilateralmente, pelo Estado, ou de comum acordo entre as partes, ou por inadimplência de qualquer delas ou pela superveniência de motivos que o torne material ou formalmente inviável.

Parágrafo único - Na hipótese de descumprimento do objeto, fica facultado à SES/MG, mediante expedição de documento formal às partes, determinar o bloqueio dos recursos transferidos.

CLÁUSULA NONA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

As partes deverão observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 11.129/2022 e Decreto nº 46.782/2015 e neste TERMO, e conforme indicado a seguir:

I – A ENTIDADE BENEFICIADA permitirá à SES/MG a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do TERMO, e poderá submetê-los à auditoria realizada por pessoas designadas pelo respectivo Órgão.

II - Para isso, as partes deverão:

- a) manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de 10 (dez) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;
- b) entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção, e disponibilizar os empregados ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder a indagações provenientes da SES/MG ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado pela SES/MG para a revisão ou auditoria dos documentos.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Parágrafo único. Caso a ENTIDADE BENEFICIADA não cumpra as exigências firmadas ou de qualquer maneira crie à SES/MG obstáculos para a fiscalização, revisão ou auditoria dos documentos, poderá esta, discricionariamente, tomar medidas apropriadas para tanto.

III - Caso após procedimento administrativo da SES/MG ficar comprovado que empregado ENTIDADE BENEFICIADA ou de quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, a SES/MG poderá declarar inelegíveis a ENTIDADE BENEFICIADA e/ou seus empregados diretamente envolvidos nas práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar de futuras Licitações ou Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou questões suscitadas na execução deste TERMO DE COMPROMISSO E, para constar, que depois de lido e achado conforme pelas partes, foi por elas assinado.

Belo Horizonte, de de 2023

GESTOR (A) DO SUS MUNICIPAL





ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

DA RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS E VALORES INDIVIDUAIS

SIGLA DOS CONSÓRCIOS	FAIXA FINAL (fator multipli- cador)	FAIXA PARTICI- PAÇÃO NO EDITAL Nº 01/2021	FAIXA FINAL (pop. Assistid a - FARM ACIS)	FAIXA FINAL (total de veículos - TRANSPOR TASUS)	FAIXA FINAL (total de veículos - VACIM ÓVEL)	TOTAL
ACISPES	5	0	2	0	0	R\$ 3.493.750, 00
CIDESLESTE	4	0	1	0	3	R\$ 2.664.000, 00
CIESP	4	2	1	2	1	R\$ 2.928.000, 00
CIMBAJE	3	2	2	2	2	R\$ 2.193.000, 00
CIMMESF	2	2	2	2	1	R\$ 1.651.000, 00
CINSC	4	0	2	0	1	R\$ 2.688.000, 00
CISAJE	4	0	0	2	3	R\$ 2.784.000, 00
CISALP	3	2	2	1	3	R\$ 2.142.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISALV	4	3	3	2	2	R\$ 3.156.000, 00
CISAMAPI	4	3	3	3	3	R\$ 3.324.000, 00
CISAME	0	0	0	0	0	R\$ 407.246,37
CISAMSF	3	2	2	1	1	R\$ 2.074.000, 00
CISAPVP	2	0	0	2	2	R\$ 1.482.000, 00
CISARP	2	0	2	3	2	R\$ 1.677.000, 00
CISARVG	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISCAPARAO	2	2	2	3	2	R\$ 1.742.000, 00
CISCEL	2	0	0	2	2	R\$ 1.482.000, 00
CISCEN	1	0	0	0	2	R\$ 884.000,00
CISCIRCUITOD ASAGUAS	3	0	2	0	2	R\$ 1.938.000, 00
CISDOCE	2	0	0	0	3	R\$ 1.378.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISEVMJ	4	3	2	3	3	R\$ 3.324.000, 00
CISGRAOMOG OL	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISLAP	1	0	0	0	1	R\$ 867.000,00
CISLAV	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISLESTE	2	3	2	2	3	R\$ 1.735.500, 00
CISMARG	2	0	0	2	1	R\$ 1.456.000, 00
CISMARPA	3	0	0	0	3	R\$ 1.802.000, 00
CISMAS	2	0	3	2	2	R\$ 1.612.000, 00
CISMEJE	2	0	0	0	0	R\$ 1.300.000, 00
CISMEM	1	0	0	2	1	R\$ 952.000,00
CISMEPI	4	1	0	0	1	R\$ 2.508.000, 00
CISMEV	2	2	0	3	2	R\$ 1.612.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISMISL	3	2	0	2	2	R\$ 2.023.000, 00
CISMIV	4	1	2	2	1	R\$ 2.988.000, 00
CISNES	1	0	1	0	1	R\$ 909.500,00
CISNORTE	4	1	0	0	2	R\$ 2.556.000, 00
CISPARA	2	1	0	2	2	R\$ 1.514.500, 00
CISPARANAIB A	2	0	0	1	1	R\$ 1.391.000, 00
CISRAL	0	0	0	1	1	R\$ 435.753,62
CISREC	4	0	3	0	2	R\$ 2.736.000, 00
CISTM	4	0	3	3	3	R\$ 3.144.000, 00
CISUM	2	1	2	2	2	R\$ 1.644.500, 00
CISVAS	2	0	0	2	1	R\$ 1.456.000, 00
CISVER	3	2	0	2	2	R\$ 2.023.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISVERDE	3	2	3	2	2	R\$ 2.193.000, 00
CISVI	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CONSAUDE	4	2	3	2	2	R\$ 3.096.000, 00
CONVALES	4	0	0	3	2	R\$ 2.856.000, 00
ICISMEP	5	3	3	3	3	R\$ 4.501.250, 00
SIMSAUDE	3	0	3	0	3	R\$ 1.972.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MODELO PLANEJAMENTO DE RECURSOS

Proconórcio							
Nome e sigla do							
Código(CNPJ):							
Telefone:							
E-mail:							
Preencha a seguinte tabela:							
Não para realização dos estudos de perfil		Sim		Não para atendimento multi-profissional		Sim	
Se não, quantos?							
Objetivo:		Orçamento Total?		Equipamento(s)?		Exercício(s)	
Valor estimado:		R\$ 0,00		Valor estimado:		R\$ 0,00	
Previsão contrapartida financeira com recursos próprios?		Sim		Não		Valor estimado para a contrapartida:	
R\$ 0,00							
Descrição do(s) objetivo(s):							
O projeto está alinhado com qual(s) objetivo(s) estratégico(s) da SUS?							
- Promover o acesso às redes assistenciais, de acordo com a necessidade por planejamento e serviços de saúde nos territórios.							
- Reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil nos menores níveis da série histórica.							
- Integrar o atendimento pré-hospitalar à rede de urgência e emergência cobrindo a malha territorial.							
- Melhorar e agilizar o atendimento por meio da implementação de tecnologia de saúde.							
- Ter redes de saúde prioritárias estruturadas e resolutivas.							
- Aprimorar os serviços de saúde de atenção, por meio de uma Atenção Primária universal e um cuidado humanizado.							
- Aumentar o nível de cobertura vacinal, para prevenir infecções e doenças.							
- Garantir a participação social na construção e na implementação das políticas de saúde.							
Contrapartida financeira (se houver):							
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

*É cabível a aquisição de equipamentos com a criação de itens para caracterizá-los.

**Para aquisição de equipamentos médicos essenciais, descrever também a quantidade e valor máximo das peças.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



DOS INDICADORES DO PROJETO

Indicador 1: Percentual da execução física e financeira da obra (construção, ampliação ou adequação) do consórcio público de saúde.

Esse indicador relaciona a execução física e financeira da obra, ou seja, aumenta seu percentual cada vez que a obra avança, de acordo com o planejamento de utilização de recurso pactuado.

Fórmula de cálculo: (Quantidade executada do item ou serviço) / Valor total dos itens ou serviços da obra) x 100

Frequência de coleta: quadrimestral

Fonte de dados: Registros realizados no SiG-RES pelos consórcios públicos de saúde.

Responsáveis pela apuração: Equipe de monitoramento dos consórcios públicos de saúde e equipe designada pela SES/MG.

Indicador 2: Percentual de execução financeira da aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

Esse indicador relaciona a execução financeira da aquisição de equipamentos, aumentando seu percentual cada vez que o recurso pactuado do planejamento é utilizado.

Fórmula de Cálculo: (Quantidade de itens adquiridos) / Valor total dos itens planejados) x 100

Frequência de coleta: quadrimestral

Fonte de Dados: Registros realizados no SiG-RES pelos consórcios públicos de saúde.

Responsáveis pela apuração: Equipe de monitoramento dos consórcios públicos de saúde e equipe designada pela SES/MG.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MANIFESTAÇÃO DE ADESÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

DO OBJETO: incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

De acordo com exposto no, Art. 35, I, da **Resolução SES/MG nº** , de **XXX de xxxxx** de 2023, o **consórcio de [Inserir nome do consórcio]**, por meio do seu representante legal [Inserir nome do (a) representante legal], declara que o consórcio em questão está aderindo ao processo de repasse de incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

[Inserir data, local e assinatura do (a) representando legal]





ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MANIFESTAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE QUANTO A
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

DO OBJETO: incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

De acordo com exposto no, Art. 3º, §5º, Art. 6º e Art. 35, II, da Resolução SES/MG nº , de XXX de XXXX de 2023, o Consórcio de [Inserir nome do consórcio], por meio do seu representante legal [Inserir nome do (a) representante legal], declara que os entes consorciados [citar todos os municípios adequados ao critério], contratualizam com o consórcio em questão serviços públicos de no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

O Consórcio de [Inserir nome do consórcio], está ciente de suas obrigações legais, bem como a obrigatoriedade de devolução do repasse financeiro, em caso de descumprimento dos pré-requisitos constantes no Capítulo II, desta resolução.

[Inserir data, local e assinatura do (a) representando legal]





ANEXO VII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

CRONOGRAMA PARA ADESAO

Atividade	Prazo (em dias)	Período para execução
Manifestação do interesse do consórcio público de saúde via SEI		07/10/2023 a 22/10/2023
Elaboração da 1ª versão do Planejamento de utilização de recursos		
Informe na CIB Macro ou Micro quanto o Planejamento de utilização de recursos e predominância da microrregião de referência do consórcio		23/10/2023 a 27/10/2023
Ajuste do Planejamento de utilização de recursos se houver		27/10/2023 a 31/10/2023
Envio do Planejamento de utilização de recursos via SEI		27/10/2023 a 06/11/2023
Análise e emissão de parecer através da Comissão de Avaliação	15 (quinze) dias corridos	
Interposição dos consórcios públicos, caso seja habilitado parcialmente ou inabilitado pela Comissão de Avaliação via SEI		22/11/2023 a 24/11/2023
Análise e emissão de parecer complementar após interposição do consórcio		27/11/2023 a 30/11/2023
Adesão e cadastro dos beneficiários no SiG-RES	07 (cinco) dias corridos	
Assinatura dos Termos de Compromisso no SiG-RES	05 (cinco) dias corridos	
Início da vigência dos Termos de Compromisso		13/12/2023
Pagamento do incentivo financeiro	05 (cinco) dias corridos	





ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

CRONOGRAMA DE MONITORAMENTO

Período de monitoramento	Etapas do monitoramento	Prazo para inserção de informações no SiG-RES	Prazo para avaliação da SES/MG
Dez/23 a Mar/24	Apresentar percentual de execução do planejamento de recursos, e documentos comprobatórios conforme o status informado.	20 dias corridos após o término do período de monitoramento	20 dias úteis após a inserção das informações no SiG-RES
Abr/24 a Jul/24			
Ago/24 a Nov/24			
Dez/24 a Mar/25			
Abr/25 a Jul/25			
Ago/25 a Nov/25			
Dez/25 a Mar/26			
Abr/26 a Jul/26			
Ago/26 a Nov/26			
Dez/26 a Mar/27			
Abr/27 a Jul/27			
Ago/27 a Nov/28			





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

PROJETO BÁSICO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

OT - IBR 001/2006

Primeira edição: válida a partir de 07/11/2006

Palavras Chave:

Projeto Básico, obra, Administração Pública, definição.





SUMÁRIO

1. 1. OBJETIVO.....	3
2. 2. CONTEÚDO TÉCNICO.....	3
3. 2.1.1. DESENHO.....	3
4. 2.1.2. MEMORIAL DESCRITIVO.....	3
5. 2.1.3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, ORÇAMENTO E PLANILHA DE CUSTOS E SERVIÇOS	4
6. 3. ANEXOS.....	4





1. OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente Projeto Básico o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra de que trata o Processo Administrativo Licitatório nº 30/2025 no GED que tem por objeto a Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG N° 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023., a ser executada, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento;
- 1.2. Conforme documentos que instruem o Processo Administrativo Licitatório nº 30/2025 no GED, a obra será realizada sobre o regime de empreitada integral, caracterizada como obras de engenharia.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Integral, sendo consideradas sub ou superestimativas relevantes qualquer quantitativo que ultrapasse 4% (quatro por cento) do valor GLOBAL do contrato.

2. CONTEÚDO TÉCNICO

- 2.1. O presente Projeto Básico apresenta conteúdos suficientes e precisos, representados em elementos técnicos relativos à natureza, porte e complexidade da obra de engenharia a ser executada.

São características da obra:

- **Denominação:**

Execução sob o regime de integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG N° 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

- **Local da obra:**

Rua Vice Prefeito Antônio A. de Lima, nº 135, Centro em Ressaquinha/MG;

- **Nome da entidade executora:**

Empresa de Engenharia vencedora do certame licitatório a ser designado;

- **Tipo de projeto:**

Edificação;

- **Nome do responsável técnico pelo Projeto e número de registro no CREA:**

• Autor dos Projetos e documentos técnicos deste Projeto Básico:
Bruno Henrique Rodrigues, CREA: MG171896/D MG, ART: MG20254120630
Diretor de Obras Públicas do CISALV.

2.1.1. Desenho

- a. Representação gráfica do objeto a ser executado, elaborada de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações, perfeitamente definida em plantas, cortes, elevações, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes e se encontra instruído no **Anexo I** deste Projeto Básico;

2.1.2. Memorial Descritivo

Descrição detalhada do objeto projetado, na forma de texto, onde são apresentadas as soluções técnicas adotadas, bem como suas justificativas, necessárias ao pleno entendimento do projeto, complementando as informações contidas nos desenhos referenciados no item 2.1.1. e se encontra instruído no **Anexo** deste Projeto Básico;

2.1.3. Especificação Técnica, Orçamento e Planilha de Custos e Serviços

- a. A especificação técnica dos itens de execução da obra fixa todo o detalhamento para a execução da obra, caracterizando os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem





aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços;

- b. O orçamento contempla a avaliação do custo total da obra tendo como base valores de referência e levantamentos de quantidades de materiais e serviços obtidos a partir de avaliação técnica estando composto de custos unitários e expresso em planilhas de custos e serviços, registra-se que fora apurada e demonstrada a composição de BDI;
- c. A Planilha de Custos e Serviços especifica o orçamento e contém a discriminação de cada serviço, unidade de medida, quantidade, custo unitário e custo total;

2.1.3.1. A Especificação Técnica, Orçamento e Planilha de Custos e Serviços se encontram instruídos no **Anexo** deste Projeto Básico;

2.1.4. Cronograma físico-financeiro

Contém a representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de duração da obra demonstrando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido e se encontra instruído no **Anexo** deste Projeto Básico;

3. ANEXOS

São Anexos deste Projeto Básico:

- a. Compõe o **Anexo I**:
 - I. O Projeto Arquitetônico;
 - II. O Projeto Estrutural;
 - III. Os Projetos Complementares;
- b. Compõe o **ANEXO II**:
 - I. O Memorial Descritivo;
- c. Compõe o **ANEXO III**:
 - I. Planilha Orçamentária;
 - II. A Curva ABC de Insumos e Serviços;
- d. Compõe o **Anexo IV**:
 - I. O Cronograma Físico Financeiro;
- e. Compõe o **Anexo V**:
 - II. A ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Projetista e dos demais projetos;
- f. Compõe o **Anexo VI**:
 - I. Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES
CREA: MG171896/D MG
(Assinado Digitalmente)





Valide aqui
este documento



2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena/MG

Oficial: Flávio Augusto Silva de Oliveira Costa
Rua Presidente Kennedy, nº 710, Loja 02, Centro, Barbacena/MG, CEP: 36200-042
Telefone: (32) 3333-5434

CERTIDÃO

Certifico a pedido da parte interessada e para os devidos fins, que revendo nesta serventia, no Livro 2 sob a matrícula 032466.2.0021733-78 de 20/02/2020 verifiquei constar:

REGISTRO DE IMÓVEIS

CNM: 032466.2.0021733-78

Matrícula 21733

Livro 2 - Registro Geral

2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena/MG

Folha 1

21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

IMÓVEL URBANO - Um lote de terreno medido, mais ou menos, 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), situado na Rua Vice Prefeito Antônio Alves da Lima, no Centro, em Ressaquinha/MG, com as seguintes medidas e ocupações: 20,00m de frente e de fundos, por 40,00m de extensão de cada lado, ficando frente para a referida rua, e sua lateral e fundos divide com o Município de Ressaquinha/MG, área esta situada entre o ambulatório Municipal Cênego Antonio Guindê Rahim e a Escola Municipal Balduino Moreira. Inscrição municipal: 81.00.052.0527.002. PROPRIETÁRIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES, CNPJ: 02.334.993/0001-40, com sede na Rua Vice Prefeito Antônio Alves da Lima nº 135, Centro, em Ressaquinha/MG. REGISTRO ANTERIOR: Matrícula 7.647, fl. 257, Lx: 2-A/8, neste Registro de Imóveis. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0900005040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº solo de consulta: DEW54240, código da segurança: 3476755794094999, Ato: 4401, quantidade Ato: 1, Emolumentos: R\$ 44,30, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 14,90, ISS: R\$ 1,68, Total: R\$ 60,88. Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.334,26, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47, Valor Total ITC: R\$ 76,80, Valor Total Fim do Usúrio: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial:

AV-2-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

EDIFICAÇÃO - Procedeu-se a esta averbação conforme requerimento de 21 de janeiro de 2020 e certidão de habitação nº 14/2019, emitida em 11 de fevereiro de 2020, pela Prefeitura Municipal de Ressaquinha/MG, para constar que CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES edifica, sobre o presente imóvel, uma obra comercial, com área construída de 185,62m² (cento e cinquenta e cinco metros e sessenta e dois decímetros quadrados) situada na Rua Vice Prefeito Antônio Alves da Lima nº 135, Centro, em Ressaquinha/MG. Valor: R\$ 130.800,00, Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0900005040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº solo de consulta: DEW54240, código da segurança: 3476755794094999, Ato: 4219, quantidade Ato: 1, Emolumentos: R\$ 814,62, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 278,42, ISS: R\$ 36,73, Total: R\$ 1.223,57, Ato: 8101, quantidade Ato: 2, Emolumentos: R\$ 13,10, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 4,10, ISS: R\$ 0,50, Total: R\$ 17,70, Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.034,26, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47, Valor Total ITC: R\$ 76,80, Valor Total Fim do Usúrio: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial:

AV-3-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

CND/02888 - Procedeu-se a presente averbação, conforme requerimento apresentado em 21 de janeiro de 2020, para constar que foi apresentada, para ser arquivada, a Certidão Negativa de Dívidas Relativas às Contribuições Previdenciárias e às de Tercos nº 000151020-88888566, emitida em 21/02/2020, referente a construção acima. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0900005040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº solo de consulta: DEW54240, código da segurança: 3476755794094999, Ato: 4135, quantidade Ato: 1, Emolumentos: R\$ 17,68, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 5,56, ISS: R\$ 0,67, Total: R\$ 23,92, Ato: 8301, quantidade Ato: 1, Emolumentos: R\$ 6,55, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,05, ISS: R\$ 0,25, Total: R\$ 8,85, Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.834,26, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47, Valor Total ITC: R\$ 76,80, Valor Total Fim do Usúrio: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial:

AV-3-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

EDIFICAÇÃO - Procedeu-se a esta averbação conforme requerimento de 21 de janeiro de 2020 e certidão de habitação nº 08/2019, emitida em 11 de fevereiro de 2020, pela Prefeitura Municipal de Ressaquinha/MG, para constar que CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES edifica, sobre o presente imóvel, uma obra de aparelhagem e ampliação com área construída de 243,22m² (duzentos e sessenta e três metros e vinte e dois decímetros quadrados) situada

Continuação verso



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Valide aqui
este documento

Matrícula: 21733

FICHA: 1 Verso

CNM: 012466.2.0021733-78

na Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima nº 135, Centro, em Barraqueia/MG. Valor: R\$ 215.000,00. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº selo de consulta: DEW54240, código de segurança: 3476755794094999. Ato: 4213, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 984,24. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 545,32. ISS: R\$ 37,14. Total: R\$ 1.566,70. Ato: 8101, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 6,55. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,05. ISS: R\$ 0,25. Total: R\$ 8,85. Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.034,26. Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47. Valor Total ISS: R\$ 76,80. Valor Total Final ao Usatário: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial,

AV-4-21733 - 20/02/2020 - Protocolo: 51521 - 21/01/2020

CND/INSS - Procedo-se a presente averbação, conforme requerimento apresentado em 21 de janeiro de 2020, para constar que foi apresentada, para ser arquivada, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 080152019-8388926, emitida em 13/08/2019, referente a contratação acima. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00000056040202, atribuição: Imóveis, localidade: Barbacena, Nº selo de consulta: DEW54240, código de segurança: 3476755794094999. Ato: 4135, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 17,69. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 5,56. ISS: R\$ 0,67. Total: R\$ 23,92. Ato: 8101, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 6,55. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,05. ISS: R\$ 0,25. Total: R\$ 8,85. Valor Total dos Emolumentos: R\$ 2.034,26. Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 998,47. Valor Total ISS: R\$ 76,80. Valor Total Final ao Usatário: R\$ 3.109,53. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>" O Oficial,

Certifico por fim, que constitui condição necessária para realização de atos de registro ou averbação nas serventias de registro de imóveis, quando instrumentalizadas por escritura pública, o recolhimento integral das parcelas destinadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Recomeço, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, bem como sua referência na escritura pública correspondente, inclusive aquelas lavradas em outras unidades da Federação, nos termos do art. 5-A caput e §1º da Lei 15.424/04.

A presente certidão é composta por 02 laudas, enumeradas, caracterizando documento único e para os fins do Art. 1º, IV, do Decreto Federal 93.240/1986, tem validade de 30 (trinta) dias.

O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. Barbacena/MG, 22 de julho de 2025.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
2º Registro de Imóveis de Barbacena - MG	
SELO DE CONSULTA: 07813014	
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 00000056040202	
Quantidade de atos praticados: 1	
Atos praticados por: Mayra Fernanda Aua Vasconcelos - Auxiliar	
Emol: R\$ 28,90 - TFC: R\$ 10,35 -	
Valor final: R\$ 49,25 - ISS: R\$ 1,98 FG: R\$ 0,06.	
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

A presente certidão foi emitida e assinada digitalmente nos termos da MP 2200/01 e Lei nº 11.977/09. Sua emissão e conferência podem ser confirmadas pelo site <https://registradores.onr.org.br>, em consulta do código de validação, que está impresso no rodapé desta. Assinado digitalmente por: MAYRA FERNANDA AUAIS VASCONCELOS, Auxiliar de Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Barbacena/MG.

Código de validação: S25070662488D

onr

Documento gerado oficialmente pelo
Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

Todos os Registros de Imóveis
do Brasil em um só lugar

ridigital

Página 2 de 2



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

Página 588



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Diretoria de Vigilância em Estrutura Física

Parecer Técnico de Aprovação nº. 309/SES/SUBVS-SVS-DVEF / 2025

PROCESSO Nº 1320.01.0127537/2024-87

Belo Horizonte, 20 de maio de 2025.

PARECER TÉCNICO DE APROVAÇÃO N.º 309/25, de 20-05-2025

ASSUNTO: Projeto de reforma e adequação de área física de estabelecimento ambulatorial de saúde.

ESTABELECIMENTO: CISALV – Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes.

ENDEREÇO: Rua Vice Prefeito Antônio A. de Lima, nº 135 – Centro – RESSAQUINHA.

OBJETIVOS/ATIVIDADES-FIM:

- Realizar consultas em clínica médica;
- Realizar exames de tomografia computadorizada, mamografia e ecocardiografia;
- Proporcionar condições de lavagem, desinfecção e esterilização de material utilizado nos atendimentos.

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO:

- Engº Civil Bruno Henrique Rodrigues – CREA MG 171896/D.

AVALIAÇÕES ANTERIORES:

- Parecer Técnico de Indeferimento nº 151/25, de 06-02-2025;
- Parecer Técnico de Indeferimento nº 1989/24, de 18-10-2024.

NÚMERO DE PAVIMENTOS: 02 (dois).

COMUNICAÇÃO ENTRE OS PAVIMENTOS: escadas e plataforma elevatória.

DESTINAÇÃO PRINCIPAL DOS PAVIMENTOS:

- Térreo: recepção, sala de espera, 02 sanitários de público/pacientes adaptados, sala de exames de tomografia, sala de comando da tomografia, vestiário, sala de revelação/digitalização, interpretação e laudos, sala de exames de mamografia, 02 consultórios clínicos (sendo um com sanitário anexo), sala de ecocardiografia, sanitário anexo à sala de ecocardiografia, DML, copa de funcionários, vestiários de funcionários, sala administrativa, almoxarifado, CME simplificada, sala de recuperação com posto de enfermagem e sanitário anexo, 02 salas administrativas e dois abrigos de resíduos sólidos;
- Pavimento Superior: sala de espera, 07 salas administrativas, 02 sanitários de público adaptados, sala de reuniões, arquivo, espaço de convivência, copa, DML e 02 sanitários de funcionários.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

QUESITOS NÃO ATENDIDOS:

- Rampa entre a calçada (-0,33) e o piso anterior ao acesso ao estabelecimento (-0,13) para vencer o desnível de 20cm existente;
- Previsão de biombo para troca de roupas para pacientes na sala de mamografia;
- Acesso ao abrigo de resíduos sólidos sem obstrução por grade ou guarda-corpo.

OBSERVAÇÕES:

- A lavanderia citada no subitem 1 – “Instalações Físicas” do item III, “Memorial Descritivo” foi desconsiderada, uma vez que não foi prevista lavanderia na área física do estabelecimento;
- A ventilação dos ambientes deverá estar de acordo com a legislação e as especificidades dos ambientes, proporcionando renovação de ar;
- A aprovação do projeto arquitetônico pela VISA não exime os responsáveis técnicos das demais aprovações/licenças pelos órgãos reguladores;
- A documentação referente ao projeto encontra-se no processo SEI relacionado neste Parecer.

CONCLUSÃO:

O projeto de reforma e adequação de área física do CISALV – Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes, em Ressaquinha, poderá ser considerado aprovado para fins de liberação de Alvará Sanitário, mas deverão ser atendidos os quesitos e as observações acima mencionados.

Ademais, após a conclusão das obras/serviços, a autoridade sanitária competente, municipal ou estadual, conforme habilitação e condição de gestão, deverá julgar satisfatórios os requisitos observados “in loco” durante visita de inspeção ao estabelecimento, tendo como referência este Parecer, o projeto e os demais documentos em anexo, razão pela qual essa documentação deverá permanecer arquivada na VISA responsável pela inspeção.

Arq.^a Márcia Pereira Soldate
CAU A33.531-2

Arq.^a Renata França Leitão de Almeida
CAU A 22.679-3
Diretora de Vigilância em Estrutura Física/SVS



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Pereira Soldate, Servidor (a) Público (a)**, em 20/05/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Franca Leitao de Almeida, Diretor (a)**, em 20/05/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **114002710** e o código CRC **5334BABC**.

Referência: Processo nº 1320.01.0127537/2024-87

SEI nº 114002710



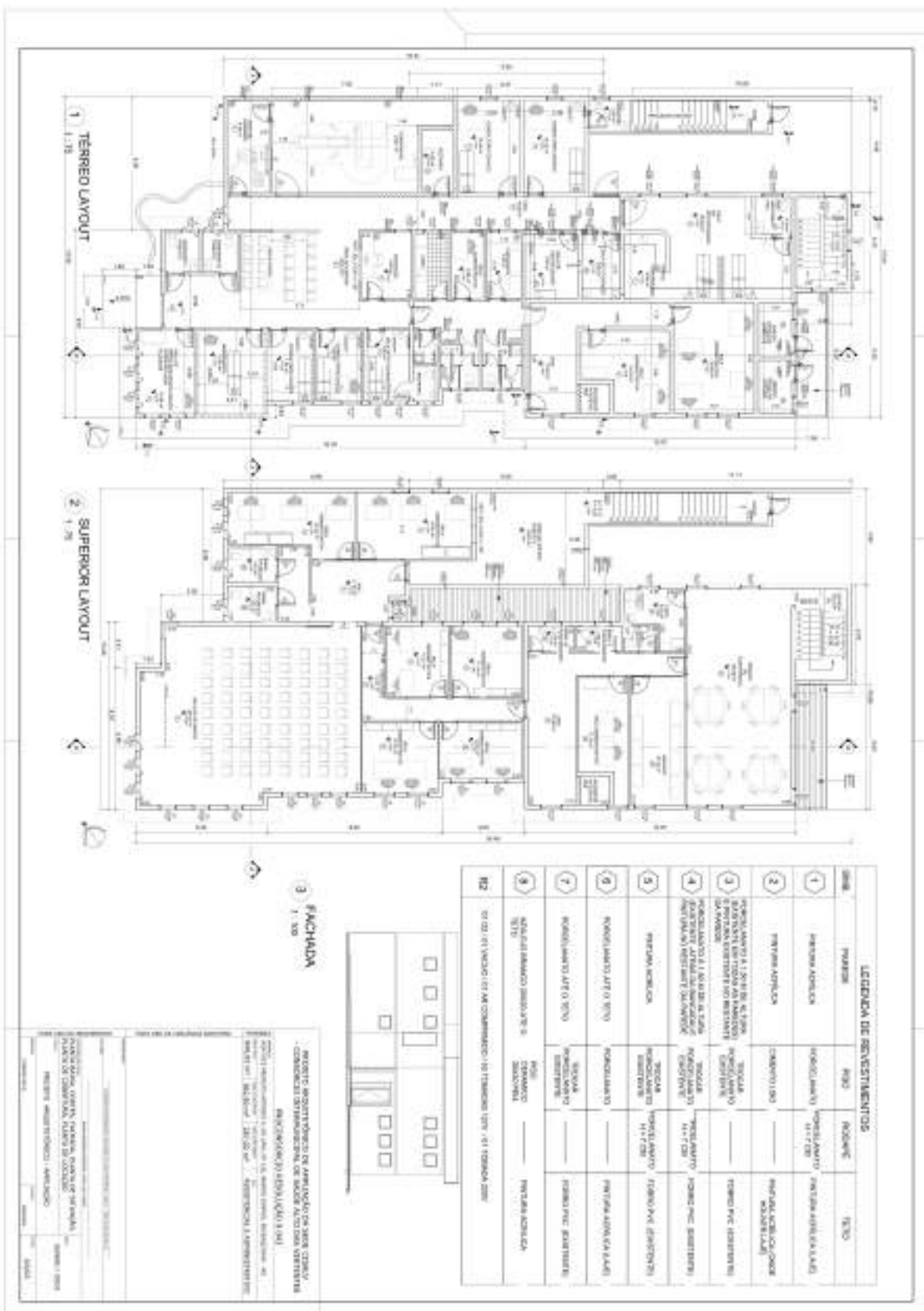
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



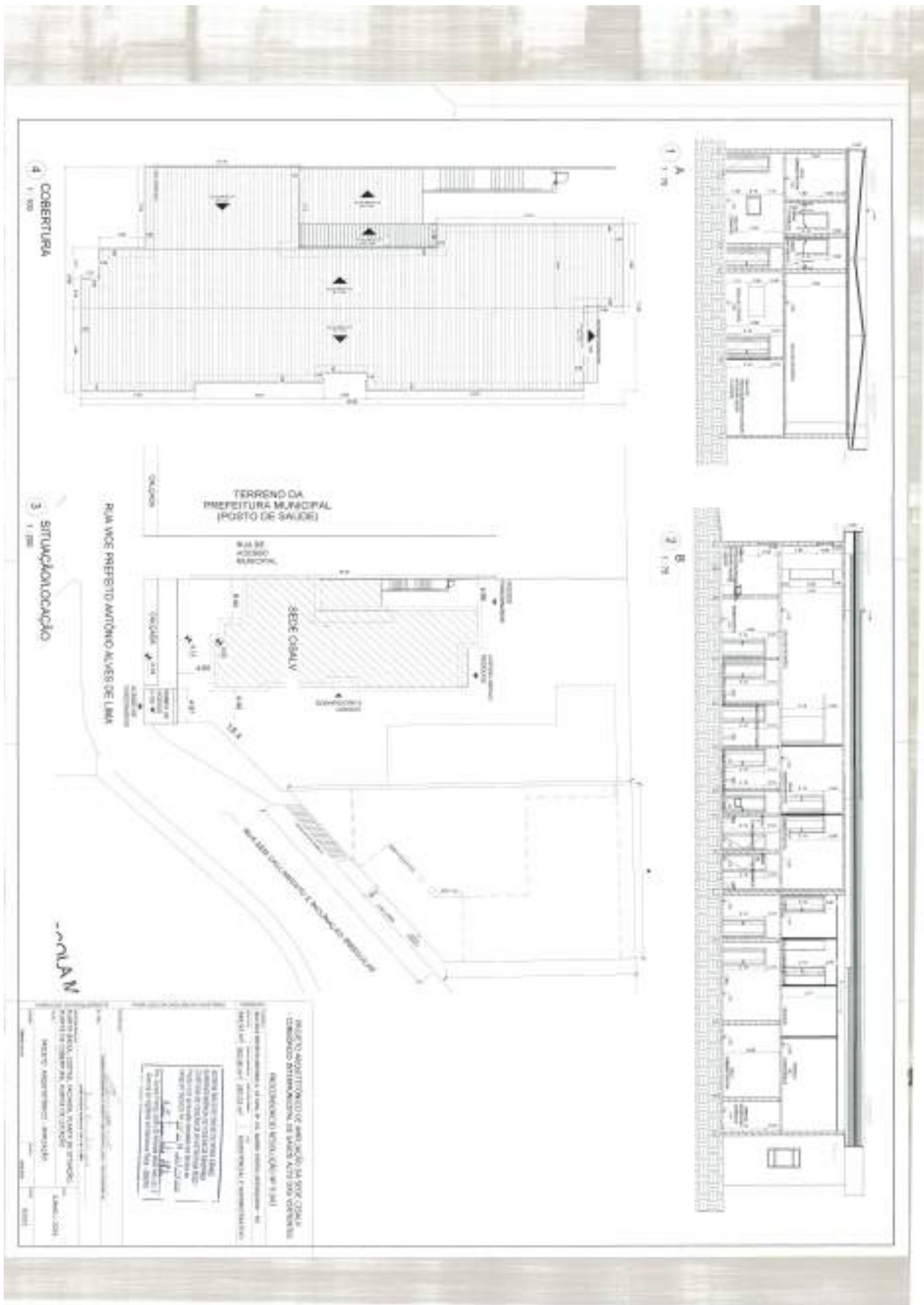
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20243536243

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE
DIGITAÇÃO À
MG20243270905

1. Responsável Técnico

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1412627753**

Registro: **MG00001718960 MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES**

CPF/CNPJ: **02.334.933/0001-46**

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Nº: **135**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **RESSAQUINHA**

UF: **MG**

CEP: **36270000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **20/08/2024**

Valor: **R\$ 2.700,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Atividade Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Nº: **135**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **RESSAQUINHA**

UF: **MG**

CEP: **36270000**

Data de início: **28/08/2024**

Prazo de término: **30/09/2026**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **HOSPITALAR**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES**

CPF/CNPJ: **02.334.933/0001-46**

4. Atividade Técnica

16 - Execução

Quantidade

Unidade

01 - Projeto Arquitetônico - CONSTRUÇÃO CIVIL - EDIFICAÇÕES - #1.1.9 - DE IMÓVEIS

049,92

m²

5. Observações

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

AMPLIAÇÃO SEDE ASSISTENCIAL E ADMINISTRATIVA CISALV

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto nº 5.296/2004.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/legislacao/privacidade-dados>. Em caso de cadastro da ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informo ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro ser verídicas as informações acima

**BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES-01637145683**

Atividade de Emissão digital por BRUNO
HENRIQUE RODRIGUES-01637145683
Data: 2025.07.22 11:53:48 -0700

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES - CPF: 016.371.456-83

Local

de

de

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES - CNPJ:
02.334.933/0001-46**

9. Informações

* A ART é válida somente quando emitida, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://cisa-mg.sig.br/autenticidade>, com o chave: 24wAA
Impresso em: 22/07/2025 às 11:13:16 por: jlp.179.198.208.127

www.crea-mg.org.br

atendimento@crea-mg.org.br

Tel: 0800 801 3730

Fax:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisa-mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20243536243

SUBSTITUIÇÃO POR ERRO DE
DIGITAÇÃO à
MG20243270905

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: 02/12/2024

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://cma-mg.sig.br/validar>, com o chave: 24eAA
Impresso em: 22/01/2025 às 11:13:10 por: JP: 179.188.208.127

www.crea-mg.org.br
Tel: (61) 301 3730

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisaiv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



4 COBERTURA
1:100

3 Situação de localização



PRECISO ASSOCIADOS DE AMPLIAR O SEU CÍRCULO COMERCIAL? INTERESSADO EM FAZER AUTO COTA VENTURA?	
Indicação de Referência nº 31/03	
Nome do interessado:	Nome do interessado:
Endereço:	Endereço:
Cidade:	Cidade:
Estado:	Estado:
Telefone:	Telefone:
Data:	Data:



02334933000140-62F90FD0

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

FICHA DE AVALIAÇÃO DE RISCO									
INFORMAÇÕES GERAIS									
NOME DO PROJETO: CONSERVADOR INTERMUNICIPAL DE SABÃO ALTO DAS VEREANTES									
LOCALIZAÇÃO: BRASIL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, MUNICÍPIO DE MATO GROSSO DO SUL, DISTRITO DE MATO GROSSO DO SUL, CEMITÉRIO DE MATO GROSSO DO SUL									
DATA DE ELABORAÇÃO: 15/05/2023									
ELABORADO POR: JOÃO CARLOS DE SOUZA									
APROVADO POR: JOÃO CARLOS DE SOUZA									
ANÁLISE DE RISCO									
RISCO IDENTIFICADO: DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL									
CAUSAS: Atividade de construção civil, falta de manutenção, vandalismo, poluição, etc.									
CONSEQUÊNCIAS: Perda de valores históricos, danos à paisagem, prejuízo à comunidade local, etc.									
MEDIDAS DE MITIGAÇÃO: Implementação de medidas de segurança, contratação de profissionais especializados, realização de obras de conservação, etc.									
NÍVEL DE RISCO: Alto									
RECOMENDAÇÕES: Monitoramento constante, implementação de medidas preventivas, etc.									

02334933000140-62F90FD0

[illegible][illegible][illegible]

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

[illegible]

02334933000140-62F90FD0

[illegible][illegible][illegible]

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM O PÓS-PROJETO DE MANUTENÇÃO PERMANENTE PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE INICIAÇÃO EM SAÚDE ADOLESCENTIAIS DO CISALV
Endereço: Rua Vereador Antônio Alves Lima 150, Marzagão - 360, 36070-000
Data de emissão: Junho de 2022

RESOLUÇÃO TERMO Nº 6/2022 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022, DO COMITÊ DE SUPLENTE Nº 4/2011, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

CRONOGRAMA

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	% TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 30.770,00	2,18%	9,08%	8,34%	8,38%	10,71%	8,42%	10,09%	8,55%	10,88%	8,89%	7,80%	8,20%	7,70%
2	SERVIÇOS PRECATORIOS	R\$ 96.330,00	1,10%	100,00%											100,00%
3	RECURSOS E INDIQUEÇÃO DE TERCEIROS	R\$ 24.000,00	1,29%	100,00%											100,00%
4	ESTRUTURAS DE CONCRETO	R\$ 425.500,00	28,89%	20,00%	28,00%	28,00%	24,00%								99,00%
5	ALVENARIA	R\$ 278.000,00	21,02%				7,00%	38,00%	81,00%	18,00%			18,00%		100,00%
6	ESTRUTURAS DE CONCRETO	R\$ 114.000,00	1,27%							88,00%			18,00%		100,00%
7	PAISAGISMO E FLORESTAS	R\$ 208.000,00	14,49%								40,00%	40,00%		28,00%	100,00%
8	INSTALAÇÃO DE FLORESTAS	R\$ 112.400,00	7,64%								10,00%	20,00%	18,00%	28,00%	100,00%
9	INSTALAÇÃO DE FLORESTAS	R\$ 95.600,00	6,84%											100,00%	
10	INSTALAÇÃO DE FLORESTAS	R\$ 20.100,00	1,37%										28,00%	28,00%	100,00%
11	LOCAIS E MATERIAIS	R\$ 28.600,00	2,49%										18,00%	28,00%	100,00%
12	INSTALAÇÃO DE FLORESTAS	R\$ 178.700,00	8,38%										18,00%	28,00%	100,00%
	VALORES GLOBAIS	1.472.800,00													
	TOTAL GLOBAIS	1.472.800,00													
	% Acumulado	100,00%													
	% Acumulado	100,00%													



02334933000140-62F90FD0

ACORDO TCU 2022/2023		RPI		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		TERCEIRO - QUARENTA		RISCO		RECUPERA PARCIALMENTE		ACORDO		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
RPI DE ORÇÃO		2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º	2º	3º
QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA	QUANTIA
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO		20.486	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		18.006	20.076	14.226	1.626	4.426	5.186	3.826	0.626	0.826	0.526	1.026	0.586	4.016	1.286
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006	0.826	1.006	0.626	1.126	0.586	4.216	1.386
TOTAL DO RPI DE ORÇÃO (RPI DE ORÇÃO)		20.706	22.126	15.086	1.826	4.626	5.386	4.006							

PREENCHIMENTO FACULTATIVO

Espaço reservado para detalhamento das Composições Próprias (CPU) utilizadas na Planilha Orçamentária, quando for o caso.

COMPOSIÇÃO 01 - ENGENHEIRO OU ARQUITETO JUNIOR DE OBRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES ENCARGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

CO-27347 - ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS
R\$ 144,00/H *3 H/SEMANA* 4 SEMANAS = R\$ 1.728,00/MÊS

ED-23776 - ENCARGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS
R\$ 11.968,99 / 176 H/MÊS *1H/DIA * 5 DIAS * 4 SEMANAS = 1.360,11/MÊS

1728,00+1.360,11 = R\$ 3088,11

COMPOSIÇÃO 02 - PORCELANATO AMADEIRADO ACETINADO PARA ÁREA EXTERNA RETIFICADO 26X106cm POLIDO ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO

MATEI-12352 ARGAMASSA COLANTE (TIP: AC-II) (UTILIZAÇÃO: AMBIENTES EXTERNOS) 8,4000000 kg 1,2500 R\$ 10,5000

ED-30367 SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES 0,2222222 hora 22,6600 5,0356

ED-50569 AZULEISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES 0,4444444 hora 33,1100 14,7156

ED-50718 APLICAÇÃO DE REJUNTE OMENTÍCIO COLORIDO INDUSTRIALIZADO PARA REVESTIMENTOS DE PAREDE/PISO COM JUNTAS DE ATÉ 3MM DE ESPESSURA 1,0000000 m2 7,1400 7,1400

PORCELANATO AMADEIRADO ACETINADO PARA ÁREA EXTERNA RETIFICADO 26X106cm POLIDO L 1,000000 m2 80,71 88,78

LEROI MERLIN 82,63 ABC DA CONSTRUÇÃO 74,99 TELHANDITE 84,51 MEDIANA(82,63) MEDIA(80,71)

R\$10,50+5,04+14,72+7,14+88,78 = R\$ 126,18

COMPOSIÇÃO 03 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CARPETE ADEQUADO PARA TRÁFEGO COMERCIAL PESADO (CLASSE 33), COM SUPERFÍCIE HOMOGÊNEA E NIVELADA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025-000 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI - PR

Quantidade homologada: 350 Valor unitário homologado: R\$ 199,40 Valor total homologado: R\$ 69.790,00

Pregão Eletrônico Nº 90005/2025 (SRP) UASG 70027 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TO

Quantidade homologada: 200 Valor unitário homologado: R\$ 150,00 Valor total homologado: R\$ 30.000,00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/202 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAE

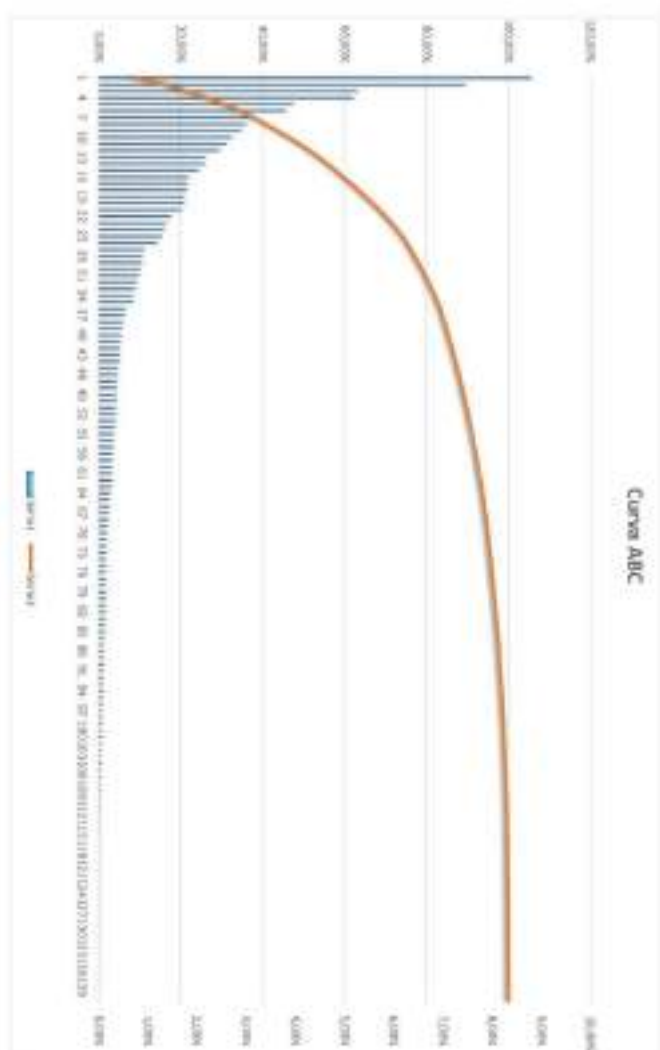
CNPJ: 17.947.581/0001-76

Quantidade homologada: 280 Valor unitário homologado: R\$ 460,40 Valor total homologado: R\$ 128.914,24

MEDIANA(199,40) MEDIA (209,94)







CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRA

LICITAÇÃO Nº 30/2025 – CISALV

OBRA: Execução de Obras de Engenharia em Área Administrativa

LOCAL: Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima nº 135 – Centro – Ressaquinha/MG

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Integral – Preço Global

BASE DE REFERÊNCIA: SICOR-MG – Data-base jul/2025



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

Página 614



INTRODUÇÃO E OBJETO O presente Memorial Descritivo tem por finalidade definir, caracterizar e estabelecer os procedimentos executivos, especificações técnicas, materiais, normas aplicáveis, critérios de medição, controle de qualidade e condições de aceitação dos serviços necessários à execução das obras de engenharia em área administrativa do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES – CISALV, conforme Resolução SES/MG nº 9.043, de 03 de outubro de 2023. Este documento integra o conjunto técnico do processo licitatório, juntamente com os projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas, sendo de observância obrigatória pela empresa contratada.

REGIME DE EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADES A obra será executada sob o regime de empreitada integral, cabendo à contratada a total responsabilidade pelo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, administração local, encargos sociais, segurança do trabalho, limpeza, testes, comissionamentos e entrega final da obra em perfeitas condições de uso e funcionamento.

NORMAS TÉCNICAS E REFERÊNCIAS Todos os serviços deverão atender, no mínimo, às seguintes normas e legislações, além de outras específicas aplicáveis a cada serviço: – ABNT NBR 6118 – Estruturas de Concreto – ABNT NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações – ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – ABNT NBR 5626 – Instalações Prediais de Água Fria – ABNT NBR 8160 – Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário – ABNT NBR 15575 – Desempenho de Edificações – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-01, NR-06, NR-18, NR-35) – Manual de Obras Públicas da Caixa Econômica Federal – SICOR-MG – Sistema de Custos Referenciais de Obras de Minas Gerais – Instruções do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, quando aplicável

ADMINISTRAÇÃO LOCAL Administração local de obra com engenheiro/arquiteto e encarregado. Procedimento executivo: Consiste na disponibilização permanente de profissional técnico legalmente habilitado e encarregado geral para acompanhamento diário da obra, coordenação das equipes, controle de qualidade, segurança do trabalho, medições e interface com a fiscalização. Normas aplicáveis: Manual de Obras da Caixa, NR-01, NR-18. Critério de medição: Unidade mês. Critério de aceite: Presença comprovada e atuação técnica aprovada pela fiscalização.

SERVIÇOS PRELIMINARES Placa de obra em chapa galvanizada nº 26, espessura 0,45 mm, plotada com adesivo vinílico, afixada com rebites 4,8x40 mm, em estrutura metálica de metalon 20x20 mm, inclusive suporte em eucalipto autoclavado pintado com tinta PVA, duas demãos. Procedimento executivo: Fornecimento da placa conforme layout do órgão concedente; confecção da estrutura metálica; fixação da placa com rebites; instalação do suporte em eucalipto autoclavado; pintura conforme especificado; instalação em local visível do canteiro. Normas aplicáveis: Manual de Obras da Caixa; NR-18. Critério de medição: Metro quadrado (m²) instalado. Critério de aceite: Placa instalada, legível, conforme layout aprovado e em bom estado de conservação. Barracão de obra em chapa de compensado resinado, inclusive instalações sanitárias e mobiliário básico, conforme padrão DER-MG. Procedimento executivo: Montagem do barracão com estrutura e fechamento em compensado resinado; execução das instalações sanitárias provisórias; instalação de pontos de energia e iluminação; disponibilização de mobiliário mínimo, garantindo condições de higiene e segurança. Normas aplicáveis: NR-18; Manual de Obras da Caixa. Critério de medição: Metro quadrado (m²) executado. Critério de aceite: Barracão funcional, seguro e em conformidade com as normas de segurança. Locação de obra com gabarito de tábuas corridas pontaladas a cada 2,00 m, reaproveitamento (2x), inclusive acompanhamento de equipe topográfica para marcação de ponto topográfico. Procedimento executivo: Implantação de gabaritos em tábuas corridas; pontalamento conforme espaçamento especificado; marcação de eixos, alinhamentos e





níveis; conferência topográfica. Normas aplicáveis: ABNT NBR 14645; Manual de Obras da Caixa. Critério de medição: Metro linear (m) locado. Critério de aceite: Locação conferida e aprovada pela fiscalização. Tapume fixo de proteção para fechamento de obra em telha metálica galvanizada, tipo trapezoidal, espessura 0,5 mm, com módulo na dimensão de 300x220 cm, com reaproveitamento, exclusive pintura esmalte, inclusive pontalete e fixação. Procedimento executivo: Execução do fechamento perimetral com telhas metálicas trapezoidais; instalação de pontaletes e fixações; verificação de estabilidade e segurança do conjunto. Normas aplicáveis: NR-18; Manual de Obras da Caixa. Critério de medição: Metro quadrado (m²) instalado. Critério de aceite: Fechamento completo do canteiro, estável e seguro.

DEMOLIÇÕES E TRABALHOS EM TERRA Escavação manual de valas em solo de 1ª categoria, com desaterro, descarga lateral e regularização do fundo. Procedimento executivo: Execução manual das escavações conforme dimensões de projeto; regularização e limpeza do fundo; controle de cotas e taludes; proteção das bordas quando necessário. Normas aplicáveis: ABNT NBR 6122; NR-18. Critério de medição: Metro cúbico (m³) escavado. Critério de aceite: Escavação nas dimensões e cotas corretas, fundo regular e limpo. Compactação mecanizada de aterro com placa vibratória, inclusive espalhamento manual. Procedimento executivo: Espalhamento do material em camadas compatíveis; compactação com placa vibratória até obtenção da estabilidade exigida. Normas aplicáveis: ABNT NBR 7182; NR-18. Critério de medição: Metro cúbico (m³) compactado. Critério de aceite: Aterro estável e devidamente compactado. Demolição manual de telhas cerâmicas, com reaproveitamento. Procedimento executivo: Remoção manual cuidadosa das telhas, empilhamento organizado e transporte interno para local indicado. Normas aplicáveis: NR-18. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Telhas removidas sem danos às estruturas remanescentes. Demolição manual de engradamento de madeira, com reaproveitamento. Procedimento executivo: Desmontagem manual das peças estruturais, separação e acondicionamento. Normas aplicáveis: NR-18. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Engradamento totalmente removido. Demolição manual de piso cerâmico. Procedimento executivo: Remoção manual das peças e da argamassa de assentamento. Normas aplicáveis: NR-18. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Piso totalmente removido.

FUNDAÇÕES Execução de estaca tipo Strauss, diâmetro 32 cm. Procedimento executivo: Perfuração, limpeza, posicionamento da armadura, concretagem com fck 20 MPa e adensamento. Normas aplicáveis: ABNT NBR 6122; NR 6118. Critério de medição: Metro linear (m). Critério de aceite: Estaca executada conforme projeto estrutural. Fornecimento, corte, dobra e montagem de aço CA-50. Procedimento executivo: Preparação das barras, posicionamento conforme projeto e amarração. Normas aplicáveis: ABNT NBR 7480. Critério de medição: Quilograma (kg). Critério de aceite: Armadura posicionada corretamente. Concreto estrutural fck 20 MPa, usinado e bombeado. Procedimento executivo: Lançamento, adensamento mecânico, cura e acabamento. Normas aplicáveis: ABNT NBR 6118. Critério de medição: Metro cúbico (m³). Critério de aceite: Resistência atendida e superfície íntegra.

ESTRUTURA DE CONCRETO Procedimento executivo: Montagem, alinhamento e travamento das formas; aplicação de desmoldante; escoramento adequado; desforma após ganho de resistência. Normas aplicáveis: ABNT NBR 15696; NR 6118. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Formas estanques, alinhadas e reaproveitáveis. Escoramento e desescoramento de estruturas de concreto. Procedimento executivo: Execução do escoramento conforme projeto; controle de prazos para desescoramento. Normas aplicáveis: ABNT NBR 15696; NR 6118. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Estabilidade garantida durante a cura. Concreto estrutural usinado fck 20 MPa. Procedimento executivo: Lançamento, adensamento, cura e acabamento. Normas aplicáveis: ABNT NBR 6118. Critério de medição: Metro cúbico (m³). Critério de aceite: Resistência conforme especificado.





ALVENARIAS Alvenaria de vedação em tijolo cerâmico furado, espessura 14 cm. Procedimento executivo: Assentamento com argamassa adequada, prumo e alinhamento. Normas aplicáveis: ABNT NBR 15270. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Alvenaria regular e estável. Execução de vergas e contravergas em concreto armado. Procedimento executivo: Montagem de formas, armação e concretagem. Normas aplicáveis: ABNT NBR 6118. Critério de medição: Metro linear (m). Critério de aceite: Elementos bem posicionados.

REVESTIMENTOS Chapisco em paredes internas e externas. Procedimento executivo: Aplicação de argamassa traço 1:3. Normas aplicáveis: ABNT NBR 7200. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Aderência satisfatória. Reboco em paredes internas e externas. Procedimento executivo: Aplicação de argamassa traço 1:2:8. Normas aplicáveis: ABNT NBR 7200. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Superfície regular.

COBERTURA Estrutura metálica para cobertura. Procedimento executivo: Montagem, soldagem e tratamento anticorrosivo. Normas aplicáveis: ABNT NBR 8800. Critério de medição: Quilograma (kg). Critério de aceite: Estrutura alinhada e protegida. Telhamento em telha metálica galvanizada. Procedimento executivo: Fixação conforme fabricante. Normas aplicáveis: ABNT NBR 14513. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Cobertura estanque.

PISOS E FORROS Piso cerâmico assentado com argamassa colante. Procedimento executivo: Assentamento e rejuntamento. Normas aplicáveis: ABNT NBR 13753. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Piso nivelado.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS Eletrodutos e caixas Descrição conforme planilha: Instalação de eletrodutos e caixas. Procedimento executivo: Fixação embutida conforme projeto. Normas aplicáveis: ABNT NBR 5410. Critério de medição: Metro linear (m). Critério de aceite: Instalação contínua e protegida. Fornecimento e instalação de quadros e disjuntores. Procedimento executivo: Montagem e testes. Normas aplicáveis: ABNT NBR 5410. Critério de medição: Unidade (un). Critério de aceite: Funcionamento correto.

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS Tubulação em PVC para água fria. Procedimento executivo: Corte, soldagem e teste de estanqueidade. Normas aplicáveis: ABNT NBR 5626. Critério de medição: Metro linear (m). Critério de aceite: Sistema estanque. Tubulação em PVC para esgoto sanitário. Procedimento executivo: Montagem conforme declividades. Normas aplicáveis: ABNT NBR 8160. Critério de medição: Metro linear (m). Critério de aceite: Escoamento adequado.

LIMPEZA FINAL Limpeza geral final da obra. Procedimento executivo: Remoção de resíduos, lavagem e variação. Normas aplicáveis: Manual de Obras da Caixa. Critério de medição: Metro quadrado (m²). Critério de aceite: Ambiente limpo e pronto para uso.

ENCERRAMENTO

Obra considerada concluída após aceite final da fiscalização.

Bruno Henrique Rodrigues
Diretor de Obras Públicas do CISALV





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV

Convênio nº 9043

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1]

- 1 - antes da realização da obra
- 2 - durante a realização da obra
- 3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 1637145663

Assinatura eletrônica digital por BRUNO
HENRIQUE RODRIGUES 1637145663
Data: 2025.07.22 15:28:03 -0300

Data

Assinatura do responsável



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV
Convênio nº 9043

Objeto: Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1] 1 - antes da realização da obra
2 - durante a realização da obra
3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES01617145883

Assinado de forma digital por BRUNO HENRIQUE RODRIGUES01617145883
Data: 2025.07.22 15:35:47 -03'00'

Data

Assinatura do responsável



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consorcio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV
Convênio nº 9043

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1] 1 - antes da realização da obra
2 - durante a realização da obra
3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Vice Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 01637145687

Assinado de forma digital por BRUNO HENRIQUE RODRIGUES
Data: 2025.07.22 13:07:51 -0500

Data

Assinatura do responsável



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Entidade Conveniada: Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes-CISALV

Convênio nº 9043

Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Etapas: [1]

- 1 - antes da realização da obra
- 2 - durante a realização da obra
- 3 - após a realização da obra

FOTOGRAFIA



Informações sobre a fotografia apresentada:

- 1) Localização: Rua Viso Prefeito Antonio Alves de Lima Nº 135 Centro Ressaquinha MG
- 2) Data em que foi tirada a fotografia: 22/07/2025
- 3) Observações:

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES01637145683

Assinatura de Emissão digital por (9860)
894634502862816140746984
Data: 20250722 15:17:19 -0100'

Data

Assinatura do responsável







BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

ENGENHEIRO CIVIL | CREA MG 171896/D

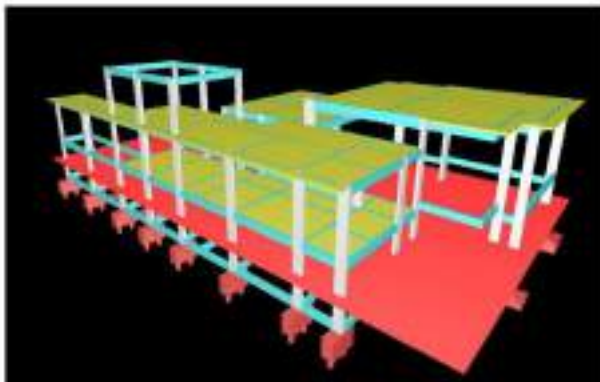
CONTATO

Rua João Queiroz Nº 40B, Bairro
Santana
Ressaquinha MG
brunohenriquedrigues@hotmail.com
(32) 3314-1496
(32) 9 8487-9606

CISALV

- *Projeto estrutural*

plantas de forma, planta de locação, dimensionamento e detalhamento
pilares vigas lajes fundação.



Sem mais para o momento, o engenheiro coloca-se a disposição para
quaisquer outros esclarecimentos.

Ressaquinha, 10 de dezembro de 2025

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Eng. Civil - CREA-MG 171896/D



EMAIL



IDENTIFICADOR DO
TWITTER



TELEFONE



URL DO LINKEDIN



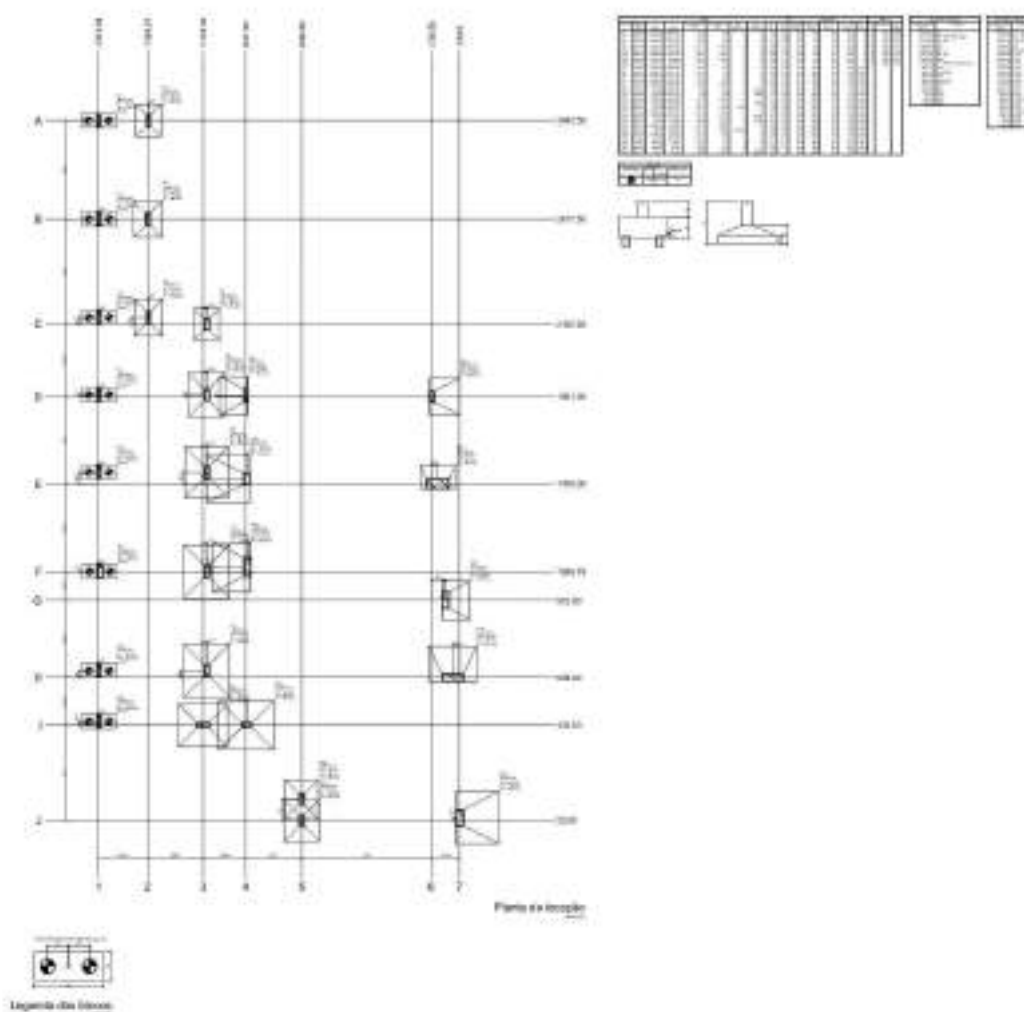
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



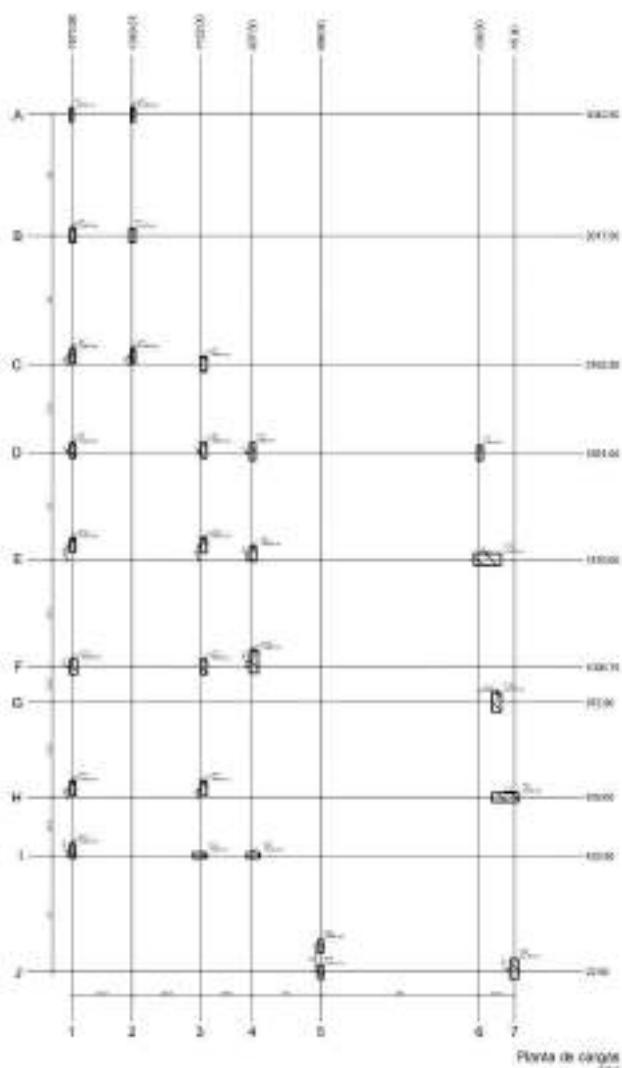
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



Item	Descrição	Valor	Unidade
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



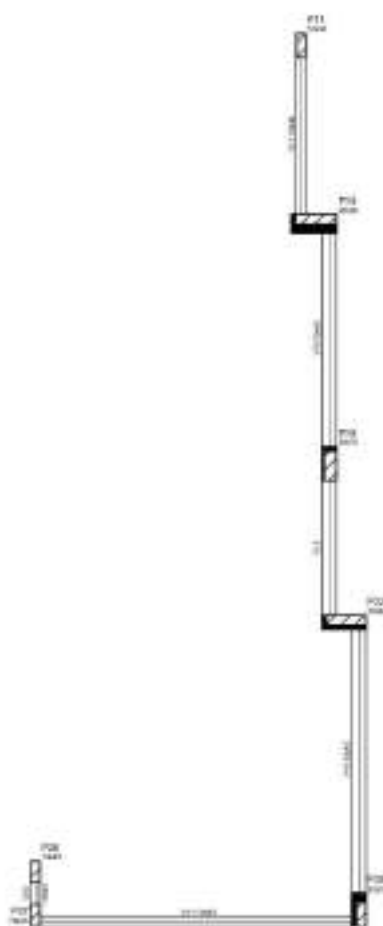
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

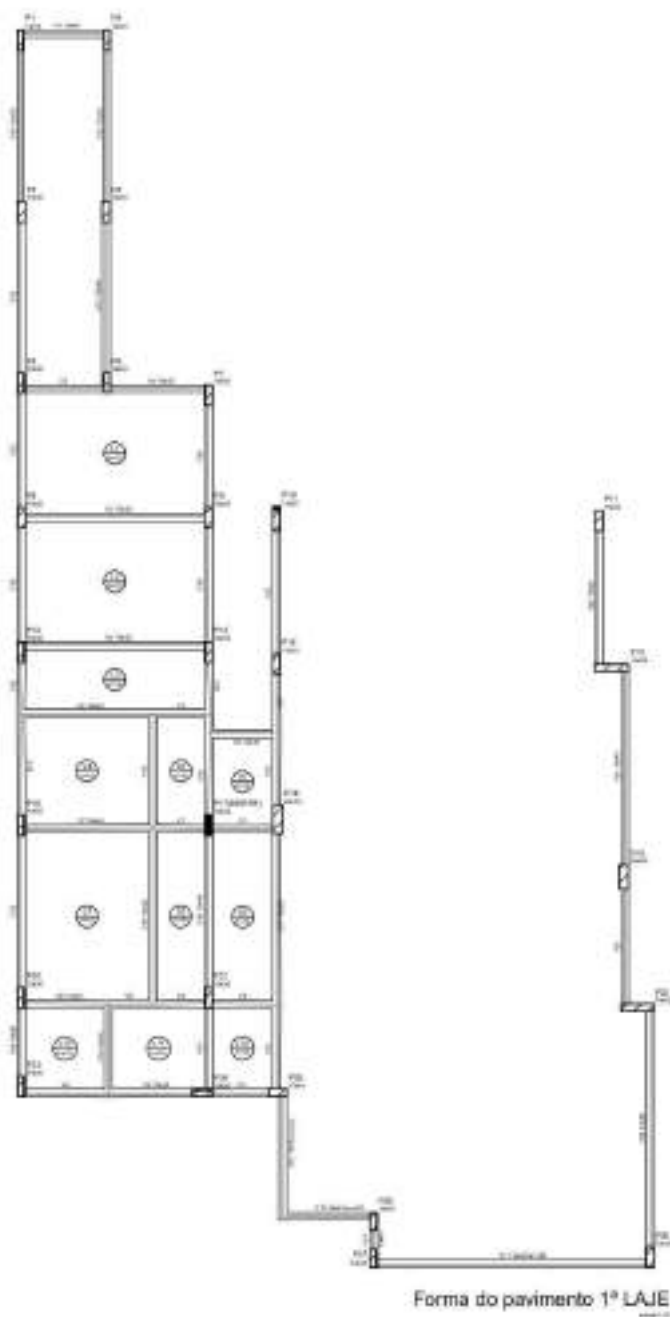
02334933000140-62F90FD0



Year	Age group	Number of cases	Rate per 100,000
1970	15-24	10	0.1
1971	15-24	12	0.1
1972	15-24	15	0.1
1973	15-24	18	0.1
1974	15-24	22	0.1
1975	15-24	25	0.1
1976	15-24	28	0.1
1977	15-24	32	0.1
1978	15-24	35	0.1
1979	15-24	38	0.1
1980	15-24	42	0.1
1981	15-24	45	0.1
1982	15-24	48	0.1
1983	15-24	52	0.1
1984	15-24	55	0.1
1985	15-24	58	0.1
1986	15-24	62	0.1
1987	15-24	65	0.1
1988	15-24	68	0.1
1989	15-24	72	0.1
1990	15-24	75	0.1
1991	15-24	78	0.1
1992	15-24	82	0.1
1993	15-24	85	0.1
1994	15-24	88	0.1
1995	15-24	92	0.1
1996	15-24	95	0.1
1997	15-24	98	0.1
1998	15-24	102	0.1
1999	15-24	105	0.1
2000	15-24	108	0.1
2001	15-24	112	0.1
2002	15-24	115	0.1
2003	15-24	118	0.1
2004	15-24	122	0.1
2005	15-24	125	0.1
2006	15-24	128	0.1
2007	15-24	132	0.1
2008	15-24	135	0.1
2009	15-24	138	0.1
2010	15-24	142	0.1
2011	15-24	145	0.1
2012	15-24	148	0.1
2013	15-24	152	0.1
2014	15-24	155	0.1
2015	15-24	158	0.1
2016	15-24	162	0.1
2017	15-24	165	0.1
2018	15-24	168	0.1
2019	15-24	172	0.1
2020	15-24	175	0.1

Differences in the variables	
Age	Age
Gender	Gender
Education	Education
Income	Income

Year	Population	Population	Population
1970	10,000	10,000	10,000
1971	10,000	10,000	10,000
1972	10,000	10,000	10,000
1973	10,000	10,000	10,000
1974	10,000	10,000	10,000
1975	10,000	10,000	10,000
1976	10,000	10,000	10,000
1977	10,000	10,000	10,000
1978	10,000	10,000	10,000
1979	10,000	10,000	10,000
1980	10,000	10,000	10,000
1981	10,000	10,000	10,000
1982	10,000	10,000	10,000
1983	10,000	10,000	10,000
1984	10,000	10,000	10,000
1985	10,000	10,000	10,000
1986	10,000	10,000	10,000
1987	10,000	10,000	10,000
1988	10,000	10,000	10,000
1989	10,000	10,000	10,000
1990	10,000	10,000	10,000
1991	10,000	10,000	10,000
1992	10,000	10,000	10,000
1993	10,000	10,000	10,000
1994	10,000	10,000	10,000
1995	10,000	10,000	10,000
1996	10,000	10,000	10,000
1997	10,000	10,000	10,000
1998	10,000	10,000	10,000
1999	10,000	10,000	10,000
2000	10,000	10,000	10,000
2001	10,000	10,000	10,000
2002	10,000	10,000	10,000
2003	10,000	10,000	10,000
2004	10,000	10,000	10,000
2005	10,000	10,000	10,000
2006	10,000	10,000	10,000
2007	10,000	10,000	10,000
2008	10,000	10,000	10,000
2009	10,000	10,000	10,000
2010	10,000	10,000	10,000
2011	10,000	10,000	10,000
2012	10,000	10,000	10,000
2013	10,000	10,000	10,000
2014	10,000	10,000	10,000
2015	10,000	10,000	10,000
2016	10,000	10,000	10,000
2017	10,000	10,000	10,000
2018	10,000	10,000	10,000
2019	10,000	10,000	10,000
2020	10,000	10,000	10,000



Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
2	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00
3	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
4	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
2	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00
3	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
4	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
2	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00
3	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
4	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
2	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00
3	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
4	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
2	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00
3	Porta (abertura para o exterior)	1	1.000,00	1.000,00
4	Porta (abertura para o interior)	1	1.000,00	1.000,00



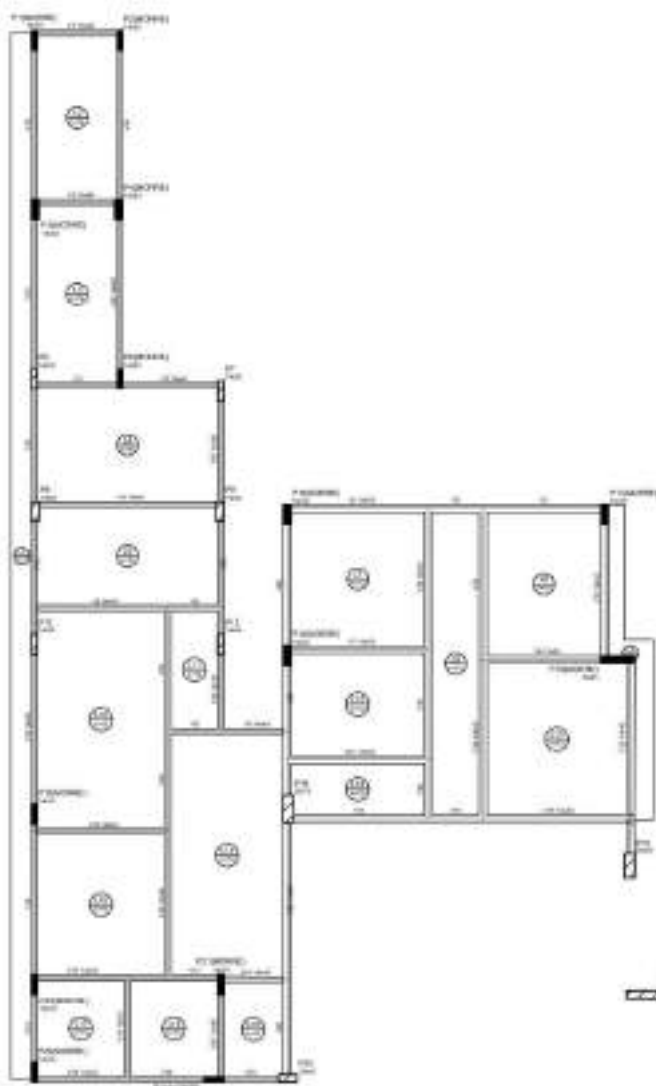
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



Item	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Item	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Item	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Item	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Item	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Forma do pavimento 2º LAJE



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



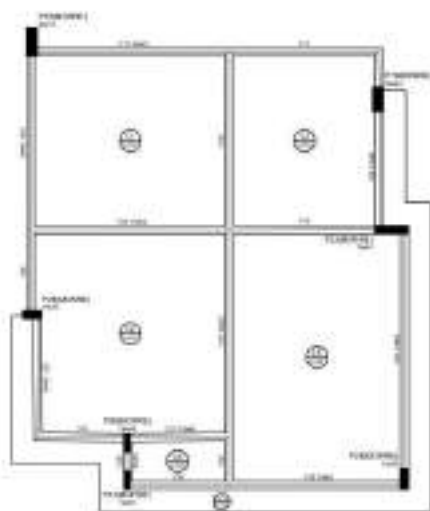
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

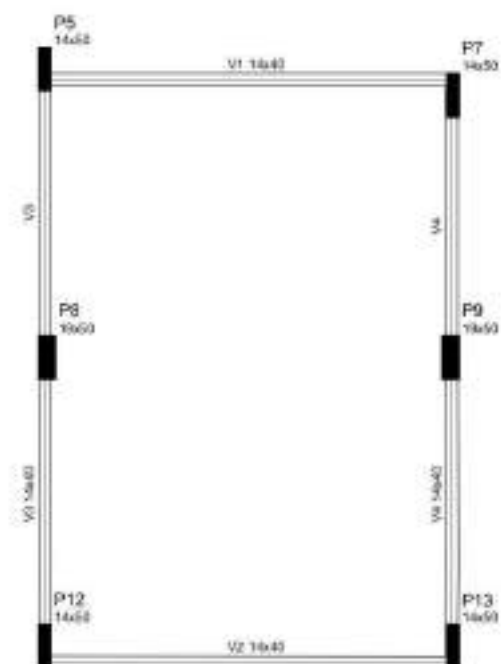
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10



Forma do pavimento LAJE AUDITORIO





Vigas			
Nome	Seção (cm)	Desvio (mm)	Nível (cm)
V1	14x40	0	100
V2	14x40	0	100
V3	14x40	0	100
V4	14x40	0	100

Características das misturas	
Ida	Ida
(kg/m³)	(kg/m³)
300	295,864

Dimensão máxima do agregado = 19 mm

Placas			
Nome	Seção (cm)	Elevação (cm)	Nível (cm)
P5	14 x 50	0	100
P7	14 x 50	0	100
P8	14 x 50	0	100
P9	14 x 50	0	100
P12	14 x 50	0	100
P13	14 x 50	0	100

Legenda das Placas	
	Placa que mora
	Placa que passa
	Placa que não passa
	Placa com malha de aço

Planta do pavimento CAIXA D'ÁGUA

escala 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



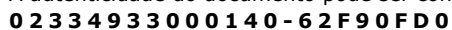
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

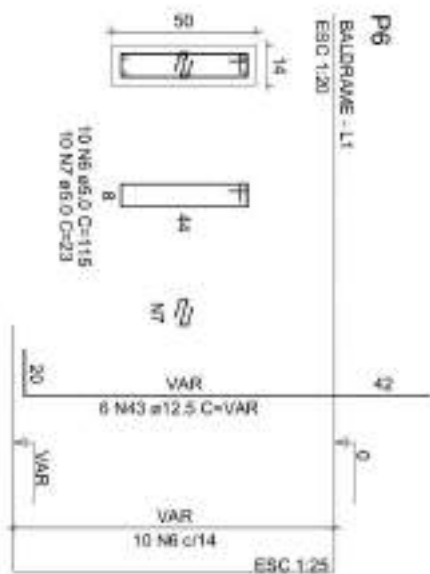
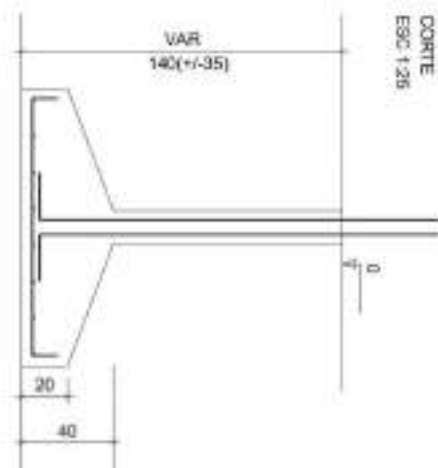
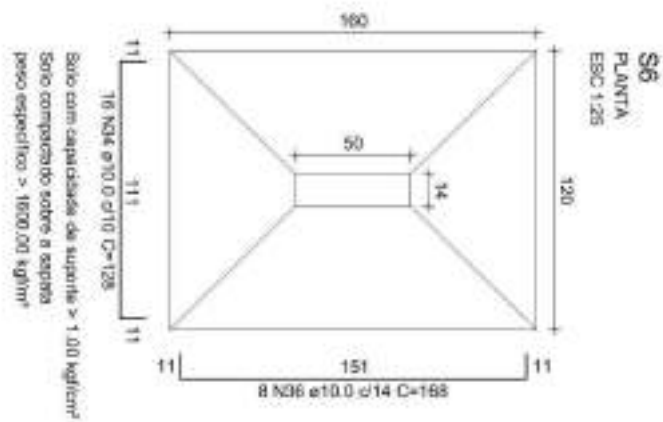
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

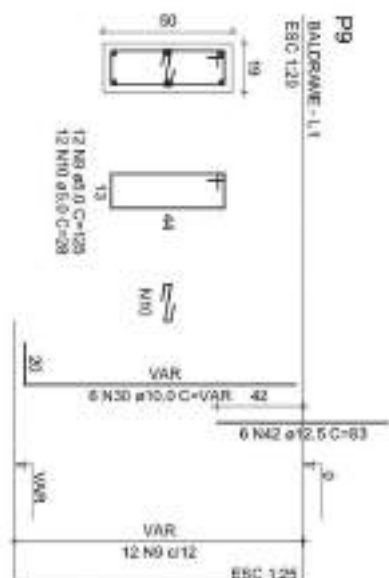
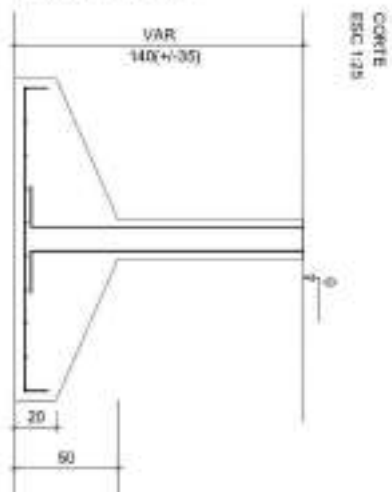
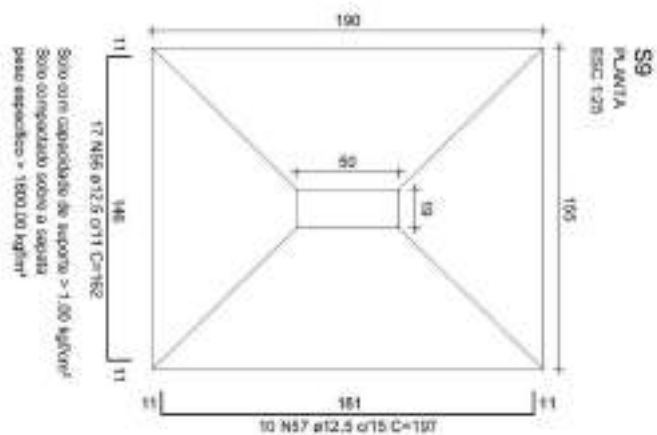
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0







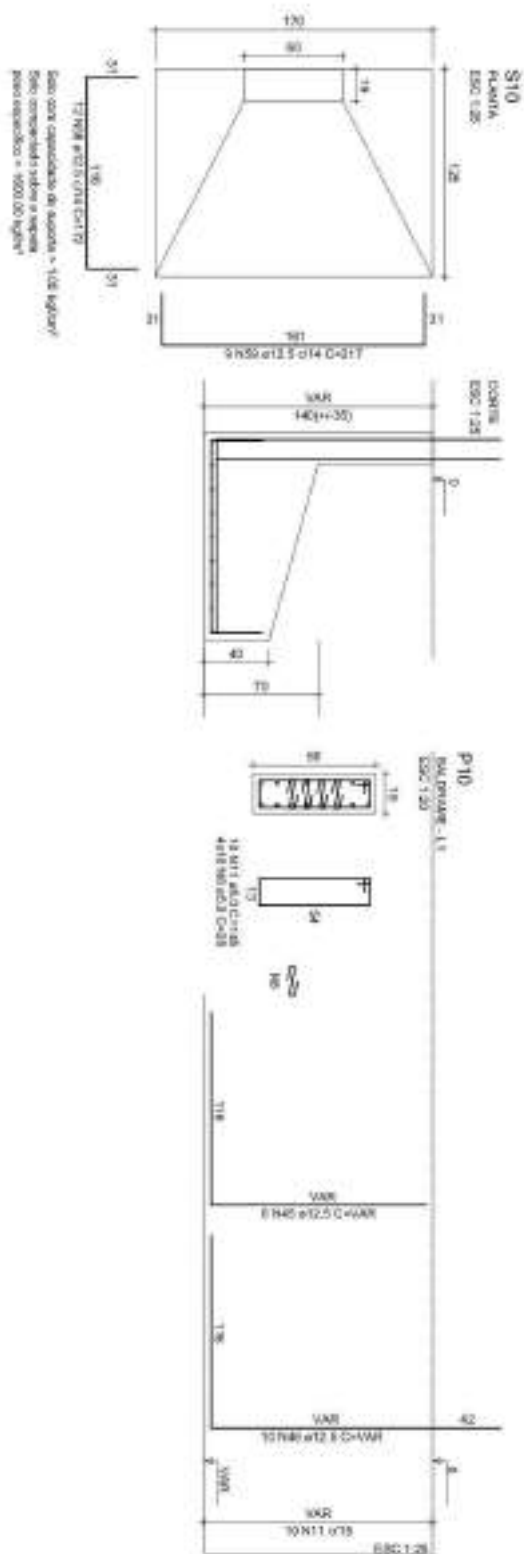
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

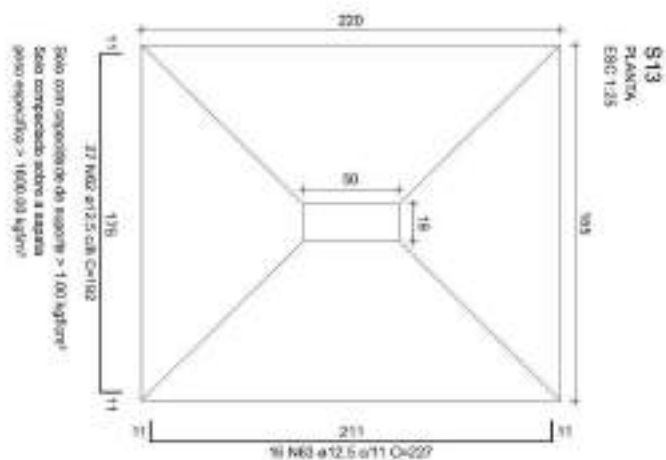
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

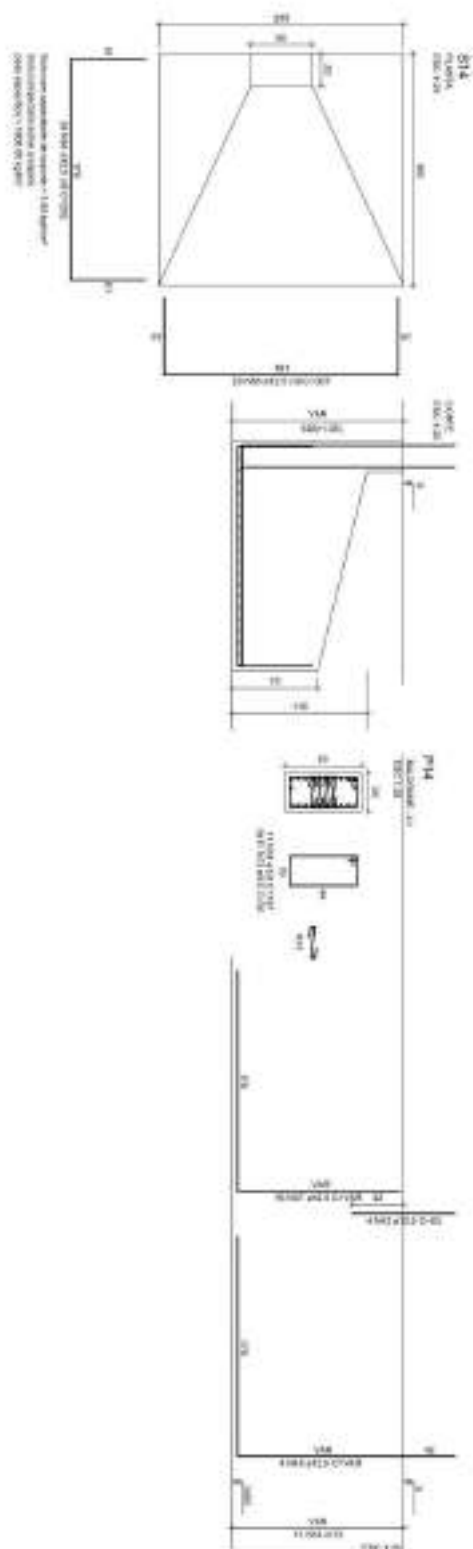
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0







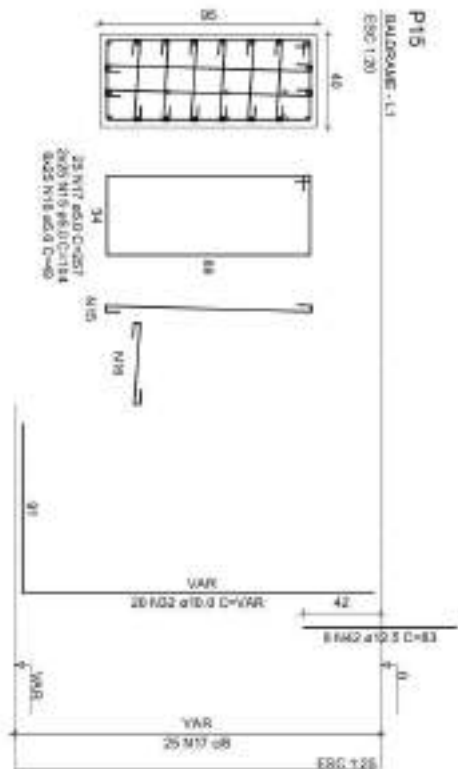
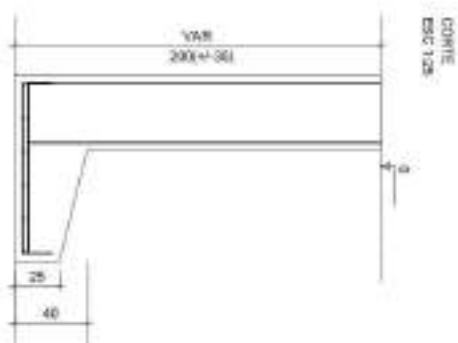
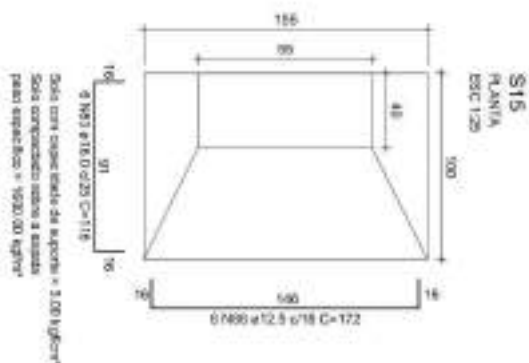
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



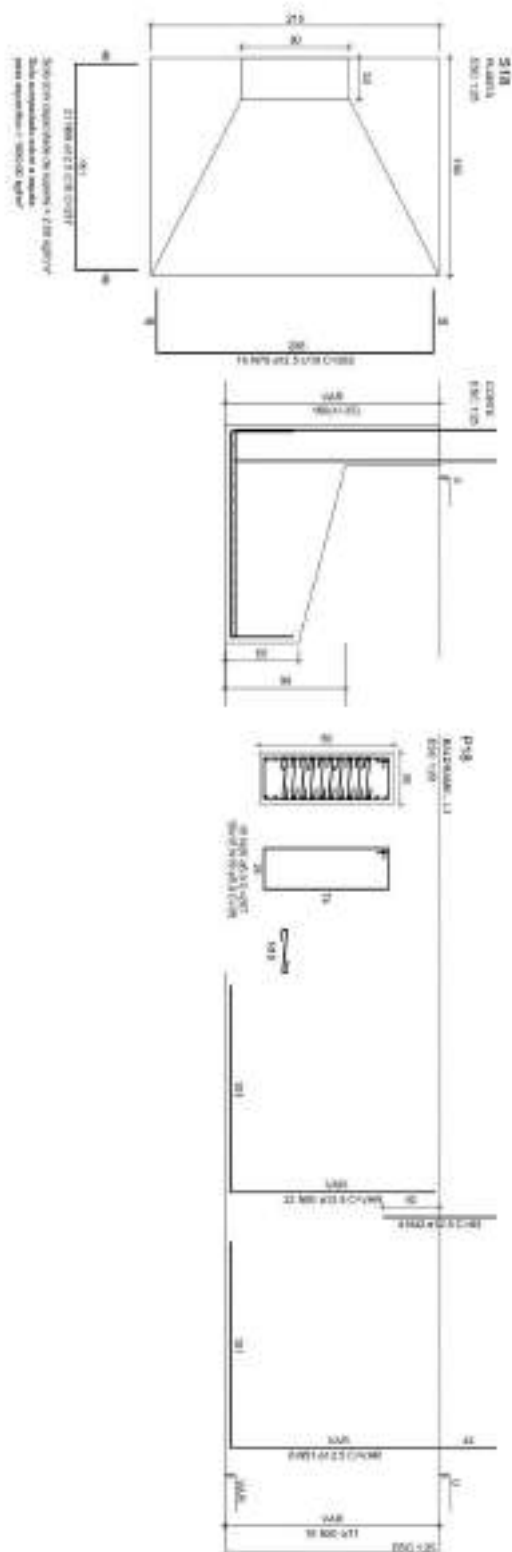
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

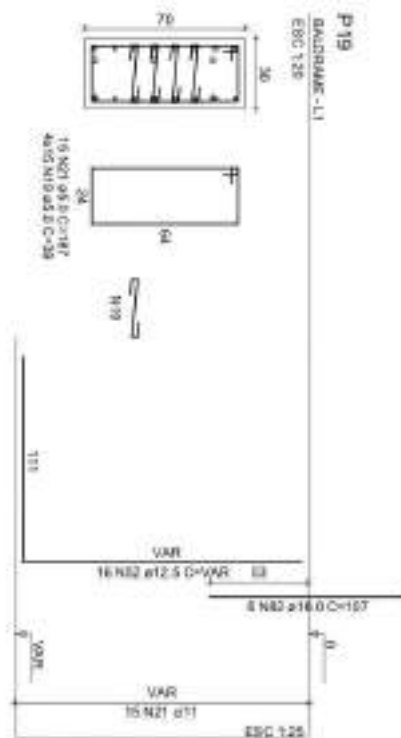
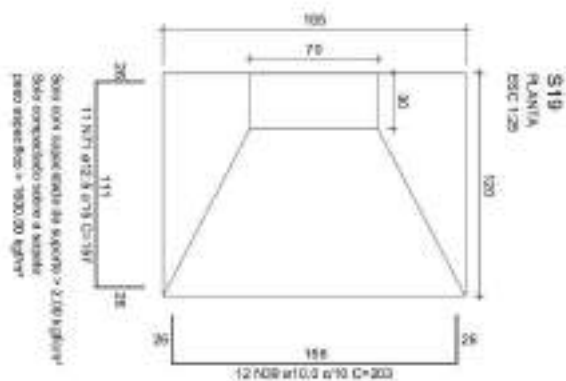
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0





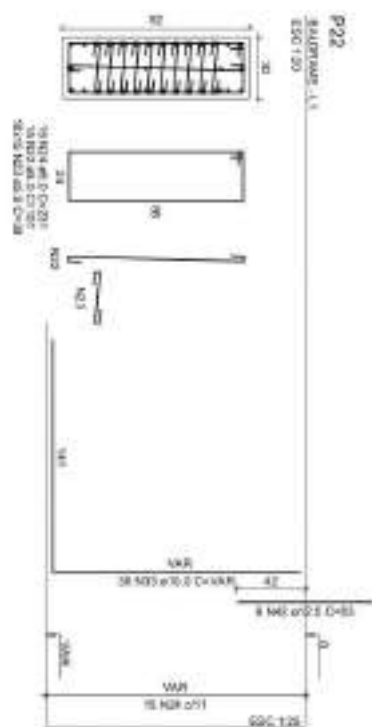
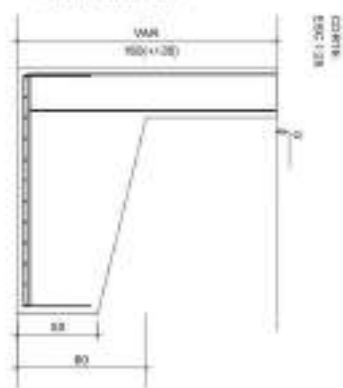
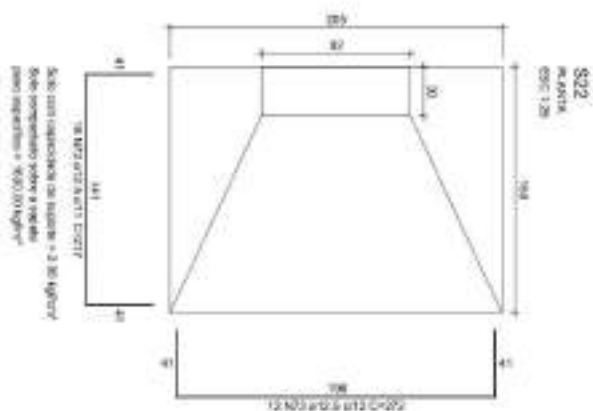
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



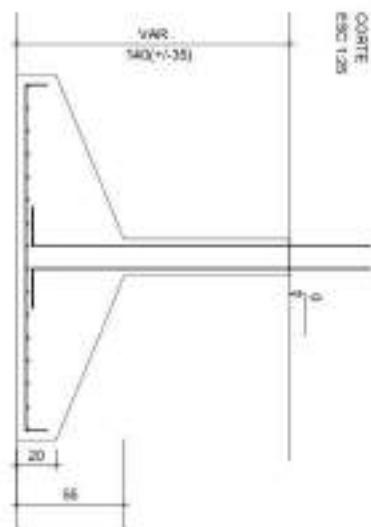
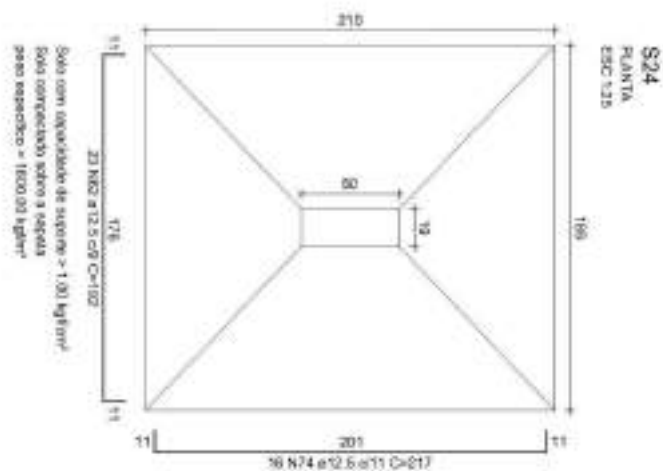
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

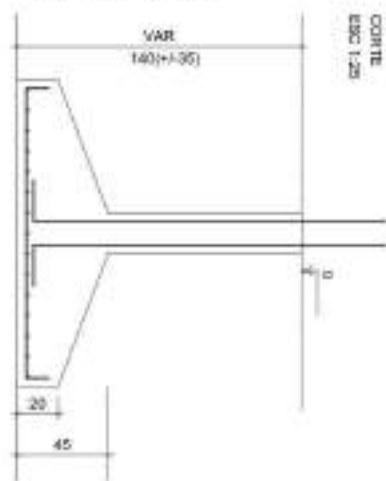
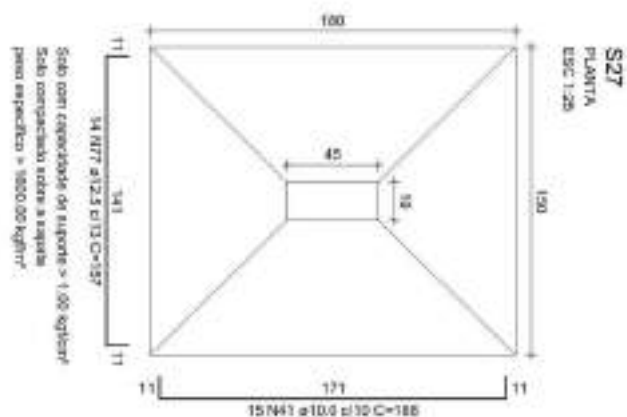
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0





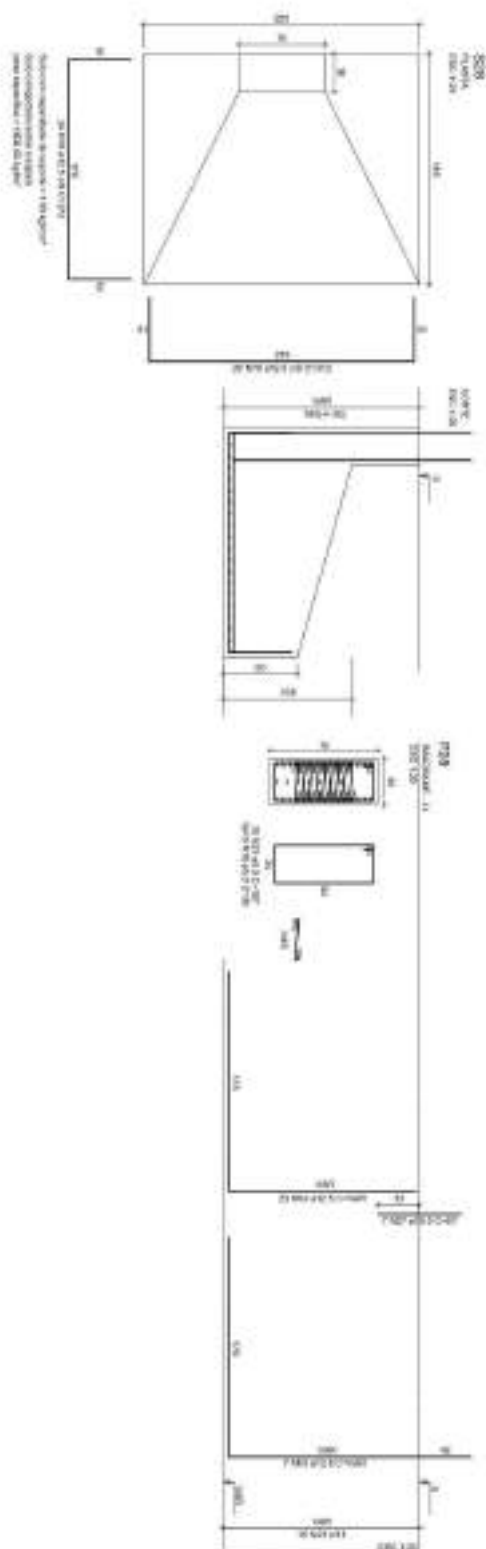
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

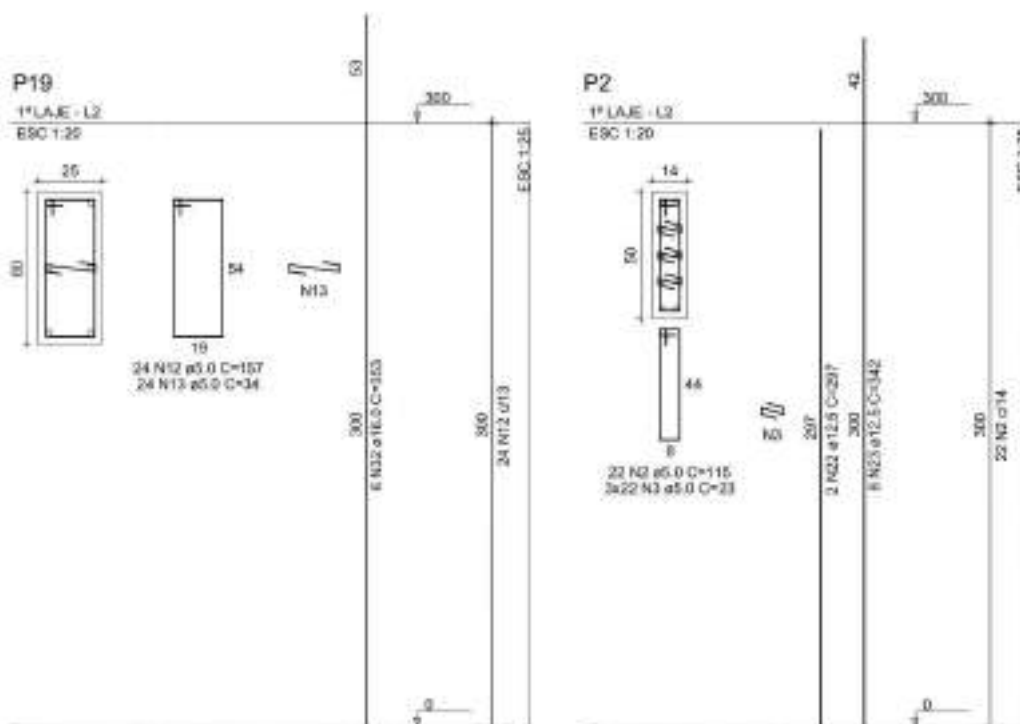
02334933000140-62F90FD0

[illegible]

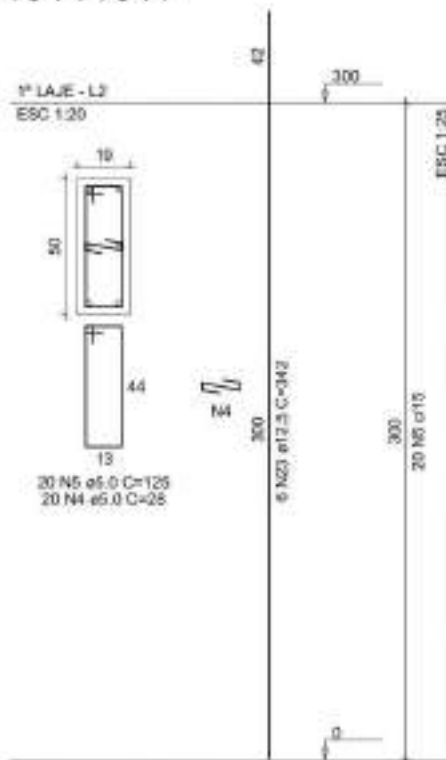
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

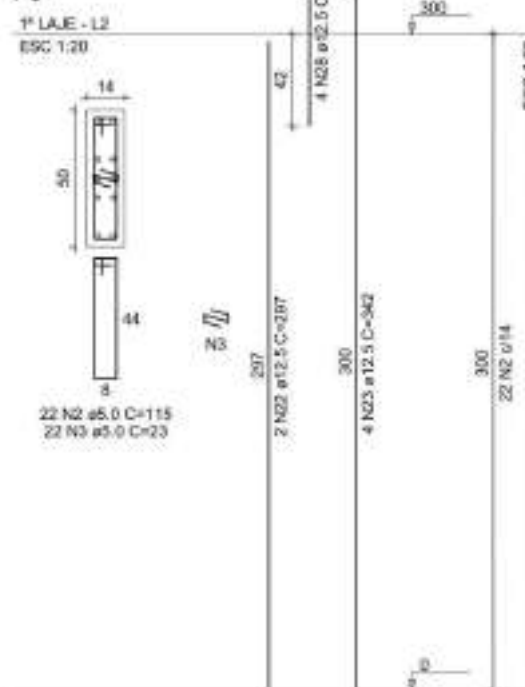
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:



P3=P4=P5=P7



P6



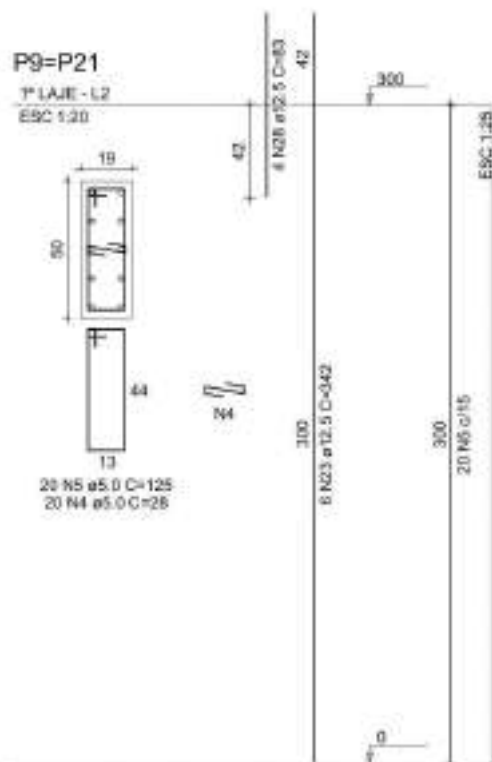
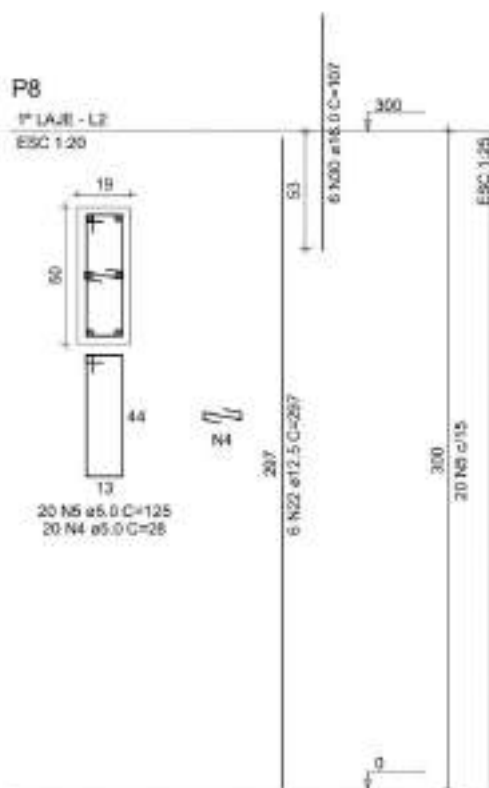
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

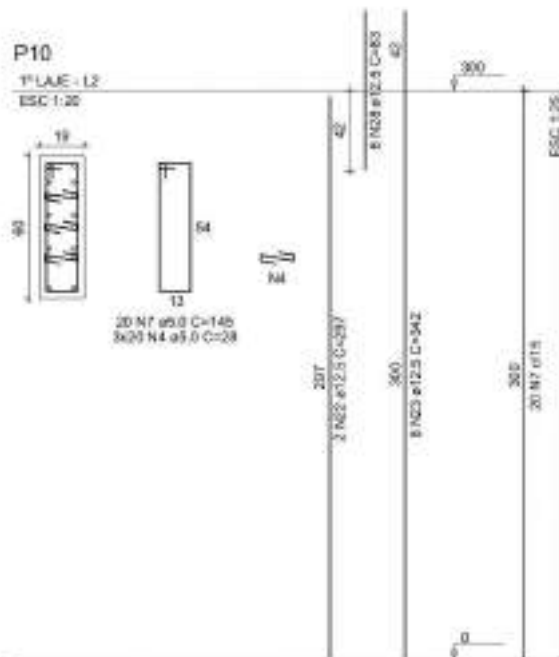
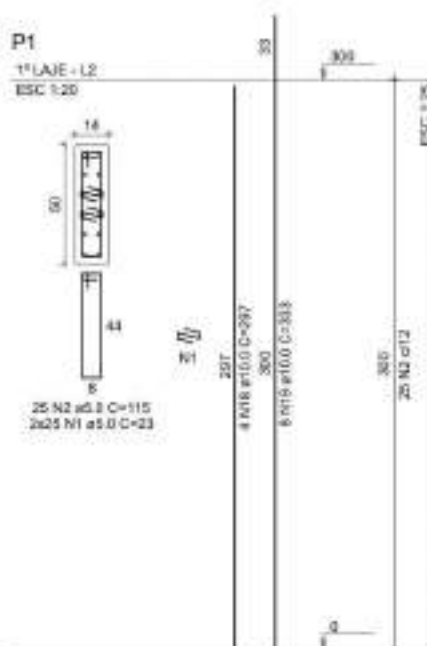
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

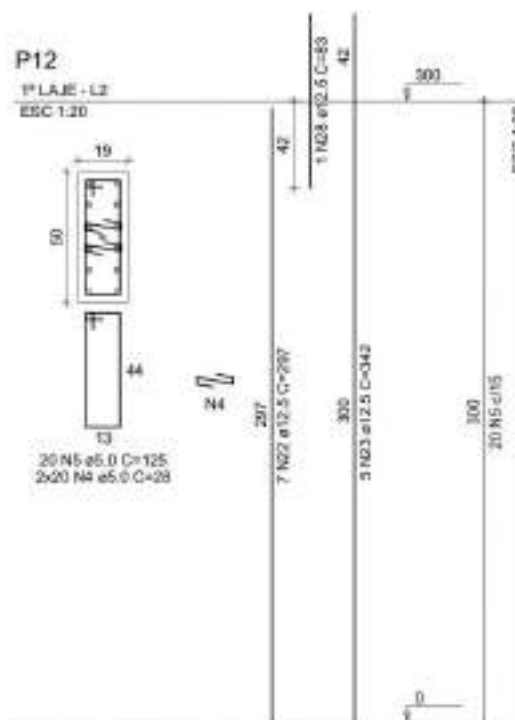
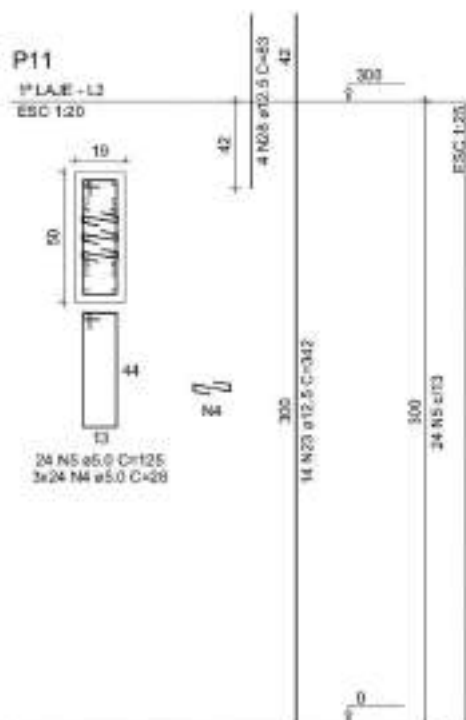
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

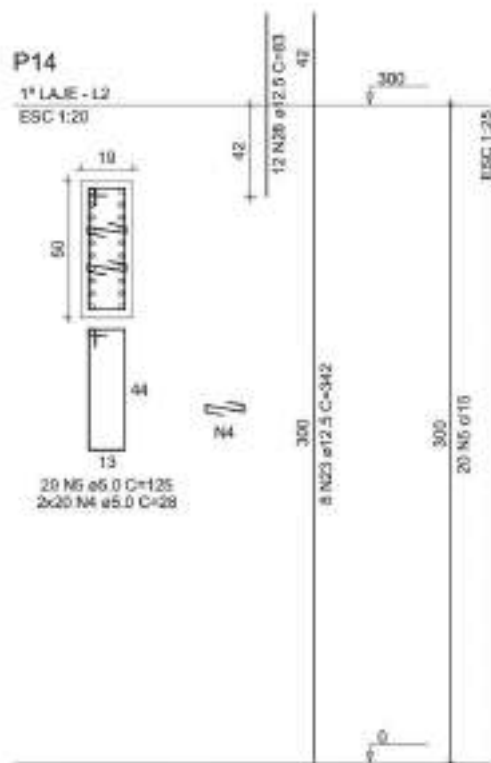
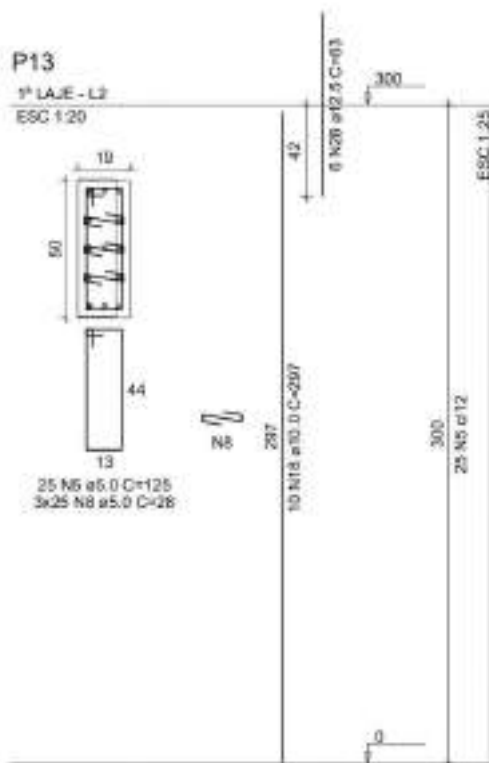
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



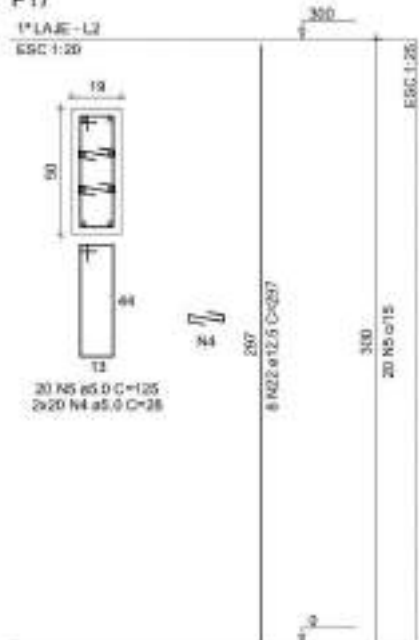






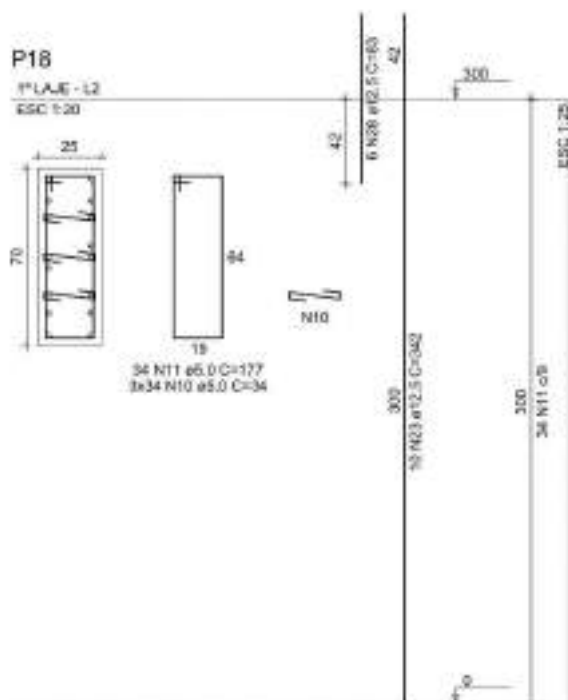
P17

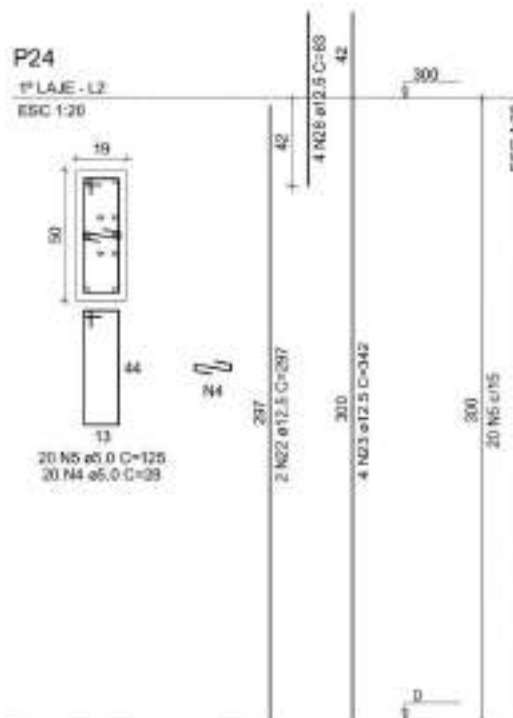
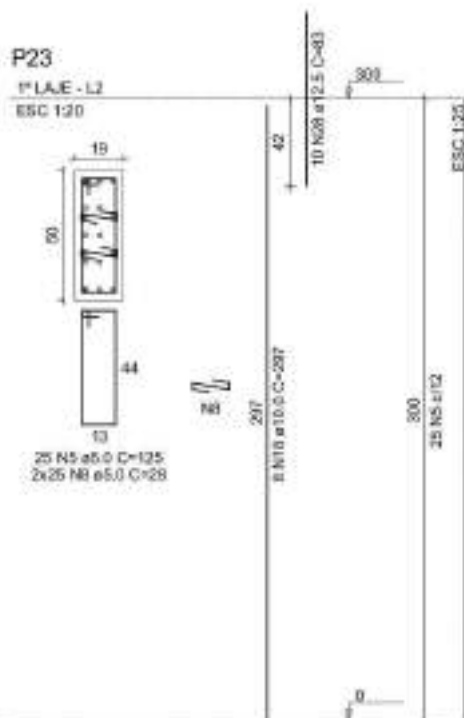
1ª LAJE - L2
ESC 1:20

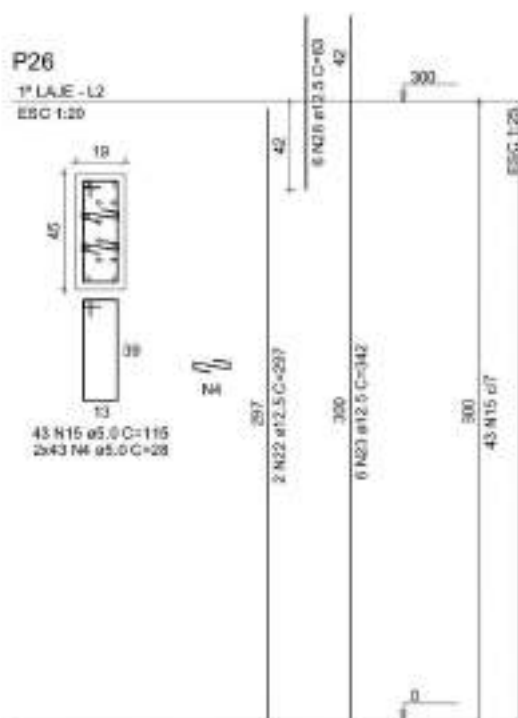


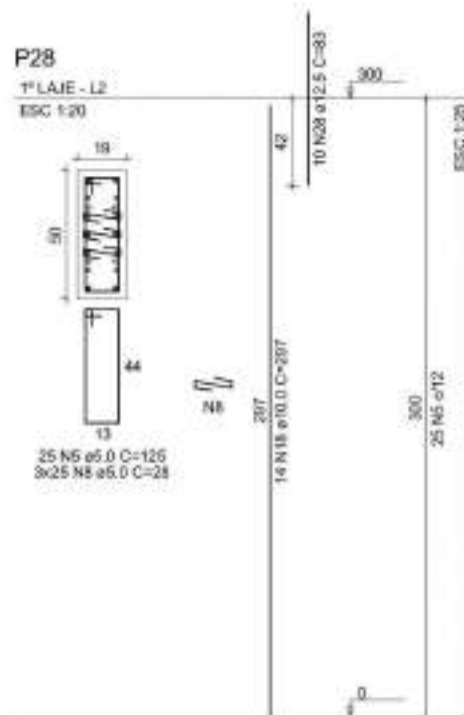
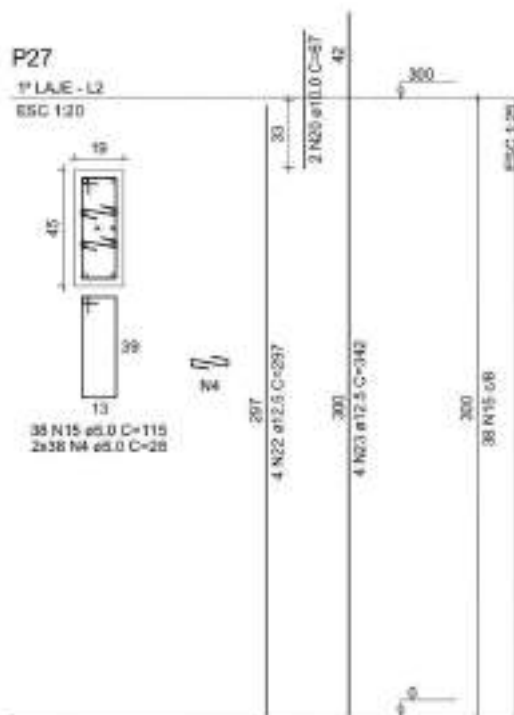
P18

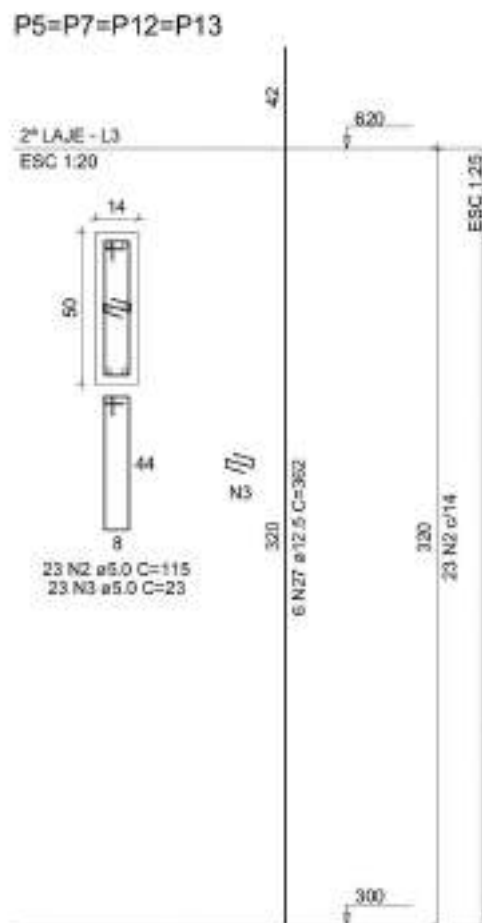
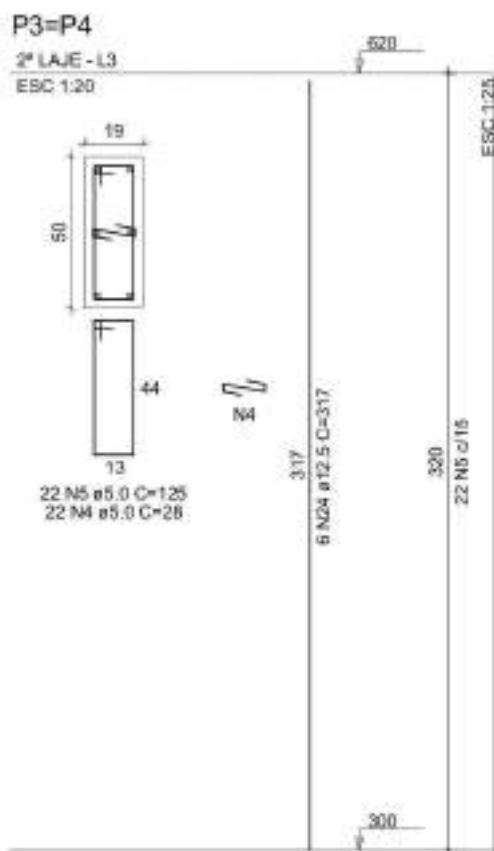
1ª LAJE - L2
ESC 1:20

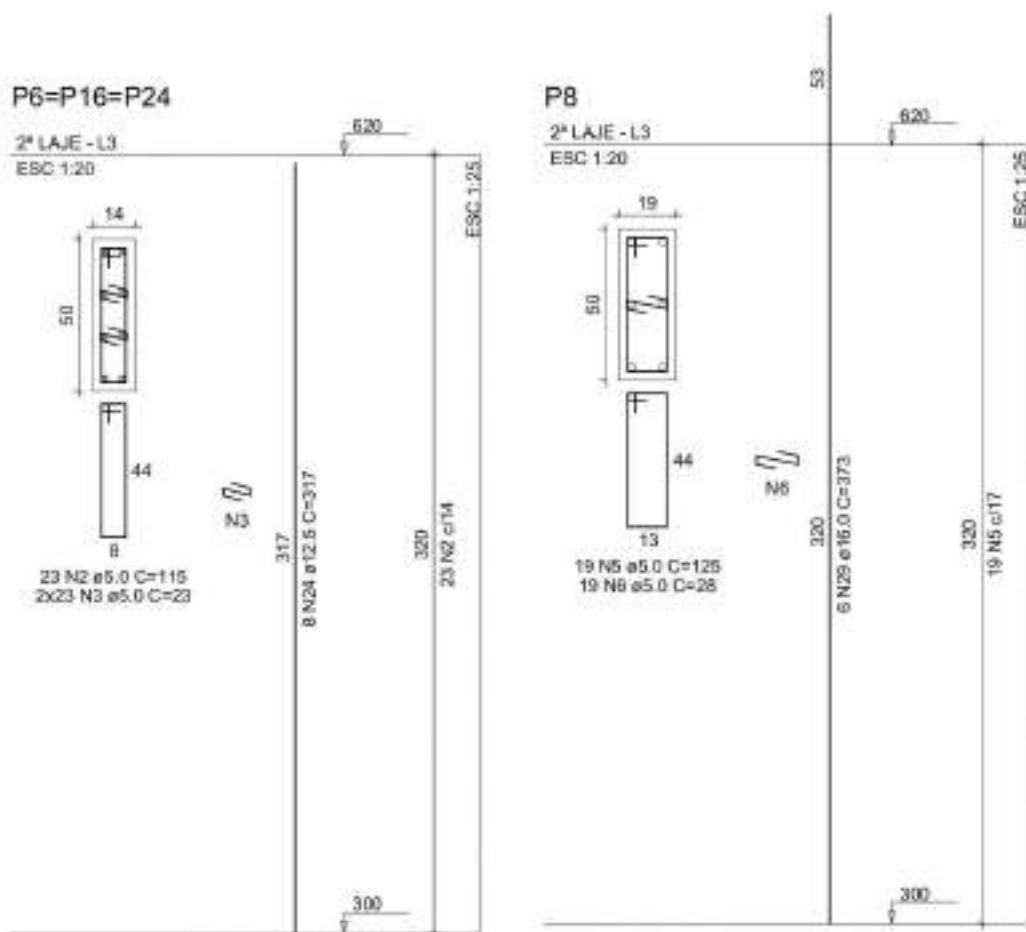


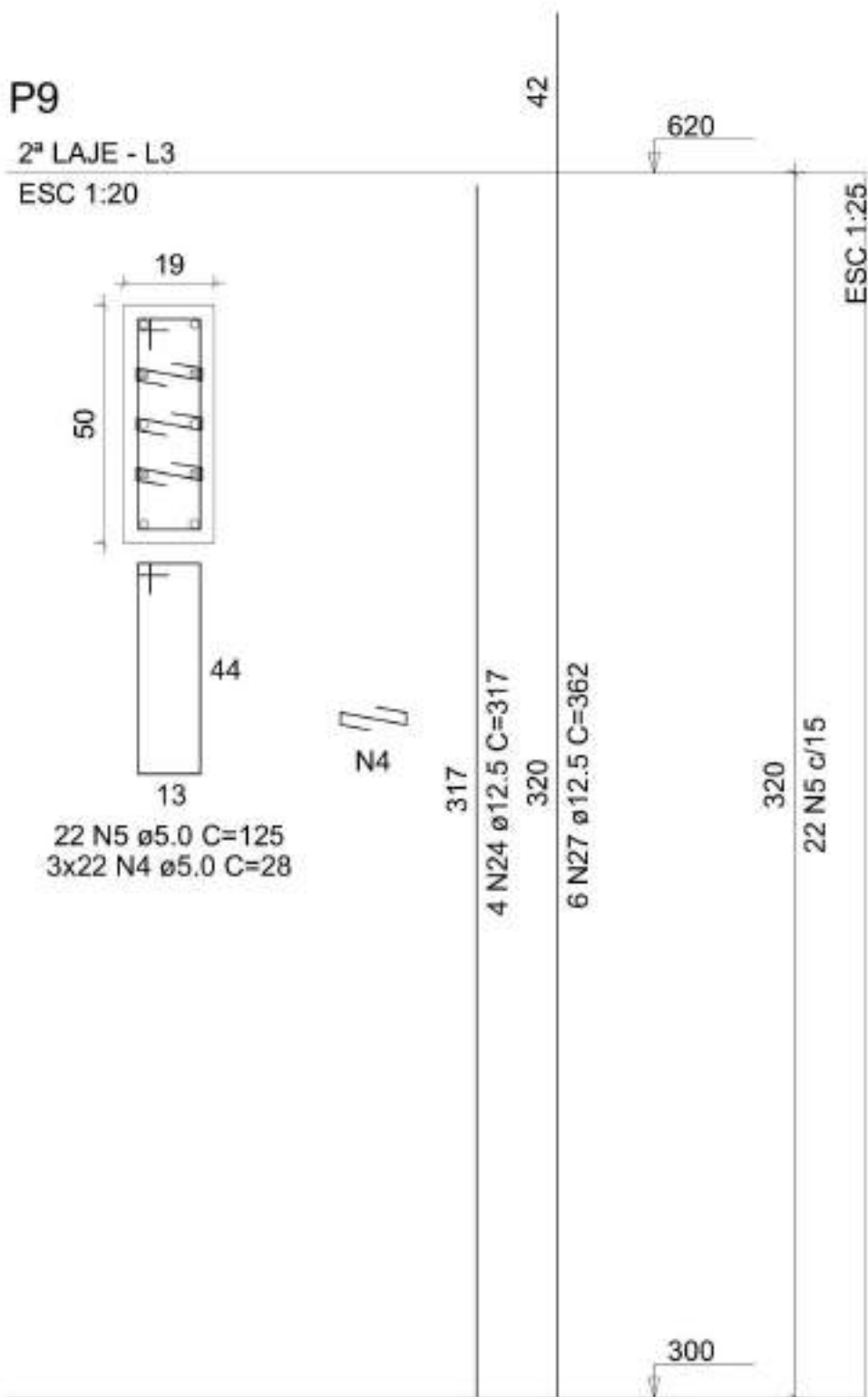


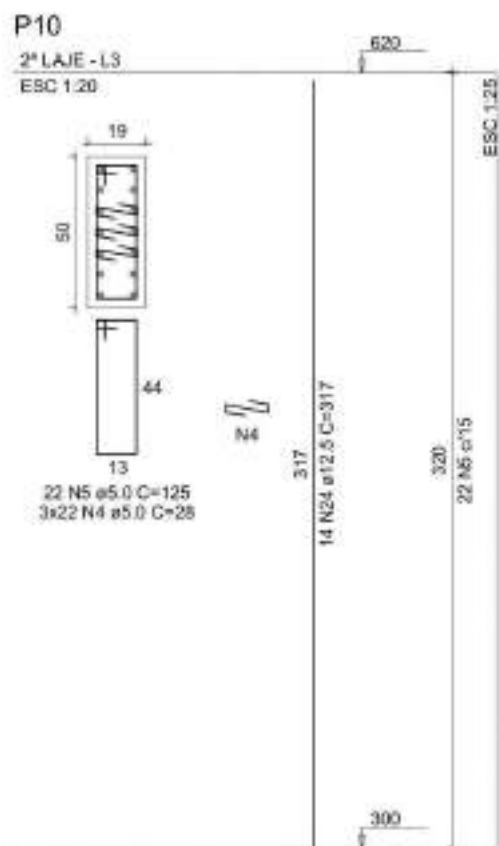
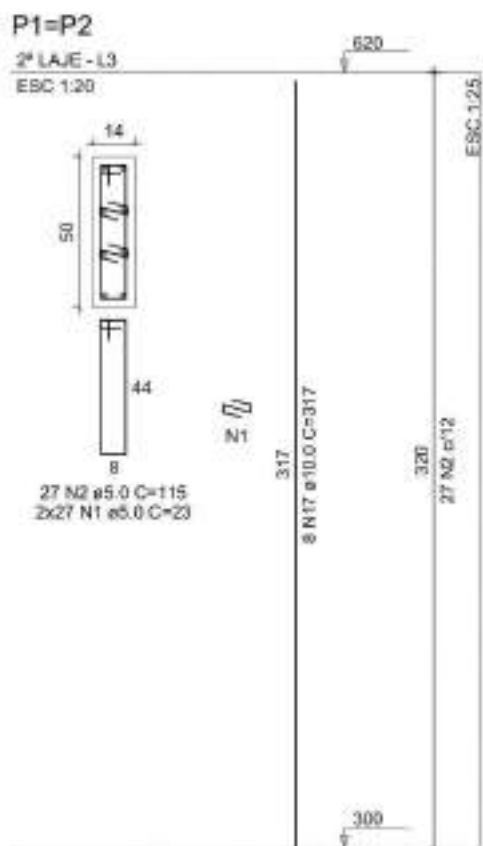


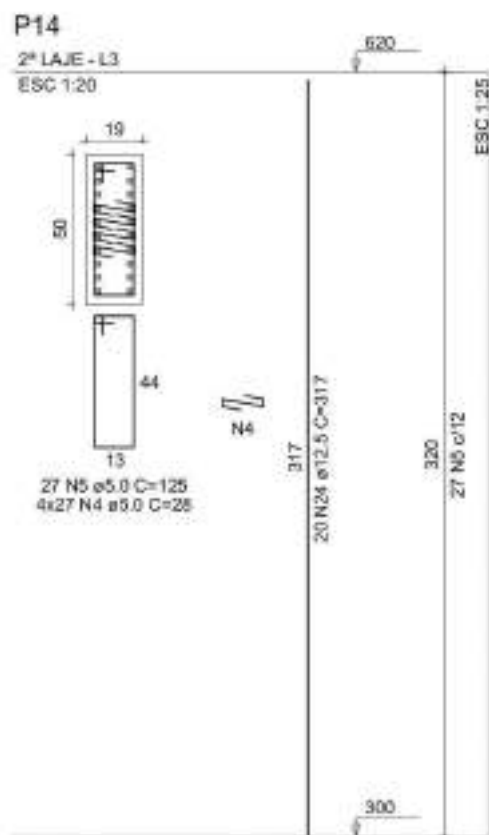
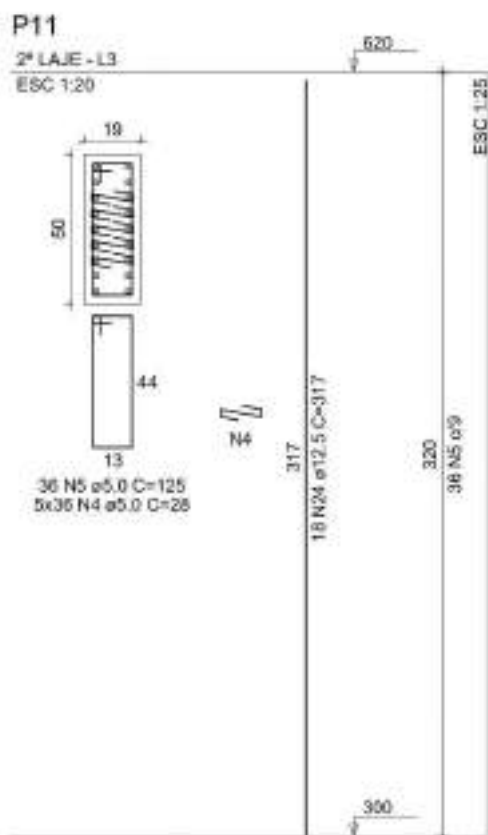


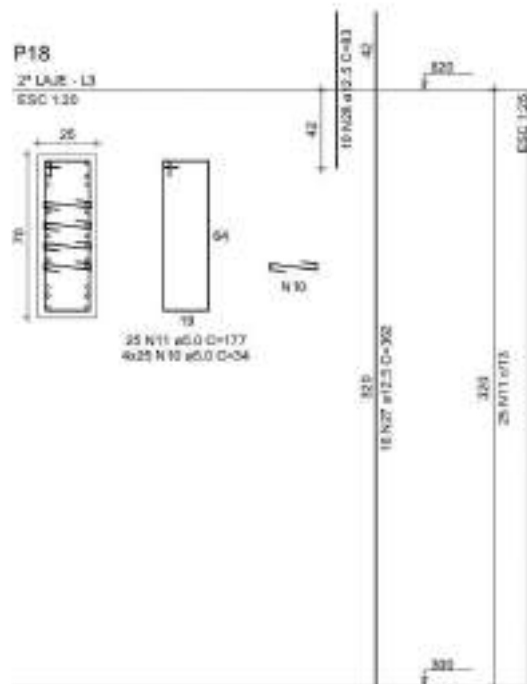
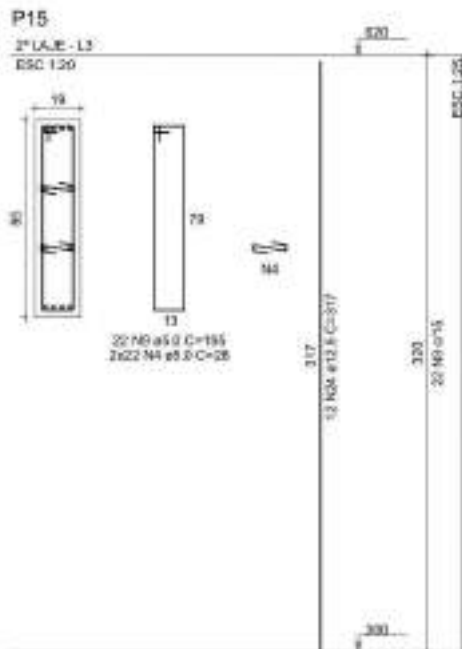












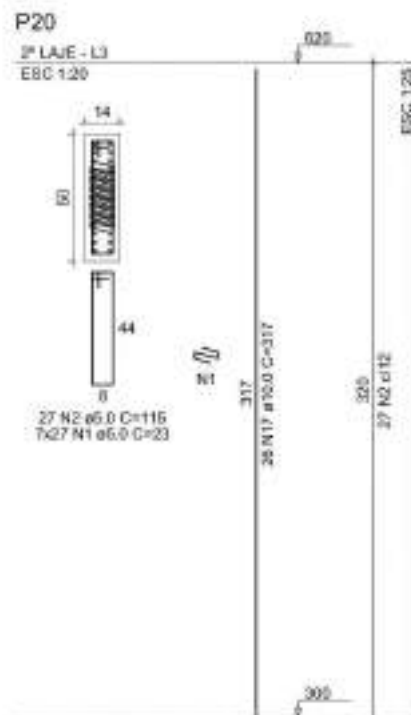
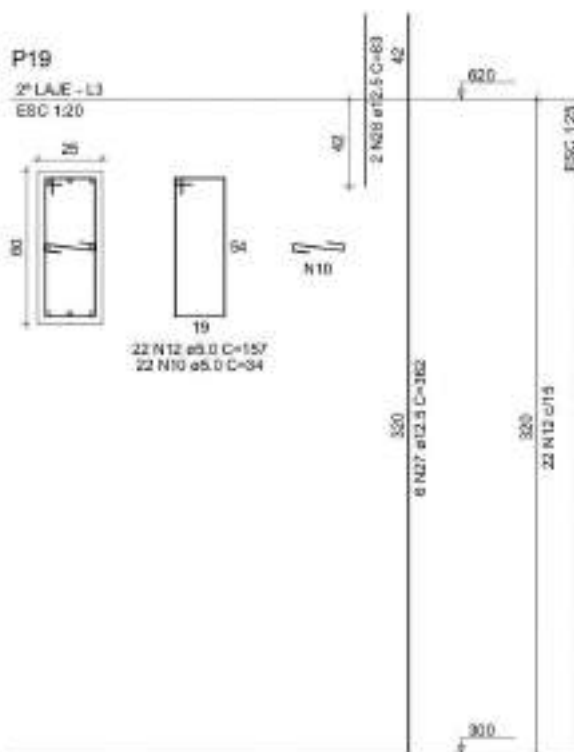
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

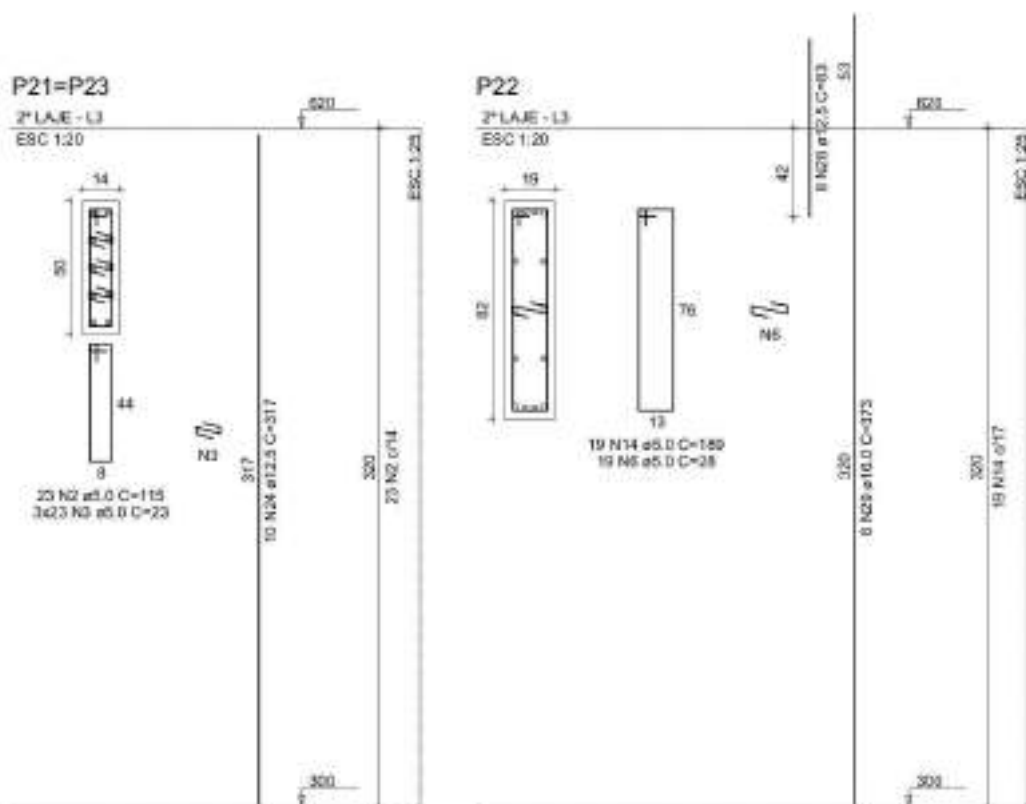
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

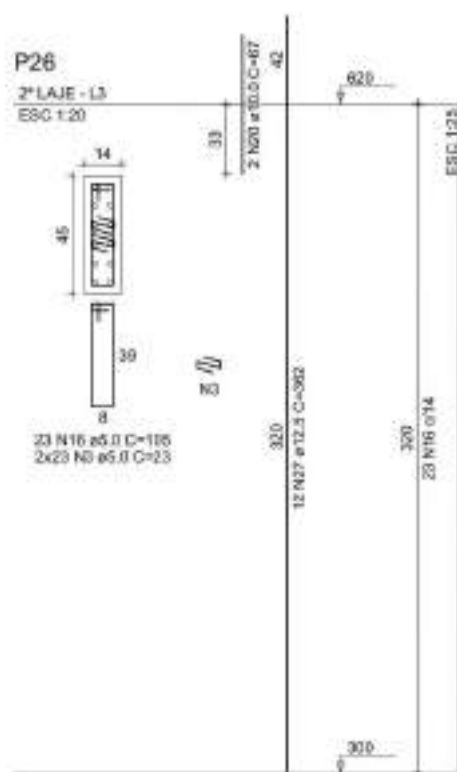
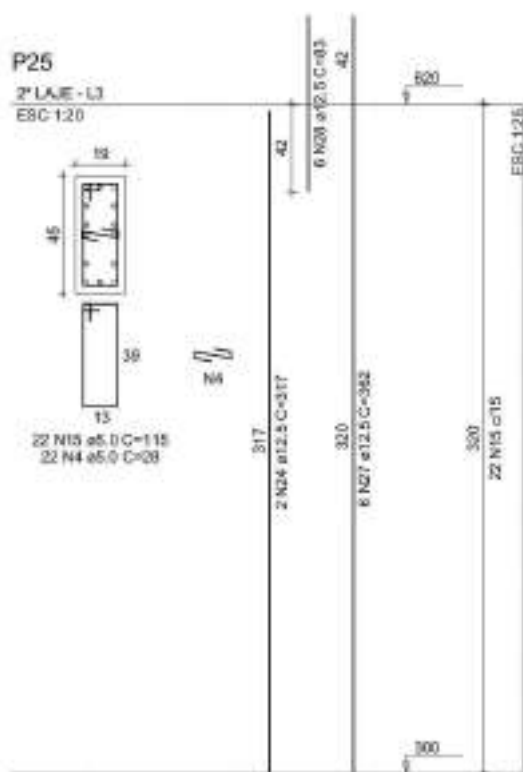
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

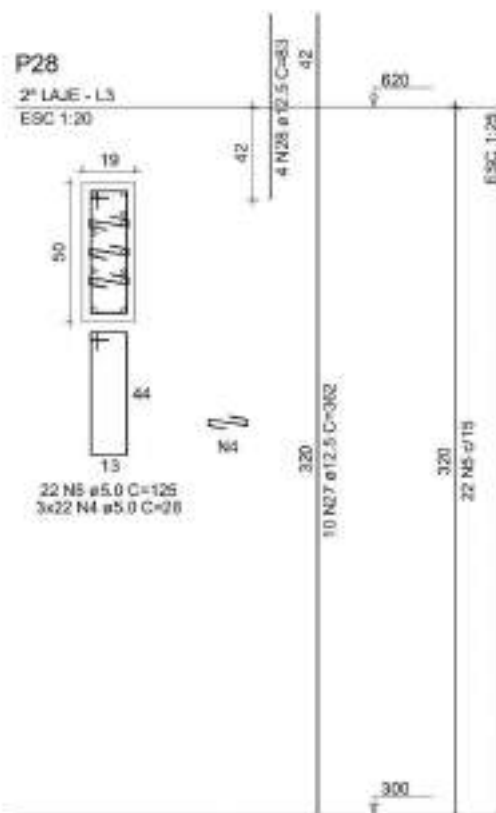
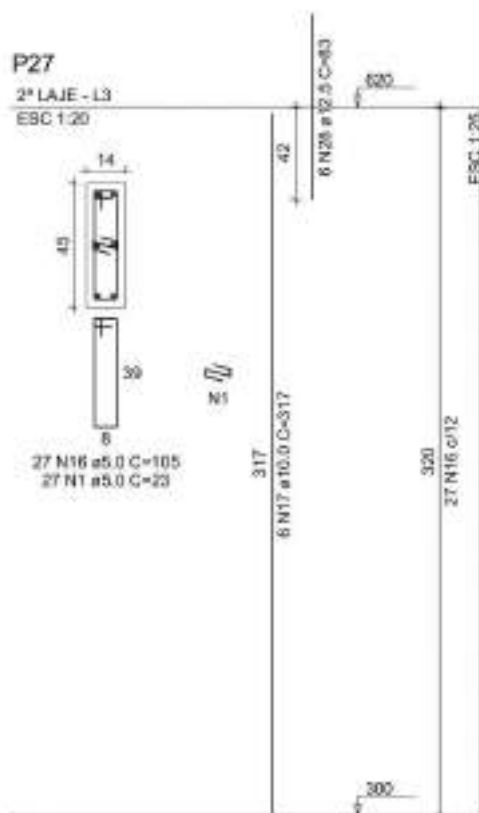
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

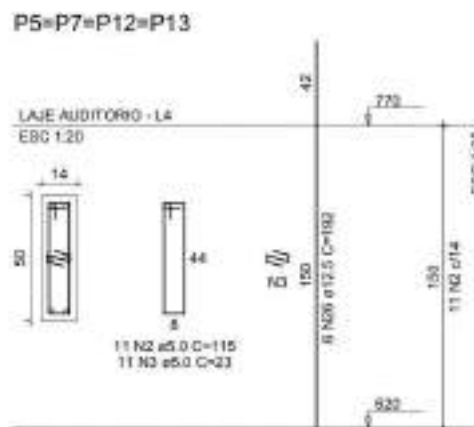
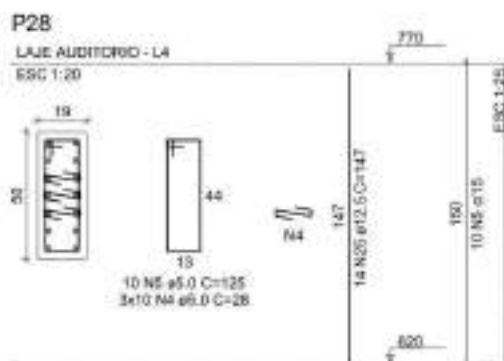
02334933000140-62F90FD0

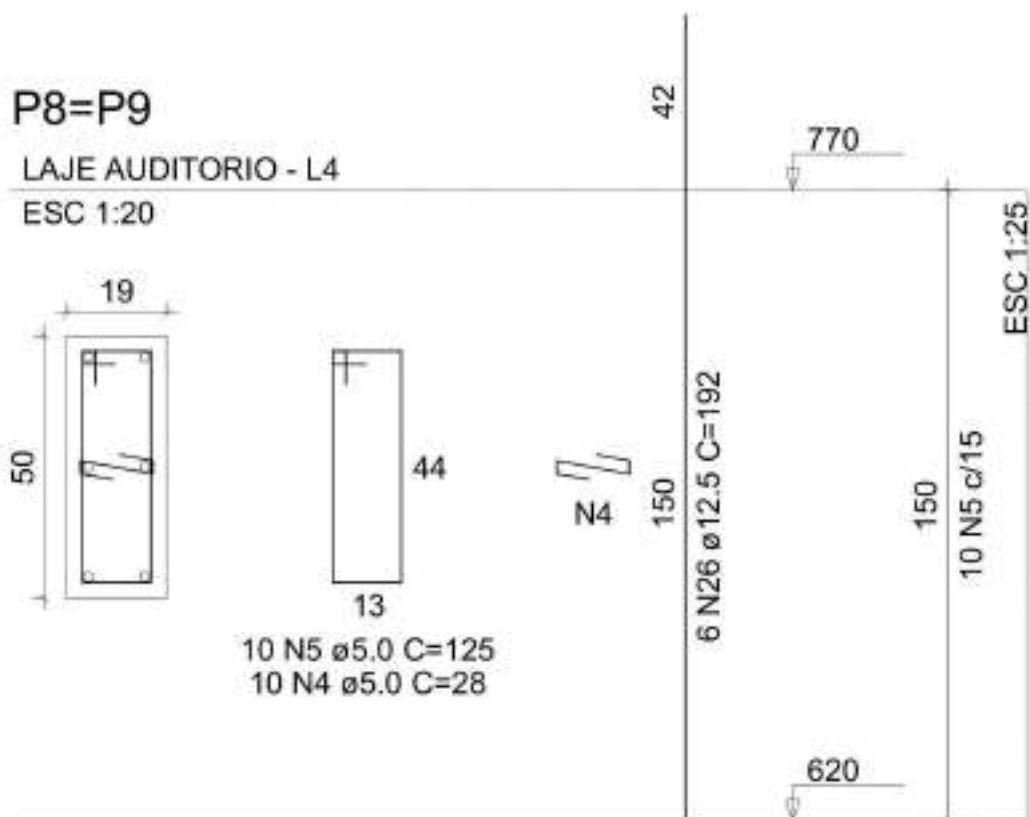


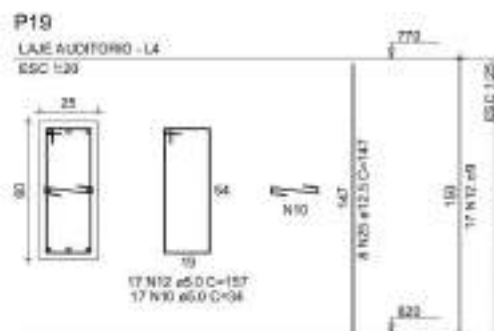
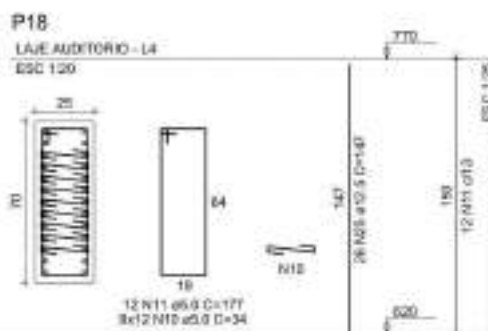












P22

LAJE AUDITORIO - L4

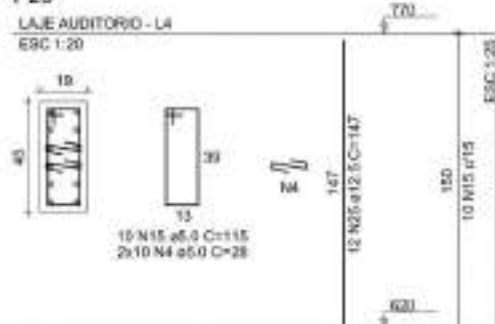
ESC 1:20

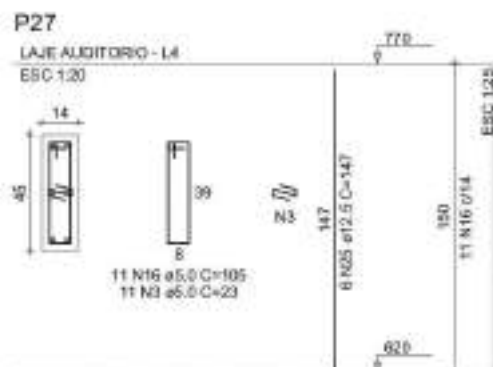
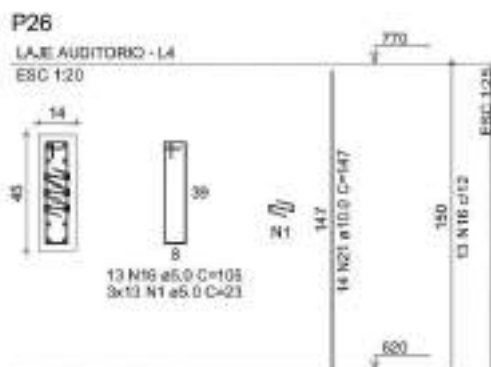


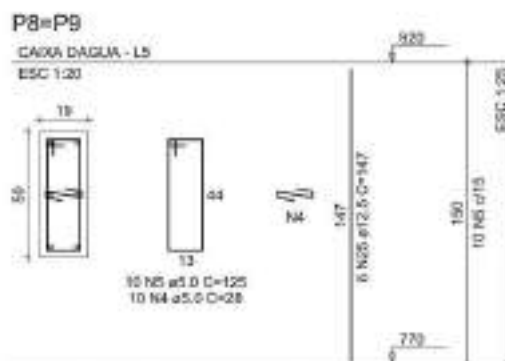
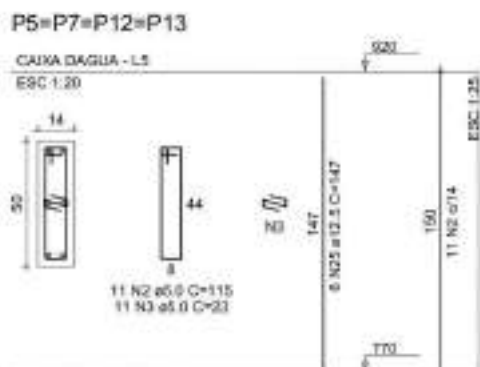
P25

LAJE AUDITORIO - L4

ESC 1:20







RELAÇÃO DO AÇO

2xP1-L3	P1-L2	P2-L2
2xP3-L3	4xP3-L2	4xP5-L5
4xP5-L4	4xP5-L3	3xP6-L3
P6-L2	2xP8-L5	2xP8-L4
P6-L3	P8-L2	P9-L3
2xP9-L2	P10-L3	P10-L2
P11-L3	P11-L2	P12-L2
P13-L2	P14-L3	P14-L2
P15-L3	P15-L2	P16-L2
P17-L2	P18-L4	P18-L3
P18-L2	P19-L4	P19-L3
P19-L2	P20-L3	P20-L2
2xP21-L3	P22-L4	P22-L3
P22-L2	P23-L2	P24-L2
P25-L4	P25-L3	P25-L2
P26-L4	P26-L3	P26-L2
P27-L4	P27-L3	P27-L2
P28-L4	P28-L3	P28-L2

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	413	23	9499
	2	5.0	445	115	51175
	3	5.0	601	23	13823
	4	5.0	1410	28	39480
	5	5.0	599	125	74875
	6	5.0	56	28	1568
	7	5.0	20	145	2900
	8	5.0	200	28	5600
	9	5.0	42	195	8190
	10	5.0	349	34	11886
	11	5.0	71	177	12567
	12	5.0	63	157	9891
	13	5.0	24	34	816
	14	5.0	49	189	9261
	15	5.0	133	115	15295
CA50	16	5.0	74	105	7770
	17	10.0	48	317	15216
	18	10.0	36	297	10692
	19	10.0	8	333	2664
	20	10.0	22	67	1474
	21	10.0	14	147	2058
	22	12.5	41	297	12177
	23	12.5	129	342	44118
	24	12.5	126	317	39942
	25	12.5	116	147	17052
	26	12.5	36	192	6912
	27	12.5	80	362	28960
	28	12.5	123	83	10209
	29	16.0	12	373	4476
	30	16.0	12	107	1284
	31	16.0	2	297	594
	32	16.0	10	353	3530

RESUMO DO AÇO

AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	QUANT + 10% (Barras)
CA50	10.0	321	30
	12.5	1593.7	147
	16.0	96.8	10
CA60	5.0	2745.8	-
PESO TOTAL (kg)			
CA50	2078.1		
CA60	465.5		

Volume de concreto (C-30) = 18.96 m³

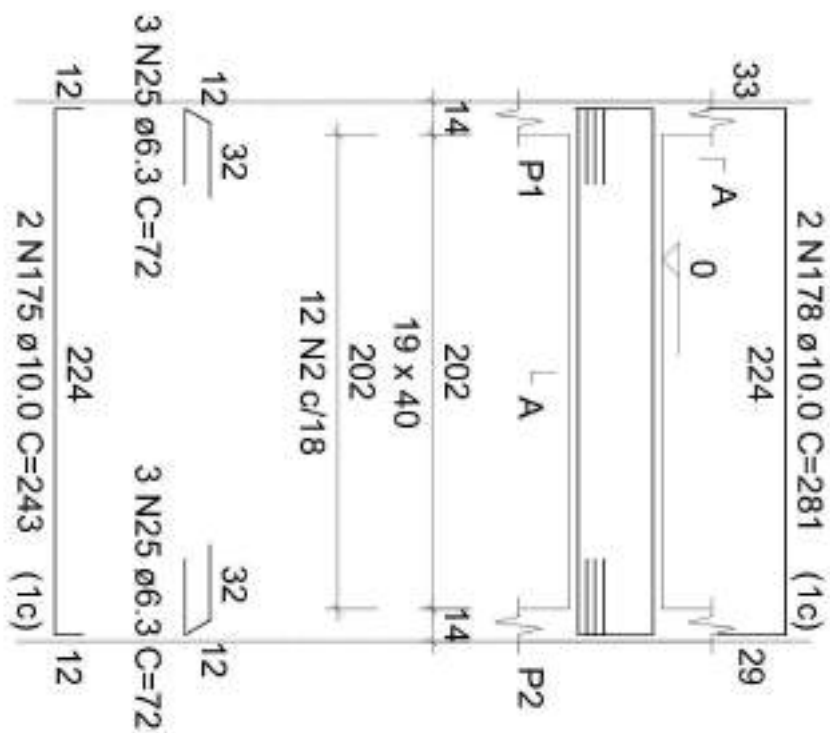
Área de forma = 281.63 m²



BALDRAME

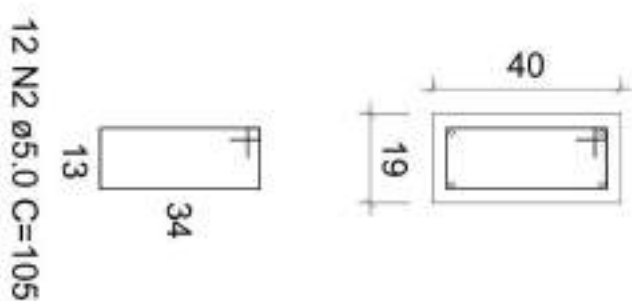
V1

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

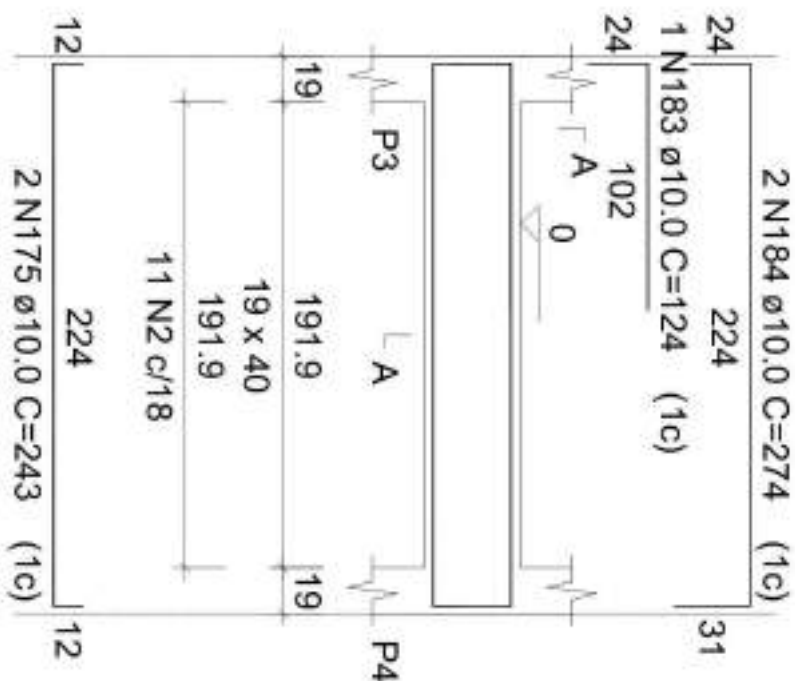
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

BALDRAME

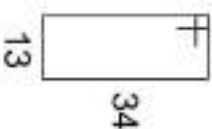
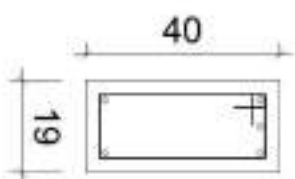
V2

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



11 N2 ϕ 5.0 C=105



$\sqrt{3}$

SEÇÃO A-A
ESC 1:25

33 33 33

2 N187 $\varnothing 10.0$ C=539 (1c)

1 N186 $\varnothing 10.0$ C=143 (1c)

112

A 0

P5 A P6 P7

19 197 14 235 19

19 x 40

197

11 N2 c/18

253

1 N185 $\varnothing 10.0$ C=263 (1c)

478

2 N179 $\varnothing 10.0$ C=497 (1c)

478

12 12 12

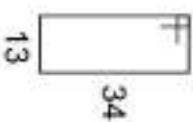
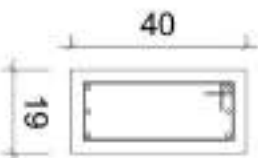
40

19

34

13

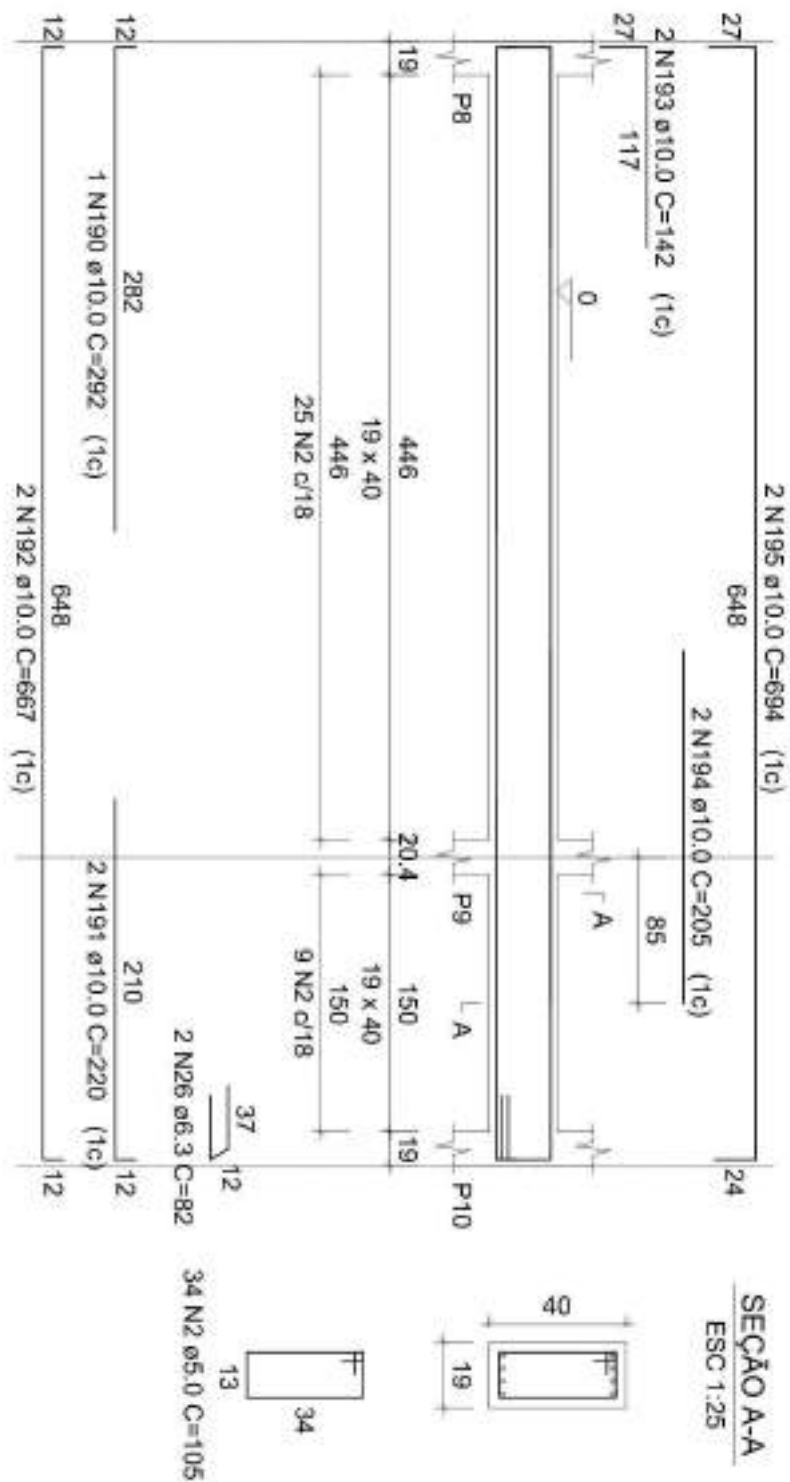
25 N2 $\varnothing 5.0$ C=105



BALDRAME

V4

ESC 1:50



V5

SEÇÃO A-A
ESC 1:25

2 N202 $\phi 10.0$ C=535 (1c) 478 29 33

2 N201 $\phi 10.0$ C=163 (1c) 132 33

2 N200 $\phi 10.0$ C=154 (1c) 127 29

0

P12 A P13

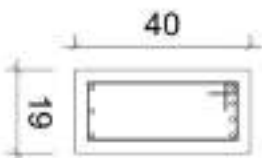
446 19 19

19 x 40 446

25 N2 c/18 478 12 12

3 N179 $\phi 10.0$ C=497 (1c)

40 19 34 13



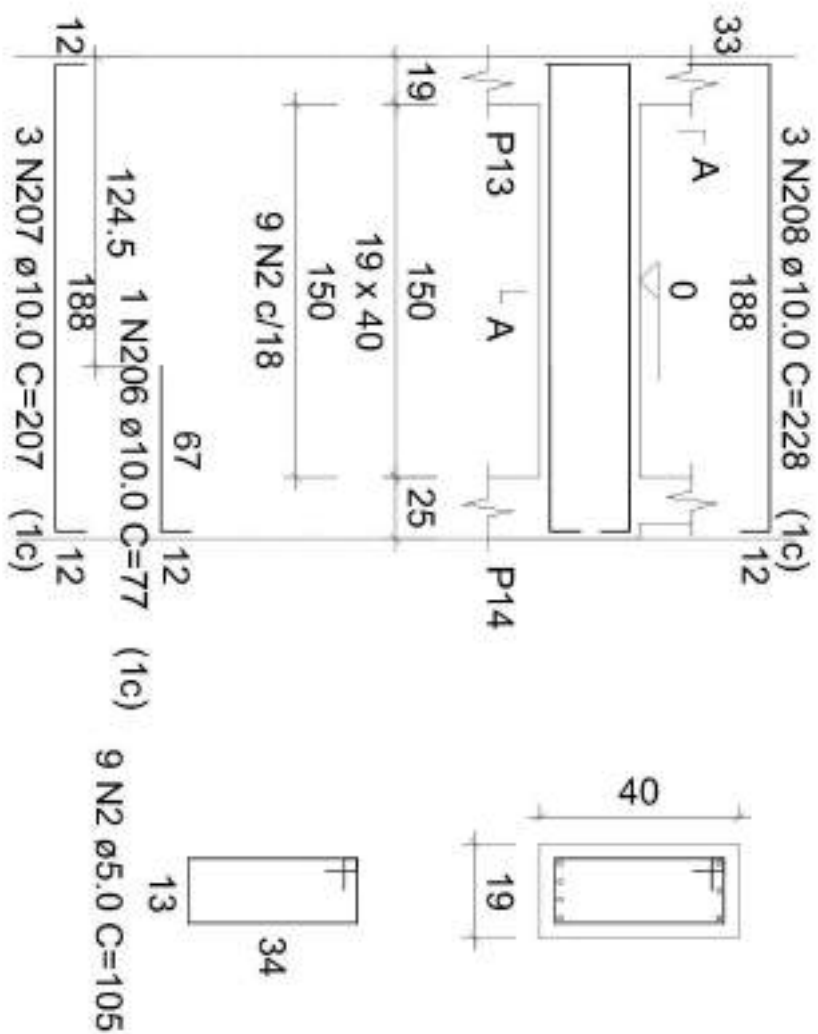
BALDRAME

V6

ESC 1:50

SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

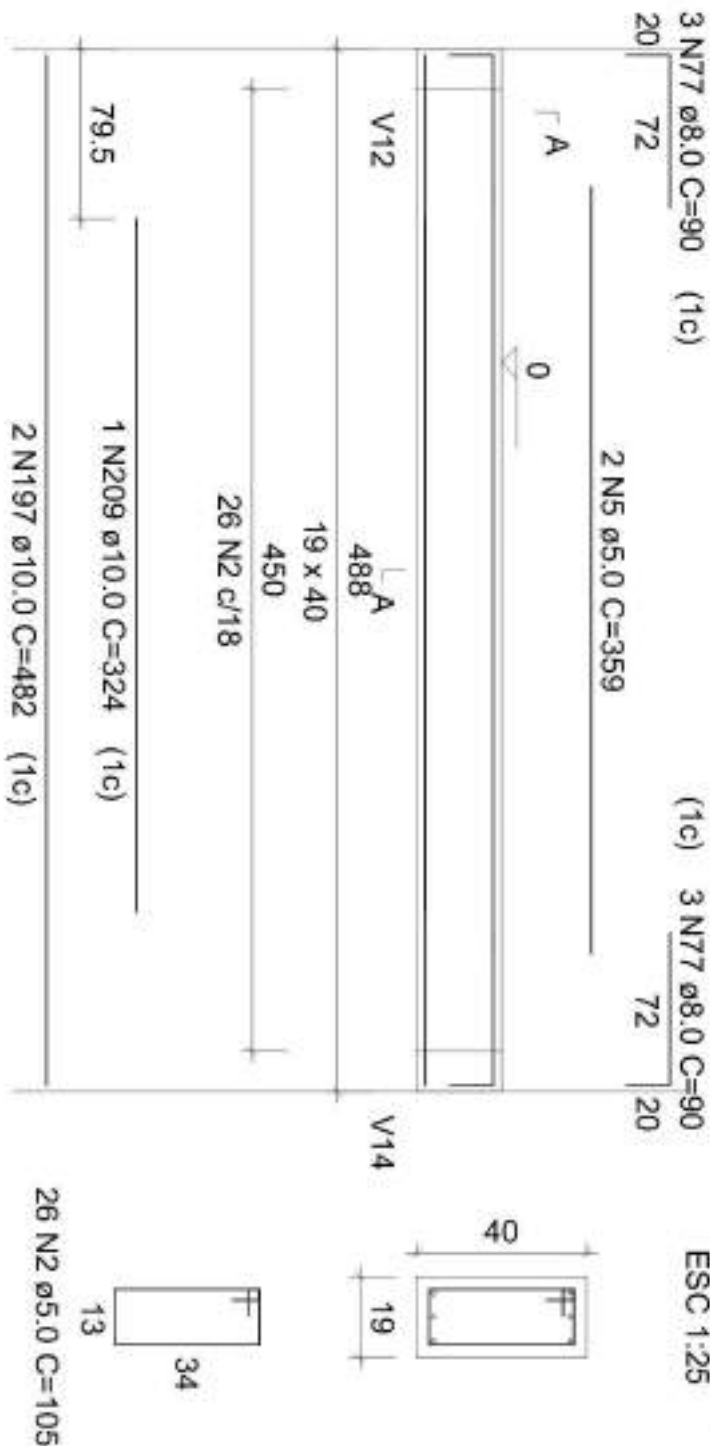
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

BALDRAME

V7

ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

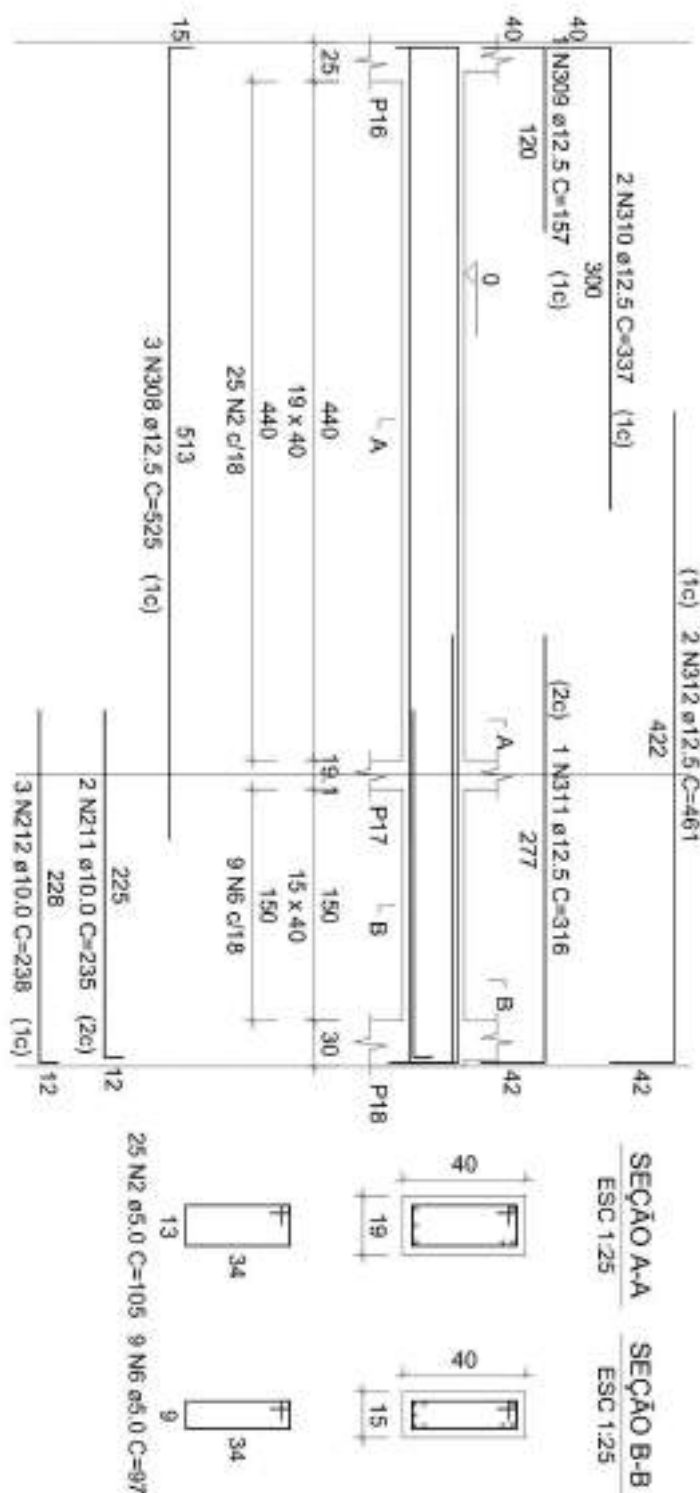
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

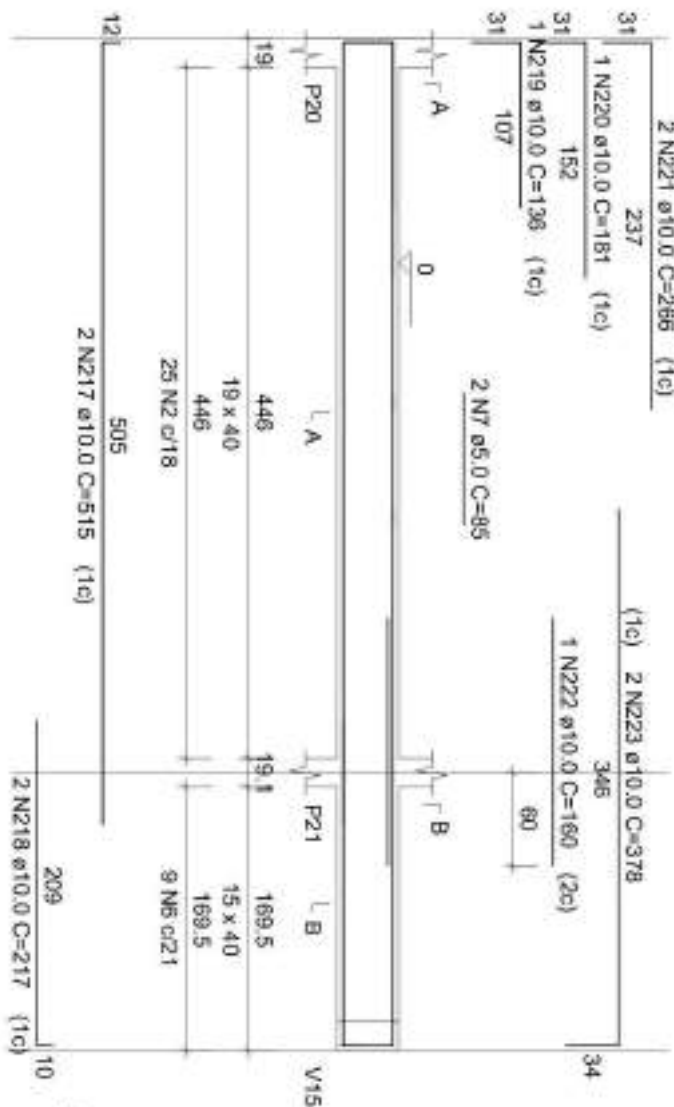
BALDRAME
V8
ESC 1:50



BALDRAME

V9

ESC 1:50

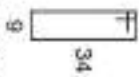
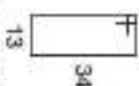
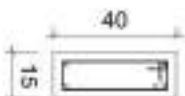
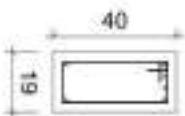


SEÇÃO A-A

ESC 1:25

SEÇÃO B-B

ESC 1:25



25 N2 ϕ 5.0 C=106 9 N6 ϕ 5.0 C=97



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

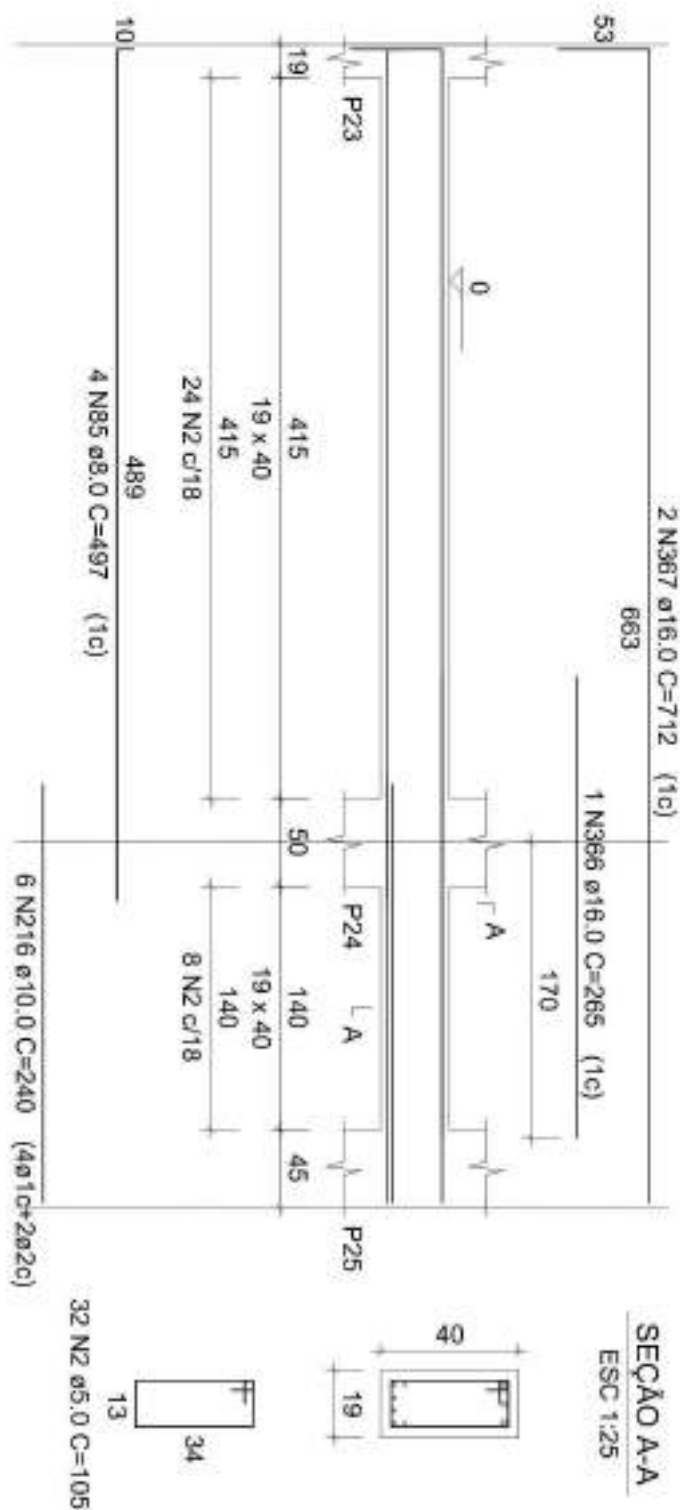
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

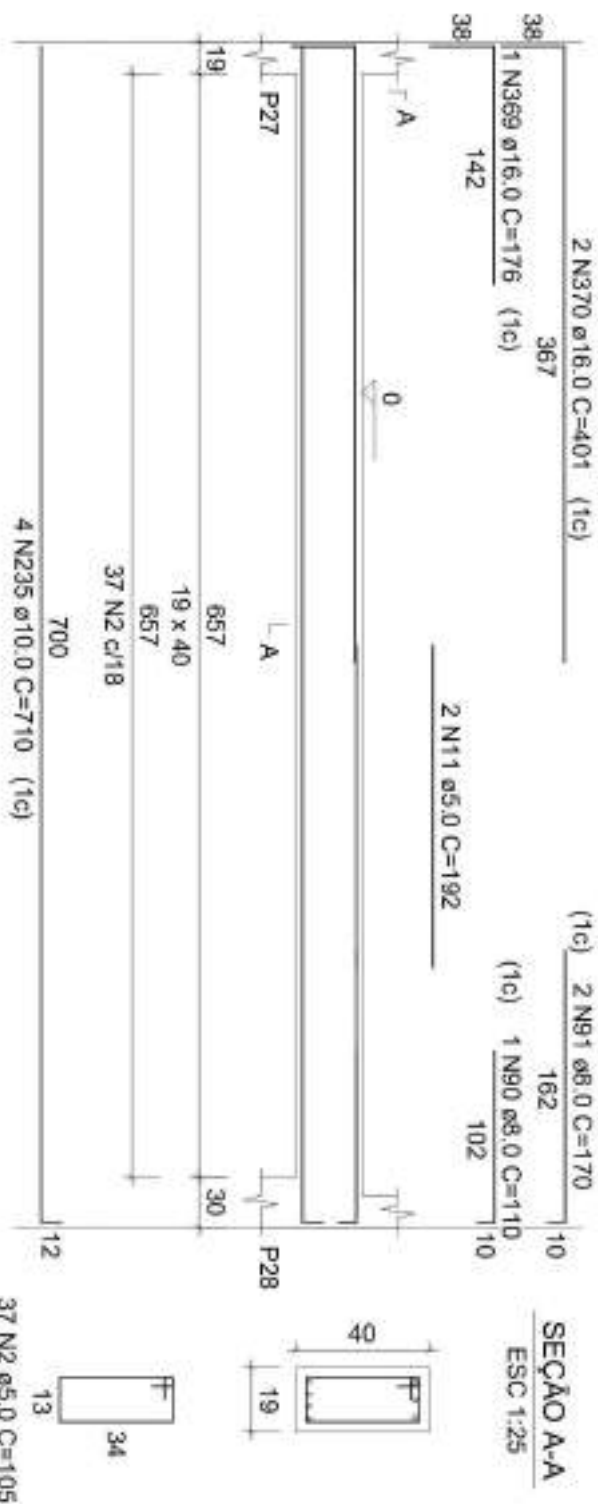
BALDRAME
V10
ESC 1:50



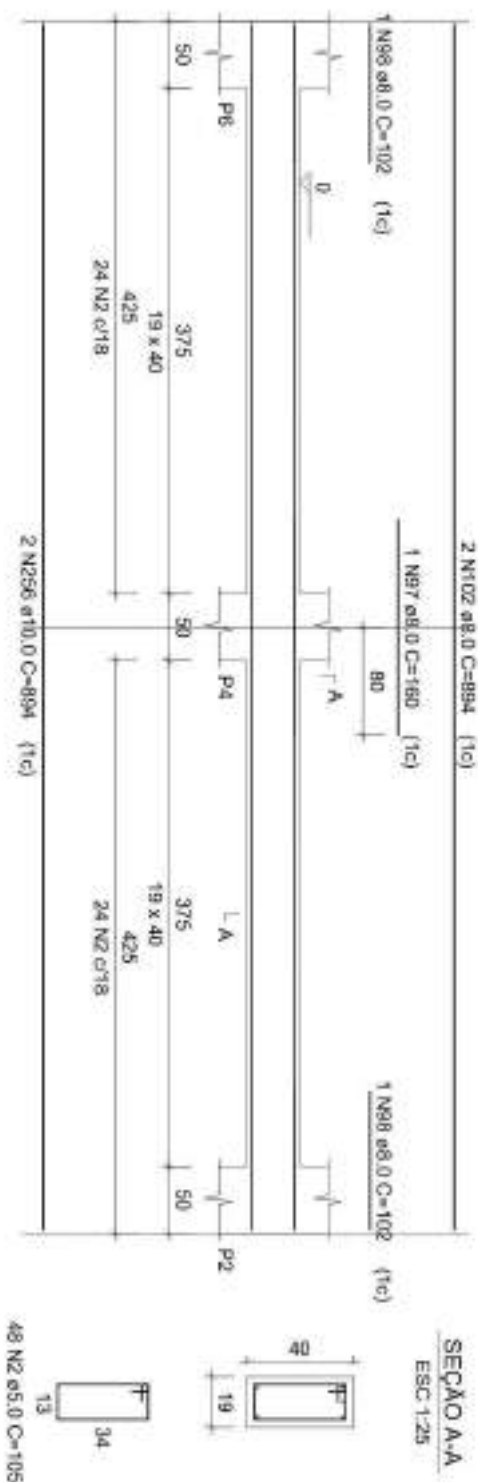
BALDRAME

V11

ESC 1:50



BALDRAME
V13
ESQ 1:50



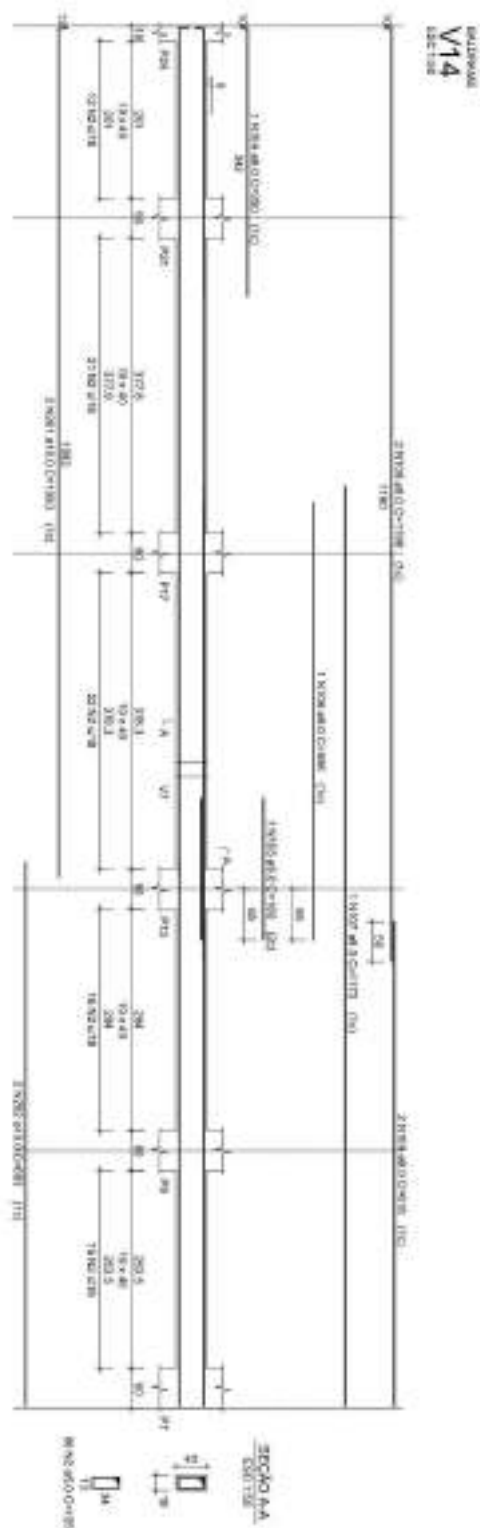
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

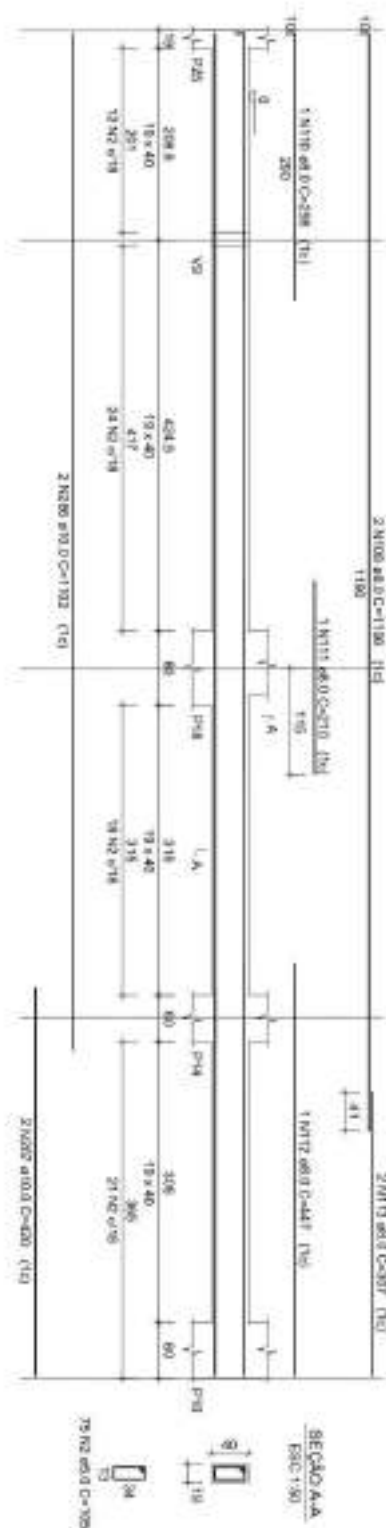
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

BRUNO WAFER
V15
02/02/2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

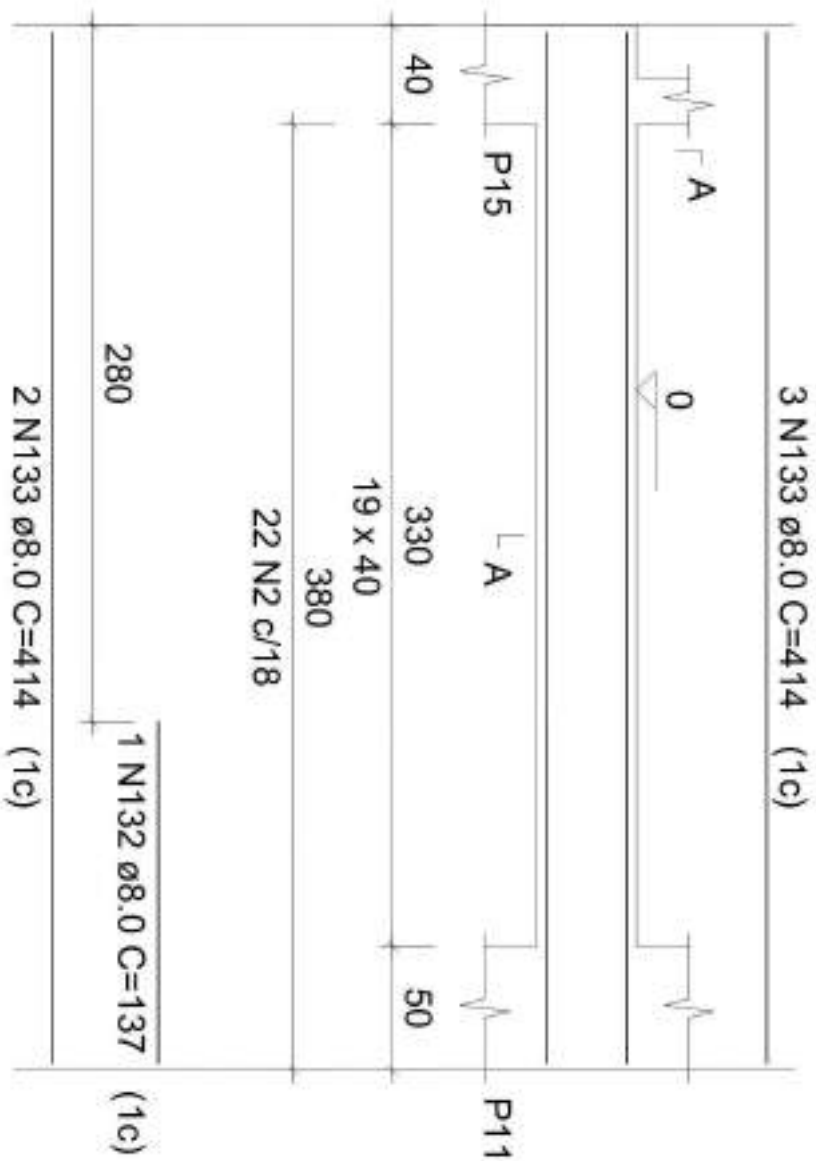
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

BALDRAME

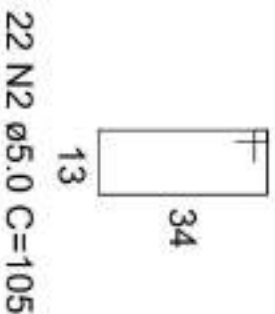
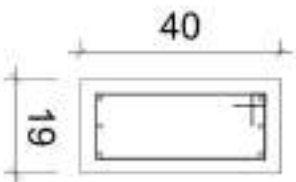
V17

ESC 1:50

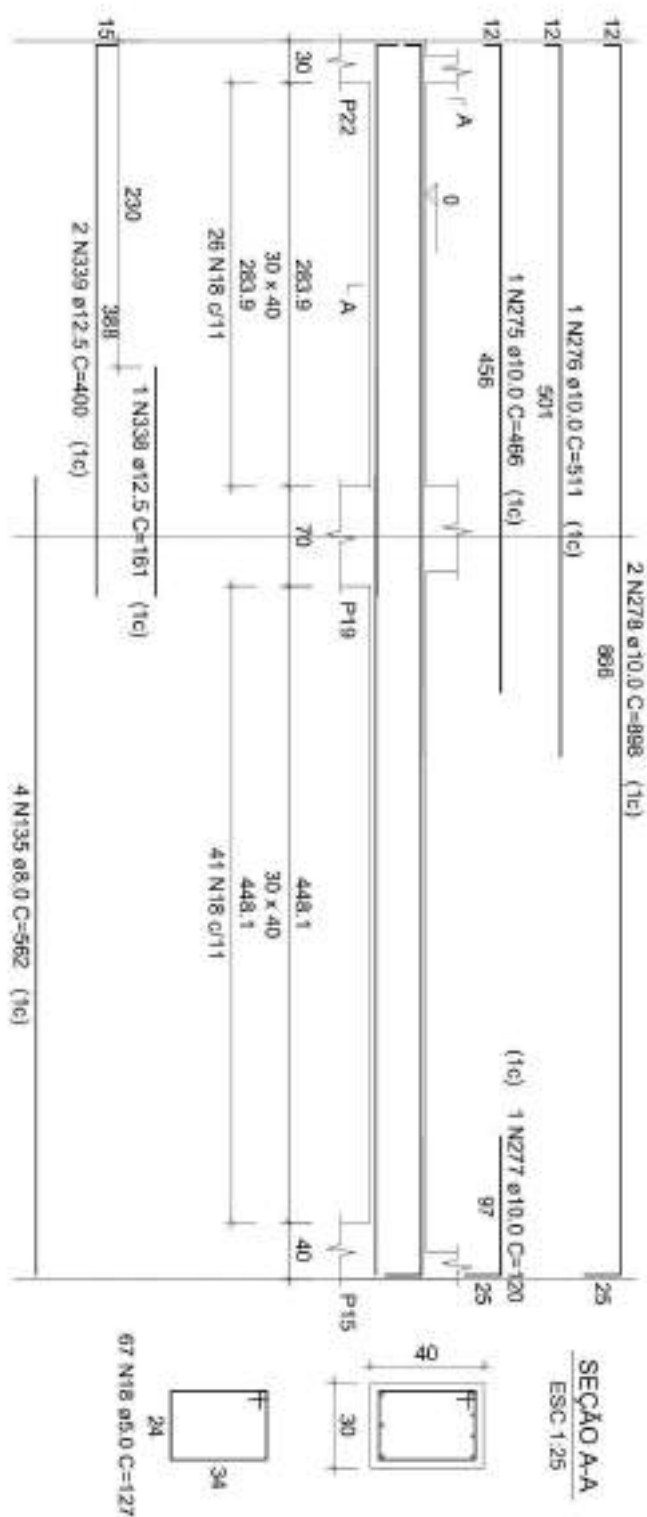


SEÇÃO A-A

ESC 1:25



BALDRAME
V18
ESC 1:30



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

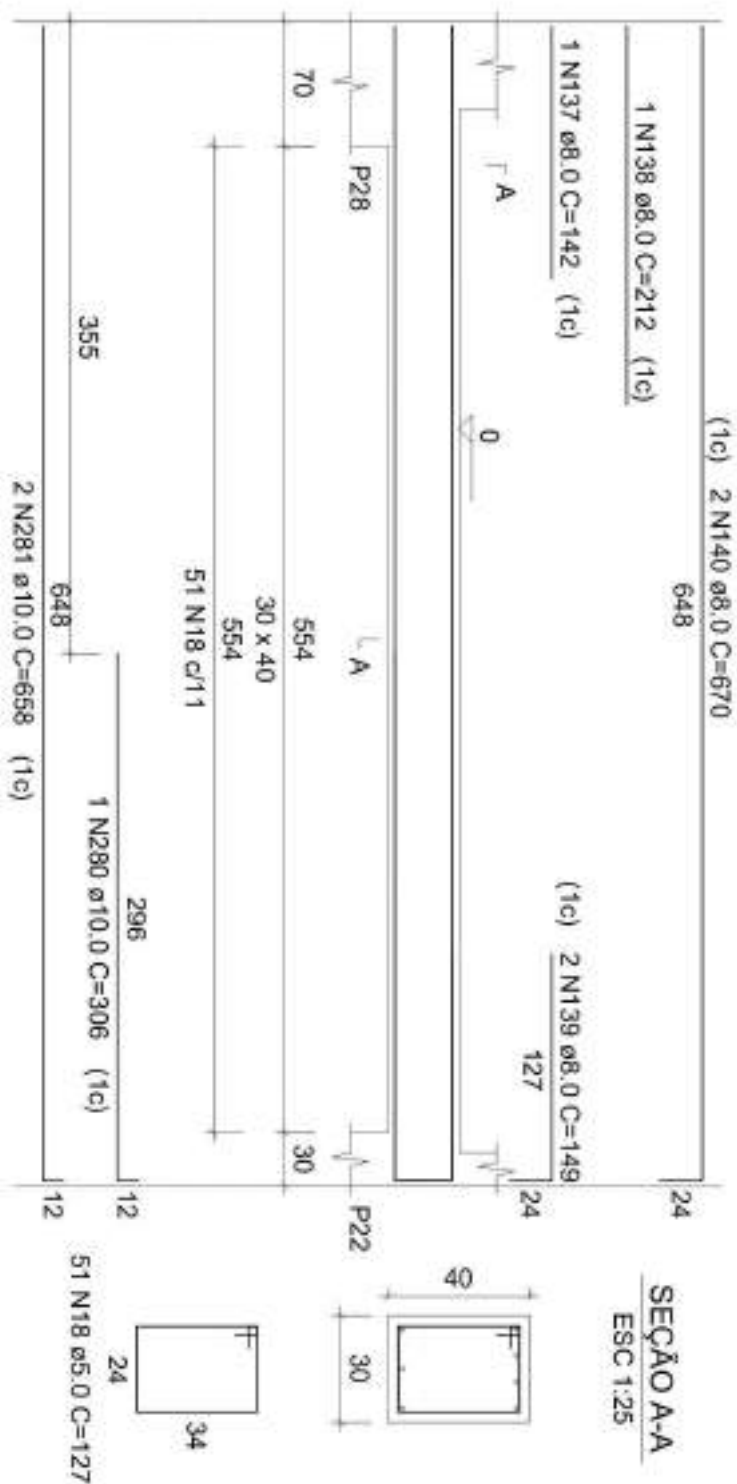
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

BALDRAME

V19

ESC 1:50



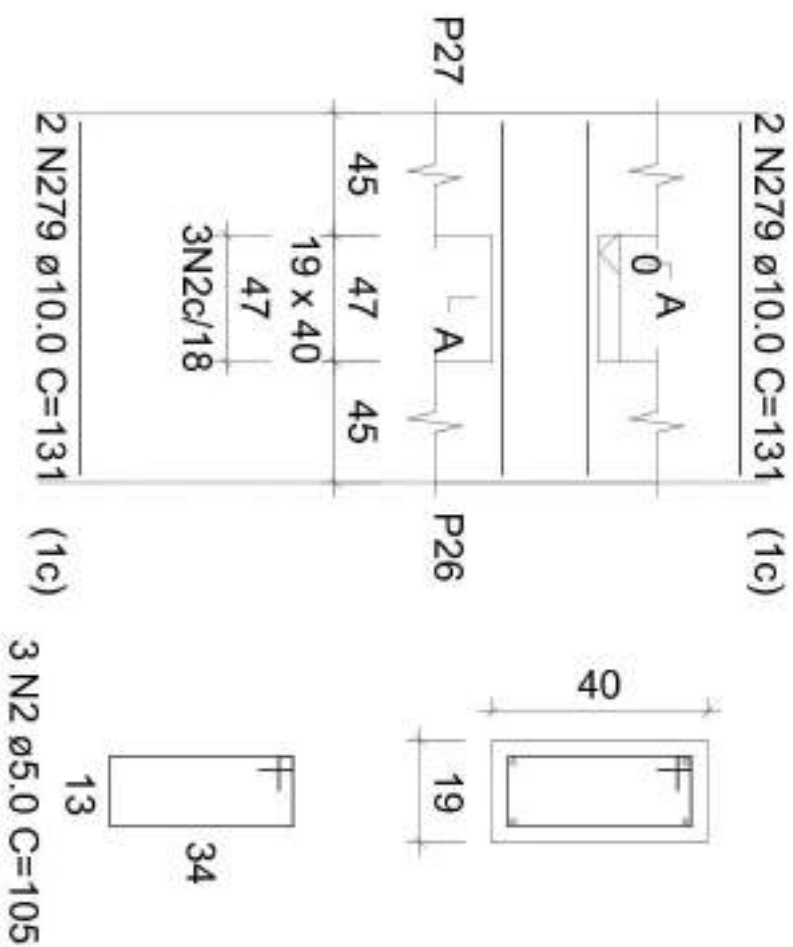
BALDRAME

V20

ESC 1:50

SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

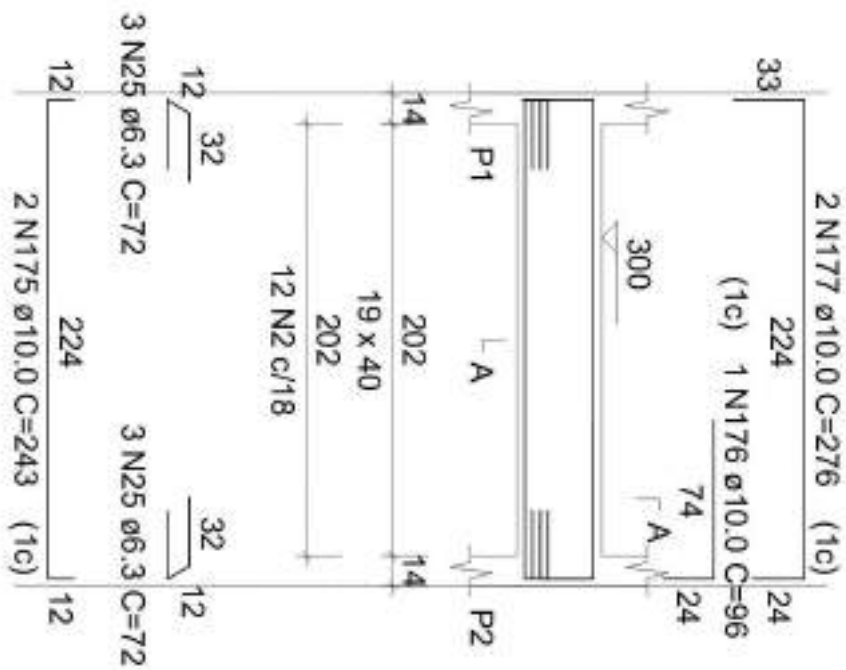
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

1ª LAJE

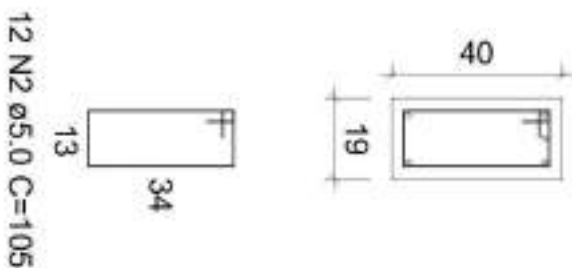
V1

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

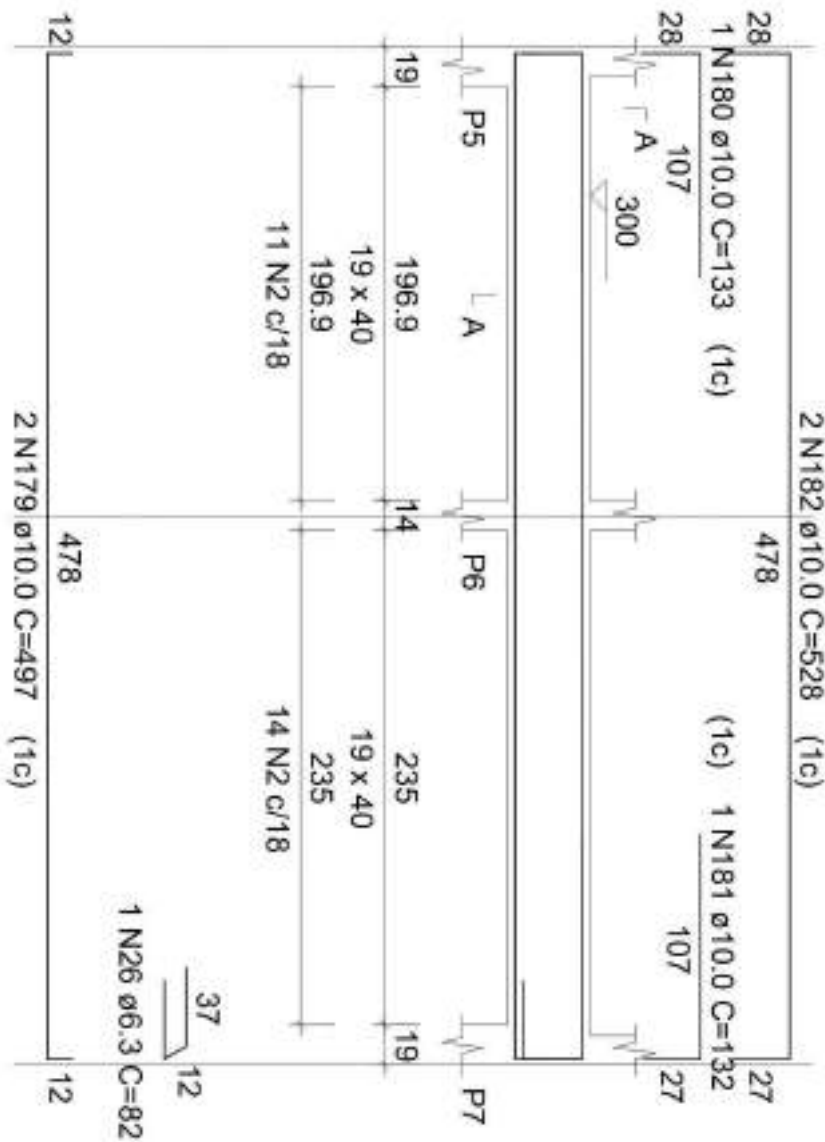
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

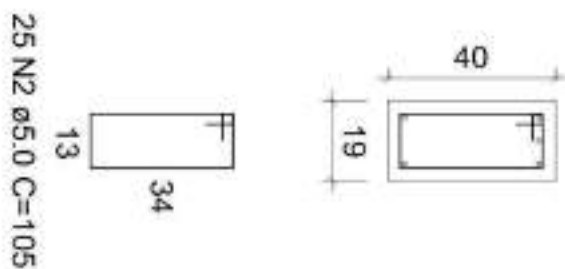
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

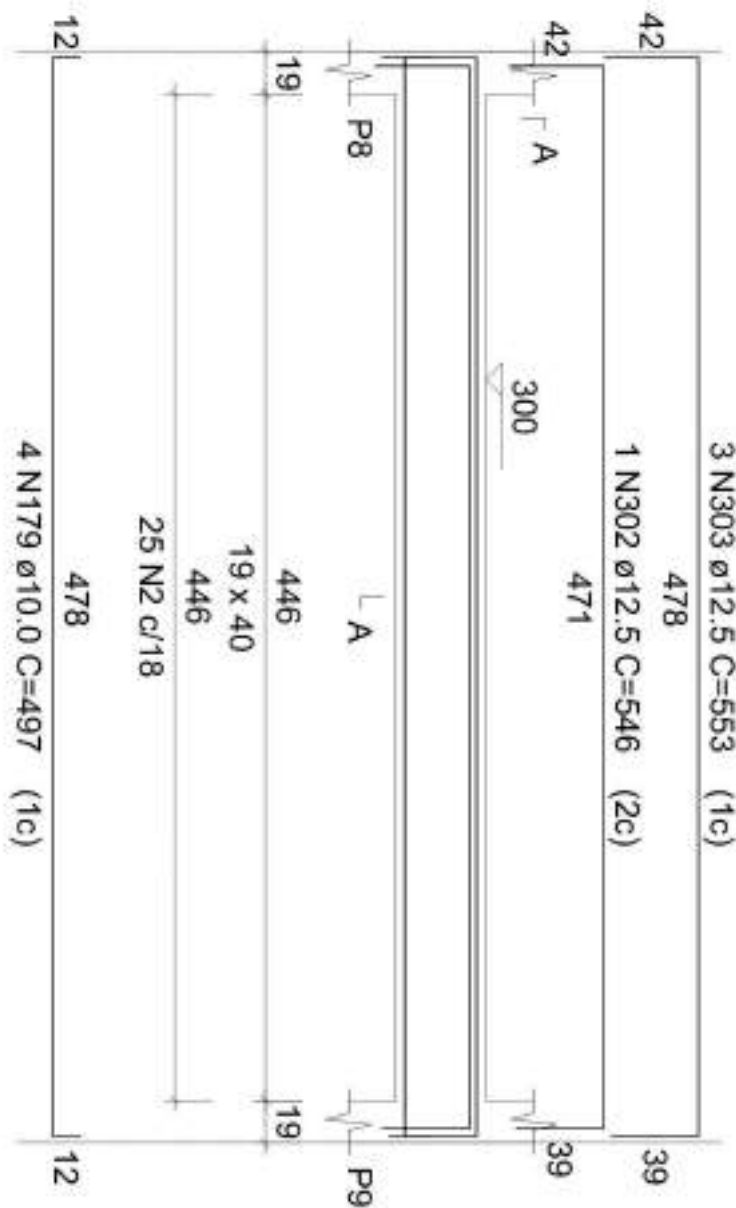
1ª LAJE
V2
ESC 1:50



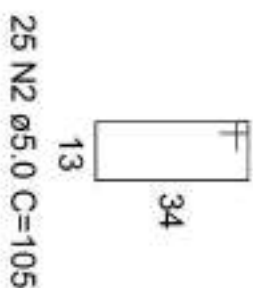
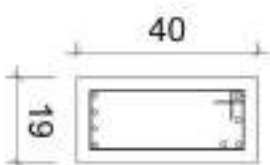
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



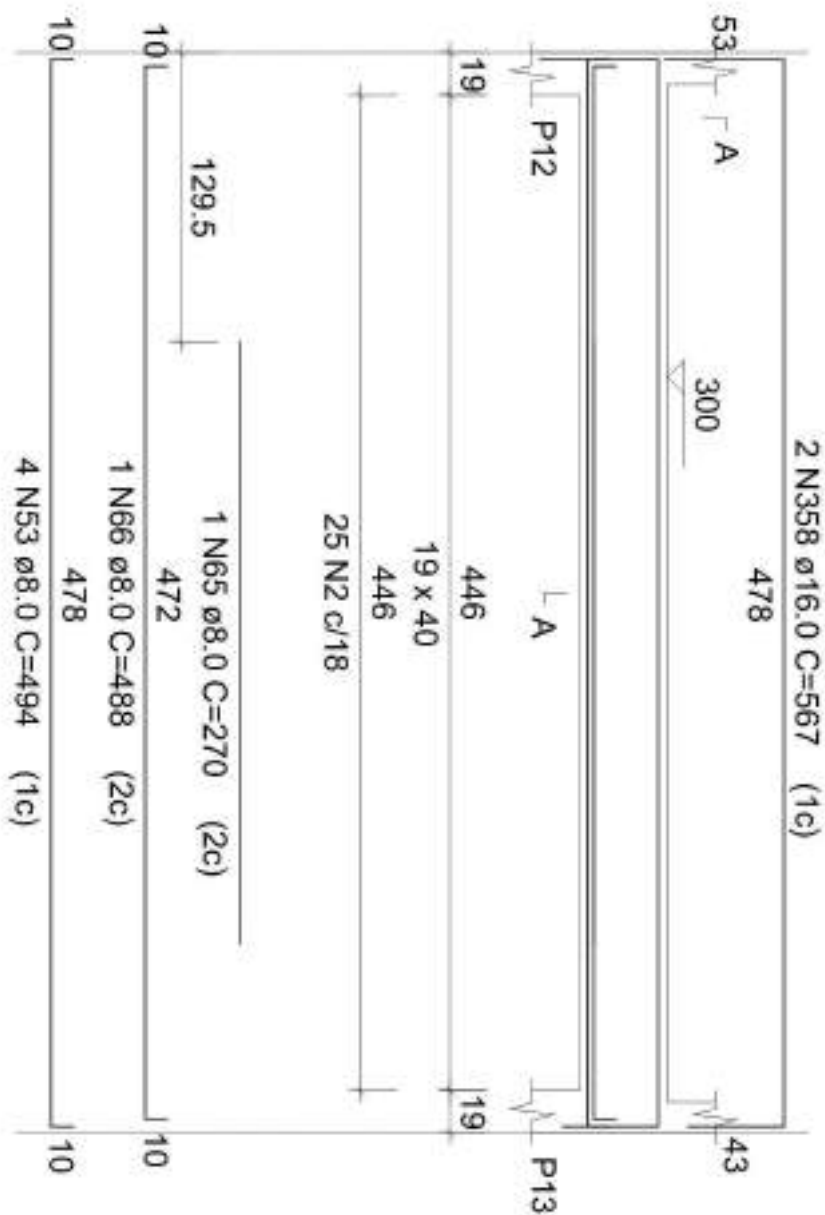
1ª LAJE
V3
ESC 1:50



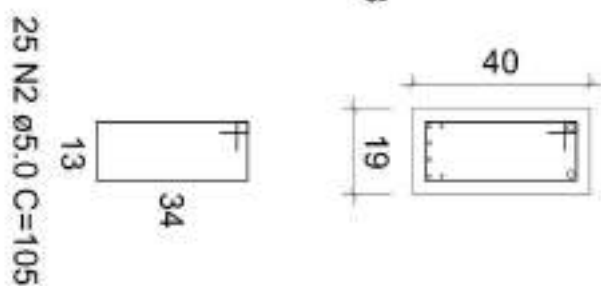
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



1ª LAJE
V4
ESC 1:50



SEÇÃO A-A
ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

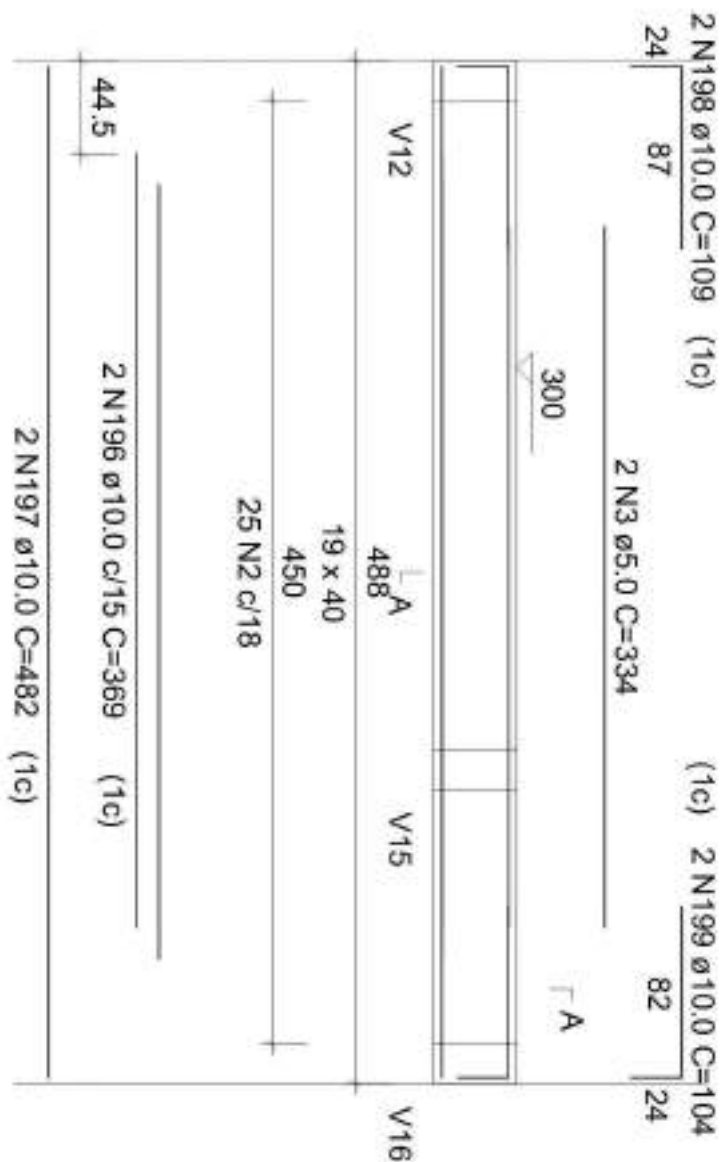
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

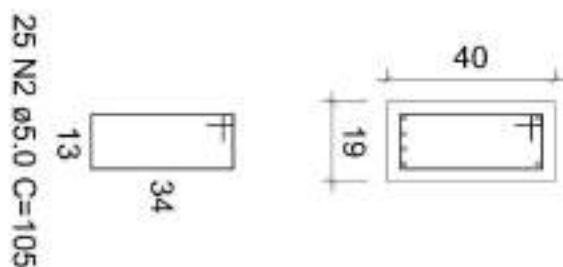
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

1ª LAJE
V5
ESC 1:50



SEÇÃO A-A
ESC 1:25



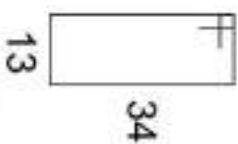
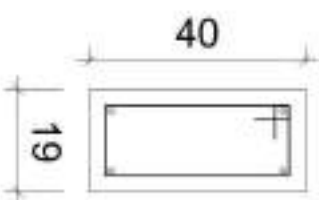
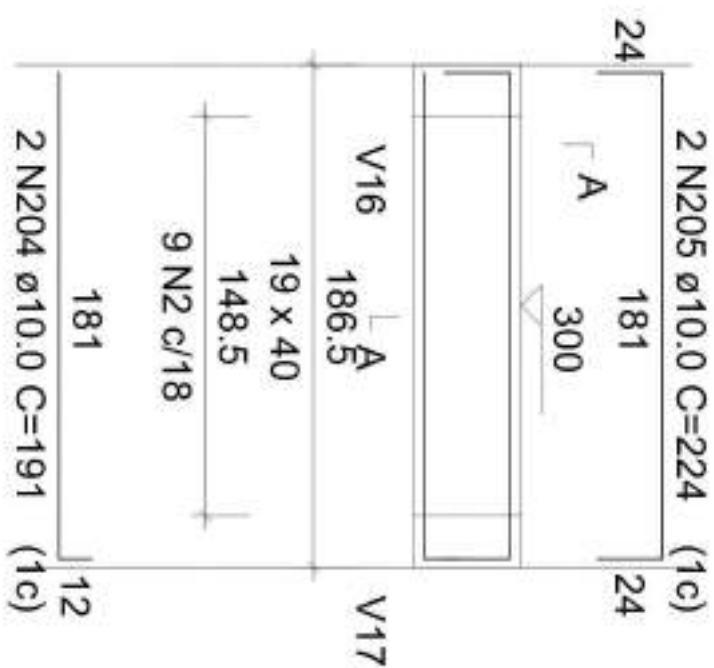
1ª LAJE

V6

ESC 1:50

SEÇÃO A-A

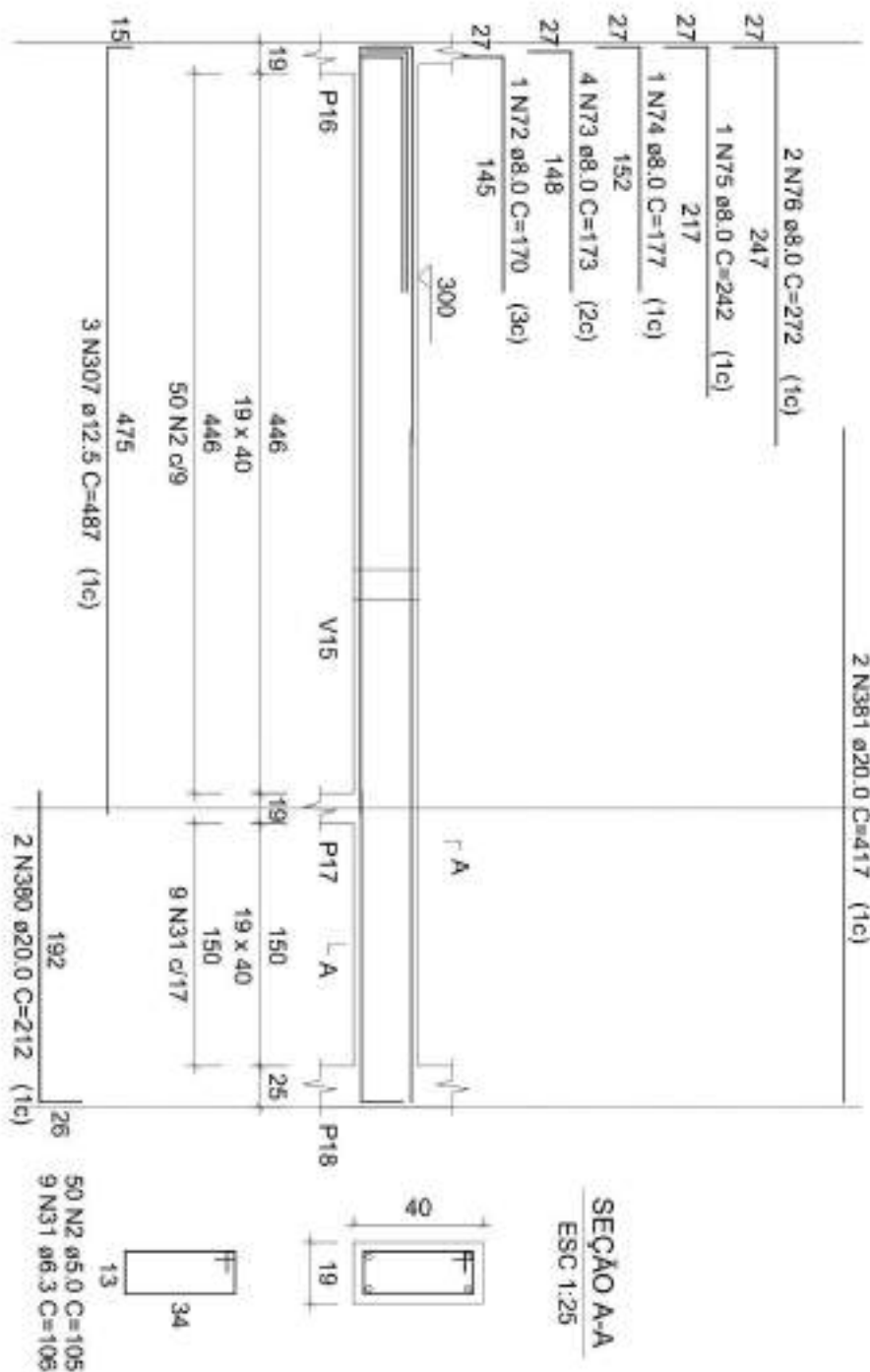
ESC 1:25



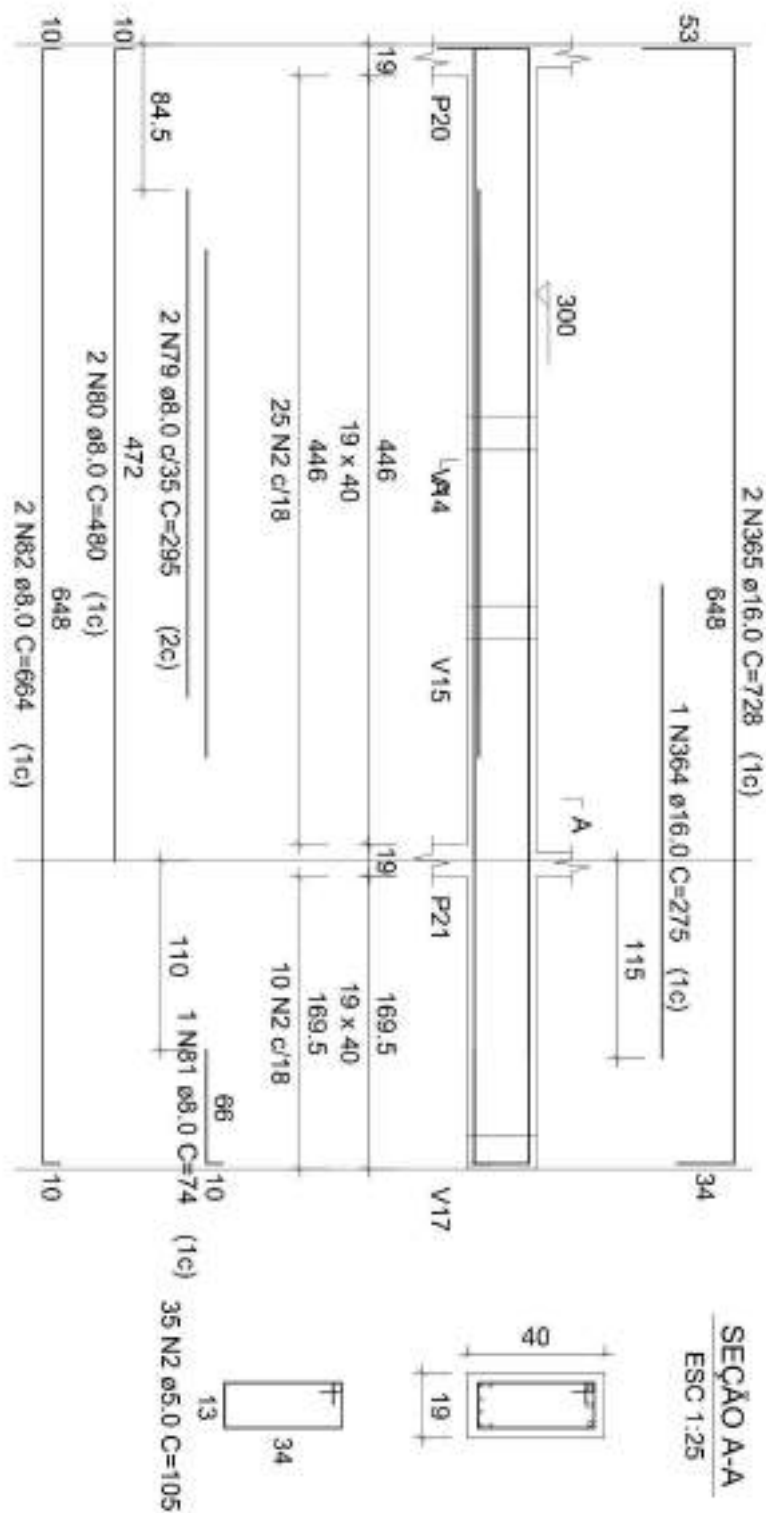
9 N2 ø5.0 C=105



1º LAJE
V7
 ESC 1:50



1ª LAJE
V8
ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

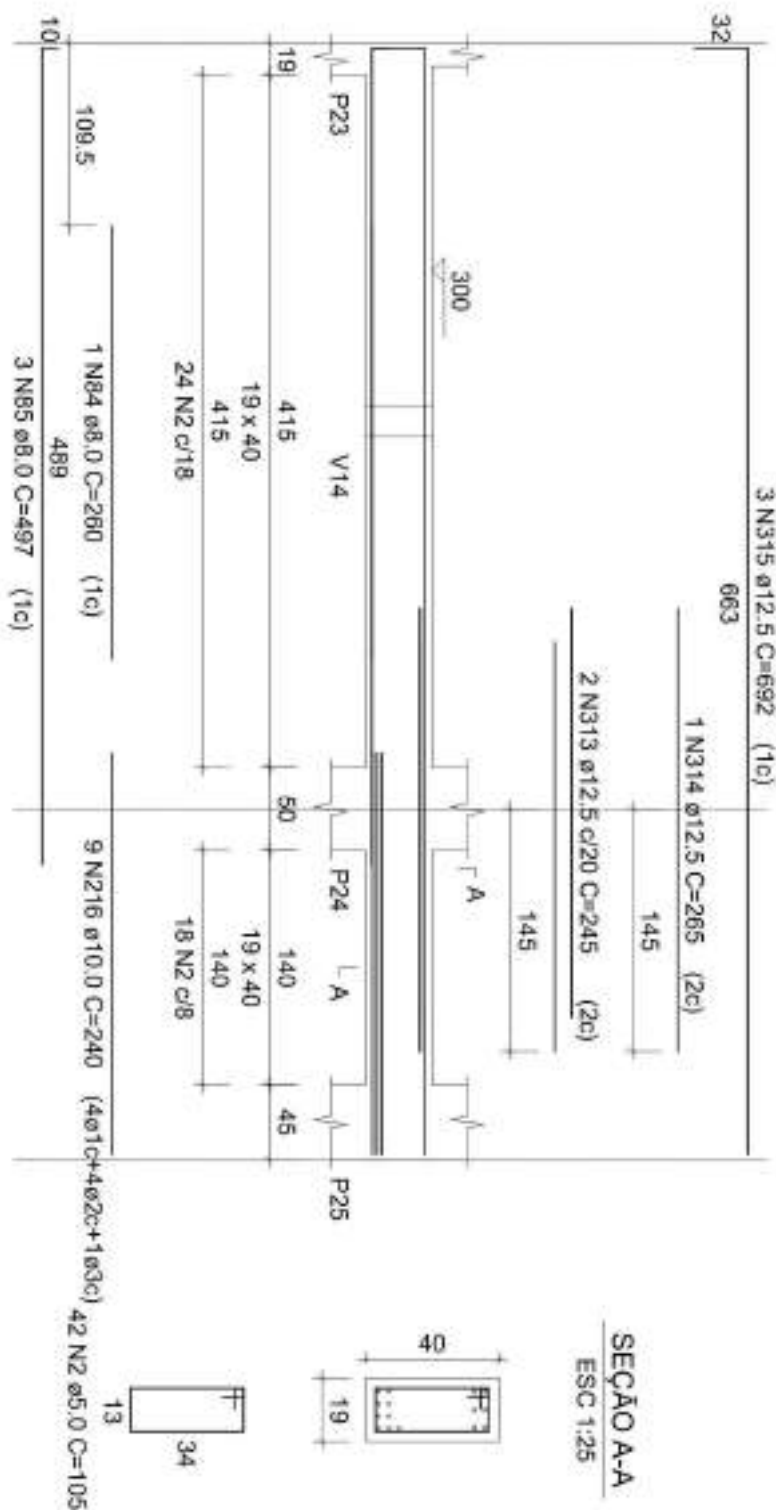
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

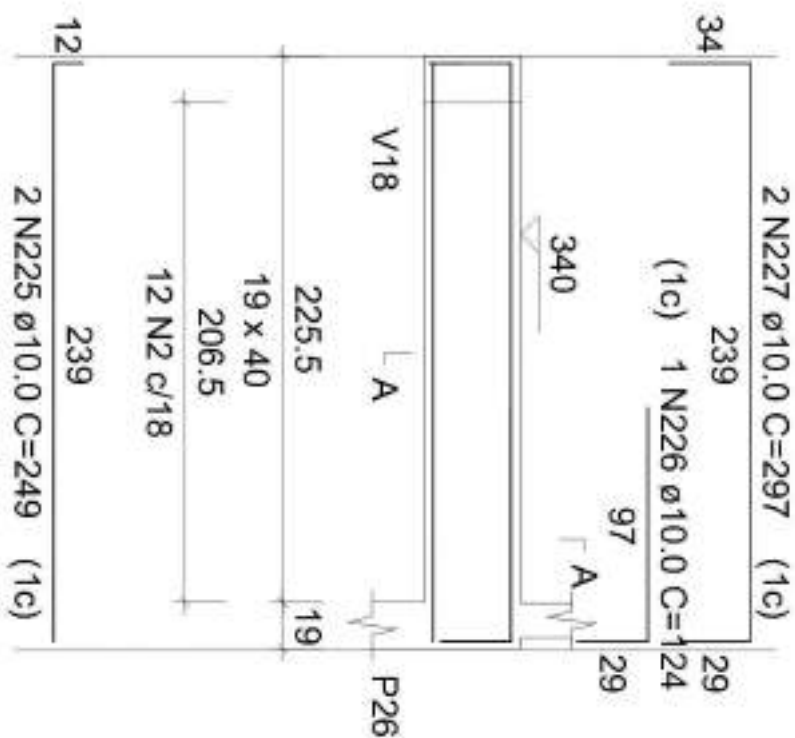
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

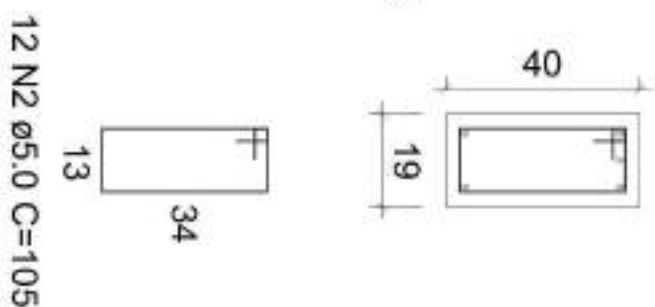
1º LAJE
V9
ESC 1:50



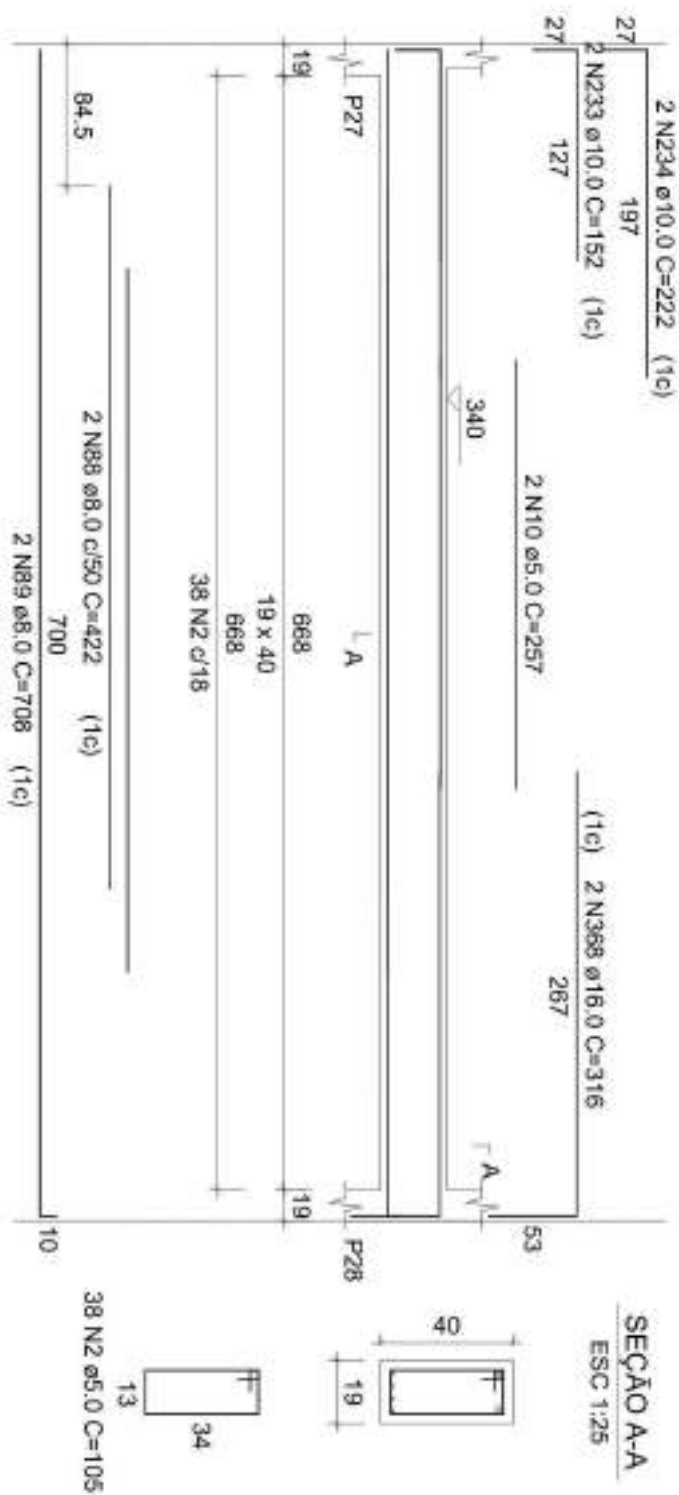
1ª LAJE
V10
ESC 1:50

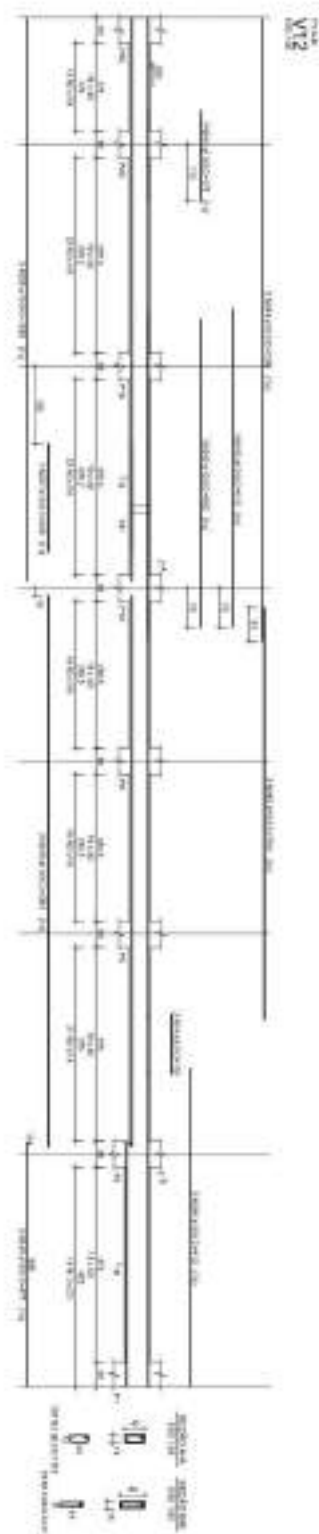


SEÇÃO A-A
ESC 1:25



1ª LAJE
V11
ESC 1:50





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

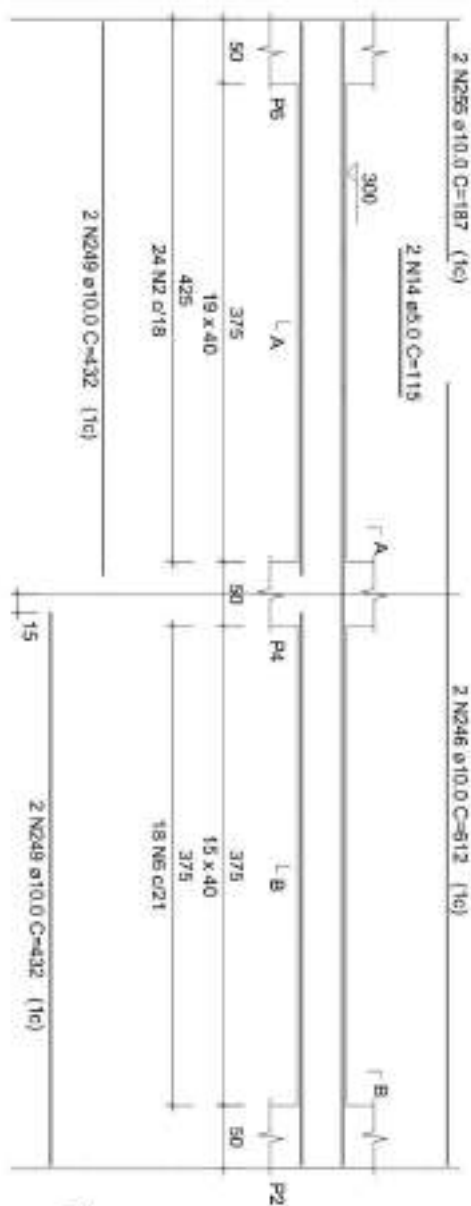
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

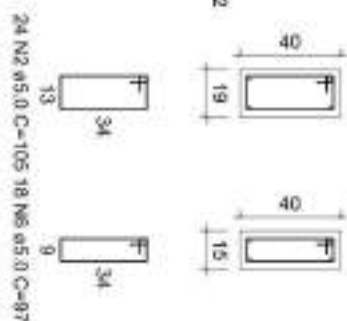
02334933000140-62F90FD0

1ª LAJE
V13
ESC 1:50



SEÇÃO A-A
ESC 1:25

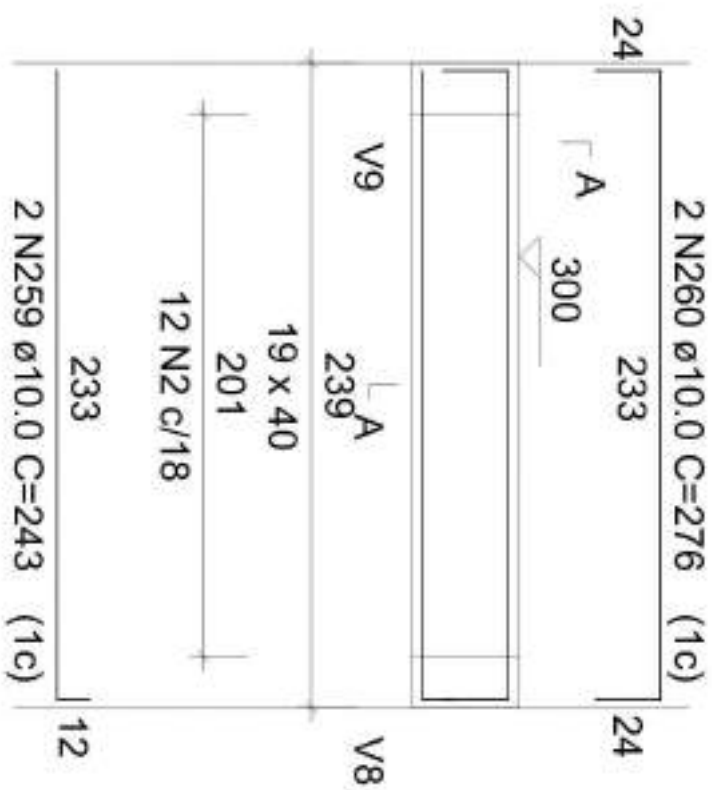
SEÇÃO B-B
ESC 1:25



1ª LAJE

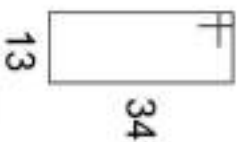
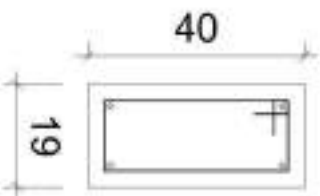
V14

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



12 N2 ø5.0 C=105



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

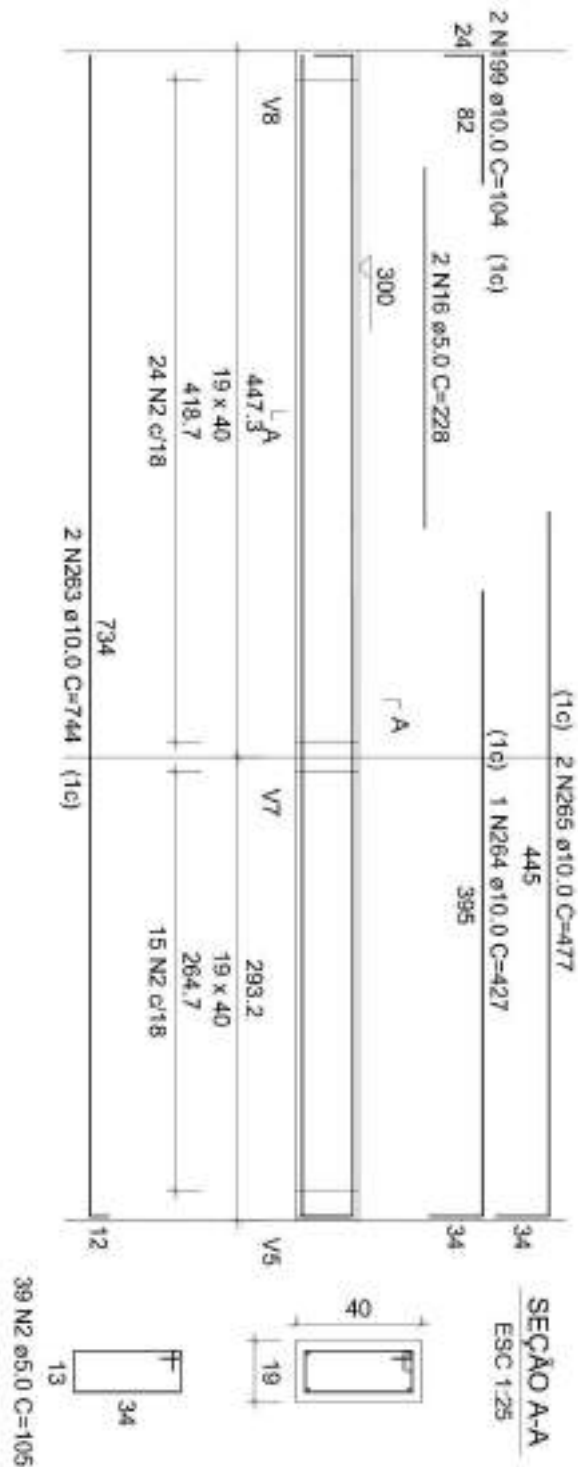
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

1ª LAJE
V15
ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

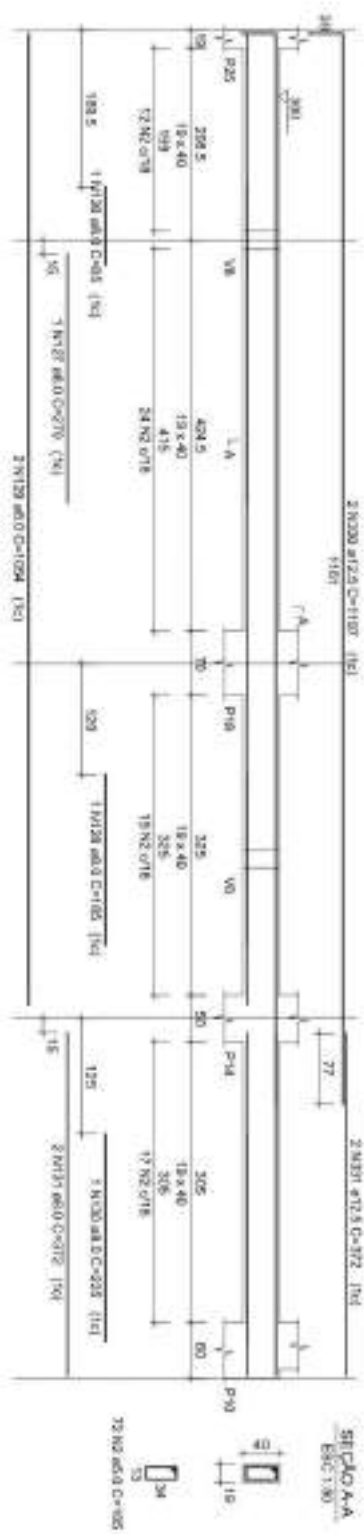
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

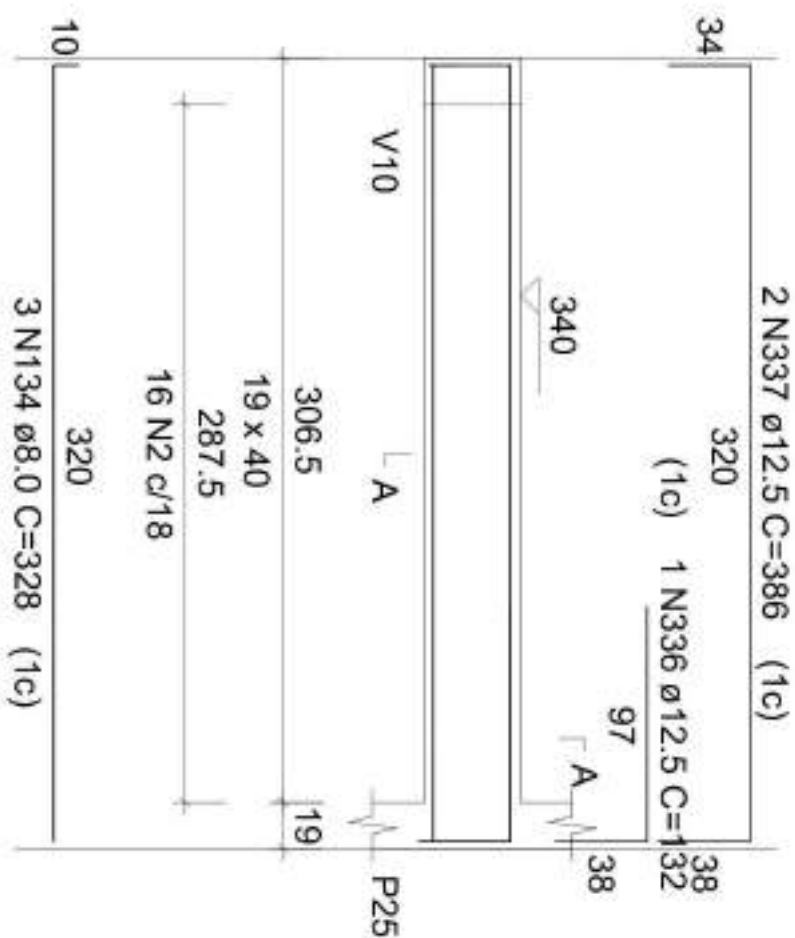
A autenticidade do documento pode ser conferida em cislav.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

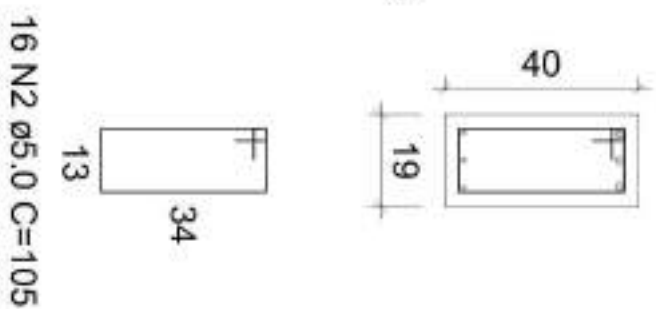




1ª LAJE
V18
ESC 1:50



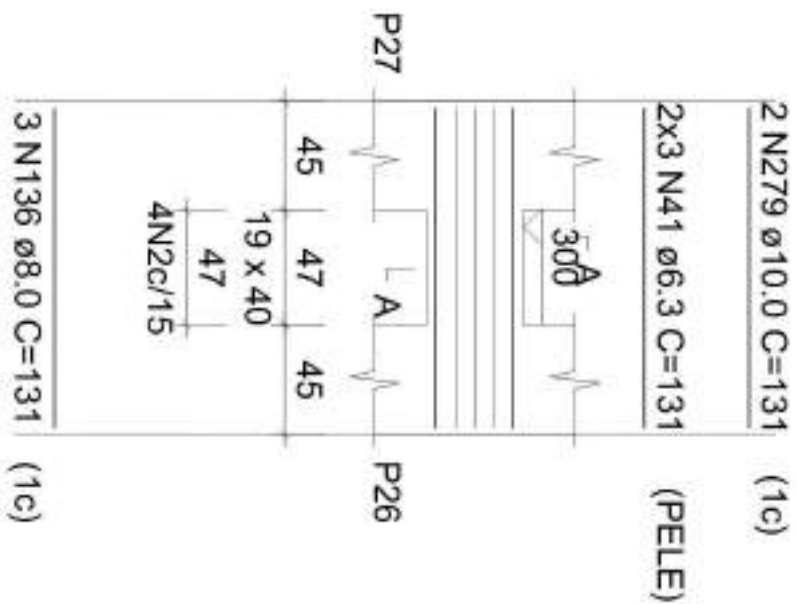
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



1ª LAJE

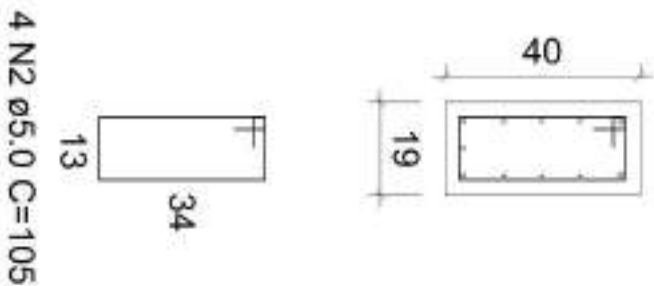
V19

ESC 1:50

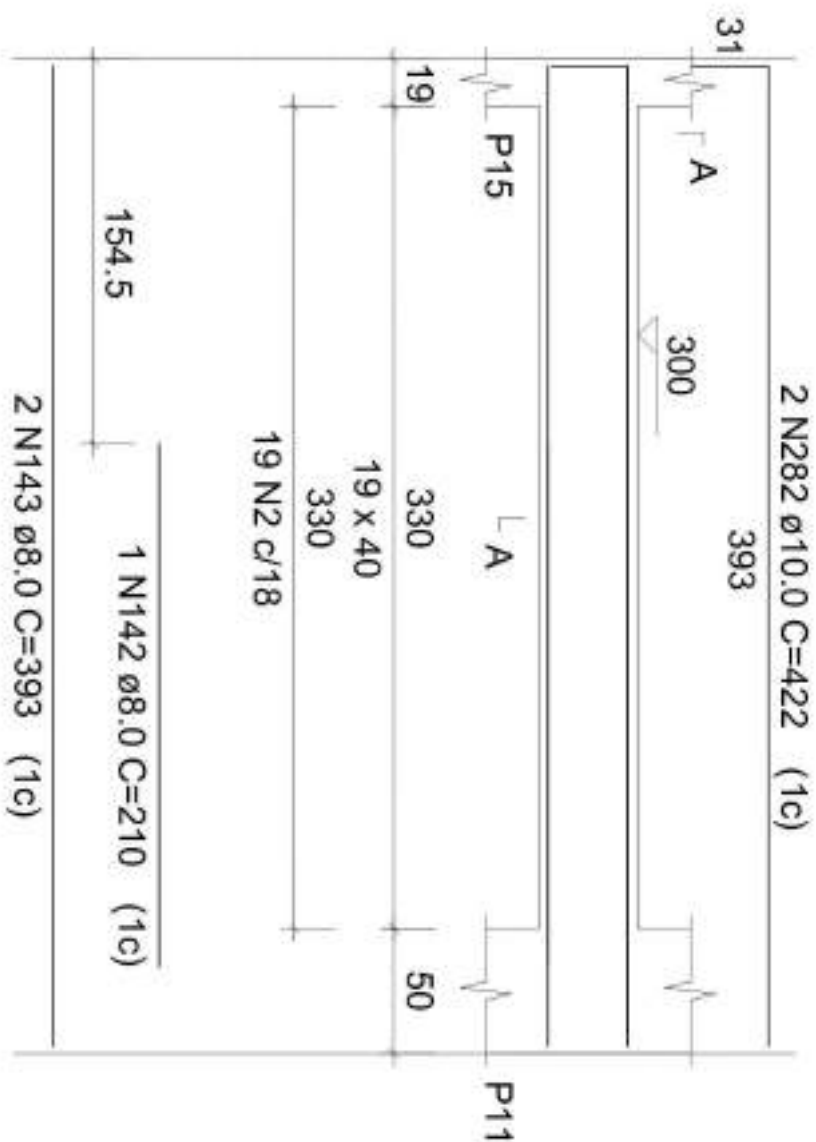


SEÇÃO A-A

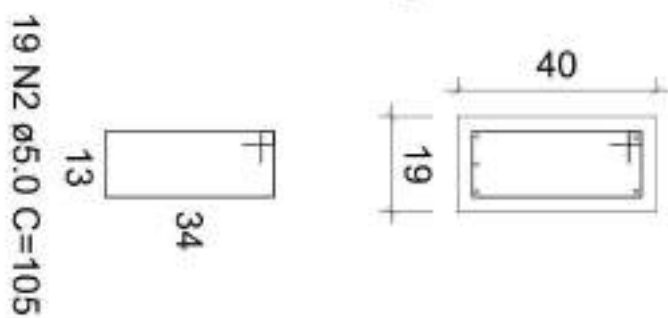
ESC 1:25



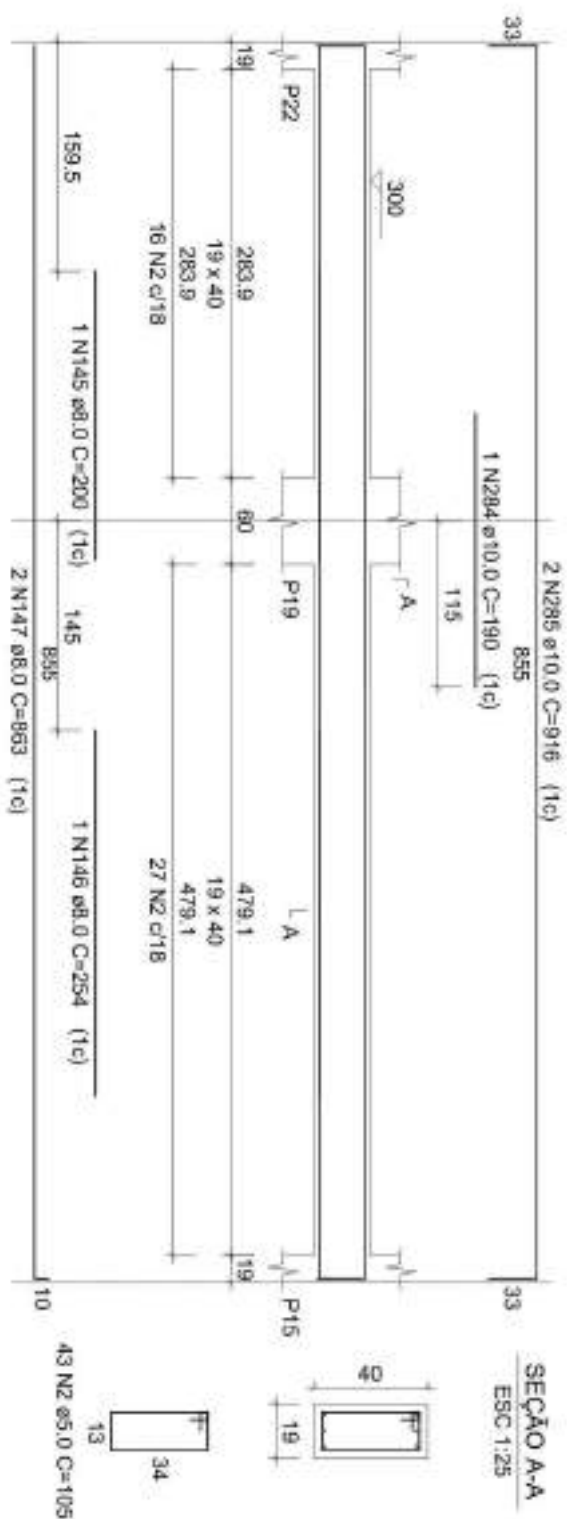
1ª LAJE
V20
ESC 1:50



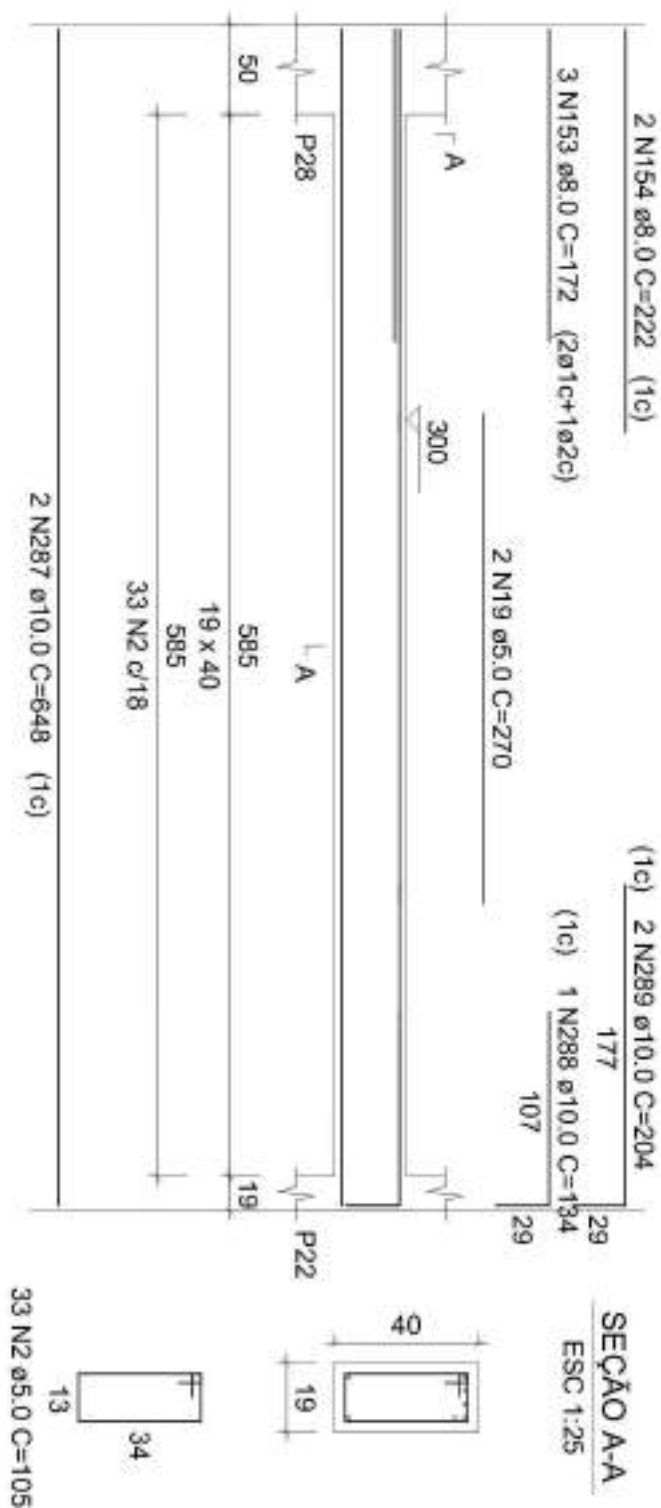
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



1ª LAJE
V21
ESC 1:50



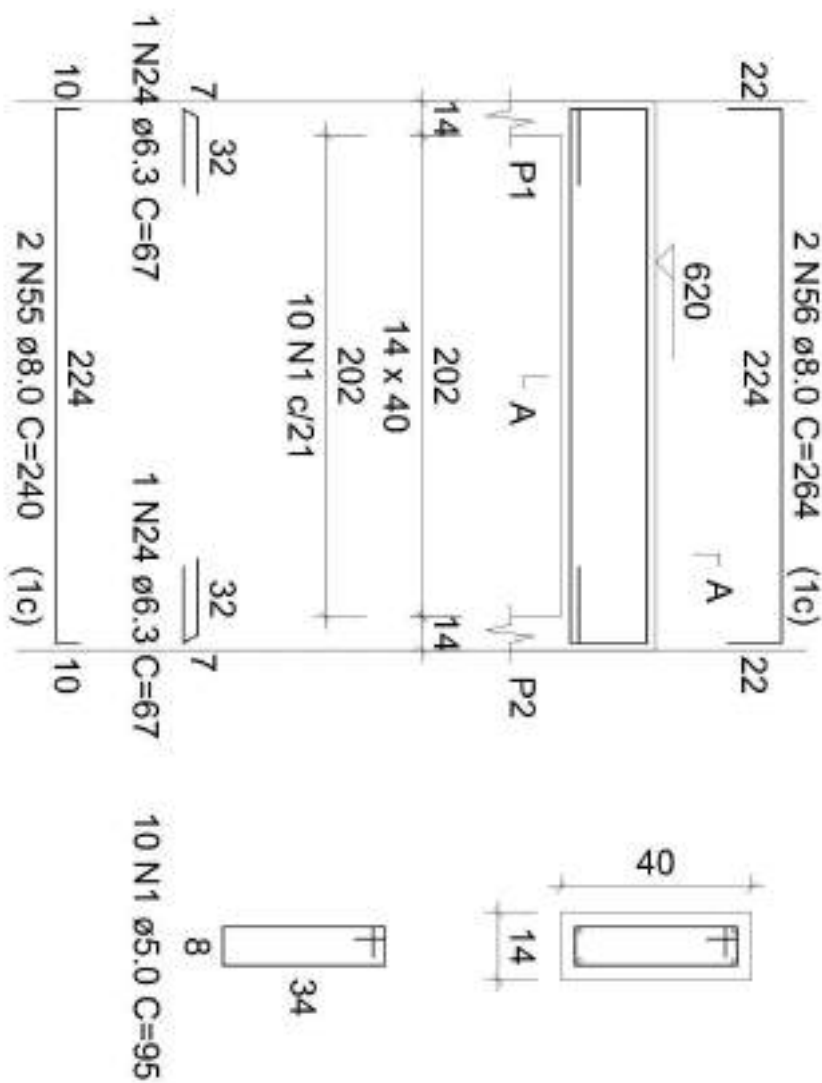
1ª LAJE
V22
 ESC 1:50



2ª LAJE

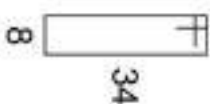
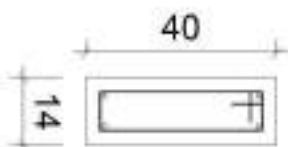
V1

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



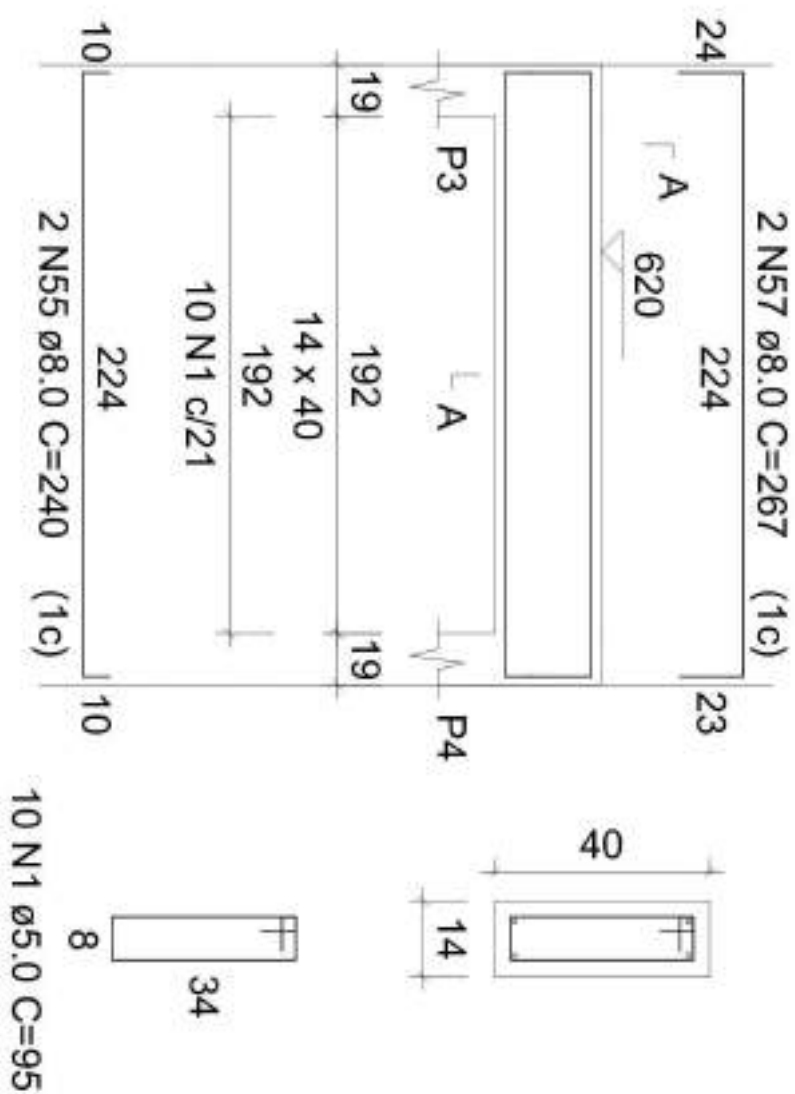
2ª LAJE

V2

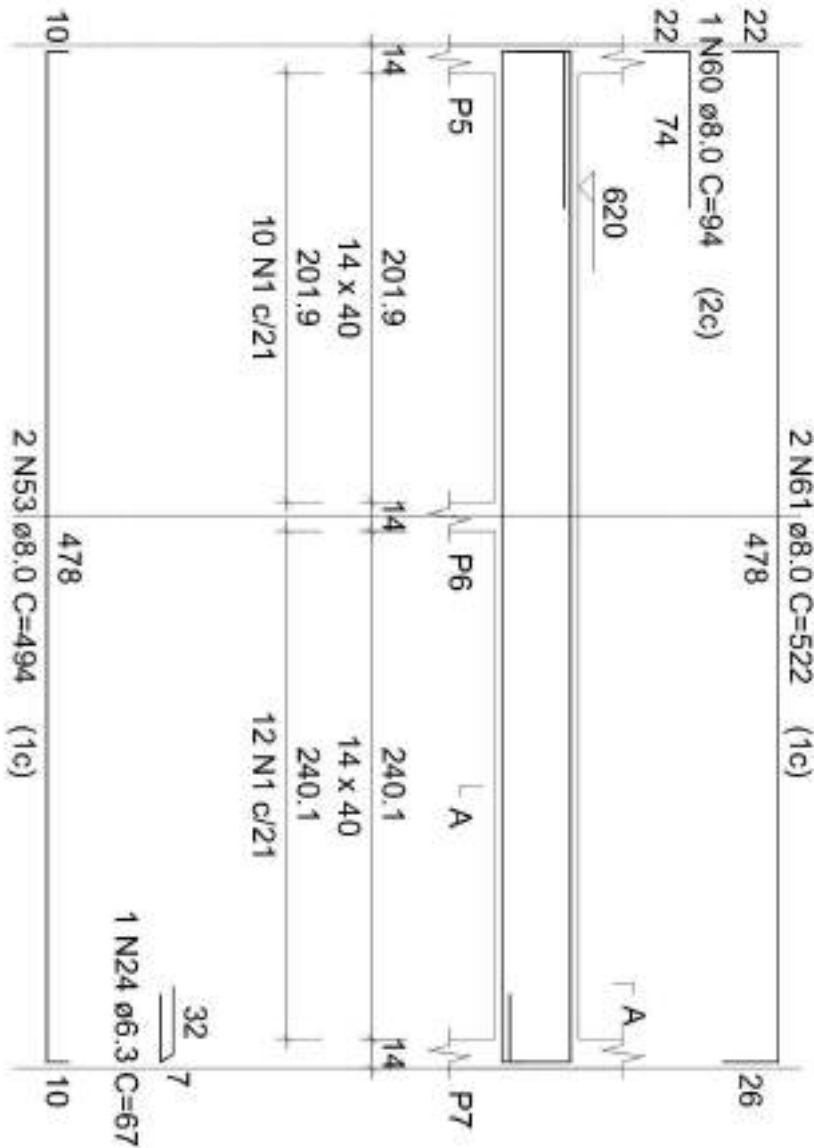
ESC 1:50

SEÇÃO A-A

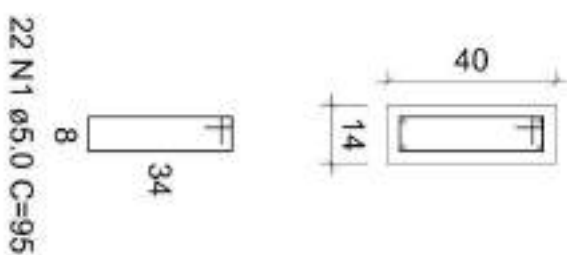
ESC 1:25



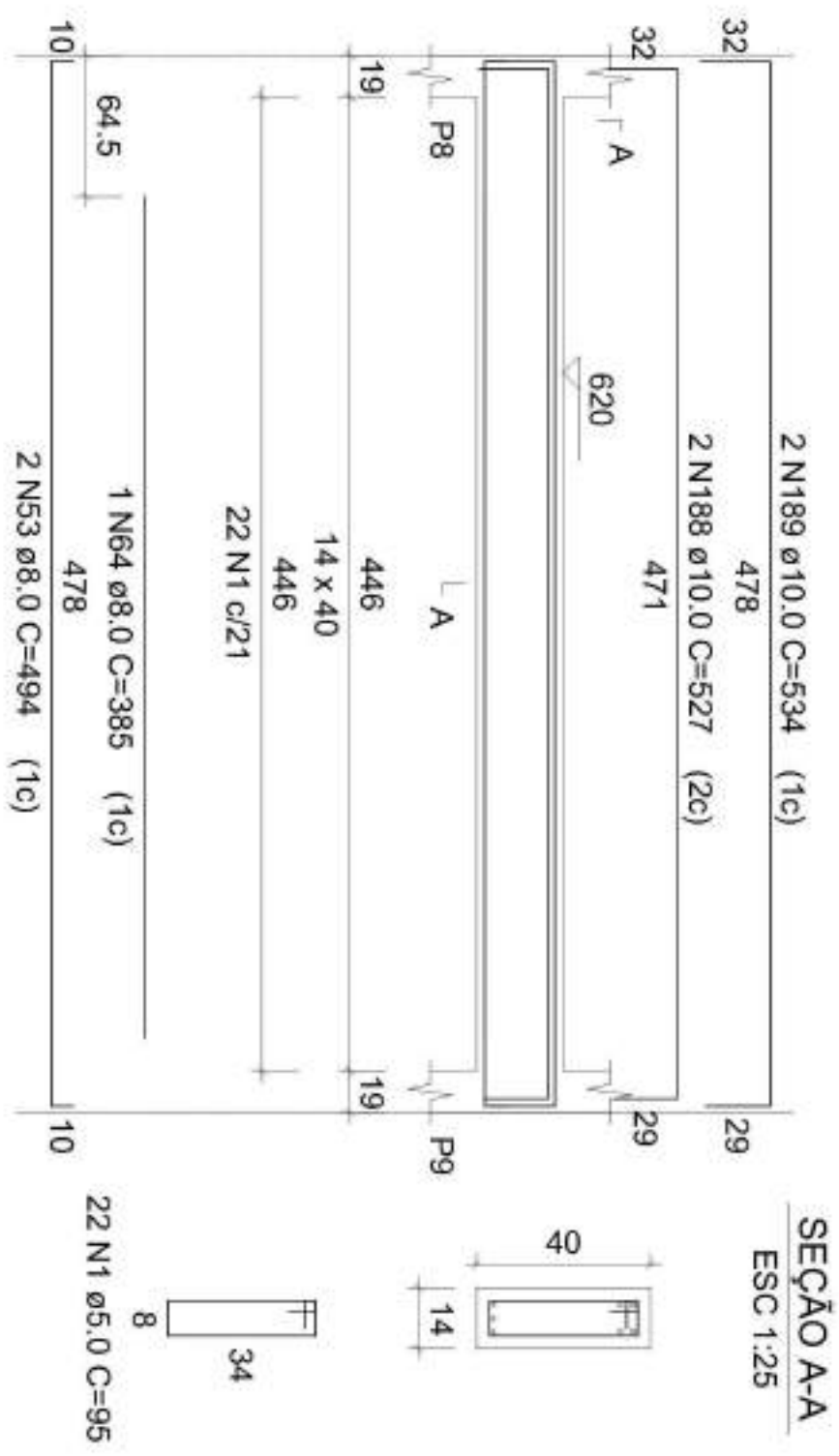
2ª LAJE
V3
ESC 1:50



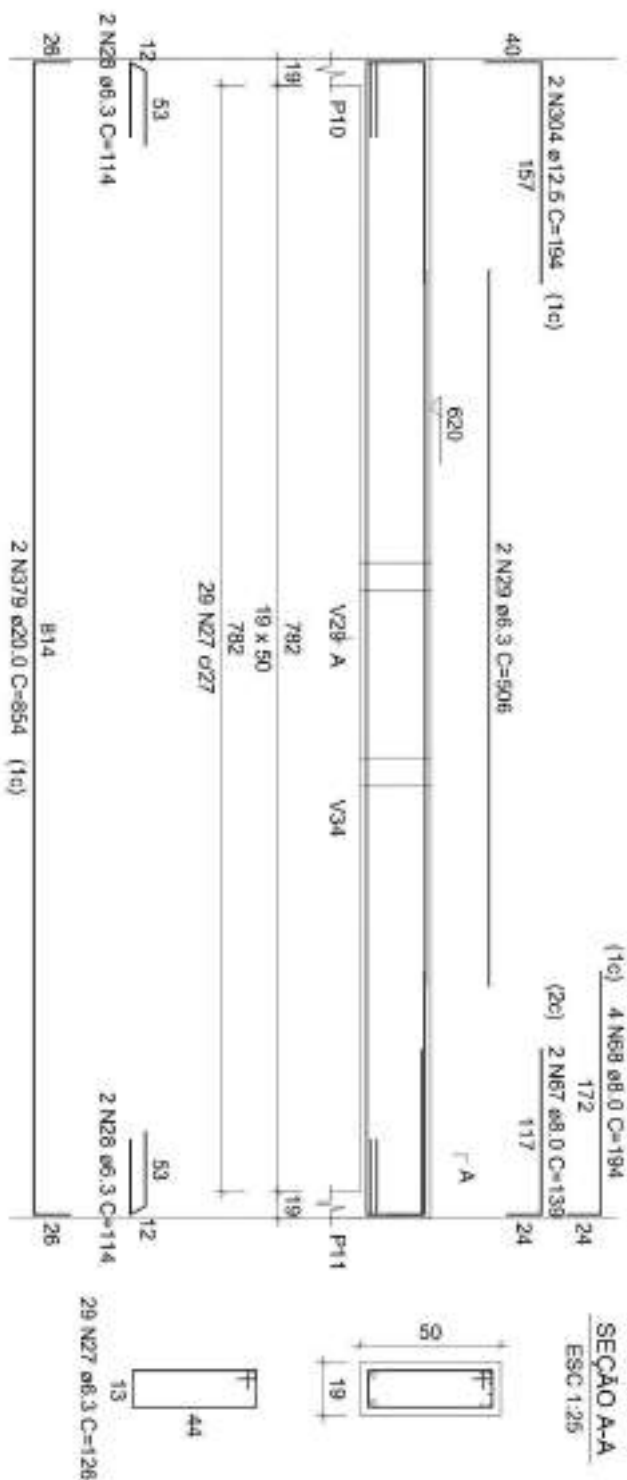
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



2ª LAJE
V4
ESC 1:50



2ª LAJE
V5
ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

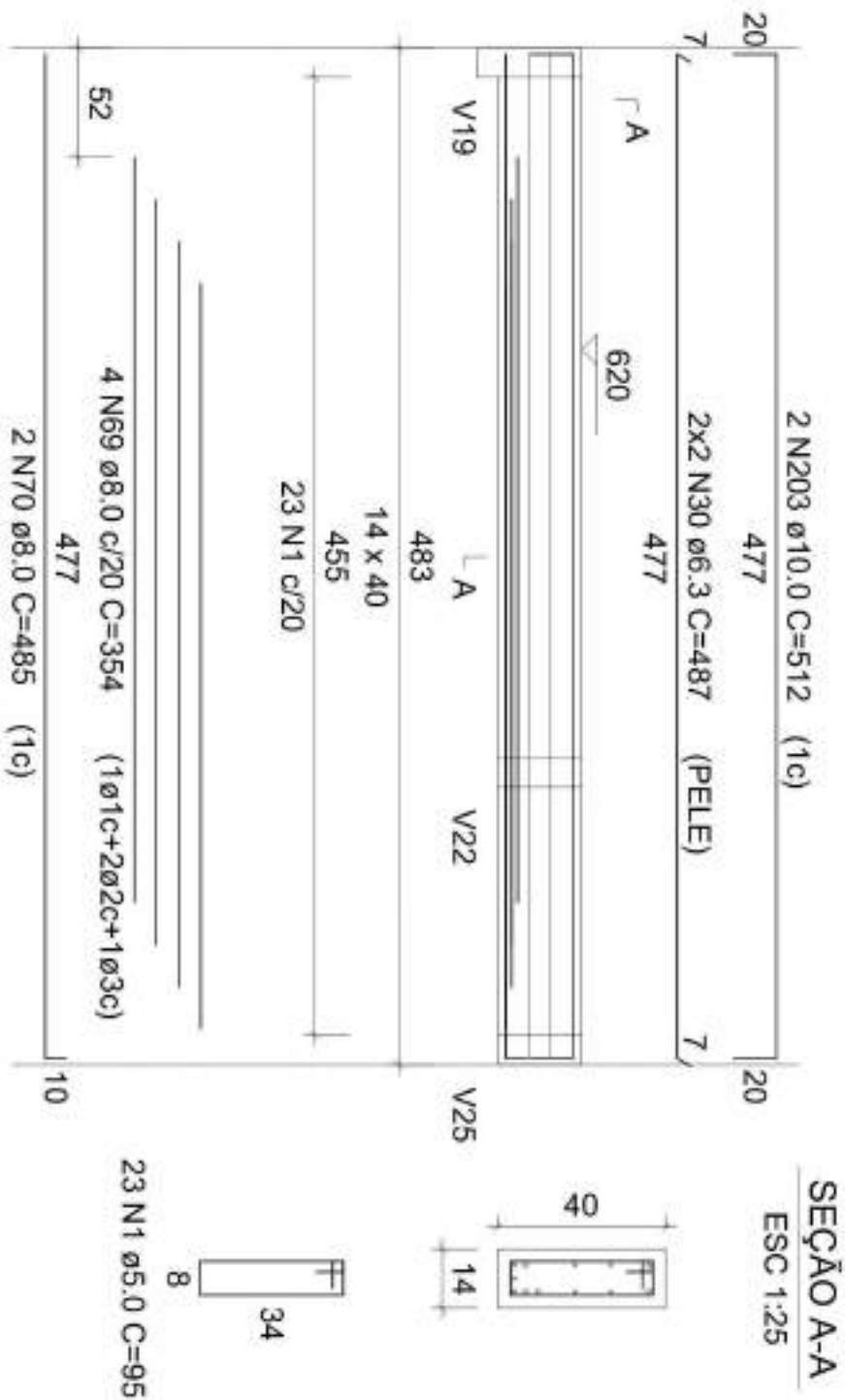
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

2ª LAJE

V6

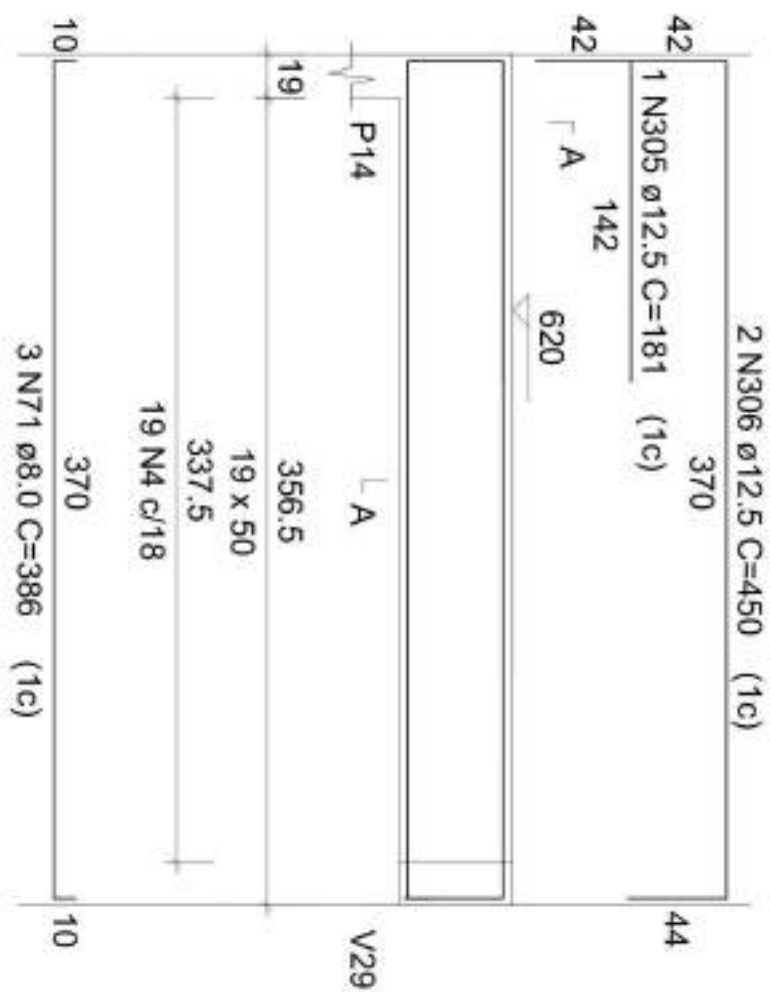
ESC 1:50



2ª LAJE

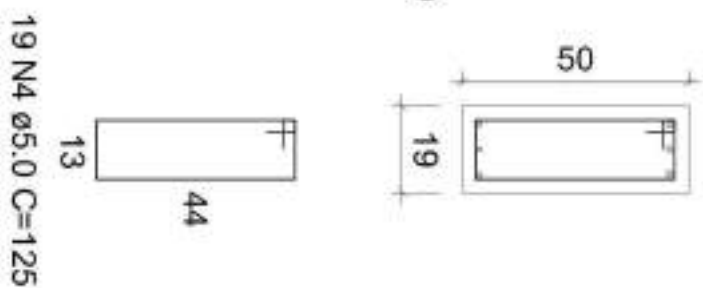
V7

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

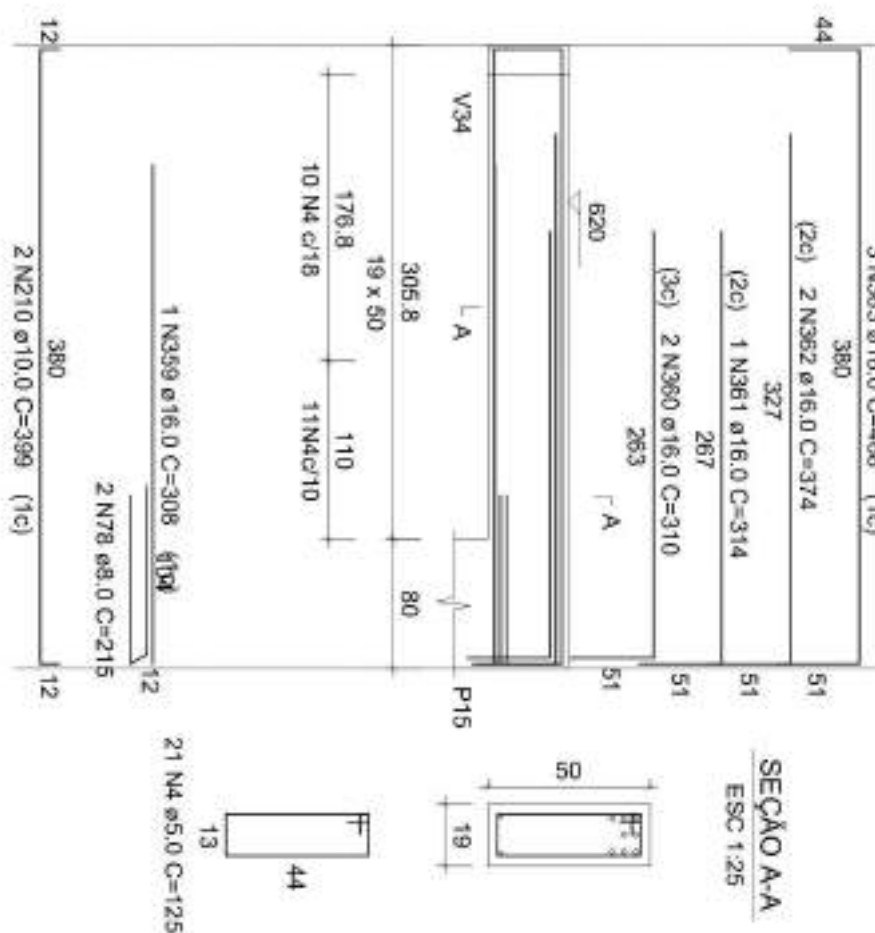
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

2ª LAJE

V8

ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

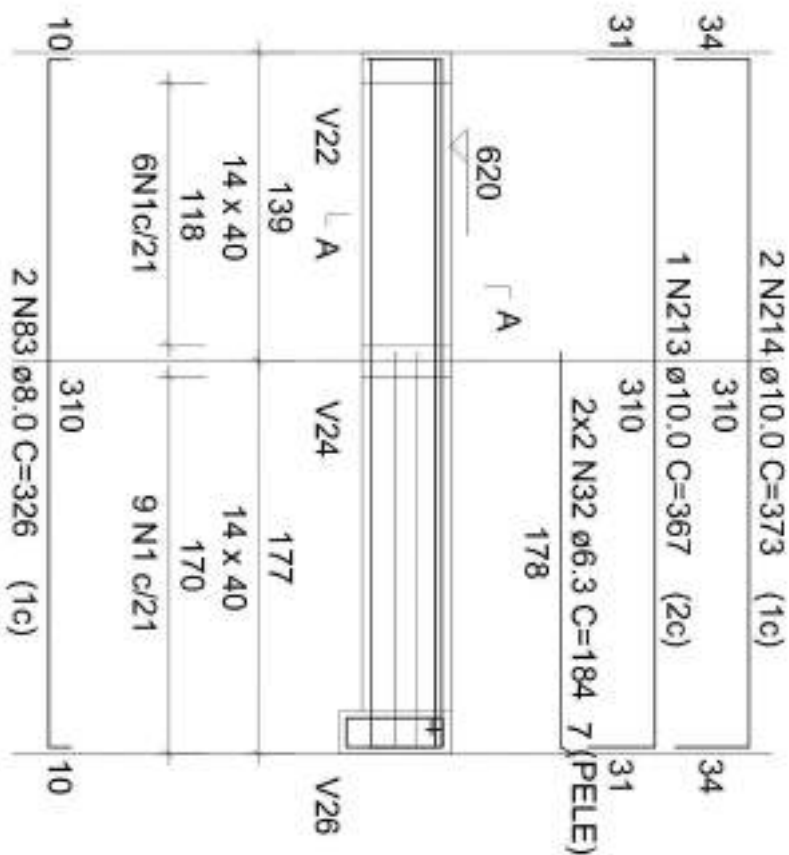
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

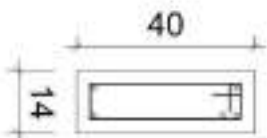
02334933000140-62F90FD0

2ª LAJE
V9
ESC 1:50



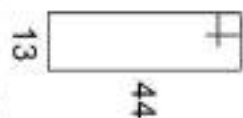
SEÇÃO A-A

ESC 1:25

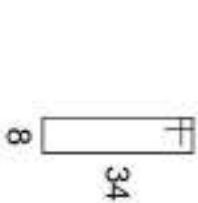


SUSPENSÃO V26

ESC 1:25



1 N215 ϕ 10.0 C=127

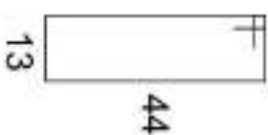
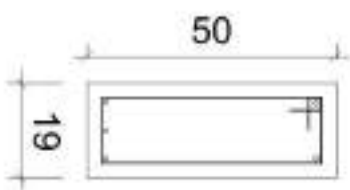
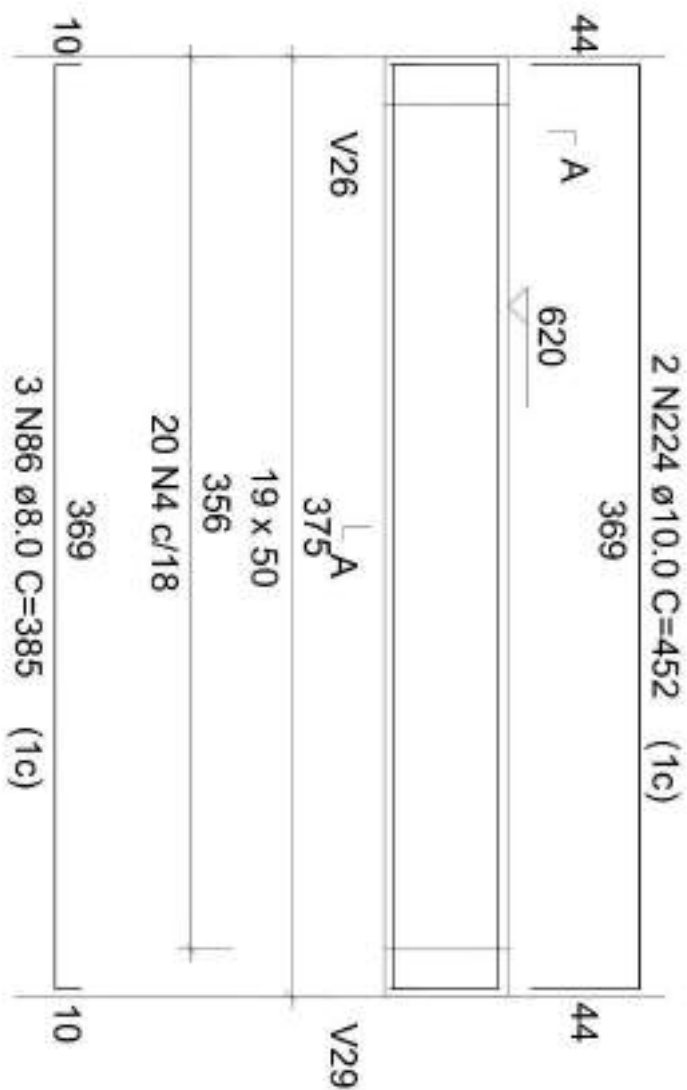


15 N1 ϕ 5.0 C=95



2ª LAJE
V10
ESC 1:50

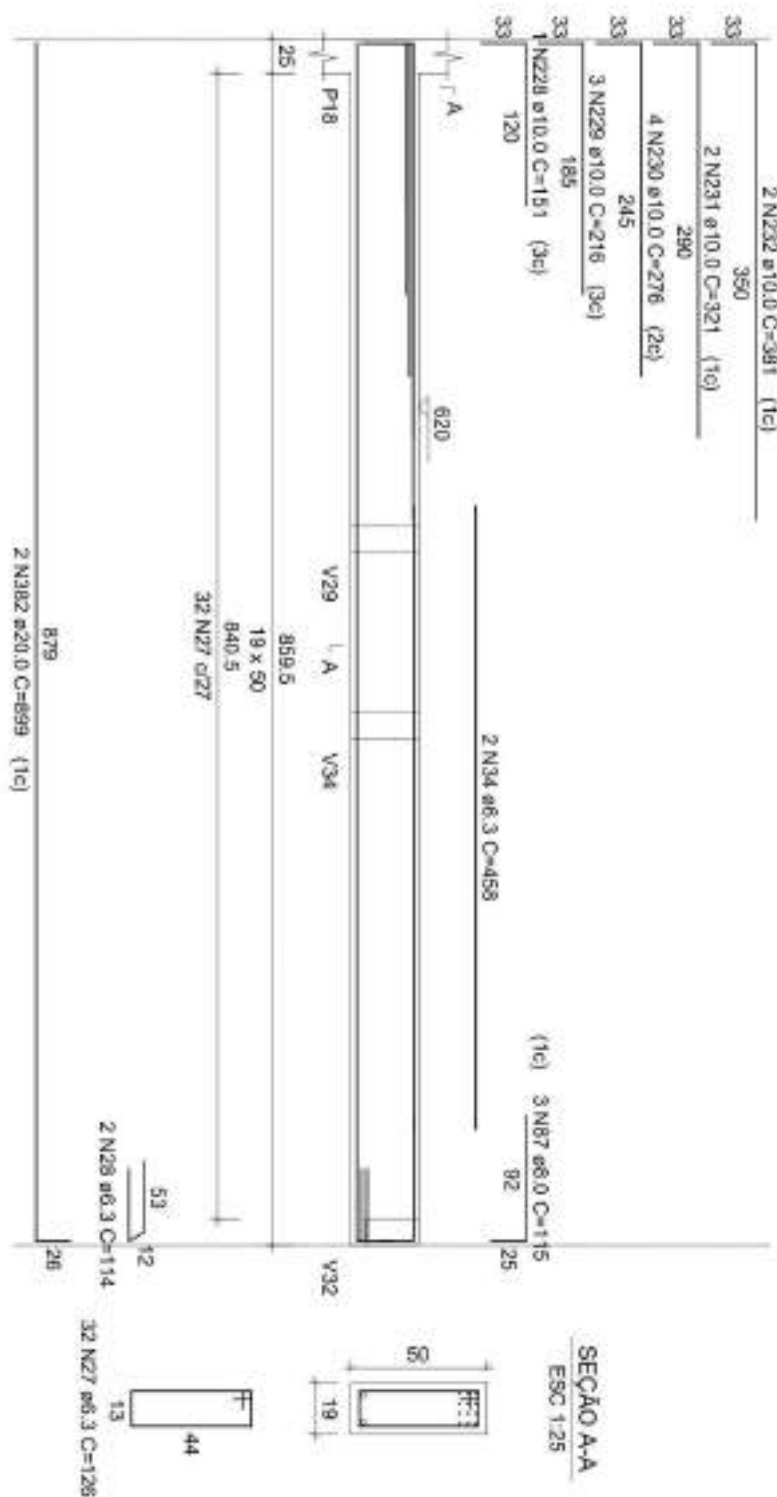
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



20 N4 8.0 C=125



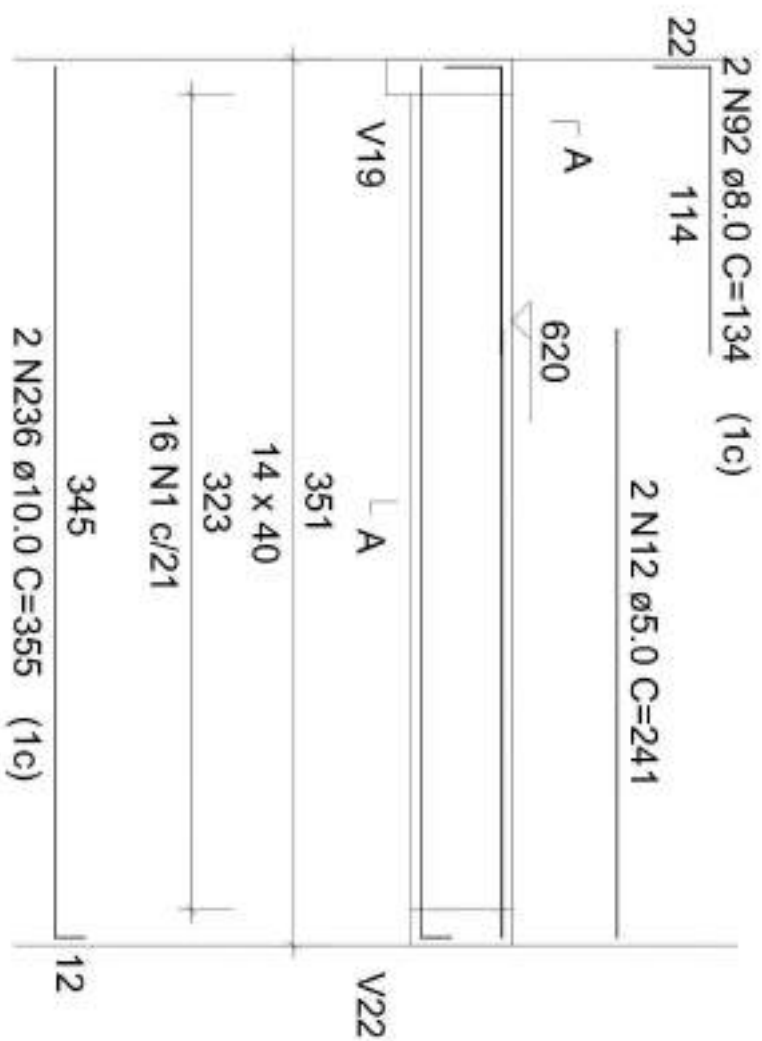
2º LAJE
V11
ESC 1:50



2ª LAJE

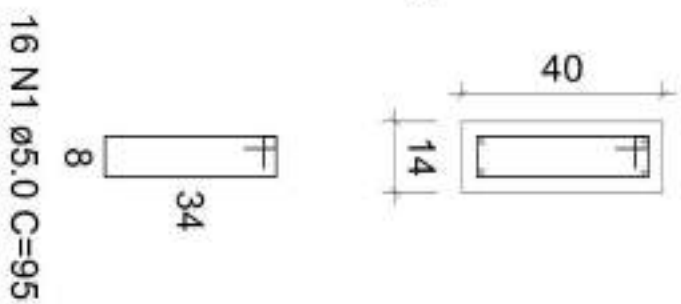
V12

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

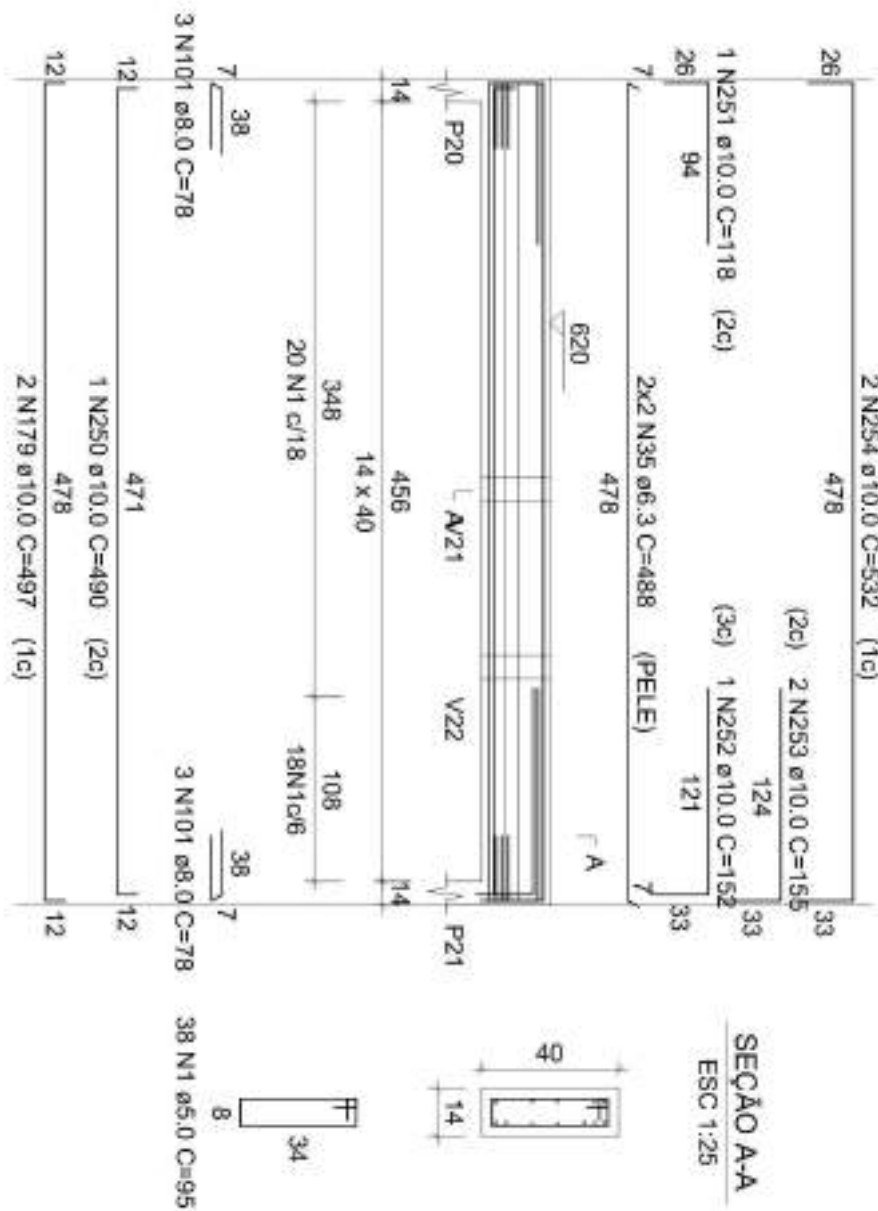
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

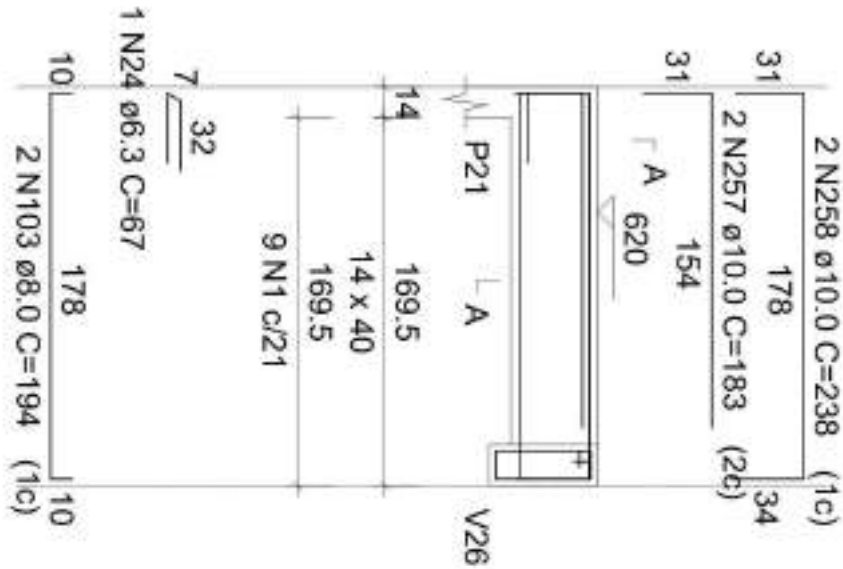
2ª LAJE
V13
ESC 1:50



2º LAJE

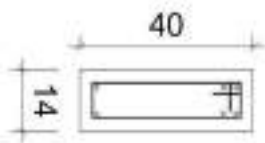
V14

ESC 1:50



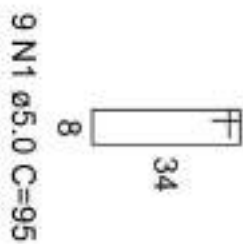
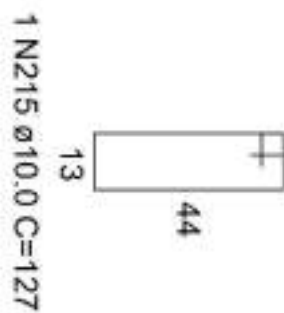
SEÇÃO A-A

ESC 1:25

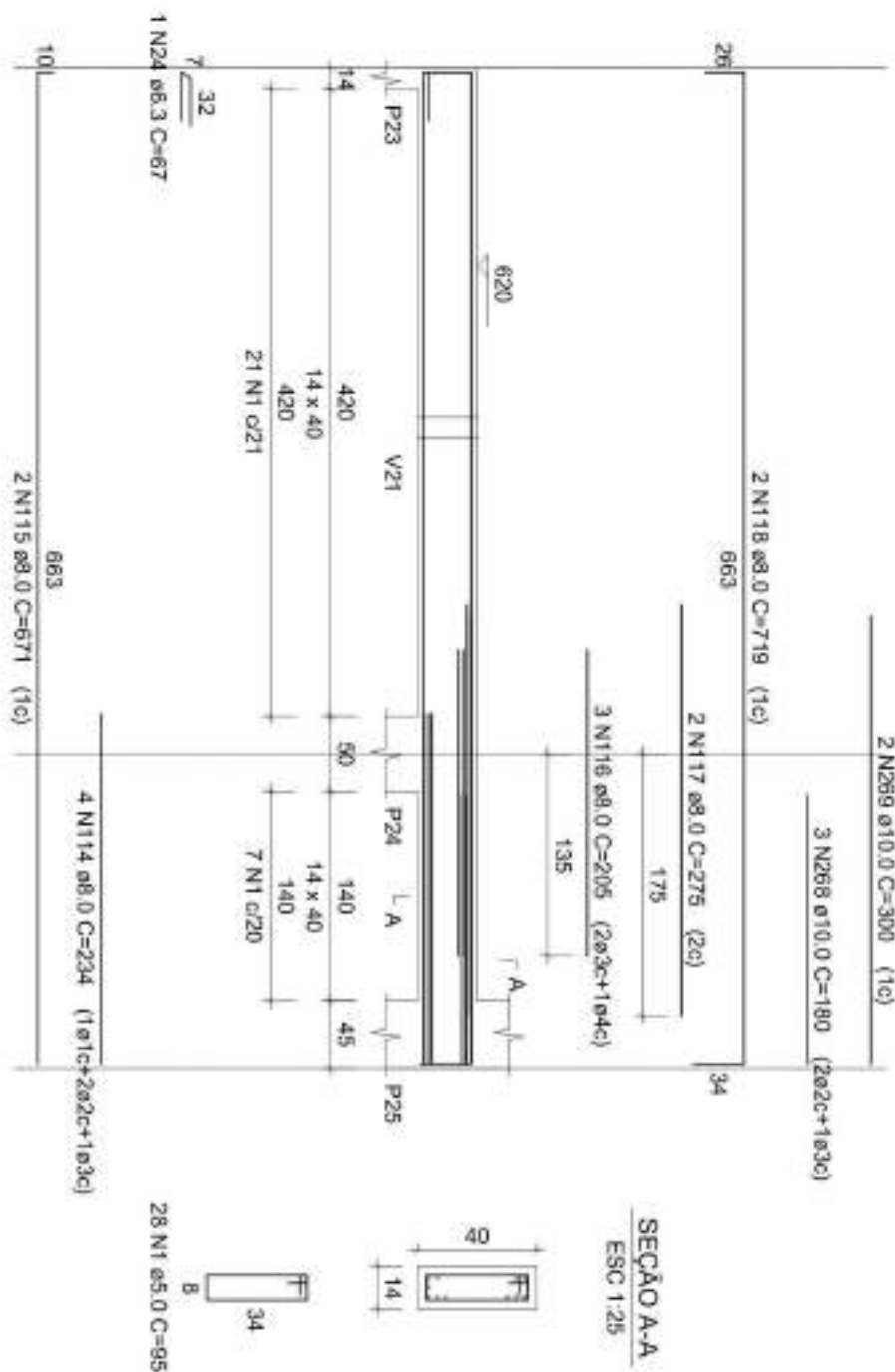


SUSPENSÃO V26

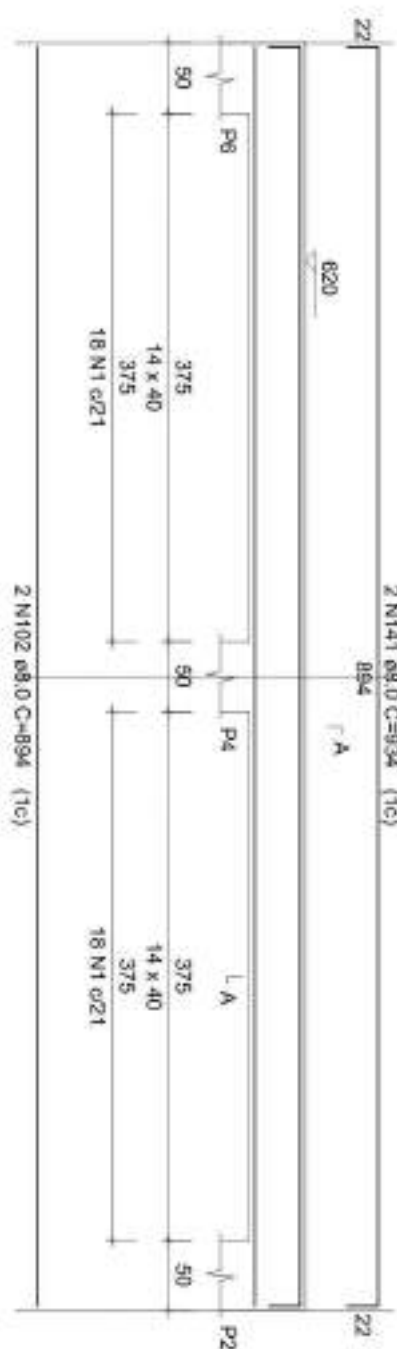
ESC 1:25



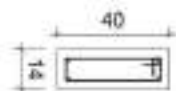
2ª LAJE
V16
ESC 1:50



2º LAJE
V20
ESC 1:50



SEÇÃO A-A
ESC 1:25



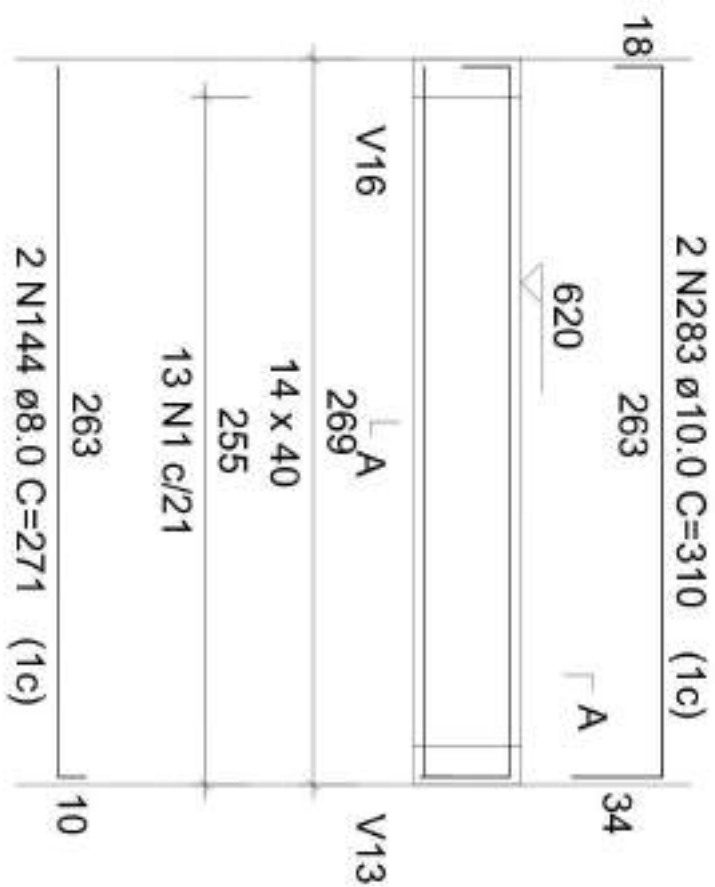
36 N1 ø5.0 C=95



2ª LAJE

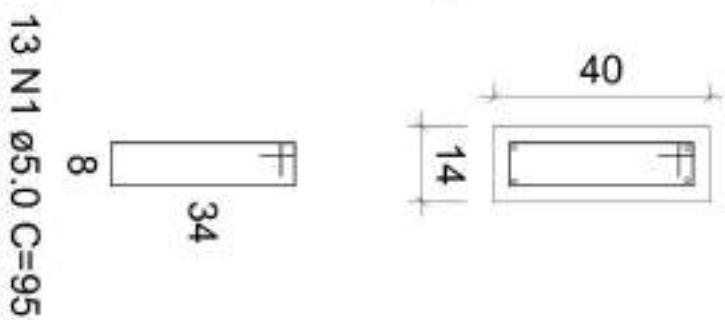
V21

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

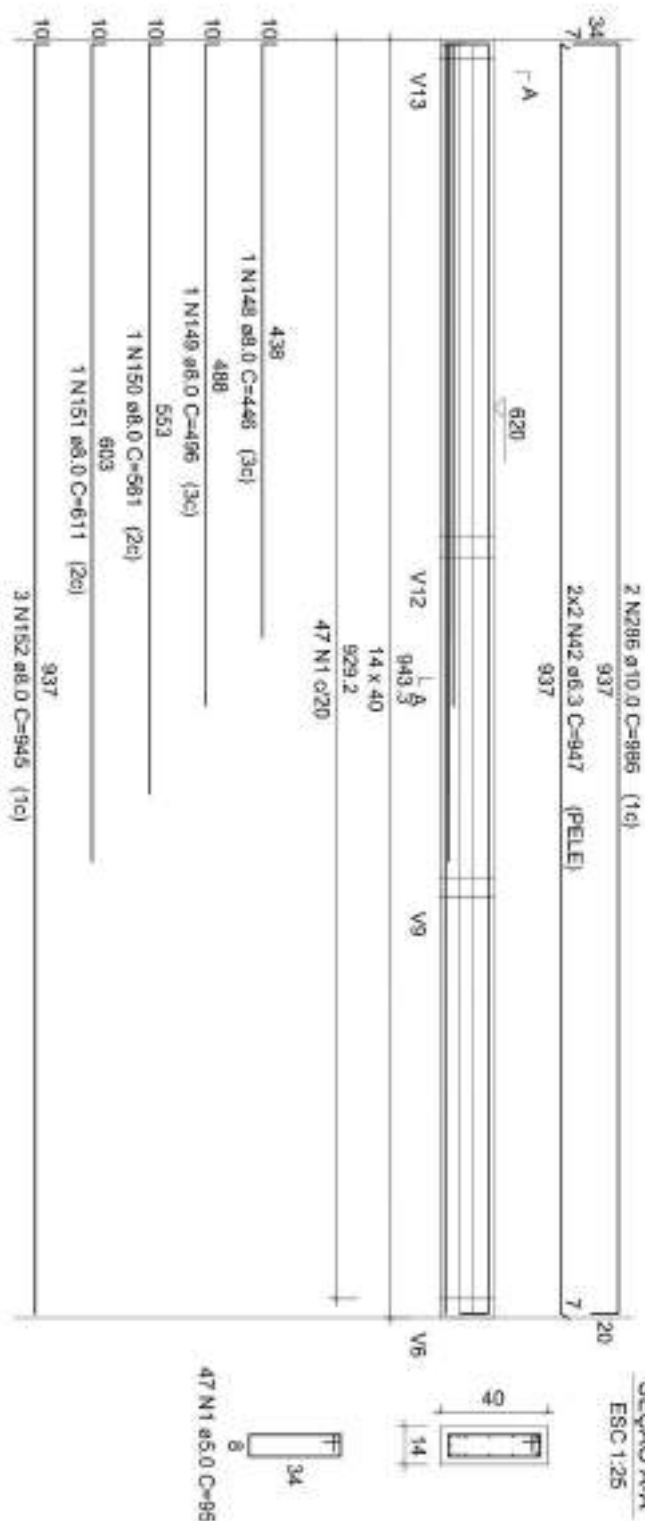
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

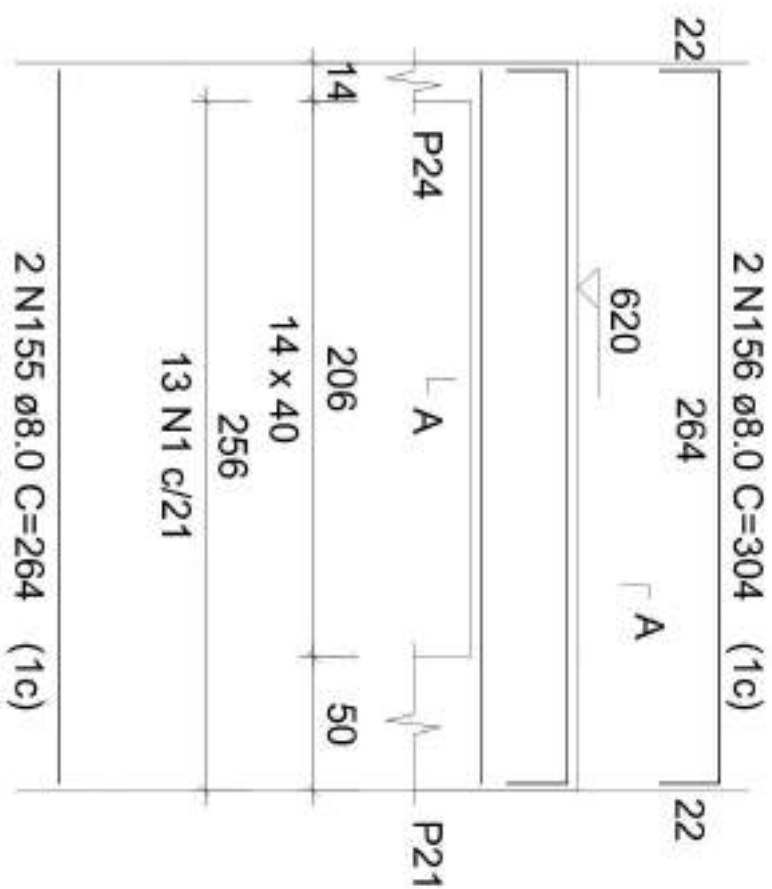
2ª LAJE
V22
ESC 1:50



2ª LAJE

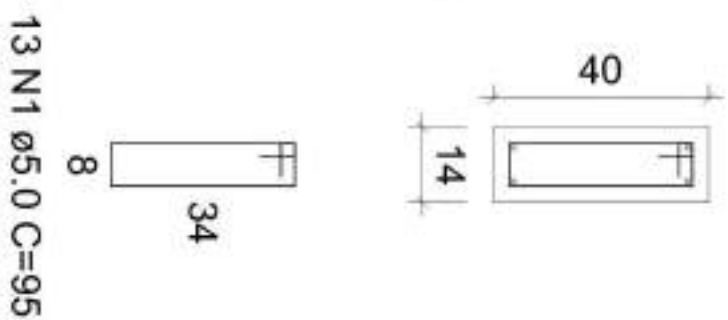
V23

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

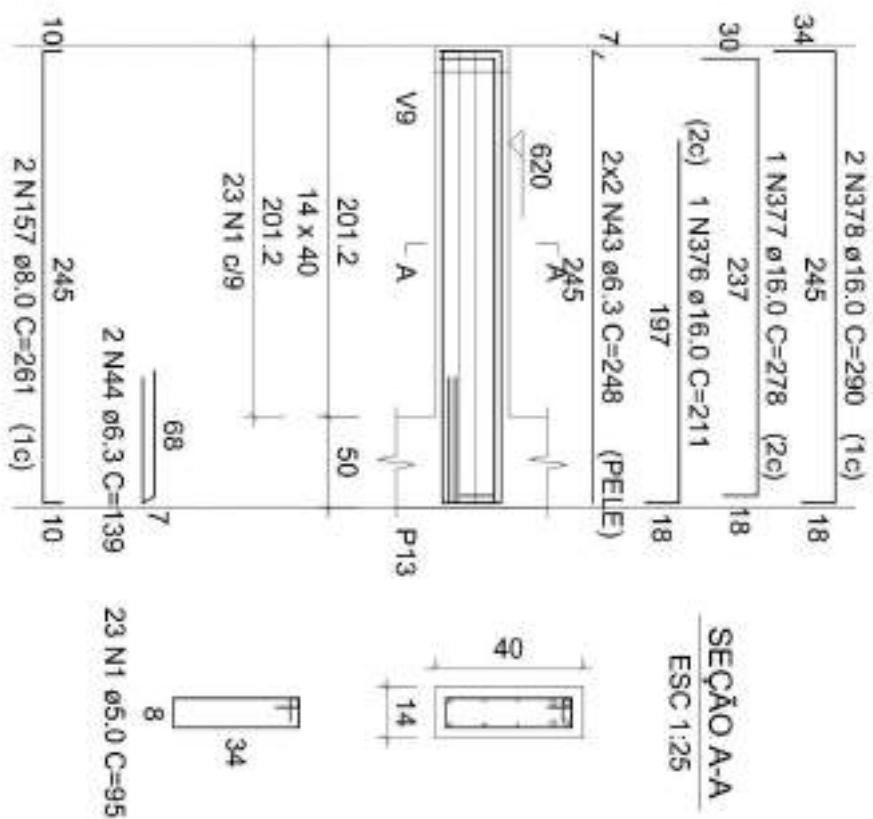
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

2ª LAJE

V24

ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

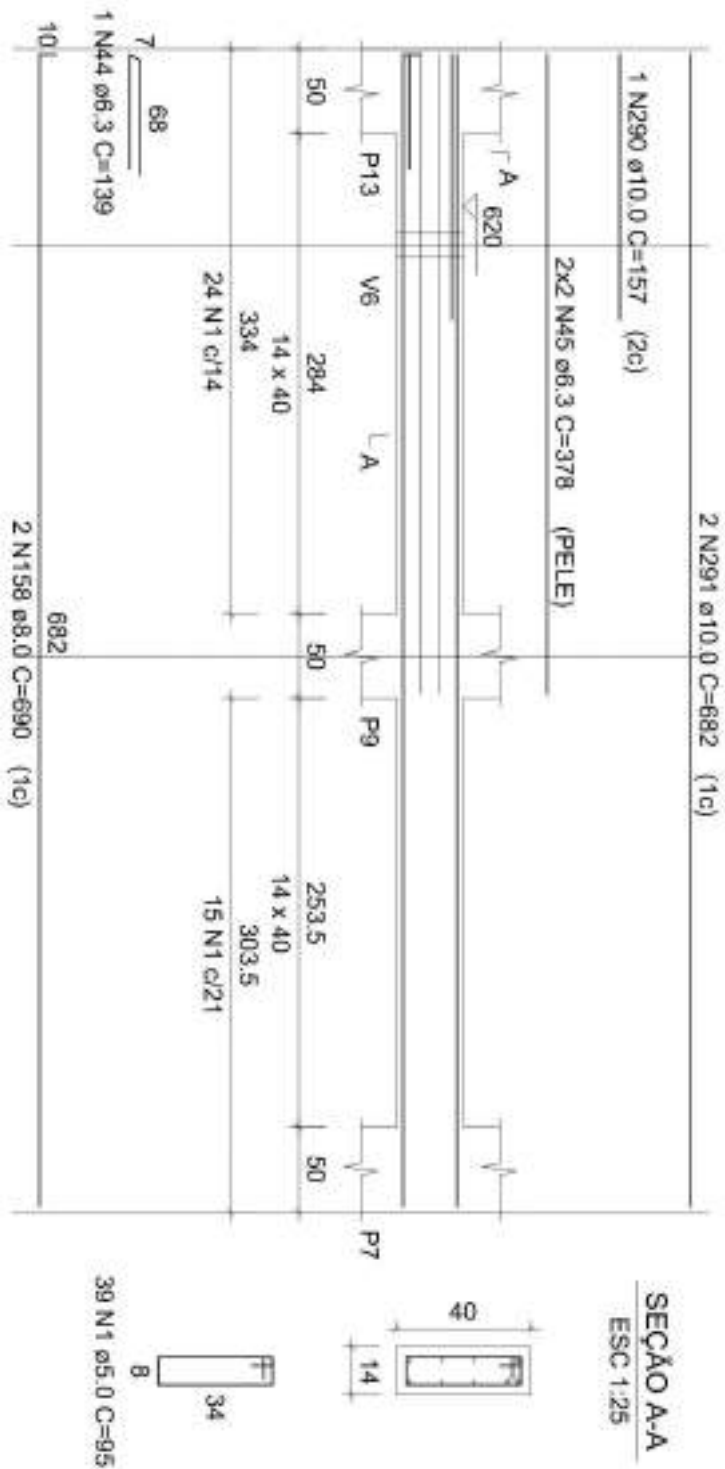
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

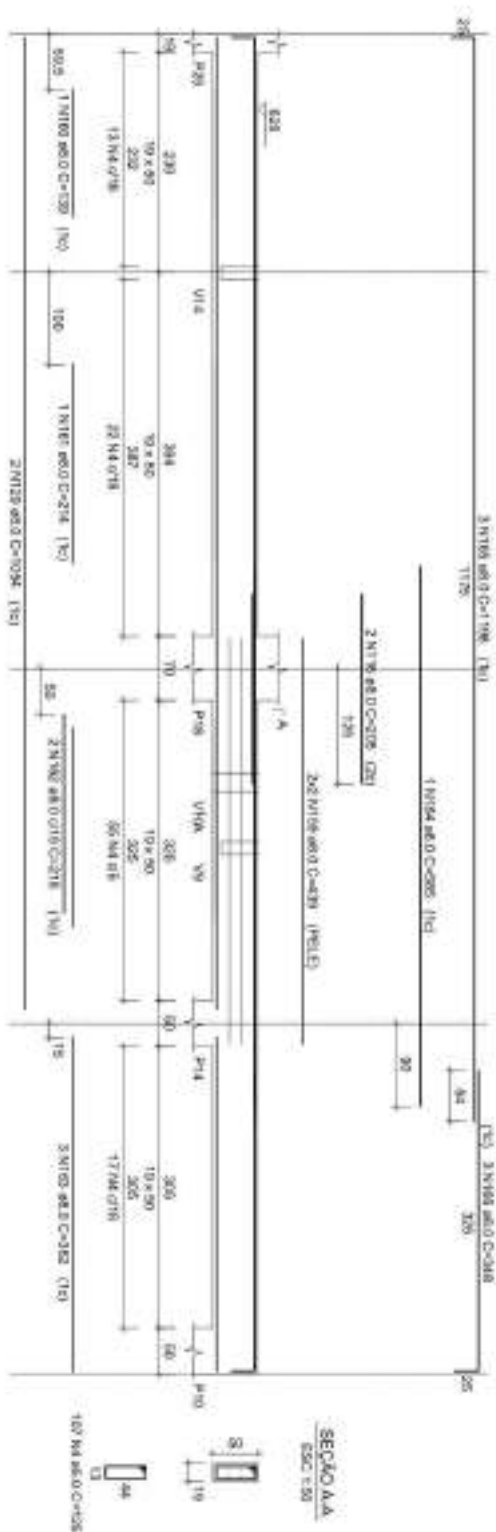
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

2ª LAJE
V25
ESC 1:50



2º LAR
V26
ESQ 130



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

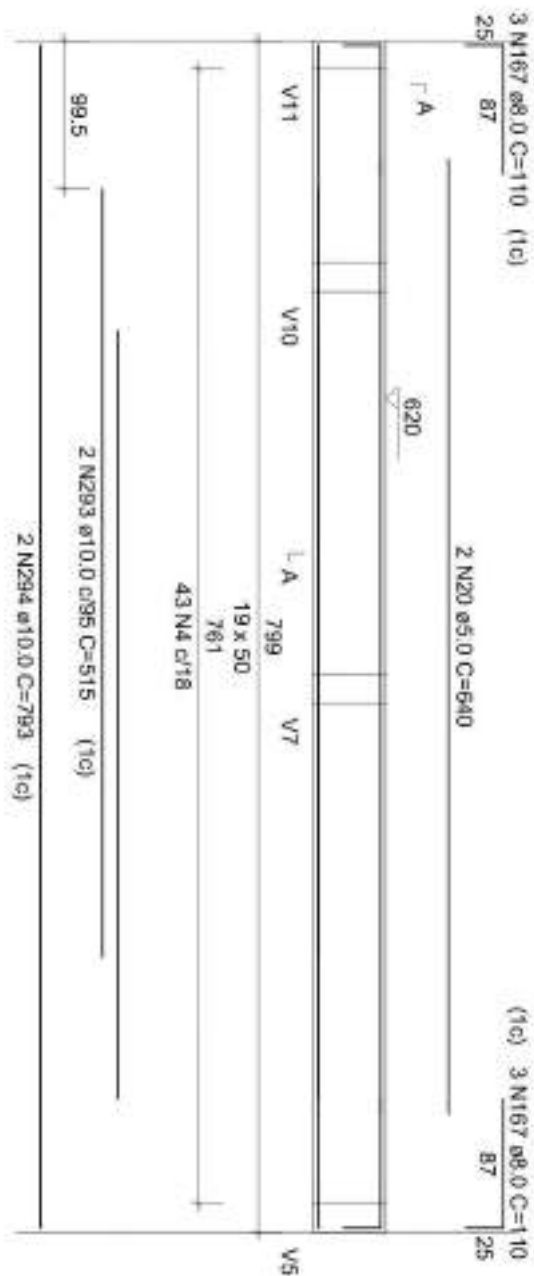
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0

2ª LAJE
V29
ESC 1:50



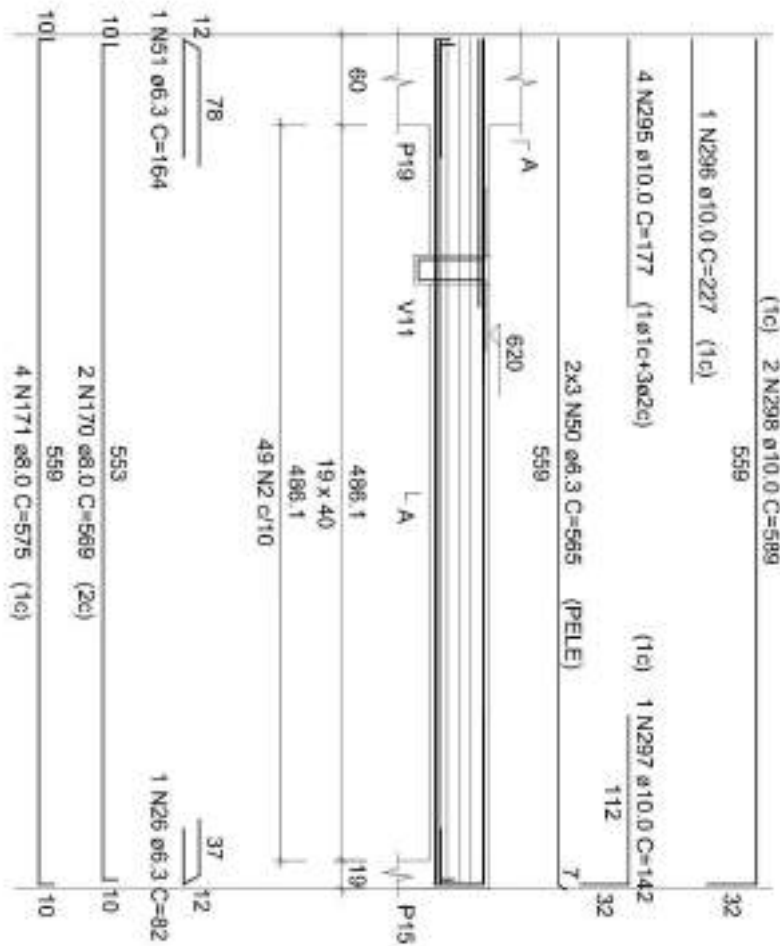
V31

SEÇÃO A-A

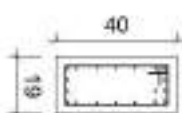
ESC 1:25



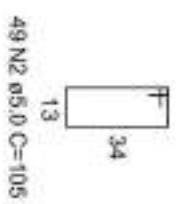
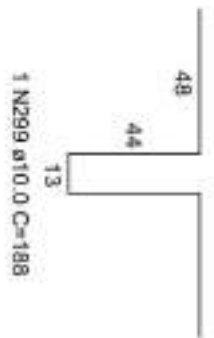
2ª LAJE
V32
ESC 1:30



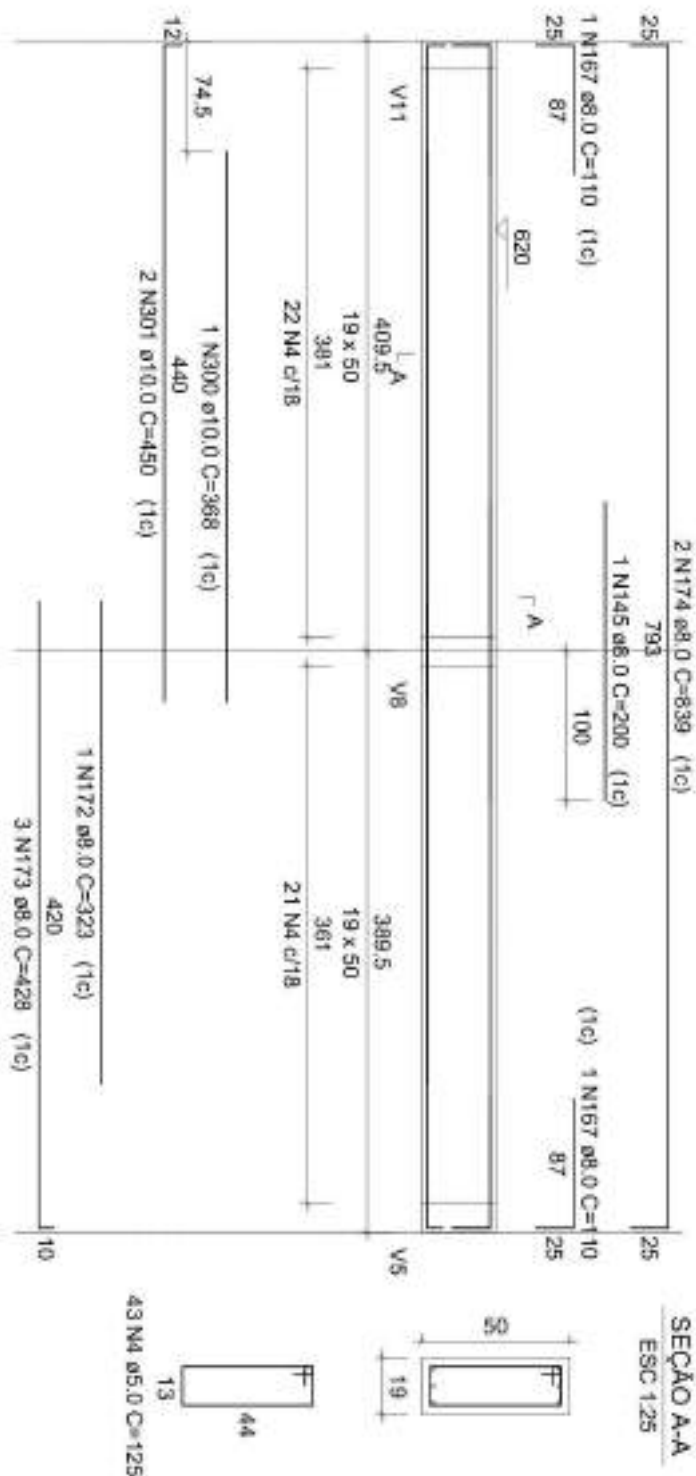
SEÇÃO A-A
ESC 1:25



SUSPENSÃO V11
ESC 1:25



2ª LAJE
V34
ESC 1:50



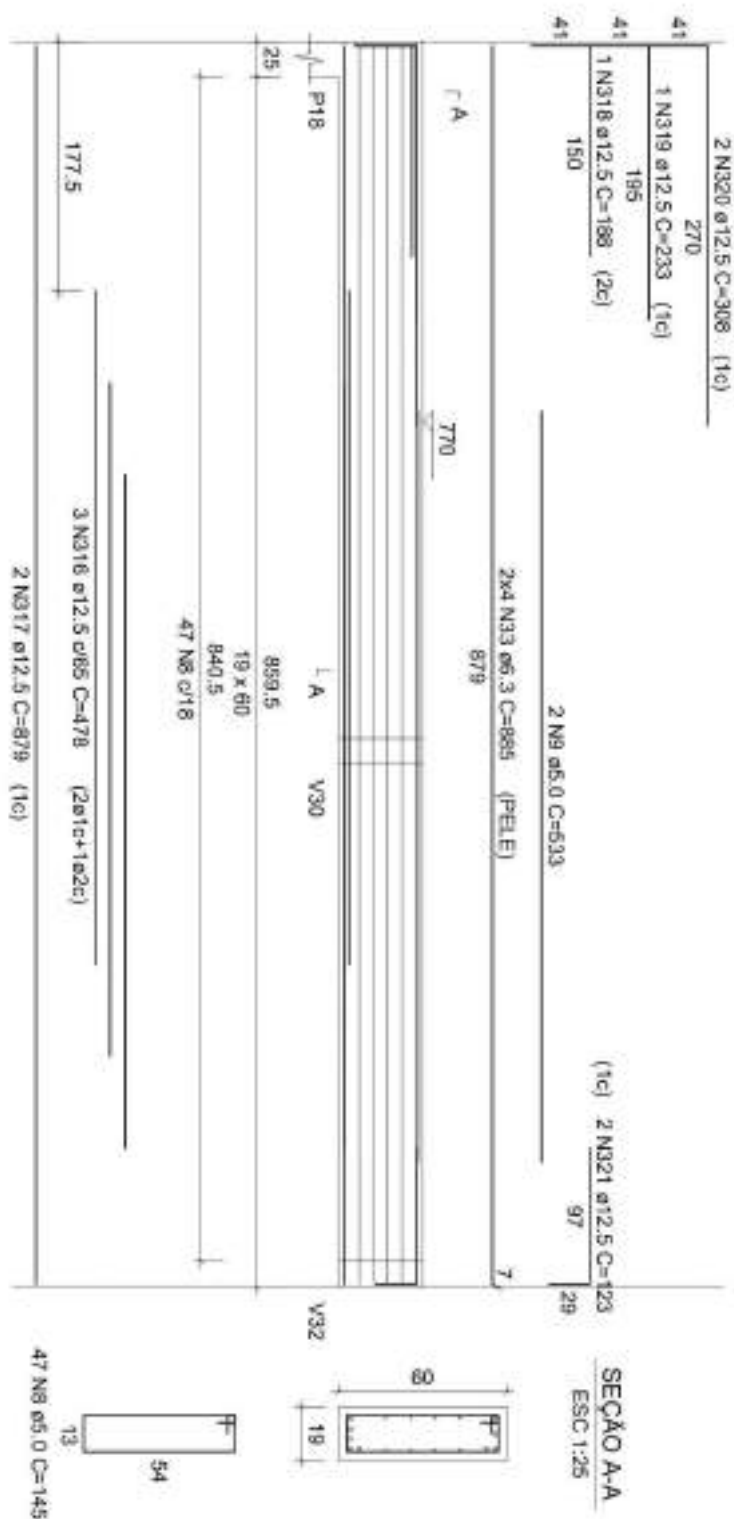
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

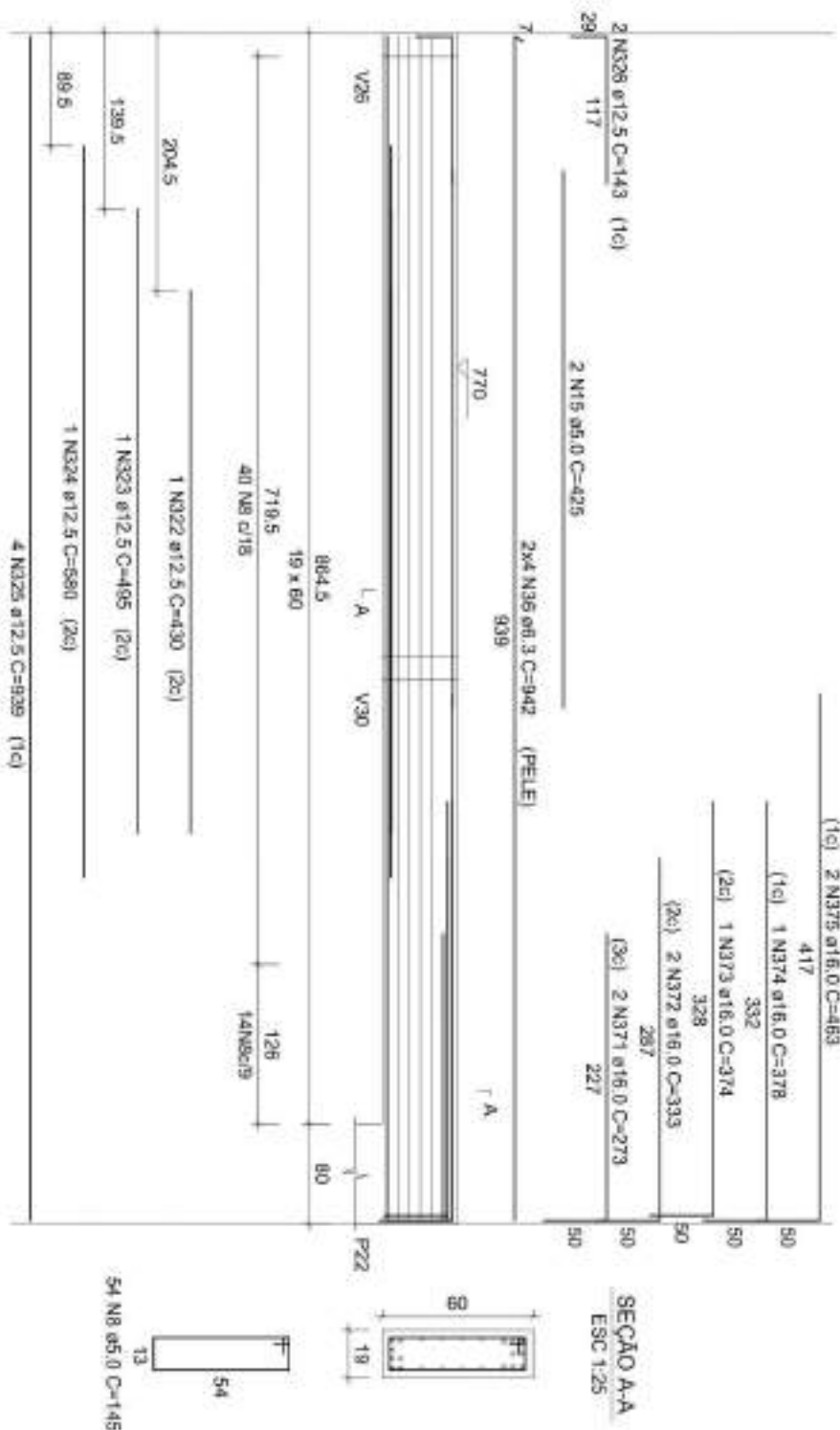
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

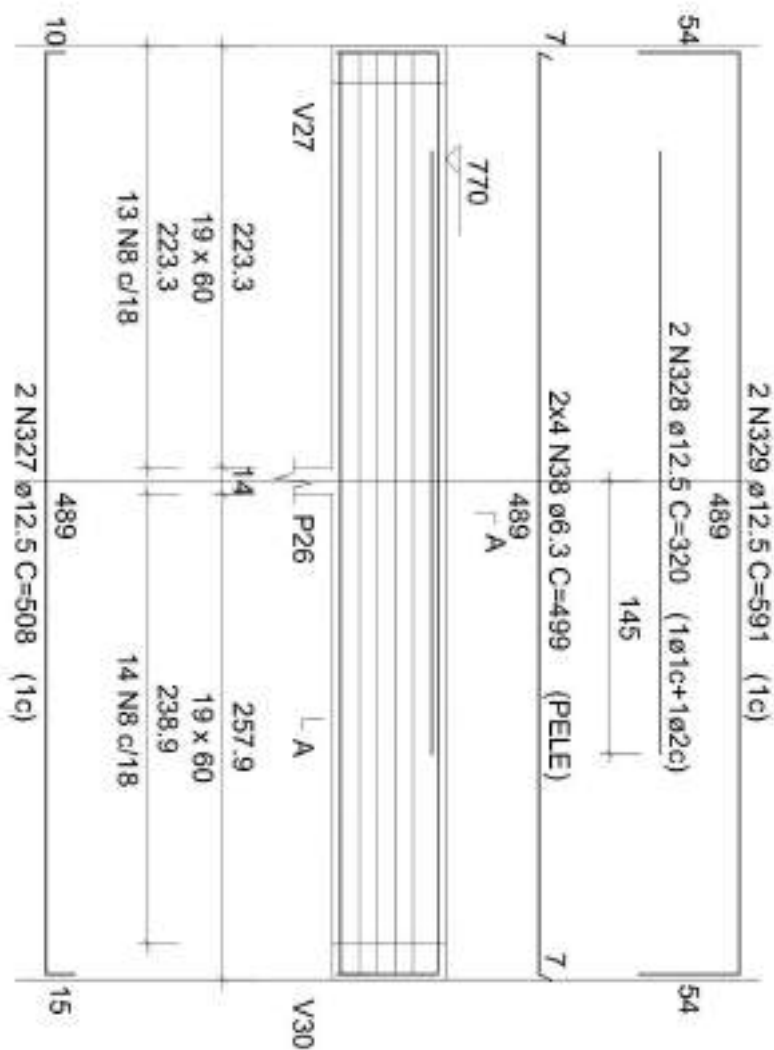
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

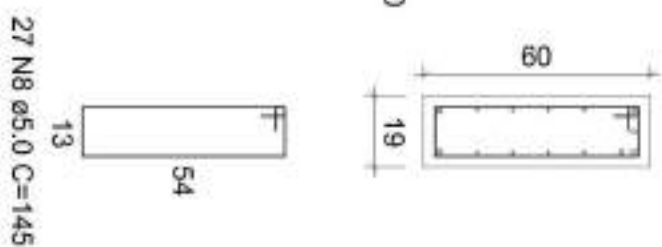






SEÇÃO A-A

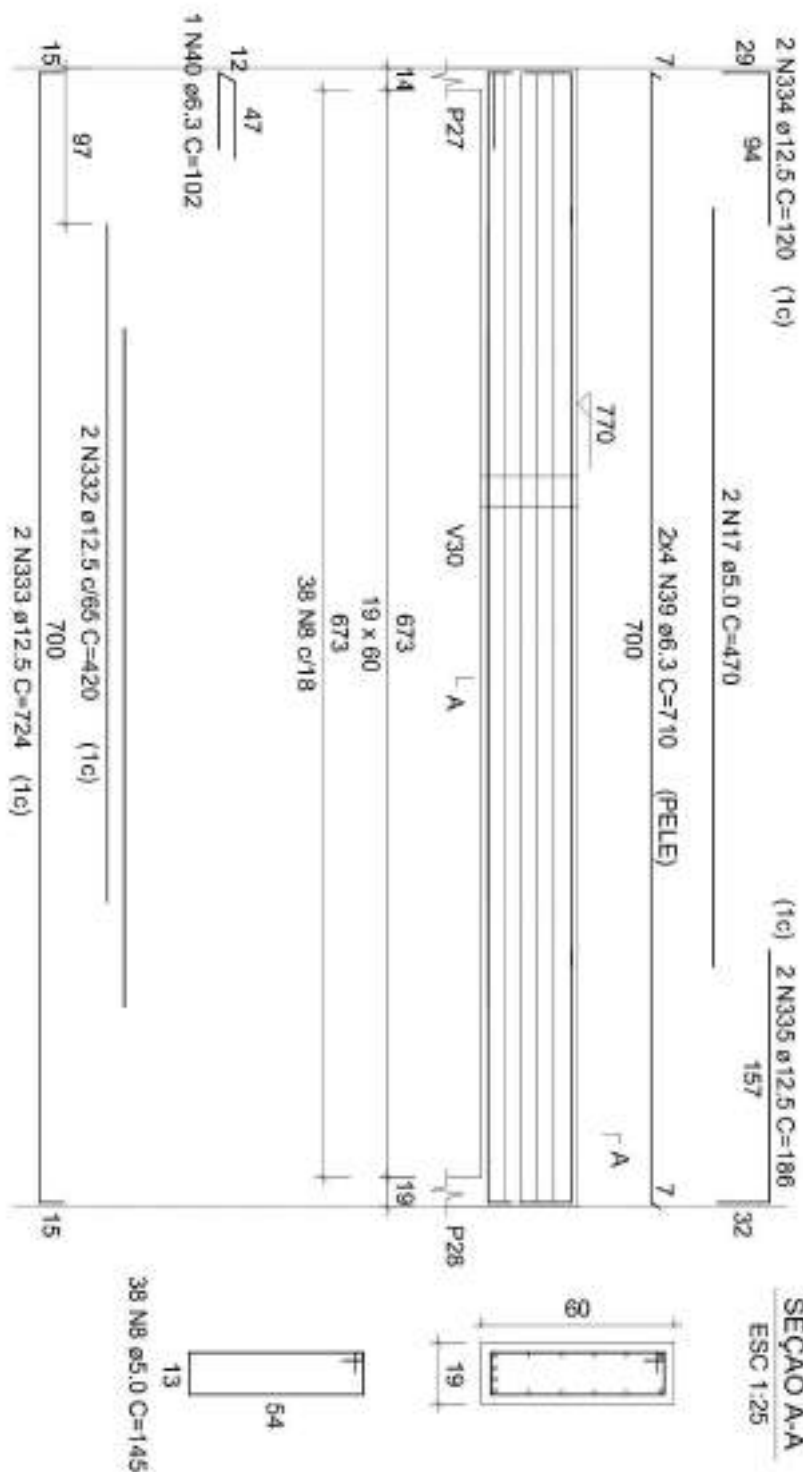
ESC 1:25



LAJE AUDITORIO

V18

ESC 1:50



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

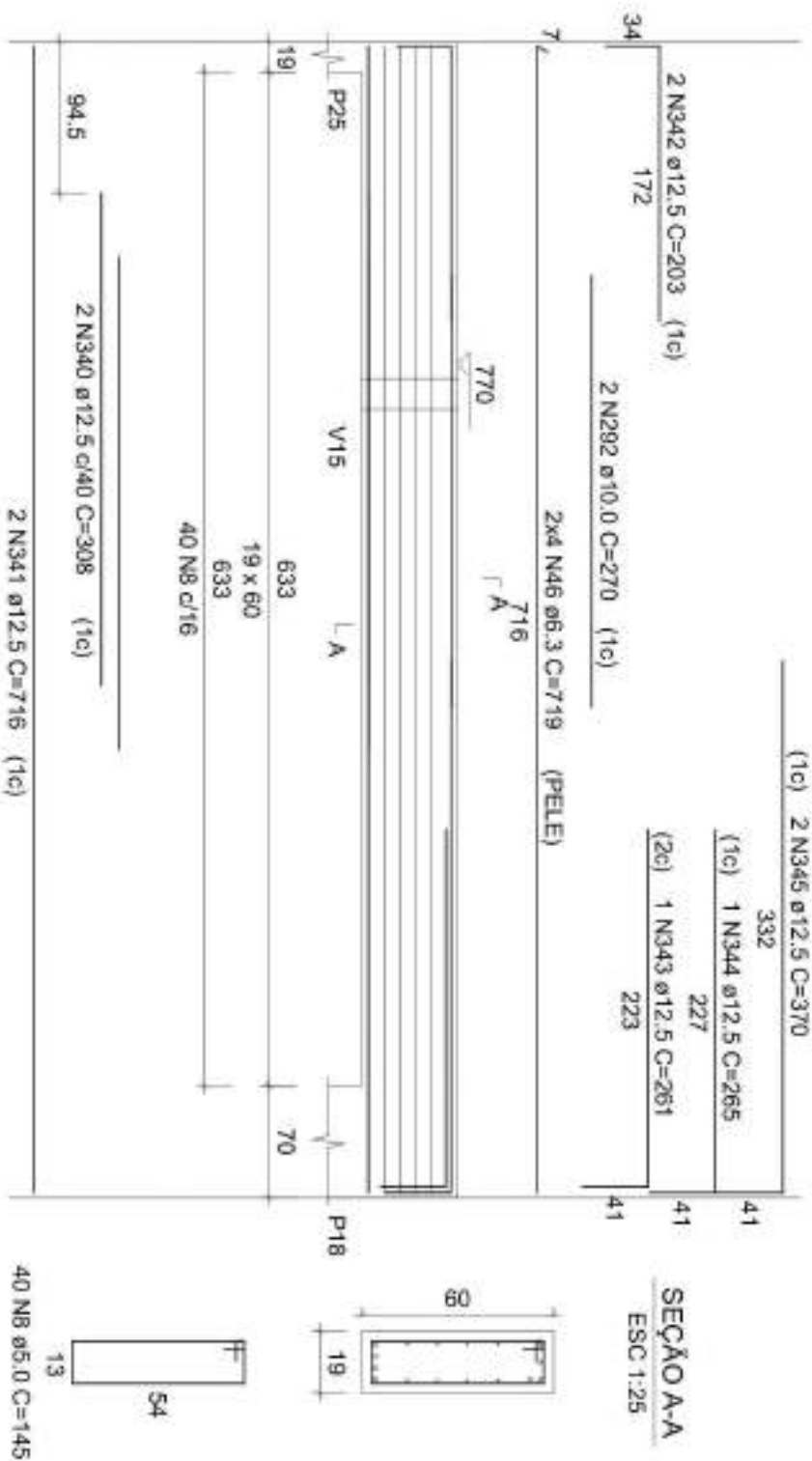
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

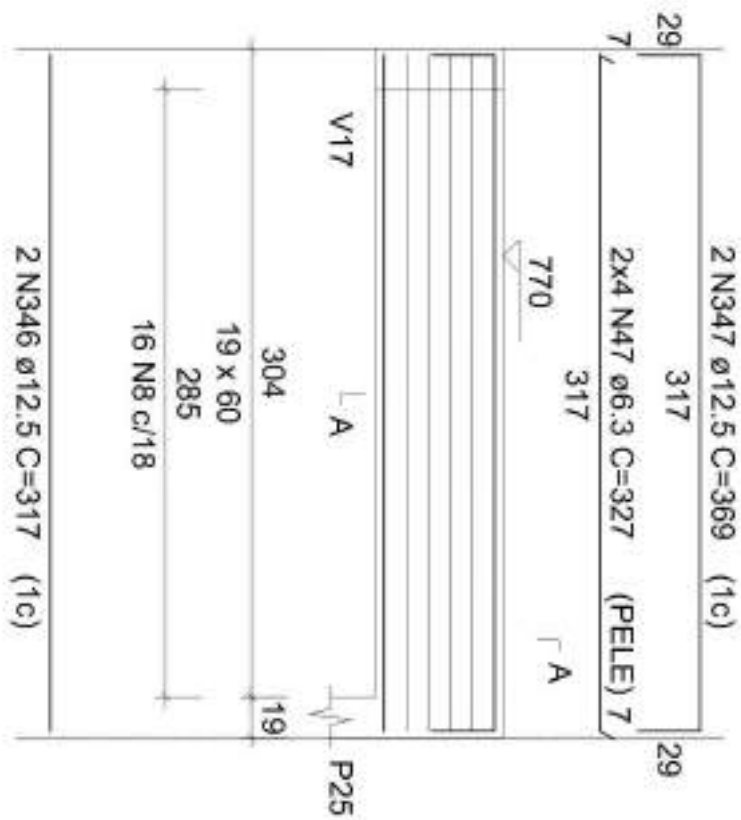
LAJE AUDITORIO
V26
 ESC 1:50



LAJE AUDITORIO

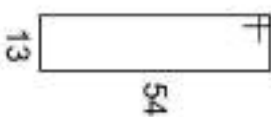
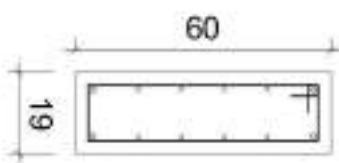
V27

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



16 N8 Ø5.0 C=145



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

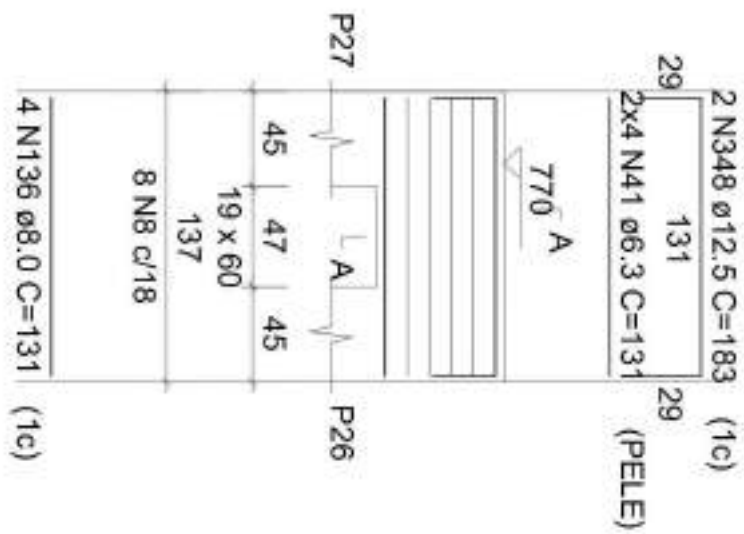
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

LAJE AUDITORIO

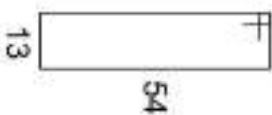
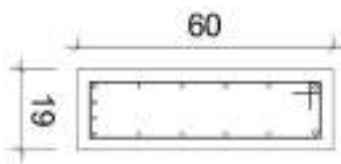
V28

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



8 N8 ø5.0 C=145



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

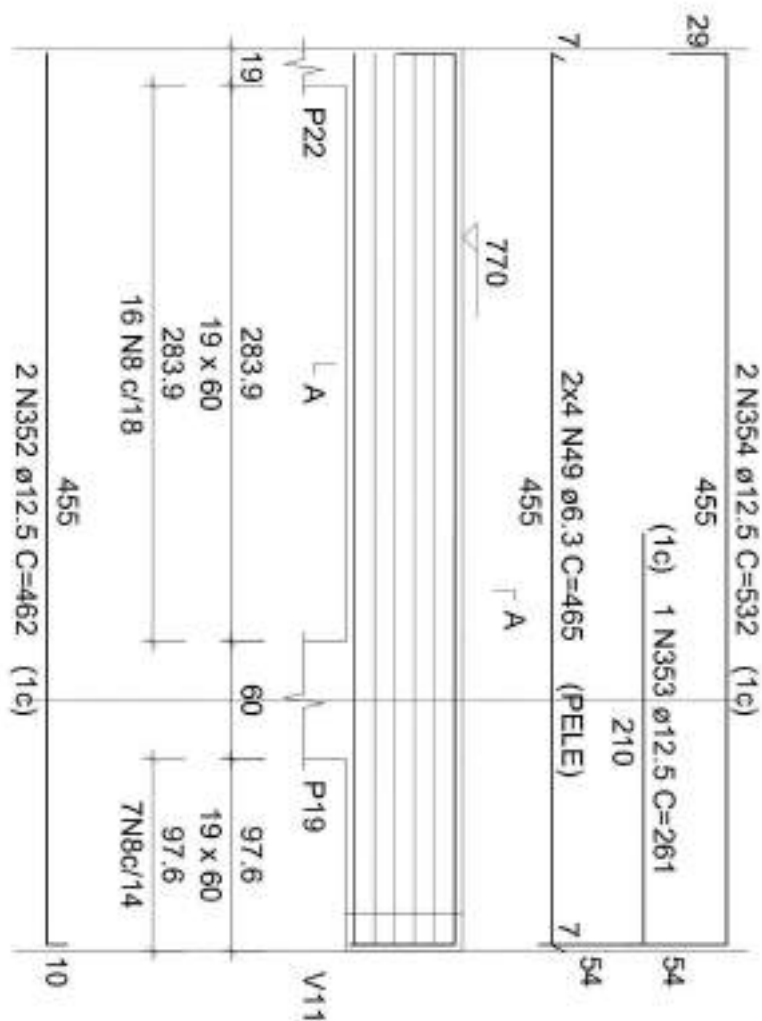
Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

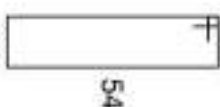
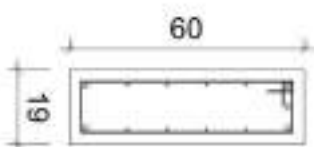
02334933000140-62F90FD0





SEÇÃO A-A

ESC 1:25



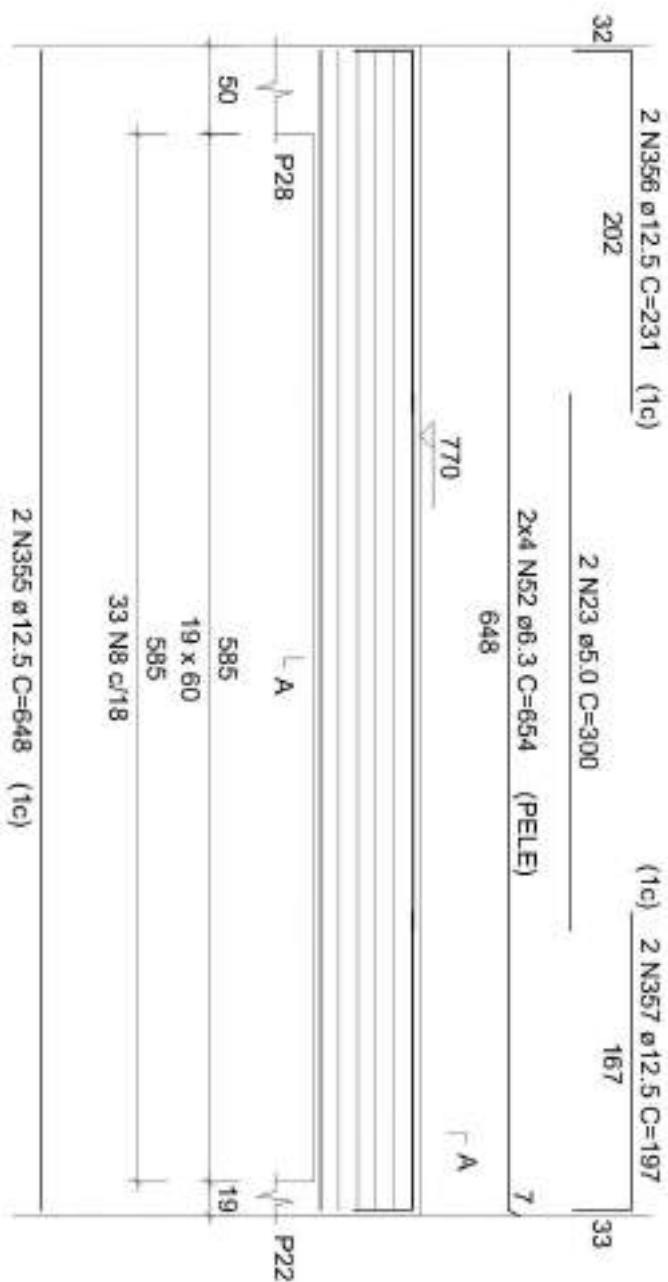
23 N8 ϕ 5.0 C=145



LAJE AUDITORIO

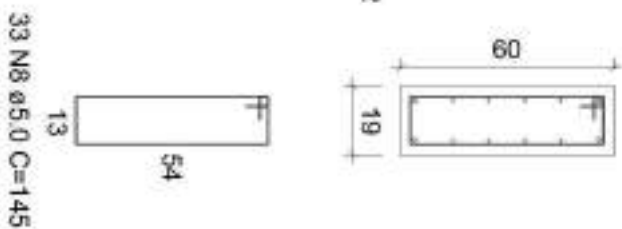
V33

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

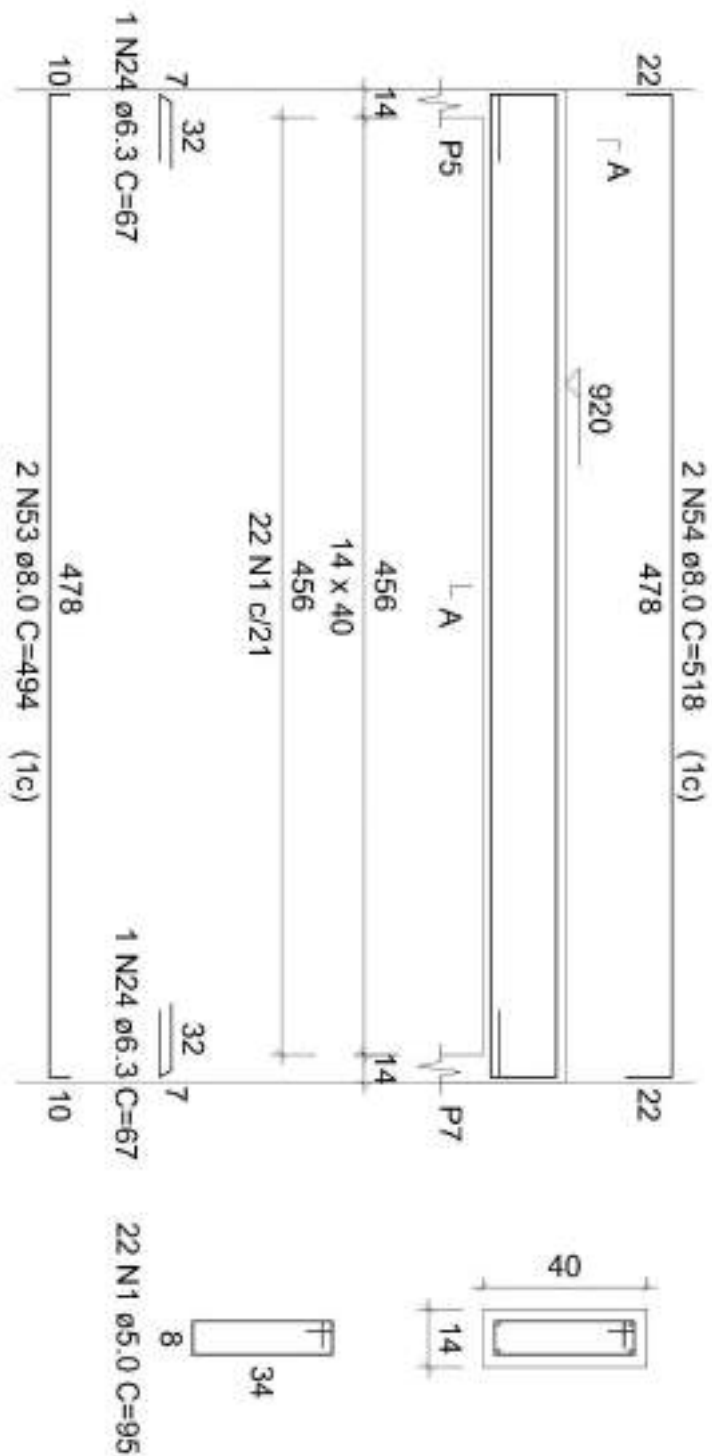
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

CAIXA D'ÁGUA

V1

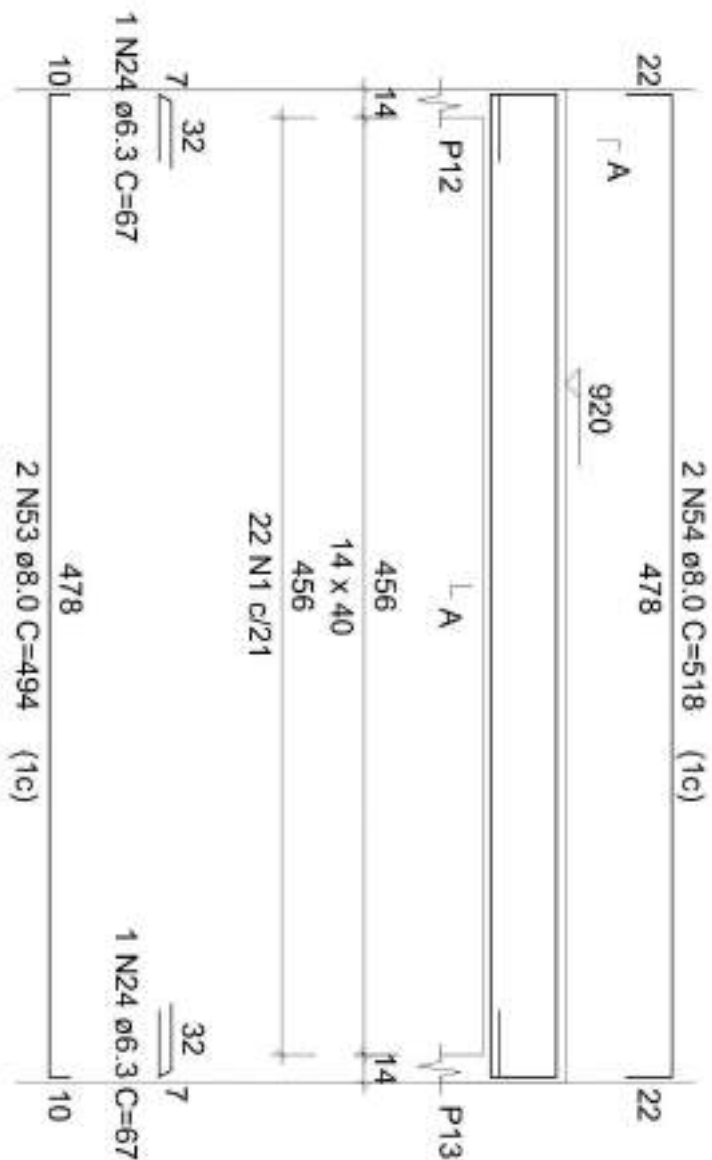
ESC 1:50



CAIXA D'ÁGUA

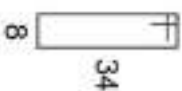
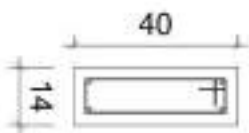
V2

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

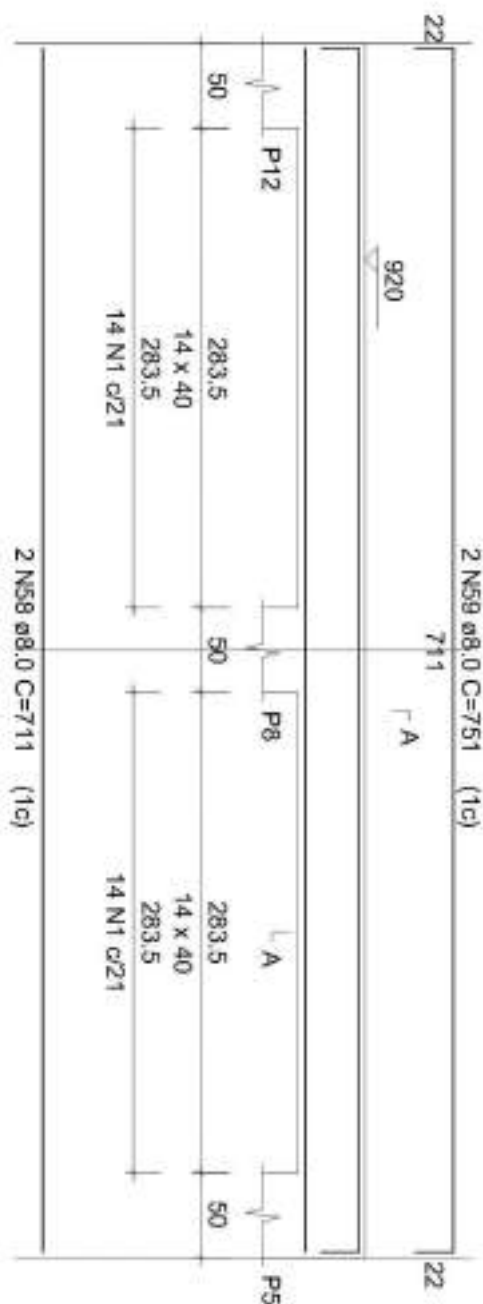
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

CAIXA D'ÁGUA

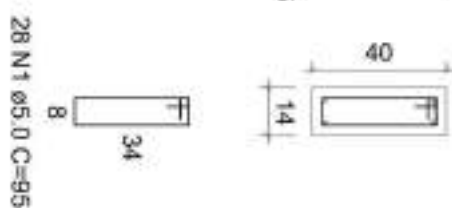
V3

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

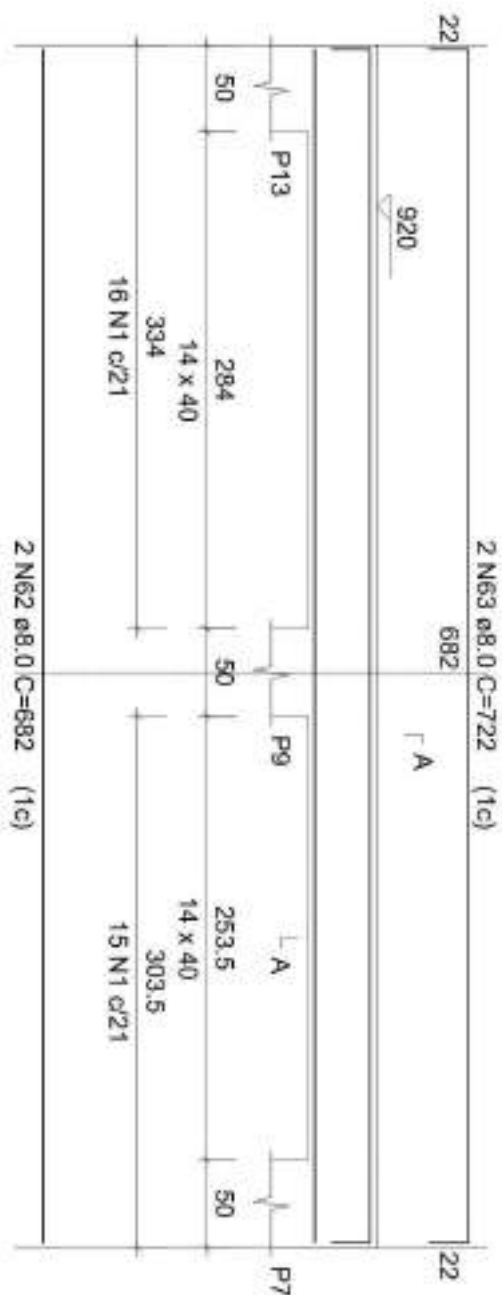
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

CAIXA D'ÁGUA

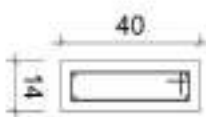
V4

ESC 1:50



SEÇÃO A-A

ESC 1:25



31 N1 ø5,0 C=95



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



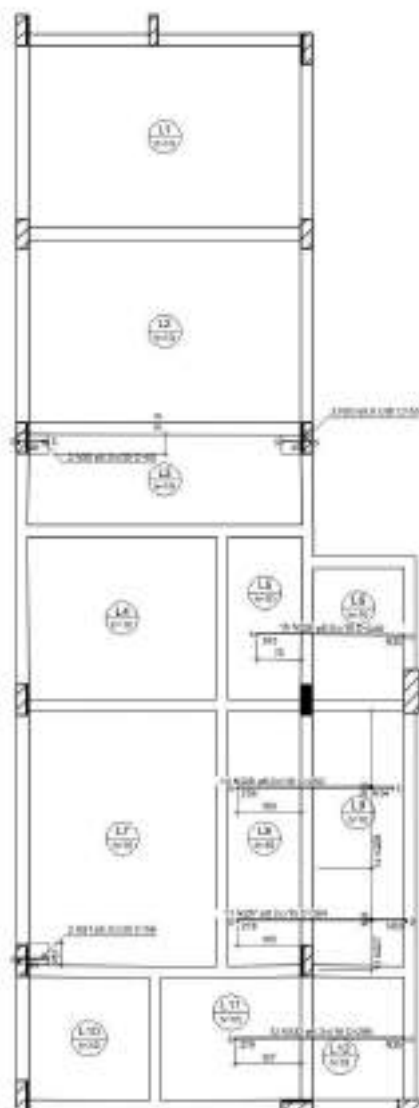
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



Armação negativa das lajes do pavimento 1ª LAJE (Eixo X)



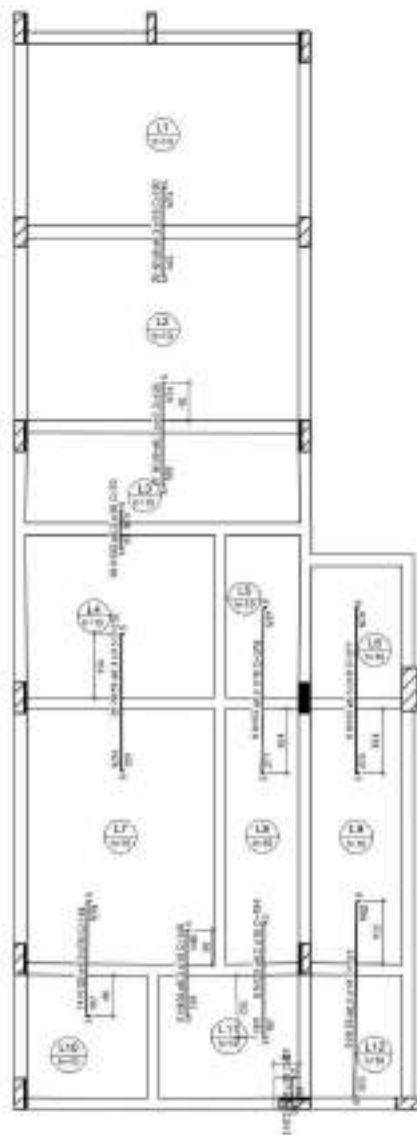
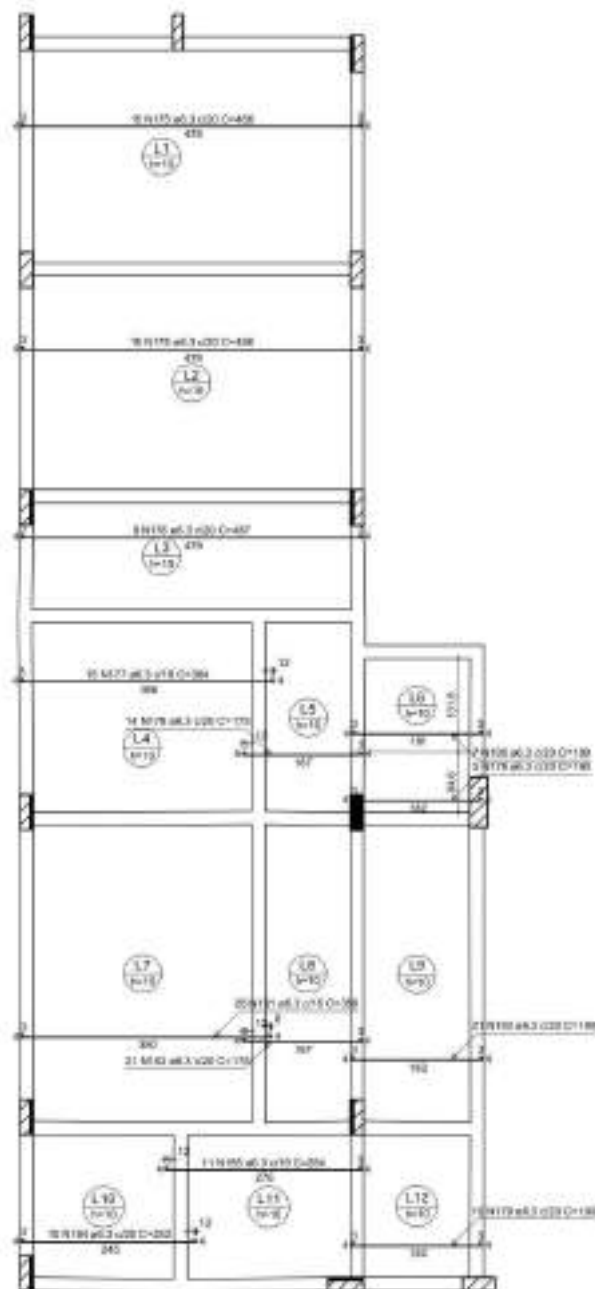


Tabela de Armaduras	
Item	Descrição
1.1	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.2	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.3	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.4	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.5	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.6	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.7	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.8	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.9	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.10	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.11	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100
1.12	8 x 10 m, 100 x 100 cm, C=100

Armação negativa das lajes do pavimento 1º LAJE (Eixo Y)





Armação positiva das lajes do pavimento 1ª LAJE (Eixo X)

escala 1:50





Armação positiva das lajes do pavimento 1ª LAJE (Eixo Y)

escala 1:50



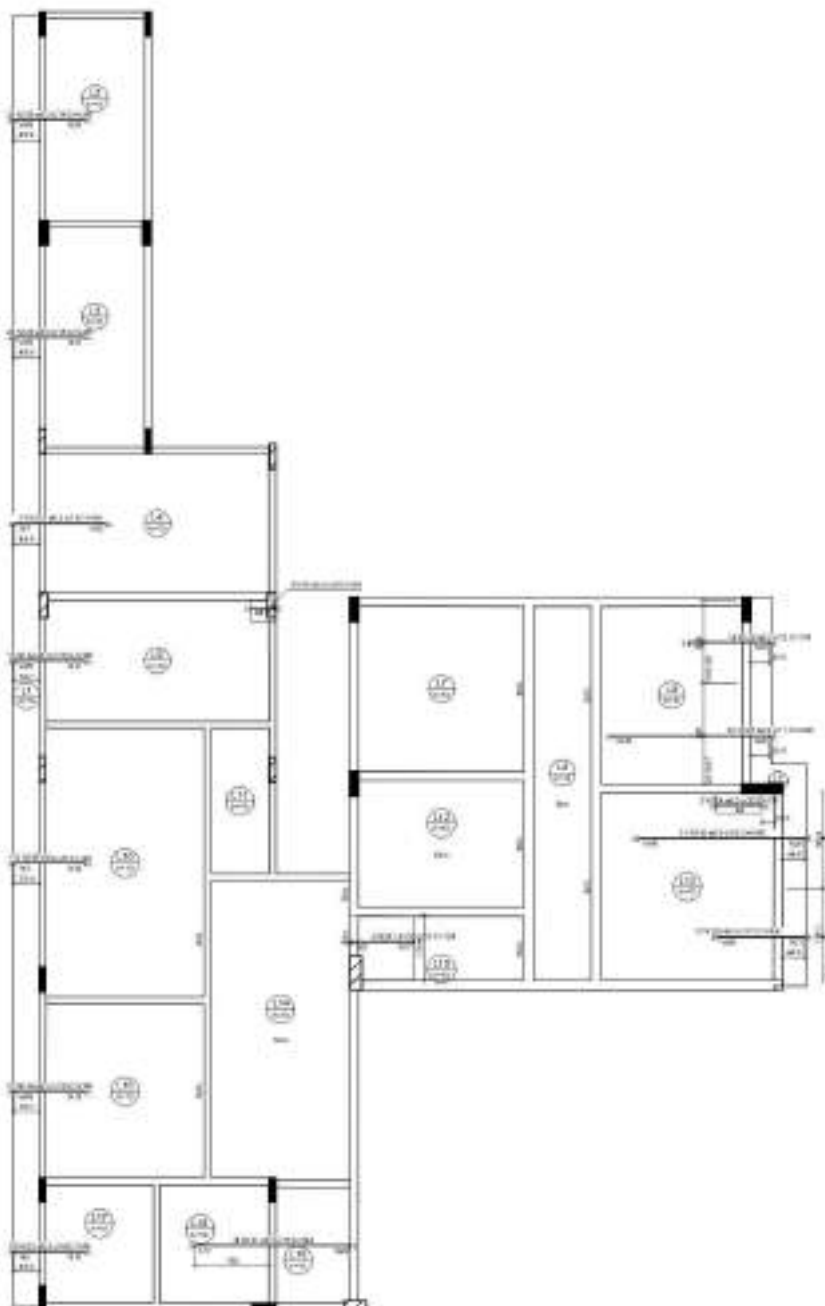
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

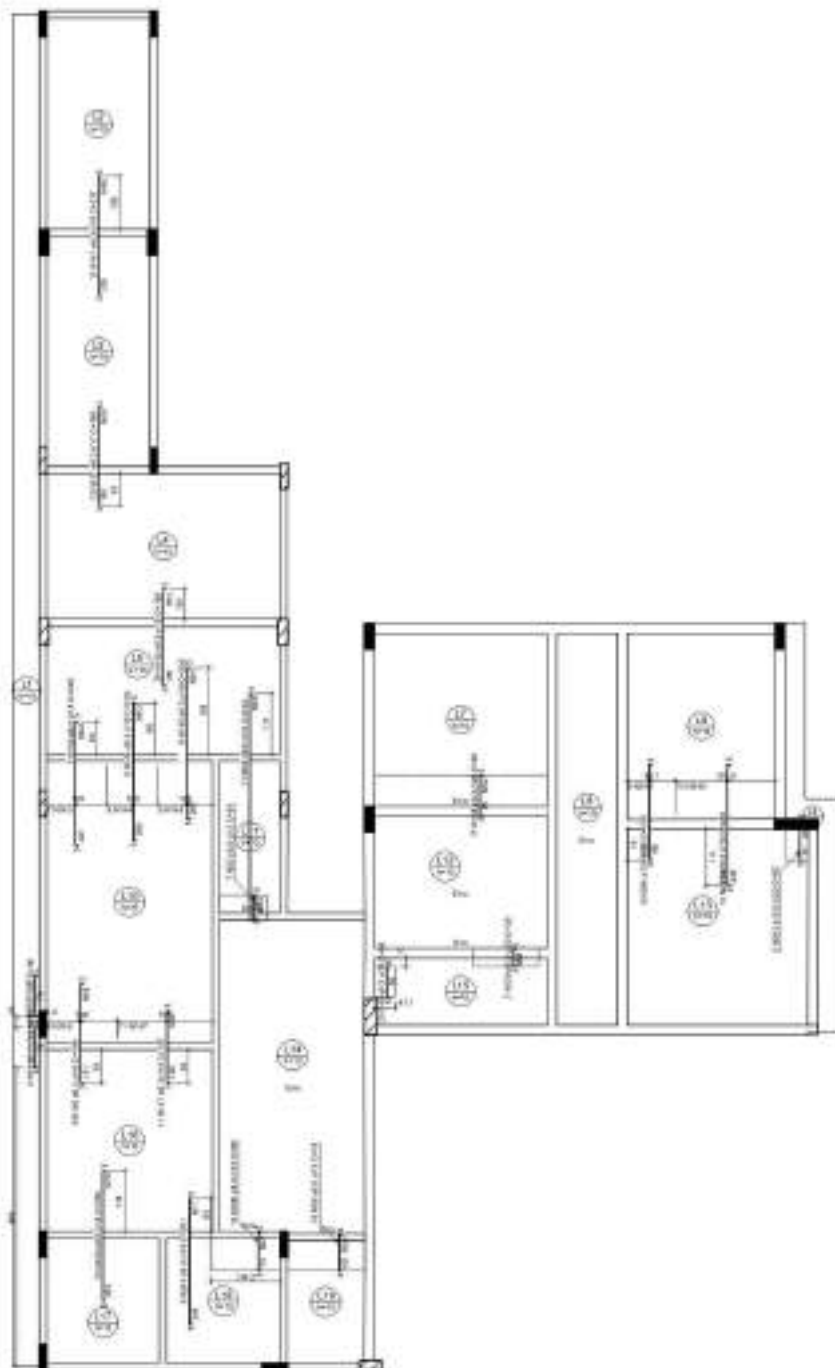
02334933000140-62F90FD0



Item	Descrição
1	1.000.000.000.000
2	1.000.000.000.000
3	1.000.000.000.000
4	1.000.000.000.000
5	1.000.000.000.000
6	1.000.000.000.000
7	1.000.000.000.000
8	1.000.000.000.000
9	1.000.000.000.000
10	1.000.000.000.000
11	1.000.000.000.000
12	1.000.000.000.000
13	1.000.000.000.000
14	1.000.000.000.000
15	1.000.000.000.000
16	1.000.000.000.000
17	1.000.000.000.000
18	1.000.000.000.000
19	1.000.000.000.000
20	1.000.000.000.000

Armação negativa das lajes do pavimento 2ª LAJE (Eixo X)

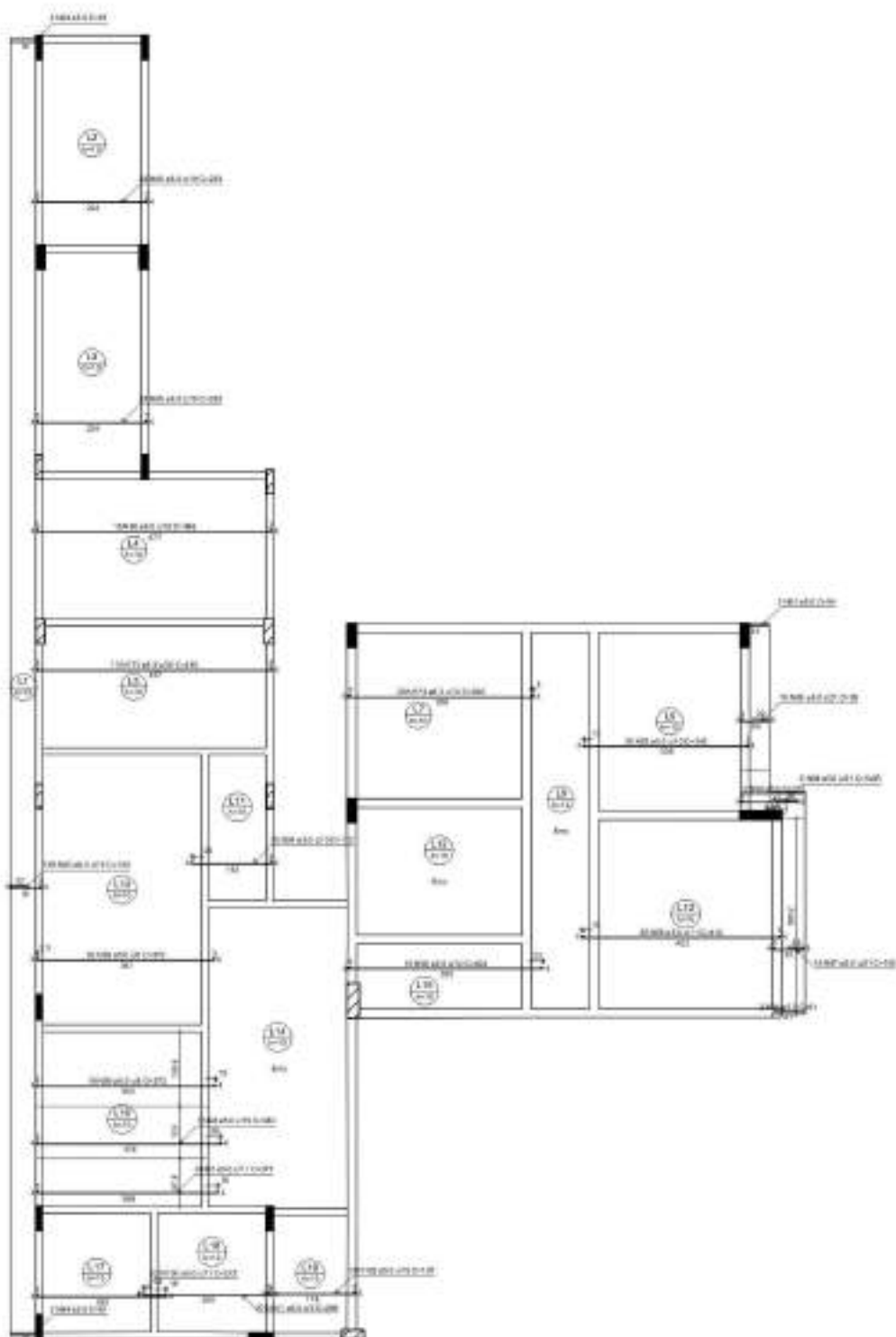




Item	Descrição
1	1.000 m de 10 mm
2	1.000 m de 10 mm
3	1.000 m de 10 mm
4	1.000 m de 10 mm
5	1.000 m de 10 mm
6	1.000 m de 10 mm
7	1.000 m de 10 mm
8	1.000 m de 10 mm
9	1.000 m de 10 mm
10	1.000 m de 10 mm
11	1.000 m de 10 mm
12	1.000 m de 10 mm
13	1.000 m de 10 mm
14	1.000 m de 10 mm
15	1.000 m de 10 mm
16	1.000 m de 10 mm
17	1.000 m de 10 mm
18	1.000 m de 10 mm

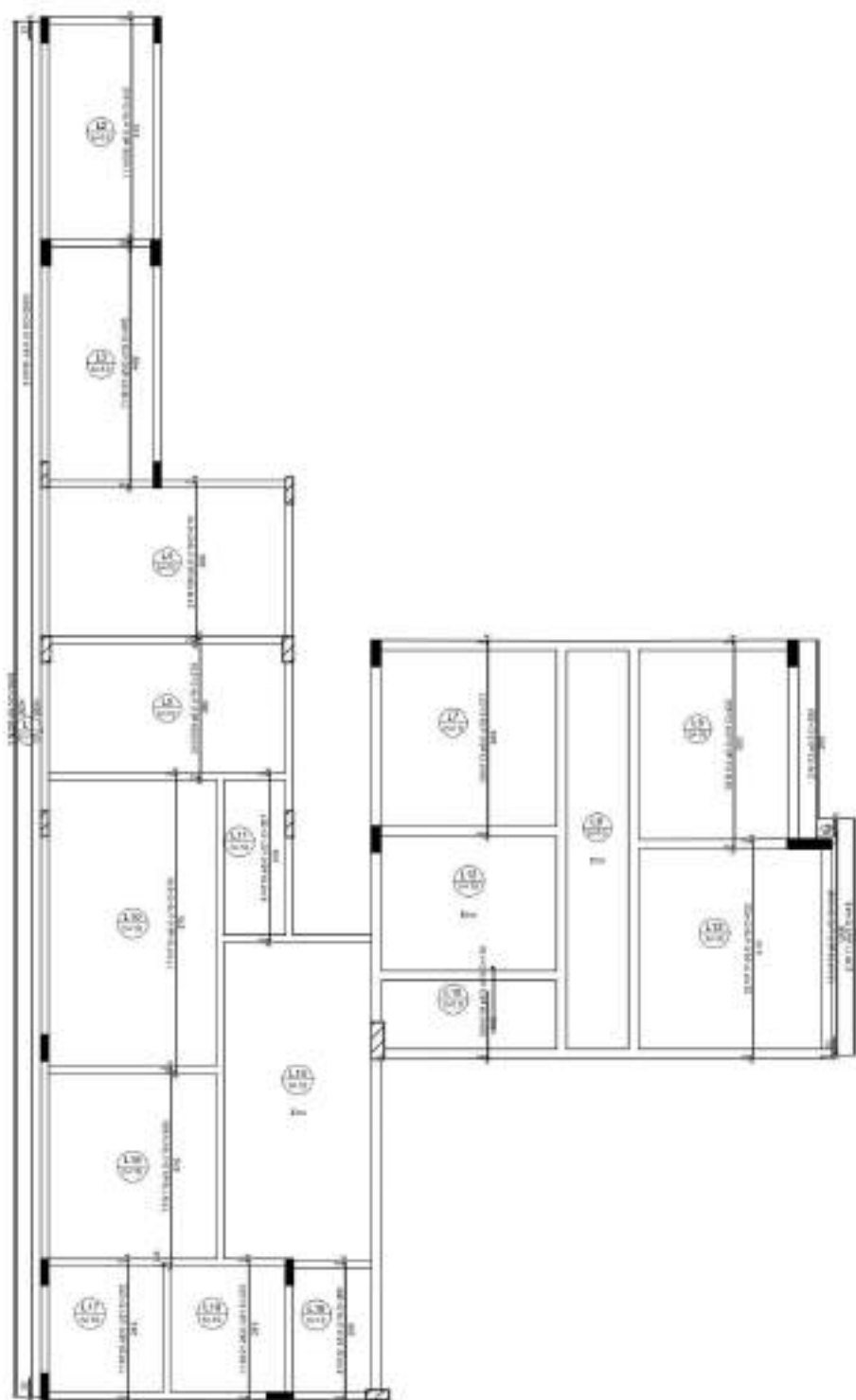
Armação negativa das lajes do pavimento 2ª LAJE (Eixo Y)





Armação positiva das lajes do pavimento 2ª LAJE (Eixo X)





Armação positiva das lajes do pavimento 2ª LAJE (Eixo Y)



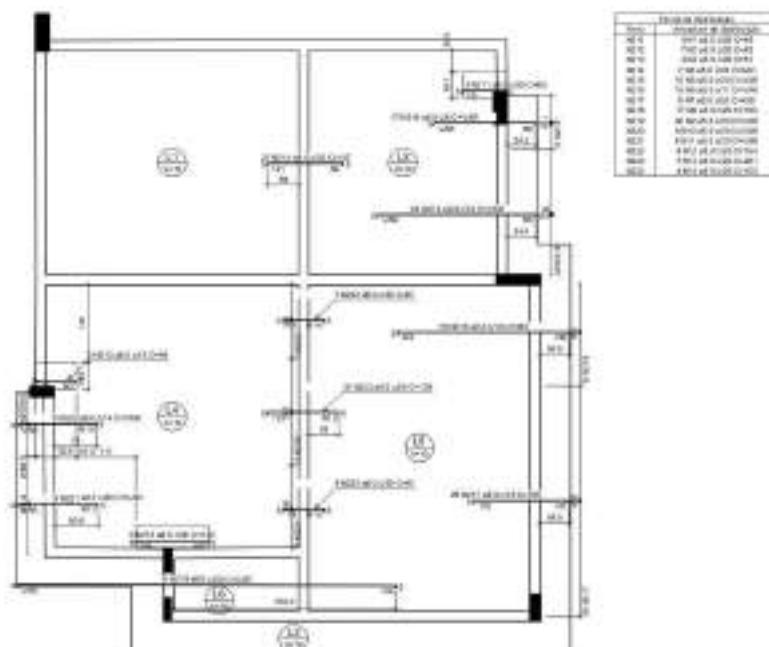
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

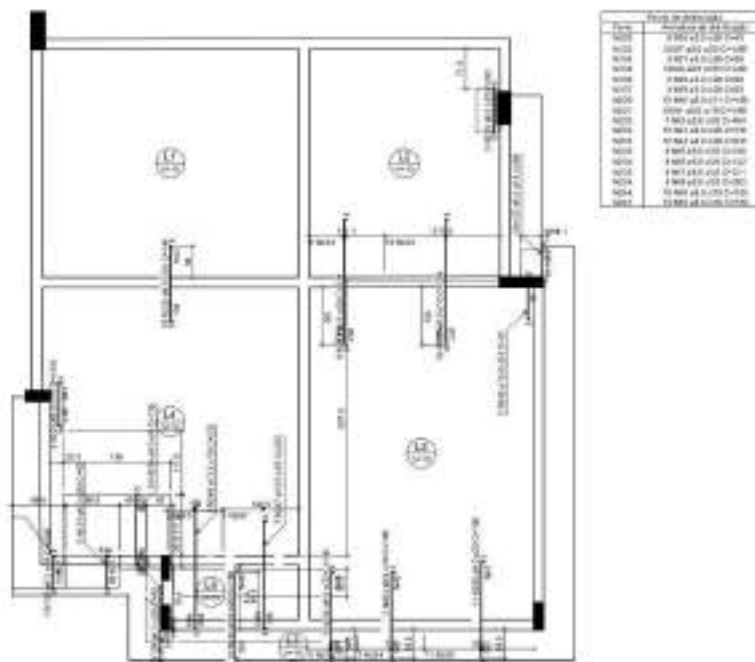
A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



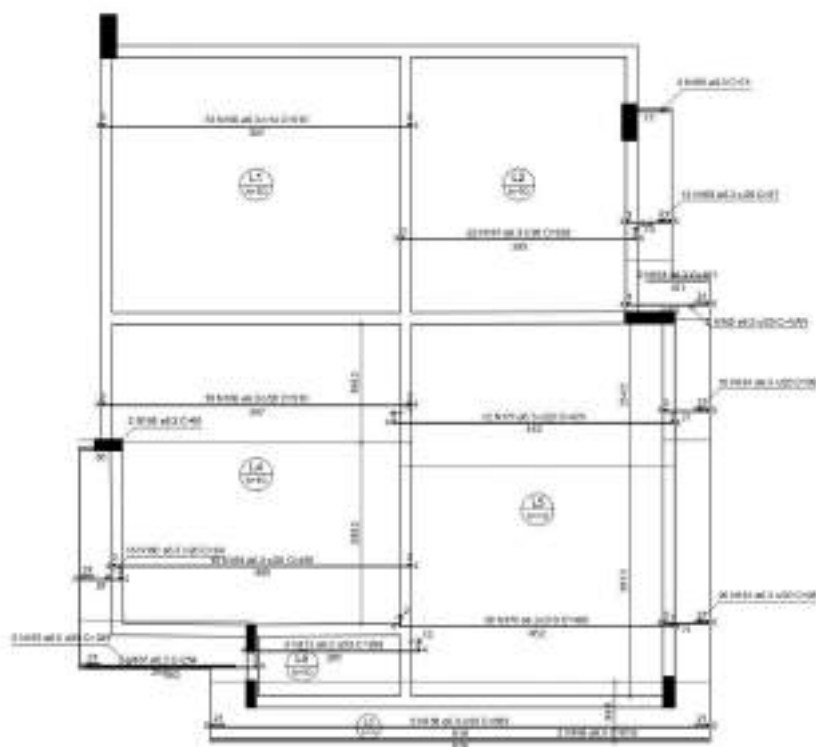
Armação negativa das lajes do pavimento LAJE AUDITORIO (Eixo X)





Armação negativa das lajes do pavimento LAJE AUDITORIO (Eixo Y)

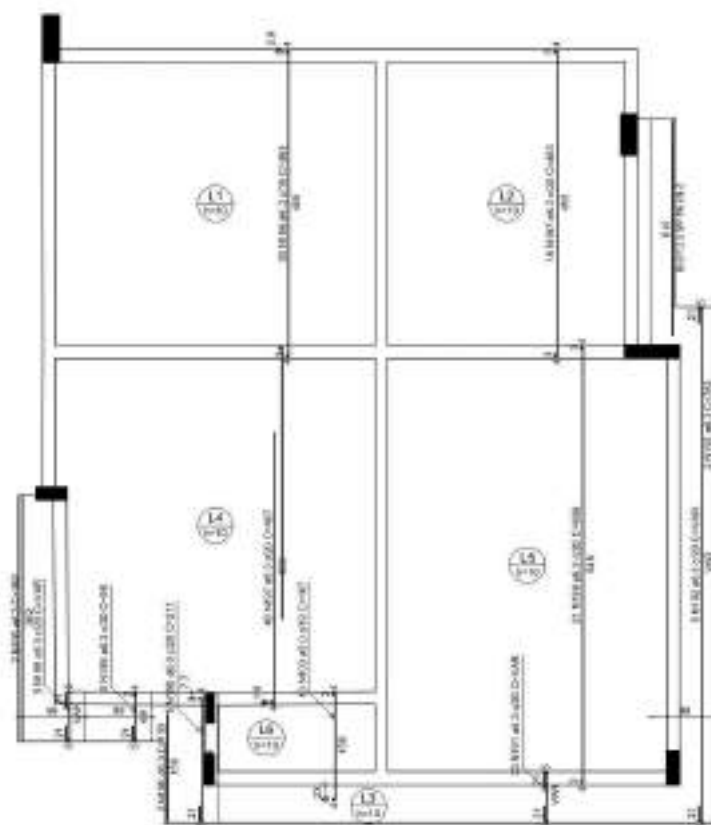




Armação positiva das lajes do pavimento LAJE AUDITORIO (Eixo X)

escala 1:20





Armação positiva das lajes do pavimento LAJE AUDITORIO (Eixo Y)

escala 1:50



Item	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254120830

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1412627753

Registro: MG00001718960 M0

2. Dados do Contrato

Contratante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: RESSAQUINHA

Bairro: CENTRO

UF: MG

CPF/CNPJ: 02.334.933/0001-40

Nº: 135

CEP: 36270000

Contrato: Não especificado

Contratado em: 20/08/2024

Valor: R\$ 2.700,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Outros

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: RESSAQUINHA

Data de início: 15/07/2025

Finalidade: HOSPITALAR

Proprietário: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES

Bairro: CENTRO

UF: MG

CEP: 36270000

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Código: Não Especificado

Nº: 135

CPF/CNPJ: 02.334.933/0001-40

4. Atividade Técnica

13 - Execução	Quantidade	Unidade
81 - Projeto Arquitetônico > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	949,92	m³
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	949,92	m²
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.6 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	949,92	m³
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	949,92	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.9.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS	949,92	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	949,92	m³
14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²
15 - Fiscalização	Quantidade	Unidade
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	949,92	m³
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://cisaiv.crea-mg.org.br/autenticidade>, com o chave: 020294
impresso em: 26/07/2025 às 08:03:09 por: jg: 179.159.268.127

www.crea-mg.org.br

Tel: 0800 031 3730

atendimento@crea-mg.org.br

Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisaiv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254120830

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

80 - Fiscalização de obra > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.5 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.3.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	849,92	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

EXECUÇÃO DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRA, E FASE INTERNA DE PROCESSO LICITATÓRIO (OPD E TP PROJETO BÁSICO MAPA DE RISCO) PARA AMPLIAÇÃO SEDE ASSISTENCIAL E ADMINISTRATIVA CISALV

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto nº 5296/2004.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparentia/quadro-politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES: 01637145683

Autenticado por meio digital por:
BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES: 01637145683
Dados: 2025.07.28 08:37:13 -0300

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES - CPF: 918.371.456-03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES - CNPJ:
02.334.933/0001-40

9. Informações

* A ART é emitida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 183,03 Registrada em: 25/07/2025 Valor pago: R\$ 183,03 Nota Número: 8888772368

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://www.crea-mg.org.br/transparentia/quadro-politica-privacidade-dados>, bem como em: 02204 impresso em: 28/07/2025 às 08:37:13 por: 179.158.268.127

www.crea-mg.org.br
Tel: 8008 801 3738

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254120830

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1412627753

Registro: MG00001718960 M0

2. Dados do Contrato

Contratante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: RESSAQUINHA

Bairro: CENTRO

UF: MG

CPF/CNPJ: 02.334.933/0001-40

Nº: 135

CEP: 36270000

Contrato: Não especificado

Contratado em: 20/08/2024

Valor: R\$ 2.700,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Outros

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: RESSAQUINHA

Data de início: 15/07/2025

Finalidade: HOSPITALAR

Proprietário: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES

Bairro: CENTRO

UF: MG

CEP: 36270000

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Código: Não Especificado

Nº: 135

CPF/CNPJ: 02.334.933/0001-40

4. Atividade Técnica

13 - Execução	Quantidade	Unidade
81 - Projeto Arquitetônico > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	949,92	m³
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	949,92	m²
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.6 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	949,92	m³
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	949,92	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.9.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS	949,92	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	949,92	m³
14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²
15 - Fiscalização	Quantidade	Unidade
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	949,92	m³
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://www.crea-mg.org.br/autenticidade>, com o chave: 02024
impresso em: 26/07/2025 às 08:03:09 por: Jp: 179.159.268.127

www.crea-mg.org.br

Tel: 0800 031 3730

atendimento@crea-mg.org.br

Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254120830

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

80 - Fiscalização de obra > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.0 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.3.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	849,92	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

EXECUÇÃO DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRA, E FASE INTERNA DE PROCESSO LICITATÓRIO (OPD E TP PROJETO BÁSICO MAPA DE RISCO) PARA AMPLIAÇÃO SEDE ASSISTENCIAL E ADMINISTRATIVA CISALV

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto nº 5296/2004.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparentia/quadro-politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informarei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES: 01637145683

Autenticado de forma digital por:
BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES: 01637145683
Dados: 2025.07.28 08:37:15 -03'00'

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES - CPF: 918.371.456-03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES - CNPJ:
02.334.933/0001-40

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 183,03 Registrada em: 25/07/2025 Valor pago: R\$ 183,03 Nota Número: 8888772368

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://www.crea-mg.org.br/autenticidade/validar-art>, ou em: <https://www.crea-mg.org.br/autenticidade/validar-art>
Expresso em: 26/07/2025 às 08:37:15 por: 179.158.268.127

www.crea-mg.org.br
Tel: 8008 031 3730

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254120830

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1412627753

Registro: MG66001718960 M0

2. Dados do Contrato

Contratante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: RESSAQUINHA

Bairro: CENTRO

UF: MG

CNPJ: 02.334.933/0001-40

Nº: 135

CEP: 36270000

Contrato: Não especificado

Contratado em: 20/08/2024

Valor: R\$ 2.700,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Outros

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VICE PREFEITO ANTONIO ALVES DE LIMA

Complemento:

Cidade: RESSAQUINHA

Data de início: 15/07/2025

Finalidade: HOSPITALAR

Proprietário: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ALTO DAS VERTENTES

Bairro: CENTRO

UF: MG

Previsão de término: 30/12/2026

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Código: Não Especificado

Nº: 135

CEP: 36270000

CNPJ: 02.334.933/0001-40

4. Atividade Técnica

13 - Execução	Quantidade	Unidade
81 - Projeto Arquitetônico > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	949,92	m³
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	949,92	m²
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.6 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	949,92	m³
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	949,92	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.9.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS	949,92	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	949,92	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	949,92	m³
14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²
15 - Fiscalização	Quantidade	Unidade
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	949,92	m³
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE IMÓVEIS > #1.1.9.4 - PARA FINS INSTITUCIONAIS	949,92	m²

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://www.crea-mg.org.br/autenticidade>, com o chave: 02024
impresso em: 26/07/2025 às 08:03:09 por: autenticidade@crea-mg.org.br / IP: 179.159.268.127

www.crea-mg.org.br

Tel: 0800 031 3730

autenticidade@crea-mg.org.br

Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisaiv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20254120830

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

80 - Fiscalização de obra > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.0 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.3.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.3 - PARA ANDAIMES	849,92	m²
80 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.5 - DE IMPERMEABILIZAÇÃO APLICADA À CONSTRUÇÃO CIVIL	849,92	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

EXECUÇÃO DE PROJETOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRA, E FASE INTERNA DE PROCESSO LICITATÓRIO (OPD E TP PROJETO BÁSICO MAPA DE RISCO) PARA AMPLIAÇÃO SEDE ASSISTENCIAL E ADMINISTRATIVA CISALV

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto nº 5296/2004.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparentia/quadro-politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informarei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

- SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES: 01637145683

Autenticado em forma digital por:
BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES: 01637145683
Dados: 2025.07.28 08:37:15 -0300

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES - CPF: 918.371.456-03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES - CNPJ:
02.334.933/0001-40

9. Informações

* A ART é emitida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 183,03 Registrada em: 25/07/2025 Valor pago: R\$ 183,03 Nota Número: 8888772368

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://www.crea-mg.org.br/transparentia/quadro-politica-privacidade-dados> ou através do QR Code impresso em: 28/07/2025 às 08:37:15 por: 179.158.268.127

www.crea-mg.org.br
Tel: 8008 801 3738

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes-CISALV inscrito no CNPJ sob o nº **02.334.933/0001-40**, com sede administrativa à Rua Vice Prefeito Antonio A. De Lima Nº 135, Bairro Centro, Ressaquinha MG, neste ato representado por seu Secretário Executivo Carlos Henrique Machado, e por seu Responsável Técnico, o(a) Sr(a). **Bruno Henrique Rodrigues, CREA Nº 171896/D**, DECLARAM que foram atendidas as exigências de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nos projetos urbanísticos e arquitetônicos, conforme a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos das Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, da Lei Estadual nº 15.426, de 03 de janeiro de 2005, e do Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

Ressaquinha 22 de julho de 2025

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES:016371
45683

Assinado de Forma Digital por
BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES:016371-45683
Data: 2025.07.24 14:36:25 -03'00'

Bruno Henrique Rodrigues
CREA MG 171896/D

Carlos Henrique Machado
Secretário Executivo CISALV



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA MÍNIMA

Consortio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV inscrito no CNPJ sob o nº **02.334.933/0001-40**, com sede administrativa à Rua Vice Prefeito Antonio A. De Lima Nº 135, Bairro Centro, Ressaquinha MG, neste ato representado por seu Secretario Executivo Carlos Henrique Machado, e por seu Responsável Técnico, o(a) Sr(a). **Bruno Henrique Rodrigues, CREA Nº 171896/D**, DECLARAM que, para o projeto de implementação de Ampliação e Reforma sede CISALV, situado no bairro Centro, Rua Vice Prefeito Antonio A. De Lima Nº 135, Ressaquinha MG, está garantida a infraestrutura mínima necessária, contando com:

- Rede de energia elétrica;
- Rede de abastecimento de água;
- Rede de esgoto sanitário;
- Rede de telefonia.

Declara, ainda, que essas redes encontram-se disponíveis, em condições adequadas de funcionamento, no local da intervenção.

Ressaquinha 22 de julho de 2025

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES 01637145683
7145683
Assinado de forma digital
por BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 01637145683
Dados: 2025.07.24 14:36:31
+03'00'
Bruno Henrique Rodrigues
CREA MG 171896/D

Carlos Henrique Machado
Secretario Executivo CISALV



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

DECLARAÇÃO DE SUFICIENCIA DE INSTALAÇÕES EXISTENTES

Consortio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV inscrito no CNPJ sob o nº **02.334.933/0001-40**, com sede administrativa à Rua Vice Prefeito Antonio A. De Lima Nº 135, Bairro Centro, Ressaquinha MG, neste ato representado por seu Secretario Executivo Carlos Henrique Machado, e por seu Responsável Técnico, o(a) Sr(a). **Bruno Henrique Rodrigues, CREA Nº 171896/D**, DECLARAM para fins de instrução de proposta junto à SES-MG, que:

As instalações físicas **existentes** na unidade de saúde denominada CISALV, são **suficientes, adequadas e compatíveis com a continuidade do serviço atualmente prestado à população**, atendendo às normas técnicas, sanitárias, de acessibilidade e segurança vigentes.

As estruturas e instalações atuais estão em condições de uso, com:

- Ambientes conservados e funcionais;
- Sistemas de água, esgoto, energia elétrica, ventilação e iluminação adequados;
- Capacidade física proporcional à oferta assistencial prestada;
- Condições técnicas para a execução do projeto de Ampliação e Reforma sede CISALV proposto.

Declaram ainda que as informações aqui prestadas são verdadeiras e passíveis de comprovação mediante documentação técnica e vistoria.

Ressaquinha 22 de julho de 2025

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 0163714
5683
Assinado de forma digital por
BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 0163714 5683
Data: 2025.07.24 14:39:06 -03'00'
Bruno Henrique Rodrigues
CREA MG 171896/D

Carlos Henrique Machado
Secretario Executivo CISALV



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Consortio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV inscrito no CNPJ sob o nº **02.334.933/0001-40**, com sede administrativa à Rua Vice Prefeito Antonio A. De Lima Nº 135, Bairro Centro, Ressaquinha MG, neste ato representado por seu Secretario Executivo Carlos Henrique Machado, e por seu Responsável Técnico, o(a) Sr(a). **Bruno Henrique Rodrigues, CREA Nº 171896/D**, DECLARAM para os devidos fins que: Assume integral **compromisso de observar, atender e cumprir todas as exigências previstas na legislação ambiental vigente**, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à implantação e/ou execução do projeto denominado:

Ampliação e Reforma sede CISALV

- Caso a atividade esteja sujeita a **licenciamento ambiental, autorização ou dispensa** junto aos órgãos competentes, providenciará os devidos trâmites, **antes da execução do empreendimento**;
- Compromete-se a **não iniciar qualquer intervenção** física que dependa de autorização ambiental sem a devida anuência legal;
- Estão sendo consideradas as **medidas de mitigação e controle de impactos ambientais** eventualmente decorrentes da execução da obra/serviço;
- Manterá arquivados os documentos comprobatórios, tais como laudos, licenças, declarações e autorizações pertinentes, para apresentação aos órgãos de controle sempre que solicitado.

Por ser expressão da verdade e para que produza os efeitos legais cabíveis, firma o presente termo.

Ressaquinha 22 de julho de 2025.

BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 01587145083
Assinado digitalmente por
BRUNO HENRIQUE
RODRIGUES 01587145083
Data: 2025.07.24 14:39:07 -0300
Bruno Henrique Rodrigues
CREA MG 171896/D

Carlos Henrique Machado
Secretario Executivo CISALV



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - 6 2 F 9 0 F D 0



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

DECLARAÇÃO DE DISPENSA IPHAN/IEPHA/Municipal

Consortio Intermunicipal de Saude Alto das Vertentes-CISALV inscrito no CNPJ sob o nº **02.334.933/0001-40**, com sede administrativa à Rua Vice Prefeito Antonio A. De Lima Nº 135, Bairro Centro, Ressaquinha MG, neste ato representado por seu Secretario Executivo Carlos Henrique Machado, e por seu Responsável Técnico, o(a) Sr(a). **Bruno Henrique Rodrigues, CREA Nº 171896/D**, DECLARAM que as projeções não estão localizadas em centros histórico

Ressaquinha 22 de julho de 2025

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES:01637145683
Assinado de forma digital por BRUNO01637145683
Data: 2025.07.24 14:35:13 -03'00'

Bruno Henrique Rodrigues
CREA MG 171896/D

Carlos Henrique Machado
Secretario Executivo CISALV



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



CONSORCIO INTERMUNICIPAL
SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

OBJETO: Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV, conforme resolução SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

1



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

Página 788



SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	3
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	4
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	4
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	5
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	5
7. CUSTOS DIRETOS	5
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	6
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	6
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	6
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	7
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	7
13. PROJETO EXECUTIVO	8
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	8
15. VISTORIA	10
16. SUBCONTRATAÇÃO	10
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	10
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	11
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	11
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	11
21. DA SUSTENTABILIDADE	12





DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (x) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

O presente objeto foi enquadrado como obra, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de uma ampliação da estrutura física existente, envolvendo execução de construção civil com interferência em fundações, estrutura, instalações elétricas e hidrossanitárias, alvenaria, revestimentos, acessibilidade, além da adequação de ambientes técnicos para instalação de equipamentos médico-hospitalares. A intervenção prevista exige a elaboração de projeto completo de engenharia, aprovado pelos órgãos competentes, como a Vigilância Sanitária da SES/MG (Parecer Técnico nº 309/25), caracterizando-se, portanto, como obra em sentido estrito, dada sua complexidade técnica, necessidade de projeto executivo e envolvimento de múltiplas disciplinas da engenharia e arquitetura. Além disso, a execução dos serviços requer anotação de responsabilidade técnica (ART) por parte de profissionais habilitados, além de controle de cronograma físico-financeiro, fiscalização técnica contínua e observância de normas técnicas da ABNT, o que a distingue dos serviços comuns de engenharia, que não exigem tal nível de especificidade.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

() empreitada por preço unitário

() empreitada por preço global

3





- ☒ (X) empreitada integral
- ☐ () contratação por tarefa
- ☐ () contratação integrada
- ☐ () contratação semi-integrada
- ☐ () fornecimento e prestação de serviço associado

A empreitada integral se mostra mais vantajosa considerando tratar-se de contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional. A contratação de particular para a execução da Obra em regime de empreitada integral, se mostra altamente vantajosa ao interesse público da contratação ora almejada, considerando: 1. À empreitada por preço unitário e a empreitada por preço global não se mostram vantajosas considerando que não contemplam a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante, e o Consórcio não tem condições técnicas e operacionais de executar dessa forma; 2. A contratação em regime de tarefa se mostra vantajosa apenas em pequenos trabalhos por preço certo o que não se aplica ao caso concreto; 3. As contratações do tipo integrada e semi-integrada não se mostram vantajosas ao caso concreto considerando que já foi contratado serviço de engenharia especializado para a elaboração dos projetos que ficarão totalmente à cargo do Consórcio.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico (X) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Conforme disposto na Cláusula 1.3 do Projeto Básico, serão consideradas sub ou superestimativas relevantes qualquer quantitativo que ultrapasse 4% (quatro por cento) do valor GLOBAL do contrato.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (X) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) ART, () RRT ou () TRT.





4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) (X) planilha(s) analítica(s)

(X) NÃO foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(X) foram adotadas composições "próprias", extraídas pelo SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG- Região Leste , nos termos do art. 23, § 3º, da Lei n. 14.133, de 2021, justificativa:

Fica registrado que a adoção da Planilha Preço SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG se mostra mais vantajosa considerando estar mais adaptada à realidade local e aos preços regionais.





7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (X) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(X) adota o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Justifica-se a não definição de um percentual fixo para administração local pode ser vista como uma medida que não se ajusta bem às especificidades e variáveis de cada item do projeto.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

Foi estabelecido pagamento em percentuais fixos pela execução de cada etapa da obra, considerando-se demonstrar decisão mais vantajosa haja vista que só será realizado pagamento por parcela efetivamente executada prevenindo a administração do pagamento referente à administração local de parcela não executada, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (X) INSUMOS e (X) SERVIÇOS.





9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração considerando englobar licitante com e sem desoneração.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Administração central: () 1º quartil ou () quartil médio ou (X) 3º quartil:

Foi adotada a composição de BDI elaborada pelo SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG do Região Leste – julho/2025, considerando tratar-se de composição elaborada por instituição técnica e pública oficial.

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () quartil médio ou (X) 3º quartil:

Foi adotada a composição de BDI da SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG do Região Leste – julho/2025, considerando tratar-se de composição elaborada por instituição técnica e pública oficial.

Risco: () 1º quartil ou () quartil médio ou (X) 3º quartil:

Foi adotada a composição de BDI da SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG do Região Leste – julho/2025, considerando tratar-se de composição elaborada por instituição técnica e pública oficial.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Foi adotada a composição de BDI da SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG do Região Leste – julho/2025, considerando tratar-se de composição elaborada por instituição técnica e pública oficial.

Lucro: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:





Foi adotada a composição de BDI da SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG do Região Leste – julho/2025, considerando tratar-se de composição elaborada por instituição técnica e publica oficial.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Foi adotada a composição de BDI da SISTEMA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS REFERENCIAIS DE MINAS GERAIS SICOR – MG do Região Leste – julho/2025, considerando tratar-se de composição elaborada por instituição técnica e publica oficial.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (X) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.





14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao (X) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Trata-se de objeto que pode ser executado tanto para profissionais cadastrados no CREA quanto no CAU.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro/Arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40% dos quantitativos licitados, para os serviços de:

ED-50850 VIGA DE 0,21 A 0,35 M DE LARGURA EM CONCRETO 20MPa, APARENTE, ARMAÇÃO, FÔRMA PLASTIFICADA, ESCORAMENTO E DESFORMA (46,85m³) - 40% = 18.74m³

ED-50848 LAJE 10 CM MACIÇA DE CONCRETO 20 MPa, COM ARMAÇÃO, FÔRMA RESINADA, ESCORAMENTO E DESFORMA (365,80m²) - 40% = 146.32m²

ED-50842 PILAR EM CONCRETO APARENTE 20 MPa, INCLUSIVE ARMAÇÃO, FÔRMA PLASTIFICADA E DESFORMA (18,96m³) - 40% = 7.58m³





ED-50761 REBOCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COMP REPARO MECANIZADO, EXCLUSIVE CHAPISCO (1.583,63m²) – 40% = 633.45m²

À critério da Unidade Técnica poderão ser admitidos atestados de itens de natureza equivalente ou superior aos estabelecidos;

Os atestados deverão estar em nome do Engenheiro/Arquiteto comprovado como Responsável técnico do licitante, e deverão possuir Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada no CRE/CAU;

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-profissional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (X) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob essa ótica:

A decisão de vedação da subcontratação parece ser a mais acertada, considerando que o envolvimento de outros empreiteiros em uma obra específica como é o caso, poderiam interferir na qualidade de execução global da obra.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (X) CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

O art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa





determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação. Os §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

☐ PERMITIDA a participação de consórcios.

☒ VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e considerando que existem no suficiente mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" na Licitação.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será ☒ VEDADA ou ☐ PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, o que pode se caracterizar na execução do objeto em tela.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será ☐ EXIGIDA ou ☒ DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

Não será exigida garantia contratual da execução, exceto na hipótese em que a proposta do licitante vencedor for inferior à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que neste caso, a contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada,





conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

☒ definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

☐ verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

☐ verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

☐ verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Foram definidas práticas sustentáveis como obrigações da contratada em sede de ETP. Não foram fixados critérios e práticas sustentáveis específicos como condições para participação no certame. Não existe no âmbito do CISA/V nenhum tipo de regramento relacionado à normas de acessibilidade que se aplicaria ao projeto em tela. O Plano de Gestão de Logística Sustentável não é instrumento adotado no âmbito do Consórcio.





RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

Define as regras de financiamento para incentivo financeiro do projeto de caráter transitório, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 03 de outubro de 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304 de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080 de 19 de setembro de 1990, e 8.689 de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- o Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- o Decreto Estadual nº 48.661 de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Saúde;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280, de 25 de julho de 2023, que Cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências;

- a Resolução SES/MG nº 8.879 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre as regras de aplicação do Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023;

- a Resolução SES/MG nº 8.880 de 17 de julho 2023, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Macrorregional de Acompanhamento;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 03 de outubro de 2023, que aprova as regras de financiamento para incentivo financeiro, via consórcios públicos de saúde, referente a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam definidas as regras de financiamento para incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde, visando a melhoria da infraestrutura de imóveis, e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG), instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

Art. 2º - Foram considerados, como parâmetro para definição dos valores e beneficiários, os critérios estabelecidos no arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

CAPÍTULO II
DOS PRÉ-REQUISITOS PARA ADESAO

Art. 3º- Para obtenção do incentivo financeiro, os consórcios públicos de saúde deverão seguir os seguintes pré-requisitos:

I - estar em conformidade com a Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

II - estar em conformidade com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.280 de 25 de julho de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento dos Consórcios Públicos de Saúde (PROCONSÓRCIO) e dá outras providências.

III - apresentar o certificado de inscrição regular no Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), que substituirá a apresentação dos documentos exigíveis para a obtenção do referido certificado;

IV - apresentar cópia do Protocolo de Intenções atualizado, constando a natureza jurídica dos consórcios e os entes consorciados, este documento deve ser anexo ao SEI e SiG-RES;

V - observar e apresentar somente entes consorciados que são atendidos pelo consórcio com serviços de saúde, conforme Anexo VI desta Resolução.

Art. 4º - Exclui-se da adesão a esta resolução, os consórcios públicos de saúde que não tiverem produção ambulatorial registrada na base de informação do SIA/SUS.

Art. 5º - É vedada adesão a esta resolução, aos consórcios públicos de saúde que possuem contratos com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais SES/MG, cuja finalidade seja a operação regional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU Regional).

Art. 6º - Está vedada a participação de consórcios que não realizam serviços de saúde, bem como, o consórcio incluir na base de cálculo do recurso a ser recebido, a população dos entes consorciados que estabelecem vínculo com o consórcio para outras finalidades, sem a inclusão dos serviços de saúde em contrato.

Parágrafo único - Caso haja descumprimento do caput deste artigo, o consórcio público de saúde, deverá devolver do recurso conforme proporcionalidade da população do município.

CAPÍTULO III DO VALOR, REPASSE DE RECURSOS E RENDIMENTOS

Art. 7º - Os valores serão repassados em única parcela, diretamente do Fundo Estadual de Saúde para os Consórcios Públicos de Saúde.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 8º - O recurso financeiro perfaz o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.158.4463.0001-447042-10.1 e 4291.10.302.158.4463.0001-447542-10.1.

§ 1º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, deverá ser utilizado pelos beneficiários, conforme objetivos do projeto de caráter transitório dispostos no art. 2º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de 10 de outubro de 2023.

§ 2º - O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, cuja natureza é de investimento poderá, à luz do Art. 17 § 1º do Decreto nº 48.600/2023, ser utilizado para aquisição de equipamentos permanentes.

CAPÍTULO IV

DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

Art. 9º - Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários deverão assinar o instrumento de repasse Termo de Compromisso disponível no Anexo I desta resolução, nos termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023, em Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES) ou sistema que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO V

DA RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10 - A relação dos beneficiários e o teto máximo dos valores individuais que poderão ser repassados aos consórcios públicos de saúde, estão dispostos no Anexo II desta resolução.

Parágrafo único - Os valores para incentivo foram calculados conforme base de dados disponibilizada no painel de consórcios, até o mês de agosto/2023, esta base está disponível no endereço eletrônico: <https://www.saude.mg.gov.br/consorcios>.

Art. 11 - A relação dos beneficiários e valores máximos do incentivo financeiro, poderá ser reduzido após avaliação dos pré-requisitos para adesão conforme Capítulo II e Art. 3º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e Arts. 5º, 4º, e 6º, § 1º, desta resolução.

§ 1º - A memória de cálculo utilizada para disponibilizar os valores máximo do incentivo financeiro está disponível no endereço eletrônico: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UVybAkHxn6Qv4_9M1lxxy9qG4YD-2Wj/edit?usp=sharing&oid=106388150548734081968&rtfpf=true&sd=true





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 2º - Cabe aos Consórcios Públicos de Saúde manterem os dados atualizados junto a Secretaria de Estado de Saúde, informando quaisquer alterações que podem implicar na definição dos valores, tais como mudanças no quantitativo dos entes consorciados.

§ 3º - Se for caracterizada a predominância de dois ou mais consórcios em uma microrregião de saúde a Comissão Intergestores Bipartite Microrregional, deve definir qual dos consórcios será o predominante, devendo ser feito os cálculos dos valores individuais para o (s) outro (s) consórcio (s), retirando as microrregiões predominantes sobrepostas.

CAPÍTULO VI

DO PLANEJAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 12 - O planejamento da utilização de recursos, deve contemplar o escopo do objeto desta resolução, de acordo com a demanda de cada consórcio público de saúde, considerando os seguintes itens:

I - o dimensionamento dos recursos para a execução de obras de construção, ampliação ou adequação de imóveis dos consórcios, deverá ser composto por projeto básico contemplando todas as fases de execução da obra e prazos para cada fase;

II - o dimensionamento dos recursos para aquisição de equipamentos permanentes médicos assistenciais, deverá ser composto dos itens que se pretende adquirir, quantitativo, valor unitário e valor total.

Parágrafo único - O planejamento de utilização de recursos, deve apresentar justificativa que contemple a avaliação do ganho assistencial qualitativo e/ou quantitativo da região de saúde com a ampliação do escopo assistencial e/ou supressão da demanda existente na região.

Art. 13 - Para os consórcios públicos de saúde que realizaram adesão ao FarmaCIS através da Resolução SES/MG nº 8.368 de 19 de outubro de 2022 ou Resolução SES/MG nº 4.173, de 16 de maio de 2023, Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG através da Resolução SES/MG nº 8.439 de 09 de novembro de 2022 e Projeto Vacimóvel através da Resolução SES/MG nº 8.914 de 25 de julho de 2023, o investimento para obras poderá ser custeado com o incentivo financeiro desta resolução.

Art. 14 - Na organização da utilização dos recursos, o consórcio público de saúde deve avaliar a contrapartida financeira com recurso próprio e indicar no projeto básico.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 15 - É vedada a aquisição de equipamentos e/ou realização de obras para instituições e serviços terceirizados.

Art. 16 - É vedada a utilização dos recursos para aquisição de imóveis independente da natureza que o bem será utilizado.

Art. 17 - O modelo de planejamento de utilização de recursos está disponível no Anexo III desta Resolução.

CAPÍTULO VII
DO PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 18 - O projeto básico de construção, ampliação e/ou adequação de imóveis, deve atender as normas vigentes referentes aos critérios de engenharia e da Vigilância Sanitária estadual e/ou municipal.

Art. 19 - O projeto básico deve conter minimamente a seguinte estrutura:

I - 1 (uma) sala para realização das rotinas de gestão do consórcio;

II - 2 (duas) salas de atendimento multiprofissionais, podendo ser utilizado para consultas e realização de exames.

§ 1º - Caso o consórcio possua em sua estrutura o mínimo descrito nos incisos I e II deste artigo, os projetos de ampliação e/ou adequação de imóveis dos Consórcios, destinados às ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde, poderão ser destinados para suporte à assistência à saúde, incluindo os ligados ao Transporte SUS-MG e FarmaCIS.

§ 2º - Caso o consórcio não possua em sua estrutura o mínimo descrito nos incisos I e II deste artigo, os projetos de ampliação e/ou adequação de imóveis dos Consórcios deverão contemplar a adequação para atender a estes mínimos descritos.

§ 3º - Os beneficiários poderão dispor do incentivo financeiro repassado para a elaboração do projeto arquitetônico, desde que o desembolso para esta finalidade não seja superior a 5% (cinco por cento) do valor global do instrumento.

Art. 20 - Conforme a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, o projeto arquitetônico deverá demonstrar a viabilidade técnica da edificação e possibilitar a avaliação do custo dos serviços e





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

obras, bem como permitir a definição dos métodos construtivos e prazos de execução do empreendimento.

Art. 21 - Para execução de qualquer obra nova, de reforma ou de ampliação de Estabelecimento Assistencial de Saúde - EAS é exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária local (estadual ou municipal), que licenciará a sua execução, conforme o Inciso II do Artigo 10º e Artigo 14º da Lei 6.437/77 que configura as infrações à legislação sanitária federal, Lei 8080/90 - Lei Orgânica da Saúde e Constituição Federal.

**CAPÍTULO VIII
DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES**

Art. 22 - Para a aquisição dos equipamentos permanentes será considerado a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes (RENEM), financiáveis pelo SUS.

Art. 23 - Para fins desta resolução, a categorização para a aquisição dos equipamentos, terá em vista o rol taxativo de equipamentos permanentes médico-assistencial, constantes na RENEM, que são definidos como "equipamentos ou sistemas utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia e monitoração na assistência à saúde da população".

§ 1º - A listagem para aquisição deve ser consultada, por meio do endereço eletrônico: <https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento/nome>, para o planejamento da aquisição e deve respeitar a categorização taxativa, bem como, a especificidade de bem permanente.

§ 2º - O consórcio público de saúde que indicar itens que não obedeçam a categorização e especificidade dos itens, terão estes materiais retirados de seu planejamento de compra.

Art. 24 - A definição deste rol taxativo é baseada nos seguintes objetivos estratégicos da SES/MG:

- I - promover o acesso às redes assistenciais, de acordo com a necessidade por procedimentos e serviços de saúde nos territórios;
- II - modernizar e agilizar a assistência por meio da implantação de tecnologias de saúde; e
- III - ter redes de saúde prioritárias e resolutivas.





CAPÍTULO IX
DA METODOLOGIA DE REPASSE

Art. 25 - A metodologia do repasse financeiro foi estabelecida conforme diretrizes estabelecidas no Art. 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.371, de de outubro de 2023.

Art. 26 - O cálculo para o repasse financeiro considerou três critérios de avaliação, sendo:

I - Critério 1 - População das microrregiões de saúde predominantes do consórcio, utilizando o seguinte critério, para definir a predominância:

$$\frac{\text{Nº total de municípios consorciados da microrregião "X"}}{\text{Nº total de municípios da microrregião "X"}} > 0,5$$

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 1.000.001	5
Entre 550.001 a 1.000.000	4
Entre 250.001 a 550.000	3
Entre 100.001 a 250.000	2
Entre 1 a 100.000	1
Consórcio sem microrregião predominante*	0

*Refere-se aos consórcios públicos de saúde que não tem mais de 50% dos municípios da microrregião consorciados em nenhuma região de saúde.

II – Critério 2 – Produção ambulatorial total do consórcio dividido pela produção de todos os consórcios de Minas Gerais, no ano de 2022, tendo como base de informação o SIA/SUS:

$$\frac{\text{Produção Total do Consórcio "X"}}{\text{Produção Total de Minas Gerais}} = \%$$





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 4%	5
Acima de 3% até igual a 4%	4
Acima de 2% até igual a 3%	3
Acima de 1% até igual a 2%	2
Acima de 0% até igual a 1%	1

III – Critério 3 - Resolubilidade de todas as microrregiões de saúde predominantes do consórcio do período de dezembro de 2021 a novembro de 2022, utilizando o seguinte cálculo:

a) Para consórcios com apenas uma microrregião predominante foi utilizada a resolubilidade da microrregião predominante.

b) Para consórcios com mais de uma microrregião predominante foi utilizada a resolubilidade das microrregiões predominantes por meio de uma média ponderada.

Média ponderada por micro – Microrregião predominante
$\frac{\text{Nº de municípios da microrregião predominante "x"} \times \text{Peso da microrregião "X"}}{\text{Somatório do nº municípios de todas as microrregiões predominantes (X, Y, Z) do consórcio}}$
Após realizar o cálculo para cada microrregião predominantes, soma-se os pesos. Em seguida:
$\text{Peso da microrregião "X"} \times \text{Resolubilidade da microrregião predominante "X"} = \text{Resolubilidade proporcional de "X"}$
Após obtenção de todas as resolubilidades proporcionais. Por fim,
Somatório das Resolubilidades proporcionais (X, Y, Z) obtidas das microrregiões predominantes

FAIXA	CATEGORIA
Acima de 90%	1
70% até igual a 90%	2
50% até igual a 69%	3
30% até igual a 49%	4
1% até igual a 29%	5
Consórcio sem microrregião	0





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Faixa	Faixa final*	Valor da Faixa
5	Acima de 3,5	R\$3.250.000,00
4	2,5 até igual a 3,5	R\$2.400.000,00
3	2,0 até igual a 2,5	R\$1.700.000,00
2	1,5 até igual a 2,0	R\$1.300.000,00
1	1 até igual a 1,5	R\$850.000,00
0	0 até igual a 1	R\$407.246,37

predominante*

*Refere-se aos consórcios públicos de saúde que não tem mais de 50% dos municípios da microrregião consorciados em nenhuma região de saúde.

Art. 27 - Com base nos critérios estabelecidos no art. 19, o valor por consórcio é definido com base no cálculo resultante da média dos critérios de avaliação supramencionados, considerando a faixa de 0 a 5, e a faixa em que o consórcio se encontra, observando os seguintes pesos.

CRITÉRIO	PESO
Critério 1 "Microrregião predominante"	4
Critério 2 "Produção total"	4
Critério 3 "Resolubilidade"	2

$$\frac{(4 \times \text{resultado do critério 1}) + (4 \times \text{resultado do critério 2}) + (2 \times \text{resultado do critério 3})}{10} = \text{Faixa Final}$$

10





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

*Foram considerados Microrregião predominante, participação da produção na produção total de Minas e Resolubilidade da microrregião predominante conforme cálculos demonstrados.

Art. 28 - Os Consórcios Públicos de Saúde que realizaram adesão ao fomento FarmaCIS, a Política Transporta SUS-MG, ao Edital de Média Complexidade Ambulatorial nº 01/2021 e/ou a Política "Vacimóvel", poderão receber incentivo financeiro adicional conforme, nos seguintes termos:

I - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão ao fomento FarmaCIS, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva faixa)

Faixa	População atendida FarmaCIS	% Valor acrescentado sob o multiplicador
1	0 a 100.000	5,0%
2	100.001 a 200.000	7,5%
3	Mais de 200.000	10,0%

II - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão a Política Transporta-SUS/MG, considerando o seguinte cálculo:

Classificação nas Faixas 1,2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Quantidade de Veículos**	% Valor multiplicador
1	1 a 4	5,0%
2	5 a 9	10,0%
3	Acima de 10 veículos	15,0%

**Conforme Deliberação nº 4001/2022; Resolução SES/MG nº8439/2022 e
Resolução SES/MG nº4277/2023

III - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que têm contrato vigente no âmbito do Edital de Média Complexidade Ambulatorial nº 01/2021.

Parágrafo único - Foi realizado o somatório do repasse de recursos, que os consórcios participantes receberam de mar/2020 a mar/2023, considerando apenas os contratos que tiveram sua vigência prorrogada, e a partir disso, foi classificado nas faixas de valores, considerando o seguinte cálculo:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Faixa de valor	% Valor multiplicador
1	0 a 50.000	2,5%
2	50.001 a 200.000	5,0%
3	Acima de 200.000	7,5%
0	Não aderiu ao Edital	

IV - Acréscimo ao valor do incentivo financeiro aos consórcios públicos de saúde que realizaram adesão a Política “Vacimóvel”, poderão receber incentivo financeiro adicional conforme, nos seguintes termos:

Classificação nas Faixas 1, 2 e 3 = Fator multiplicador x (% da respectiva Faixa)

Faixa	Quantidade de Veículos**	% Valor multiplicador
1	1 a 2	2,0%
2	2 a 4	4,0%
3	Acima de 5 veículos	6,0%
**Resolução SES/MG nº 9.034/2023		

Art. 29 - O consórcio público de saúde poderá utilizar os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no objeto acordado, observado o disposto nesta resolução e no termo de compromisso.

CAPÍTULO X

DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 30 - A proposta de execução dos recursos, deve ser informada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB-SUS/MG), podendo esta ser microrregional, macrorregional ou estadual, a depender da abrangência territorial do consórcio público de saúde.

§ 1º - O consórcio público de saúde no período de 23 a 27 de outubro de 2023, deverá realizar informe na CIB-SUS/MG conforme *caput* deste artigo.

§ 2º - As datas das reuniões extraordinárias da CIB-SUS/MG estão disponíveis no cronograma das Reuniões Ordinárias das CIB Macro ou CIB Micro, Câmaras Técnicas e CIB-SUS/MG – 2023, conforme o endereço eletrônico: <https://www.saude.mg.gov.br/cib>.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 3º - Após informe em CIB-SUS/MG, o planejamento de utilização de recursos, será avaliado pela Comissão de Avaliação da SES/MG.

CAPÍTULO XI
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 31 - Será instituída Comissão de Avaliação, que possuirá como premissas analisar, julgar e emitir parecer, sobre o planejamento de utilização de recursos.

Art. 32 - A Comissão de Avaliação será responsável por habilitar, habilitar parcialmente ou inabilitar o consórcio público de saúde para receber o incentivo financeiro pleiteado.

§ 1º - Entende-se por:

I - habilitar: a aprovação do pleito sem ressalvas;

II - habilitar parcialmente: aprovação do pleito de forma parcial; e

III - inabilitar: análise do pleito irregular.

§ 2º - Conforme caput, quando o pleito for analisado com habilitação parcial ou inabilitação, o consórcio público de saúde poderá interpor do julgamento da decisão e apresentar documentação complementar.

Art. 33 - A Comissão de Avaliação, em sua análise deve apreciar se o escopo assistencial dos consórcios públicos de saúde, corrobora com as necessidades assistenciais do território assistido, bem como, se as demandas levantadas estão alinhadas com o Objetivos Estratégicos da SES/MG.

§ 1º - A Comissão de Avaliação possuirá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, para habilitar, habilitar parcialmente ou inabilitar o consórcio público de saúde para a celebração do Termo de Compromisso.

§ 2º - O consórcio público de saúde que porventura, tenha sido inabilitado ou habilitado parcialmente, poderá interpor da decisão e enviar as justificativas, documentos e informações complementares necessárias, no prazo de 22 a 24 de novembro de 2023.

§ 3º - A Comissão de Avaliação no período de 27 a 30 de novembro de 2023, deverá realizar nova avaliação e emitir parecer complementar referente a interposição de recurso.

§ 4º - A cada fase de avaliação, a comissão deverá comunicar ao consórcio via e-mail e/ou sistema de informação disponível.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 34 - A Comissão de Avaliação será disciplinada por resolução e possuirá um membro de cada subsecretaria abaixo, e além de um membro da unidade regional de saúde e gabinete do secretário de estado de saúde:

I - Gabinete;

II - Subsecretaria de Gestão e Finanças/Superintendência de Infraestrutura, Logística e Contratações - Diretoria de Infraestrutura Física e Engenharia;

III - Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde/Superintendência de Atenção Especializada - Diretoria de Políticas e Estruturação da Atenção Especializada;

IV - Subsecretaria de Regionalização - Núcleo de Consórcios;

V - Unidade Regional de Saúde (URS) de referência do consórcio público de saúde.

§ 1º - A URS de referência será designada conforme a localização da microrregião predominante do consórcio público de saúde, podendo haver mais de uma URS de referência para o mesmo consórcio.

§ 2º - A URS deverá emitir parecer, no qual deve analisar o benefício da ampliação do escopo assistencial em seu território. Na hipótese de haver mais de uma URS de referência, este parecer deve ser realizado em conjunto.

CAPÍTULO XII

DAS METAS

Art. 35 - Ficam estabelecidas as seguintes metas para os consórcios que aderirem ao presente projeto de caráter transitório:

I – aquisição de equipamentos médico assistenciais para ampliação do escopo assistenciais dos entes consorciados;

II – execução de obras de construção, ampliação e/ou adequação dos imóveis dos consórcios públicos de saúde, que visem o fortalecimento dos equipamentos de saúde nos territórios.

CAPÍTULO XIII

DOS INDICADORES





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 36 - Para fins desta resolução, foram definidos os seguintes indicadores:

I - Percentual da execução física e financeira da obra (construção, ampliação ou adequação) do consórcio público de saúde;

II - Percentual de execução financeira da aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

Parágrafo único - As fichas dos indicadores estão estabelecidas no Anexo IV, desta Resolução.

CAPÍTULO XIV

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E FASES PARA ADESAO

Art. 37 - Para fins desta resolução, os consórcios públicos de saúde terão que manifestar interesse na adesão, via o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) através do peticionamento para usuário externo.

Parágrafo único - Deverá ser anexado, à manifestação de interesse, os seguintes documentos:

I - Declaração de manifestação de interesse, conforme modelo disponibilizado no Anexo V;

II - Declaração dos entes consorciados que possuem contrato de serviços de saúde com o consórcio, conforme modelo disponibilizado no Anexo VI;

III - CAGEC regular;

IV - Protocolo de intenções atualizado;

V - Ofício com justificativa do ganho assistencial quantitativo e/ou qualitativo da região de saúde atendida pelo consórcio;

VI - Planejamento de utilização de recursos.

Art. 38 - Os consórcios públicos devem atentar-se às fases da resolução e prazos estabelecidos para a devida habilitação do consórcio e o repasse do incentivo financeiro.

Parágrafo único - O cronograma para apresentação dos documentos, avaliação da comissão de avaliação, celebração do Termo de Compromisso, está disponível do Anexo VII desta resolução.

CAPÍTULO XV





DO MONITORAMENTO DA RESOLUÇÃO

Art. 39 - O processo de monitoramento do incentivo financeiro será quadrimestral, utilizando os dados referente a aquisição de equipamentos e percentual de execução da obra que porventura tenha sido planejada.

§ 1º - Os dados do monitoramento deverão ser alimentados no SiG-RES ou sistema que vier a substituí-lo.

§ 2º - O monitoramento será realizado com a indicação de status da execução da obra e/ou aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

§ 3º - O monitoramento do recurso para a execução de obras, ampliação ou adequação, contemplará nos primeiros 12 (doze) meses, a entrega dos seguintes documentos:

- I - o envio do projeto básico no SiG-RES ou sistema que vier a substituí-lo; e
- II - aprovação do projeto pela Vigilância Sanitária.

§ 4º - O projeto básico para a execução de obras para construção, ampliação ou adequação, deve contemplar todas as fases para execução da obra, com seus respectivos prazos e insumos necessários.

§ 5º - O beneficiário somente poderá iniciar a execução de obras para construção, ampliação ou adequação após aprovação do projeto básico pelas áreas competentes.

Art. 40 - O cronograma de monitoramento está estabelecido no Anexo VIII desta Resolução.

CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - O consórcio público de saúde apresentará no início de cada exercício financeiro o processo eletrônico de prestação de contas, conforme art. 20 do Decreto 48.600 de 2023.

Art. 42 - Os termos de compromisso firmados no âmbito desta resolução terão a vigência de 60 (sessenta) meses, a partir do dia 13 de dezembro de 2023.

Art. 43 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

TERMO DE COMPROMISSO PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

TERMO DE COMPROMISSO Nº / QUE
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E
A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO
PÚBLICO CONSÓRIO _____

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.516/0001-88, doravante denominada SES/MG, neste ato representado(a) pelo(a) Subsecretário de XXXX (a) de Estado de Saúde, Carteira de Identidade nº, expedida pelo(a), e CPF nº, com domicílio especial na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições legais que lhe confere a Resolução SES/MG, _____, e a PJDP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na rua doravante denominada ENTIDADE BENEFICIADA, neste ato representada pelo(a) seu gestor portador(a) da Carteira de Identidade nº, inscrito(a) no CPF sob o nº, residente e domiciliado na rua, aplicando-se a este instrumento as disposições contidas na Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 160; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, na Decreto Estadual nº 48.600/2023, e Resolução SES/MG nº 8.879/2023, resolvem assinar o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto a adesão da ENTIDADE BENEFICIADA ao projeto de caráter transitório e às regras de execução, prestação de contas, controle e avaliação do incentivo financeiro, nos moldes do Decreto 48.600/2023, da Resolução SES/MG nº 8.879/2023, Deliberação CIB/SUS-MG nº, e da Resolução SES/MG nº e suas alterações, visando incentivar a execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, especificamente no que se refere ao objeto de , mediante a definição de indicadores.

Parágrafo único. O recurso financeiro previsto neste TERMO deverá ser utilizado para execução das ações e serviços públicos de saúde, conforme Anexo da Resolução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – À ENTIDADE BENEFICIADA

- a. assinar termo de autorização para que a instituição financeira onde foi aberta conta bancária para o repasse dos recursos forneça à SES/MG saldos, extratos e comprovantes das contas correntes, investimentos e operações de crédito, mantidas junto ao banco e relacionadas ao presente TERMO;
- b. observar na aplicação dos recursos e na execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços públicos de saúde dos Projetos de caráter transitório, as Resoluções da SES/MG e as normas do Estado de Minas Gerais;
- c. cumprir as obrigações e responsabilidades constantes neste TERMO, bem como as estabelecidas na legislação do SUS, nos diplomas federais e estaduais que regem o presente TERMO;
- d. acompanhar, em conjunto com a SES/MG, as ações relativas à execução deste TERMO;
- e. notificar à SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatadas ocorrências excepcionais que interferir no cumprimento do desempenho dos indicadores estabelecidos em Resolução, ou quaisquer outras alterações que interfiram na execução deste TERMO;
- f. quando couber, alimentar os sistemas de informações da SES/MG e/ou do Ministério da Saúde e/ou informar ao município os dados, necessários para o acompanhamento deste TERMO;
- g. permitir o acesso dos técnicos da SES/MG e/ ou do município aos registros, sistemas e informações, sempre que solicitado e/ou enviar as informações solicitadas, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela SES/MG, durante a vigência deste TERMO;
- h. assegurar à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial, às Unidades Regionais de Saúde e aos órgãos de controle externo da Administração Pública, bem como ao Controle Nacional de Auditoria – SNA e aos órgãos do município, no âmbito do SUS, o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da execução deste TERMO;
- i. garantir que o serviço de saúde disponha de Alvará Sanitário vigente ou, sendo que situações excepcionais poderão ser especificadas e avaliadas pelo gestor da pasta;
- k. manter-se regular junto ao Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), se for o caso;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- l. participar das oficinas e dos cursos de capacitação oferecidos pela SES/MG e/ou pelo município, bem como promover outras oficinas e cursos para a rede de serviços, fomentando a educação permanente e continuada de base loco-regional;
- m. responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciários que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste TERMO;
- n. atender às diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;
- o. responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- p. responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, vinculado ou preposto, em razão da execução deste TERMO;
- q. disponibilizar, se for o caso, parte da estrutura do imóvel quando houver necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias;
- r. durante a vigência deste TERMO, qualquer que seja seu valor ou objeto, a entidade deverá manter, em local visível e de fácil acesso a toda comunidade e por meio de sítio eletrônico, as seguintes informações:
 - 1. estabelecimento integrante da Rede SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
 - 2. informações da Ouvidoria Geral do SUS, para sugestões, reclamações e denúncias;
 - 3. o número do presente TERMO, contendo o valor, o objeto e os indicadores pactuados, a data de assinatura, e o período de vigência, os quais poderão ser publicados apenas em sítio eletrônico;
- s. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e/ou qualitativamente, o atendimento do objeto;
- t. após a divulgação dos resultados do monitoramento realizado, atender ao disposto na Resolução SES/MG nº XXXX/2023, ou regulamento que vier a substituí-la, quanto à validação e eventual apresentação de recursos.
- u. nos prazos estabelecidos, inserir e validar os dados referentes à prestação de contas do ano anterior no sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº XXXX/2023, ou regulamento que vier a substituí-la.
- v. notificar a SES/MG de eventual alteração de endereço, de razão social e de mudança na diretoria e/ou Estatuto da ENTIDADE BENEFICIADA, enviando no prazo de 60 (sessenta) dias





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada e atualizada dos documentos que comprovem o fato;

w. manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas;

x. comunicar à SES/MG, com as respectivas propostas de soluções, os casos que demandarem a utilização de equipamentos, que porventura venham apresentar defeitos técnicos ou que necessitem de intervalos de uso para a manutenção ou substituição, bem como a ausência temporária de profissionais, visando à não interrupção da assistência e da produção;

II – À SES/MG:

a. efetuar o repasse dos recursos financeiros referentes ao objeto deste TERMO à ENTIDADE BENEFICIADA,

b. acompanhar as ações relativas à execução deste TERMO, em nível central e/ou regional;

c. monitorar, no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES), ou outro sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento das responsabilidades pelas partes envolvidas, notificando-as para tomada de providências quando necessário;

d. monitorar no Sistema SiG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo, o cumprimento dos indicadores pactuados em cada período de apuração;

e. disponibilizar os resultados alcançados pela ENTIDADE BENEFICIADA, nas avaliações realizadas, por meio do Sistema SiG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Pelas ações e serviços públicos de saúde especificados no presente TERMO, a SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA o valor total de R\$, de acordo com o Regulamento do projeto de caráter transitório de saúde e Anexo Técnico deste TERMO.

§1º Os recursos transferidos pela SES/MG, enquanto mantidos nas contas bancárias específicas e não empregados na sua finalidade, serão aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, lastreados em títulos da dívida pública, com resgates automáticos.

§2º Os recursos utilizados por meio deste TERMO deverão ser individualizados e segregados nas demonstrações contábeis da entidade, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.

§3º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§4º É vedada a utilização dos recursos para o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais;

§5º É vedada a utilização dos recursos para a utilização em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

§6º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas em data anterior à assinatura do Termo e posterior ao término do prazo de vigência deste TERMO DE COMPROMISSO;

§7º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas com multas, juros ou atualização monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica, bem como em razão de atraso no repasse dos recursos, pela SES/MG;

§8º É vedada a utilização dos recursos para a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

§9º É vedada a utilização dos recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde; e

§10 No caso de a (s) parcela (s) ser (em) composta (as) por parte variável, o valor do repasse ficará vinculado ao desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA em relação ao desempenho do (s) indicador (es) pactuado (s) no Anexo Técnico.

II - A SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA, o incentivo financeiro para a execução de produtos e/ou serviços assistenciais de ações e serviços públicos de saúde, mediante a assinatura deste TERMO DE COMPROMISSO.

III - Os recursos destinados têm natureza de apoio financeiro para execução das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao objeto deste TERMO, de natureza temporária e vinculada aos indicadores pactuados, não integrando, em nenhuma hipótese, a remuneração pela prestação de serviços contratados pelo SUS/MG.

IV - As transferências de recursos financeiros correrão à conta do orçamento do respectivo exercício por meio das seguintes Dotações Orçamentárias:

V - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias específicas aprovadas para os mesmos.

VI - Os valores do recurso financeiro serão apurados na forma disposta no Anexo Técnico que integra o presente TERMO.

VII - Os valores transferidos poderão ser alterados mediante a edição de ato normativo específico.





VIII - ENTIDADE BENEFICIADA deverá movimentar os recursos oriundos deste instrumento em conta bancária específica, não podendo ser movimentado para outras contas e outros fins.

§1º Os pagamentos deverão ocorrer por meio da conta específica por emissão de cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

§2º Todos os documentos de despesas realizadas deverão ser emitidos em nome do beneficiário final do recurso (ENTIDADE BENEFICIADA), devendo estar corretamente preenchidos e sem rasuras, constando, inclusive, o número do TERMO que acobertou tais despesas.

IX- A utilização dos recursos financeiros transferidos por meio deste TERMO, assim como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, somente poderá ocorrer de acordo com o previsto no instrumento que originou a liberação, no cumprimento do objeto pactuado.

§1º Caso sejam detectados vícios de legalidade, na aplicação do recurso, a liberação financeira prevista neste TERMO estará condicionada à sua regularização.

§2º Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira deste TERMO DE COMPROMISSO não utilizados deverão ser restituídos ao FES ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação.

§3º Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira relativos a este TERMO DE COMPROMISSO apurados ao final da vigência do TERMO poderão ser incorporados à execução do TERMO subsequente mediante aprovação da SES/MG.

§4º Os recursos previstos no caput deste artigo poderão ser utilizados para aquisição dos equipamentos necessários ao alcance do objeto deste TERMO, desde que previsto pela Resolução que trata da transferência.

§5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica a execução de obras e/ou adequação, salvo se estas forem objeto da Resolução SES/MG nº.

X - Toda despesa realizada com recursos transferidos por meio deste TERMO deverá ser precedida, respectivamente, do adequado processo licitatório ou do procedimento análogo ao licitatório, em conformidade com o regulamento próprio de compra da instituição, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa, respeitados os princípios jurídicos inseridos no art. 37 da Constituição Federal, assim como os da igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Parágrafo único. As contratações poderão ser realizadas mediante adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, ou legislação que vier a substituir, após solicitação e aprovação do gestor responsável pela ata, ficando, nesse caso, dispensadas da realização de procedimento licitatório próprio.





XI – A SES/MG suspenderá imediatamente o repasse do recurso financeiro até que a situação seja regularizada, nas seguintes situações:

- a. caracterização de risco pela Vigilância Sanitária;
- b. aplicação dos recursos financeiros pela ENTIDADE BENEFICIADA de forma diversa à pactuada neste TERMO; e
- c. descumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO ou na Resolução.

XII - Havendo contratação entre a ENTIDADE BENEFICIADA e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste TERMO, tal contratação não induzirá à SES/MG em solidariedade jurídica, bem como não acarretará vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas, eventualmente reclamadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Os entes federados e as entidades de direito público ou privado deverão prestar contas por meio da internet, das informações necessárias para acompanhamento parcial da execução deste TERMO DE COMPROMISSO, visando verificar o atingimento dos objetivos e dos indicadores estabelecidos nos termos do instrumento de transferência, nos termos da Resolução SES/MG nº XXXXXXXX, ou regulamento que vier a substituí-la, de acordo com o cronograma de monitoramento previsto no Anexo Técnico deste TERMO).

I- O processo eletrônico para prestação de contas, controle e avaliação, a ser apresentado em periodicidade definida em Resolução à SES/MG, pelos beneficiários que recebem recursos públicos repassados pelo FES no ano corrente ou pelos beneficiários que possuem saldos remanescentes de repasses anteriores, utilizando o ano fiscal como período de referência, será composto, além das informações digitais fornecidas pela internet, dos seguintes documentos:

- a. relatório de execução física e financeira do TERMO, assinado digitalmente pelo representante legal da instituição;
- b. demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final;
- c. restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado, salvo como disposto no inciso III do art. 19 do Decreto 48.600/2023;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

d. termo por meio do qual o ente federado ou entidade de direito público ou privado será obrigado a manter os documentos relacionados ao respectivo TERMO celebrado, conforme disposto no art. 22 do Decreto 48.600/2023.

§1º O beneficiário terá 60 (sessenta) dias para preencher e assinar o formulário digital da Prestação de Contas via SIG-RES, ou outro sistema que vier a substituí-lo, por meio eletrônico, contados a partir de sua liberação no sistema.

§2º A verificação da adequada aplicação dos recursos, deste TERMO DE COMPROMISSO, ao fim que se destina, será realizada mediante a análise do atendimento e cumprimento dos objetivos e dos indicadores, conforme disposto no Anexo da Resolução nº

§3º Quando a transferência ao Fundo de Saúde for destinada ao ressarcimento de serviços prestados, a comprovação ocorrerá por meio da informação pela internet, do pagamento à instituição, conforme regulamento da SES/MG.

II- Caso os recursos disponibilizados não tenham sido aplicados no mercado financeiro, ou sejam restituídos fora dos prazos legalmente estipulados, será aplicada a Taxa SELIC Acumulada, sobre o valor da liberação financeira realizada ou sobre saldos porventura existentes.

III- A ENTIDADE BENEFICIADA, deverá arquivar os seguintes documentos, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que foi assinado o processo de prestação de contas:

- a. nota de empenho do beneficiário, se for o caso;
- b. relação de pagamentos efetuados;
- c. comprovante original de faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos originais de comprovação de despesas, rotuladas com o número dos Termos, ou cópias acompanhadas de declaração de autenticidade dos documentos apresentados assinada pelo representante legal do beneficiário;
- d. comprovante de ordem bancária ou transferência eletrônica ou microfilmagem de cheque nominativo emitido para pagamento;
- e. demonstrativo dos rendimentos de aplicação financeira;
- f. documentos relativos aos processos de contratação de serviço e de aquisição e gestão de bens adquiridos, para a execução do objeto pactuado, se for o caso;
- g. comprovante de devolução, ao Tesouro Estadual, dos saldos em conta corrente e de aplicação financeira, somado a eventuais despesas vedadas, observados o art. 10 do Decreto 48.600/2023, com o respectivo Documento de Arrecadação Estadual – DAE – ou, quando se tratar de recurso de fonte federal, comprovante de depósito na conta específica do instrumento celebrado com a União;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

h. procedimento licitatório ou processo análogo de compra ou de adesão à ata de registro de preços, com os comprovantes de divulgação do edital da modalidade utilizada e respectivo resultado, procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;

i. comprovantes e guias de retenções e recolhimentos de impostos e encargos sociais incidentes, se for o caso; e

j. contratos firmados para a execução do objeto pactuado, se for o caso.

IV- Constatadas irregularidades no processo de prestação de contas, ele será baixado em diligência pela SES/MG, sendo fixado prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas, ou a devolução dos recursos liberados, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

V- A não apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação no prazo estipulado, ou a sua não aprovação ensejará as seguintes providências pela SES/MG:

a. dar início ao Processo de Constituição de Crédito Não Tributário;

b. registrar, nos casos de omissão do dever de prestar contas, a inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI-MG-, se não tiver sido efetuado anteriormente.

VI- As funções fiscalizadoras e de auditoria serão exercidas pela SES/MG, por meio da Auditoria Assistencial, sem prejuízo do exercício do controle interno e externo.

VII- Todas as informações prestadas serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, estando sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constatada a sua falsidade ou inverdade.

CLÁUSULA QUINTA- DOS INDICADORES

O (s) indicador (es) e desempenho (s) pactuados neste instrumento é (são) o (s) descrito (s) no Anexo Técnico deste TERMO, parte integrante da Resolução, o qual poderá ser revisto por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE COMPROMISSO terá vigência de 60 meses, a partir de _____ de _____ de 2023.





CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

I- Este TERMO DE COMPROMISSO poderá, a qualquer tempo, sofrer alterações em suas cláusulas por iniciativa da SES/MG, mediante assinatura de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado e formalizado, sendo vedada a alteração do objeto pactuado.

II- Este TERMO DE COMPROMISSO poderá ser prorrogado pela SES/MG, havendo interesse público devidamente justificado, desde que respeite o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA, EXTINÇÃO E RESCISÃO

Este TERMO DE COMPROMISSO poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, ou rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, unilateralmente, pelo Estado, ou de comum acordo entre as partes, ou por inadimplência de qualquer delas ou pela superveniência de motivos que o torne material ou formalmente inviável.

Parágrafo único - Na hipótese de descumprimento do objeto, fica facultado à SES/MG, mediante expedição de documento formal às partes, determinar o bloqueio dos recursos transferidos.

CLÁUSULA NONA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

As partes deverão observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 11.129/2022 e Decreto nº 46.782/2015 e neste TERMO, e conforme indicado a seguir:

I – A ENTIDADE BENEFICIADA permitirá à SES/MG a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do TERMO, e poderá submetê-los à auditoria realizada por pessoas designadas pelo respectivo Órgão.

II - Para isso, as partes deverão:

- a) manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de 10 (dez) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;
- b) entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção, e disponibilizar os empregados ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder a indagações provenientes da SES/MG ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado pela SES/MG para a revisão ou auditoria dos documentos.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Parágrafo único. Caso a ENTIDADE BENEFICIADA não cumpra as exigências firmadas ou de qualquer maneira crie à SES/MG obstáculos para a fiscalização, revisão ou auditoria dos documentos, poderá esta, discricionariamente, tomar medidas apropriadas para tanto.

III - Caso após procedimento administrativo da SES/MG ficar comprovado que empregado ENTIDADE BENEFICIADA ou de quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, a SES/MG poderá declarar inelegíveis a ENTIDADE BENEFICIADA e/ou seus empregados diretamente envolvidos nas práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar de futuras Licitações ou Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou questões suscitadas na execução deste TERMO DE COMPROMISSO E, para constar, que depois de lido e achado conforme pelas partes, foi por elas assinado.

Belo Horizonte, de de 2023

GESTOR (A) DO SUS MUNICIPAL





ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

DA RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS E VALORES INDIVIDUAIS

SIGLA DOS CONSÓRCIOS	FAIXA FINAL (fator multipli- cador)	FAIXA PARTICI- PAÇÃO NO EDITAL Nº 01/2021	FAIXA FINAL (pop. Assistid a - FARM ACIS)	FAIXA FINAL (total de veículos - TRANSPOR TASUS)	FAIXA FINAL (total de veículos - VACIM ÓVEL)	TOTAL
ACISPES	5	0	2	0	0	R\$ 3.493.750, 00
CIDESLESTE	4	0	1	0	3	R\$ 2.664.000, 00
CIESP	4	2	1	2	1	R\$ 2.928.000, 00
CIMBAJE	3	2	2	2	2	R\$ 2.193.000, 00
CIMMESF	2	2	2	2	1	R\$ 1.651.000, 00
CINSC	4	0	2	0	1	R\$ 2.688.000, 00
CISAJE	4	0	0	2	3	R\$ 2.784.000, 00
CISALP	3	2	2	1	3	R\$ 2.142.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISALV	4	3	3	2	2	R\$ 3.156.000, 00
CISAMAPI	4	3	3	3	3	R\$ 3.324.000, 00
CISAME	0	0	0	0	0	R\$ 407.246,37
CISAMSF	3	2	2	1	1	R\$ 2.074.000, 00
CISAPVP	2	0	0	2	2	R\$ 1.482.000, 00
CISARP	2	0	2	3	2	R\$ 1.677.000, 00
CISARVG	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISCAPARAO	2	2	2	3	2	R\$ 1.742.000, 00
CISCEL	2	0	0	2	2	R\$ 1.482.000, 00
CISCEN	1	0	0	0	2	R\$ 884.000,00
CISCIRCUITOD ASAGUAS	3	0	2	0	2	R\$ 1.938.000, 00
CISDOCE	2	0	0	0	3	R\$ 1.378.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISEVMJ	4	3	2	3	3	R\$ 3.324.000, 00
CISGRAOMOG OL	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISLAP	1	0	0	0	1	R\$ 867.000,00
CISLAV	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CISLESTE	2	3	2	2	3	R\$ 1.735.500, 00
CISMARG	2	0	0	2	1	R\$ 1.456.000, 00
CISMARPA	3	0	0	0	3	R\$ 1.802.000, 00
CISMAS	2	0	3	2	2	R\$ 1.612.000, 00
CISMEJE	2	0	0	0	0	R\$ 1.300.000, 00
CISMEM	1	0	0	2	1	R\$ 952.000,00
CISMEPI	4	1	0	0	1	R\$ 2.508.000, 00
CISMEV	2	2	0	3	2	R\$ 1.612.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISMISL	3	2	0	2	2	R\$ 2.023.000, 00
CISMIV	4	1	2	2	1	R\$ 2.988.000, 00
CISNES	1	0	1	0	1	R\$ 909.500,00
CISNORTE	4	1	0	0	2	R\$ 2.556.000, 00
CISPARA	2	1	0	2	2	R\$ 1.514.500, 00
CISPARANAIB A	2	0	0	1	1	R\$ 1.391.000, 00
CISRAL	0	0	0	1	1	R\$ 435.753,62
CISREC	4	0	3	0	2	R\$ 2.736.000, 00
CISTM	4	0	3	3	3	R\$ 3.144.000, 00
CISUM	2	1	2	2	2	R\$ 1.644.500, 00
CISVAS	2	0	0	2	1	R\$ 1.456.000, 00
CISVER	3	2	0	2	2	R\$ 2.023.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CISVERDE	3	2	3	2	2	R\$ 2.193.000, 00
CISVI	2	0	0	0	1	R\$ 1.326.000, 00
CONSAUDE	4	2	3	2	2	R\$ 3.096.000, 00
CONVALES	4	0	0	3	2	R\$ 2.856.000, 00
ICISMEP	5	3	3	3	3	R\$ 4.501.250, 00
SIMSAUDE	3	0	3	0	3	R\$ 1.972.000, 00





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MODELO PLANEJAMENTO DE RECURSOS

Proconórcio							
Nome e sigla do							
Constituinte(CNPJ):							
Telefone:							
E-mail:							
Preencha a estrutura própria com:							
Para para realização dos estudos de perfil		<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim				
Atualizar para atendimento multi-profissional		<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Se sim, quantos?			
Objetivo(s):	<input type="checkbox"/> Oportunidade	<input type="checkbox"/> Equipamento(s)	<input type="checkbox"/> Farmacêutico	<input type="checkbox"/> Transporte			
	Valor estimado: R\$ 0,00	Valor estimado: R\$ 0,00	Valor estimado: R\$ 0,00	Valor estimado: R\$ 0,00	Valor estimado: R\$ 0,00		
Preverá contrapartida financeira com recursos próprios?		<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Valor estimado para a contrapartida:		R\$ 0,00	
Descrição do(s) objetivo(s):							
Outros dados:							
Outros dados:							
O projeto está alinhado com qual(is) objetivo(s) estratégicos do SUS?							
Promover o acesso às redes assistenciais, de acordo com a necessidade por planejamento e serviços de saúde nos territórios.							
Realizar a triagem de mortalidade materna e infantil nos menores níveis da rede básica.							
Integrar o atendimento pré-hospitalar à rede de urgência e emergência cobrindo a malha territorializada.							
Monitorar e apoiar a assistência por meio da hospitalização de tecnologia de saúde.							
Ter redes de saúde prioritárias estruturadas e resolutivas.							
Aprimorar os serviços de saúde de atenção, por meio de uma Atenção Primária universal e um cuidado humanizado.							
Atender e manter nível de cobertura vacinal, para prevenir infecções e doenças.							
Garantir a participação social na construção e na implementação das políticas de saúde.							
Contrapartida financeira do município:							
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

*É cabível a aquisição de equipamentos com o auxílio de sites para cercar dados.

**Para aquisição de equipamentos médicos essenciais, descrever também a quantidade e valor máximo dos itens.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0



DOS INDICADORES DO PROJETO

Indicador 1: Percentual da execução física e financeira da obra (construção, ampliação ou adequação) do consórcio público de saúde.

Esse indicador relaciona a execução física e financeira da obra, ou seja, aumenta seu percentual cada vez que a obra avança, de acordo com o planejamento de utilização de recurso pactuado.

Fórmula de cálculo: (Quantidade executada do item ou serviço) / Valor total dos itens ou serviços da obra) x 100

Frequência de coleta: quadrimestral

Fonte de dados: Registros realizados no SiG-RES pelos consórcios públicos de saúde.

Responsáveis pela apuração: Equipe de monitoramento dos consórcios públicos de saúde e equipe designada pela SES/MG.

Indicador 2: Percentual de execução financeira da aquisição de equipamentos médicos assistenciais.

Esse indicador relaciona a execução financeira da aquisição de equipamentos, aumentando seu percentual cada vez que o recurso pactuado do planejamento é utilizado.

Fórmula de Cálculo: (Quantidade de itens adquiridos) / Valor total dos itens planejados) x 100

Frequência de coleta: quadrimestral

Fonte de Dados: Registros realizados no SiG-RES pelos consórcios públicos de saúde.

Responsáveis pela apuração: Equipe de monitoramento dos consórcios públicos de saúde e equipe designada pela SES/MG.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MANIFESTAÇÃO DE ADESÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

DO OBJETO: incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

De acordo com exposto no, Art. 35, I, da **Resolução SES/MG nº** , de **XXX de xxxxx** de 2023, o **consórcio de [Inserir nome do consórcio]**, por meio do seu representante legal **[Inserir nome do (a) representante legal]**, declara que o consórcio em questão está aderindo ao processo de repasse de incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

[Inserir data, local e assinatura do (a) representante legal]





ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SES/MG N° 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

MANIFESTAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE QUANTO A
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

DO OBJETO: incentivo financeiro para os Consórcios Públicos de Saúde, para a melhoria da infraestrutura de imóveis (construção, adequação e/ou ampliação), e aquisição de equipamentos médicos assistenciais, destinados ao fortalecimento das ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

De acordo com exposto no, Art. 3º, §5º, Art. 6º e Art. 35, II, da **Resolução SES/MG nº , de XXX de XXXX** de 2023, o **Consórcio de [Inserir nome do consórcio]**, por meio do seu representante legal **[Inserir nome do (a) representante legal]**, declara que os entes consorciados **[citar todos os municípios adequados ao critério]**, contratualizam com o consórcio em questão serviços públicos de no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

O **Consórcio de [Inserir nome do consórcio]**, está ciente de suas obrigações legais, bem como a obrigatoriedade de devolução do repasse financeiro, em caso de descumprimento dos pré-requisitos constantes no Capítulo II, desta resolução.

[Inserir data, local e assinatura do (a) representando legal]





ANEXO VII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

CRONOGRAMA PARA ADESAO

Atividade	Prazo (em dias)	Período para execução
Manifestação do interesse do consórcio público de saúde via SEI		07/10/2023 a
Elaboração da 1ª versão do Planejamento de utilização de recursos		22/10/2023
Informe na CIB Macro ou Micro quanto o Planejamento de utilização de recursos e predominância da microrregião de referência do consórcio		23/10/2023 a 27/10/2023
Ajuste do Planejamento de utilização de recursos se houver		27/10/2023 a 31/10/2023
Envio do Planejamento de utilização de recursos via SEI		27/10/2023 a 06/11/2023
Análise e emissão de parecer através da Comissão de Avaliação	15 (quinze) dias corridos	
Interposição dos consórcios públicos, caso seja habilitado parcialmente ou inabilitado pela Comissão de Avaliação via SEI		22/11/2023 a 24/11/2023
Análise e emissão de parecer complementar após interposição do consórcio		27/11/2023 a 30/11/2023
Adesão e cadastro dos beneficiários no SiG-RES	07 (cinco) dias corridos	
Assinatura dos Termos de Compromisso no SiG-RES	05 (cinco) dias corridos	
Início da vigência dos Termos de Compromisso		13/12/2023
Pagamento do incentivo financeiro	05 (cinco) dias corridos	





ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

CRONOGRAMA DE MONITORAMENTO

Período de monitoramento	Etapas do monitoramento	Prazo para inserção de informações no SiG-RES	Prazo para avaliação da SES/MG
Dez/23 a Mar/24	Apresentar percentual de execução do planejamento de recursos, e documentos comprobatórios conforme o status informado.	20 dias corridos após o término do período de monitoramento	20 dias úteis após a inserção das informações no SiG-RES
Abr/24 a Jul/24			
Ago/24 a Nov/24			
Dez/24 a Mar/25			
Abr/25 a Jul/25			
Ago/25 a Nov/25			
Dez/25 a Mar/26			
Abr/26 a Jul/26			
Ago/26 a Nov/26			
Dez/26 a Mar/27			
Abr/27 a Jul/27			
Ago/27 a Nov/28			



CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES-MG

Matriz de Gerenciamento de Riscos 1/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
1/2025

Responsável pela Edição
BRUNO HENRIQUE RODRIGUES

Data de Criação
04/02/2025 10:58

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Mapa de risco Contratação de empresa sob o regime de empreitada integral para a realização de obras de engenharia em área administrativa do CISALV

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-01	INCORRETA IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA	FALTA DE COMPREENSÃO DAS NECESSIDADES E ERROS FORMAIS	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	INSTRUÇÃO PROCESSUAL INADEQUADA					
	Ações Preventivas					
P-01	VERIFICAR CORRETAMENTE A DEMANDA, INFORMAR-SE CORRETAMENTE JUNTO AO SETOR RESPONSÁVEL, PELA DEMANDA, SOLICITANDO RATIFICAÇÃO OU RETIFICAÇÃO DOS OBJETOS					
	Ações de Contingência					
C-01	QUANDO DETECTADO O ERRO QUANTO A REAL NECESSIDADE DA DEMANDA, PAIAR O PROCESSO NO ESTÁGIO EM QUE SE ENCONTRAR E PROCEDER COM A RETIFICAÇÃO DOS ARTEFATOS TÉCNICOS					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-02	FALTA DE DESIGNAÇÃO OU INCORRETA DE RESPONSABILIDADES, FALTA DE COMPETÊNCIA, FALTA DE VINCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FALTA DE CONHECIMENTO TÉCNICO E VEDAÇÕES LEGAIS	FALTA DE COMPREENSÃO DAS NECESSIDADES, FALTA DE COMPETÊNCIA, FALTA DE VINCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FALTA DE CONHECIMENTO TÉCNICO E VEDAÇÕES LEGAIS	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	FALTA DE ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS, FALTA DE VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE A SER ATENDIDA, FALTA DE DIMENSIONAMENTO CORRETO DO OBJETO A SER LICITADO					
	Ações Preventivas					
P-01	REVISAR E IDENTIFICAR CORRETAMENTE OS PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS					
	Ações de Contingência					
C-01	ANÁLISE PRÉVIA DO OBJETO A SER LICITADO, DIRECIONANDO PARA AS EQUIPES CORRETAS					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-03	ESTUDOS PRELIMINARES INCOHERENTES	PLANEJAMENTO INADEQUADO, FALTA DE COMPREENSÃO DAS NECESSIDADES, FALTA DE ATUALIZAÇÃO, USO FORMALISTA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	INSTRUÇÃO PROCESSUAL INADEQUADA, FALHA NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ÁREA DEMANDANTE					
	Ações Preventivas					
P-01	IDENTIFICAR CORRETAMENTE OS SETORES RESPONSÁVEIS, SOLICITAR					

1 de 7



INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E DEMANDANTES. AS INDICAÇÕES DEVERÃO SER COMPOSTAS POR SERVIDORES COM CONHECIMENTO TÉCNICO DO OBJETO, DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO OBJETO E DOS PROCEDIMENTOS DA CONTRATAÇÃO

Ações de Contingência						
C-01	ANÁLISE PRÉVIA DO OBJETO A SER LICITADO, DIRECIONANDO PARA AS EQUIPES RESPONSÁVEIS ACOMPANHAREM A INSTRUÇÃO PROCESSUAL.	Responsável: CARLOS HENRIQUE MACHADO				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
B-03	ESTIMATIVA INADEQUADA DE PLANEJAMENTO INADEQUADO, QUANTITATIVO DO PESQUISA DE PREÇOS RESTRITA E OBJETO A SER AUSÊNCIA DE REGRAS DETALHADAS LICITADO	Planejamento	Administração	Médio		
Impactos						
1	FALHA NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ÁREA DEMANDANTE DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL (ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO)					
Ações Preventivas						
P-01	ADEQUADO LEVANTAMENTO DAS REAIS NECESSIDADES DA ÁREA DEMANDANTE DO SERVIÇO. ENVOLVER SETORES RESPONSÁVEIS NA INSTRUÇÃO INICIAL DO PROCESSO, SOLICITANDO RATIFICAÇÃO OU RETIFICAÇÃO DOS OBJETOS					
Ações de Contingência						
C-01	ANÁLISE DE POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A PORCENTAGEM ESTABELECEIDA PARA ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DO OBJETO EM QUESTÃO					
Responsável: CARLOS HENRIQUE MACHADO						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
B-04	FRACASSO DA LICITAÇÃO	PREÇOS INCOMPATÍVEIS COM A REALIDADE, DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA OU DEFICIENTE, FORÇA MAIOR, EVENTOS IMPREVISÍVEIS E INEVITÁVEIS, DECISÃO JUDICIAL, FALTA DE INTERESSE DOS LICITANTES	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	PREÇOS INCOMPATÍVEIS COM A REALIDADE, DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA OU DEFICIENTE, FORÇA MAIOR, EVENTOS IMPREVISÍVEIS E INEVITÁVEIS, DECISÃO JUDICIAL E FALTA DE INTERESSE DOS LICITANTES					
Ações Preventivas						
P-01	ANÁLISE TÉCNICA DE ENGENHARIA RIGOROSA DE FORMA A CORRIGIR FALHAS NA MENSURAÇÃO DOS PREÇOS DO SETOR DEMANDANTE					
Ações de Contingência						
C-01	FORMAR GRUPO DE TRABALHO COM CONHECIMENTO TÉCNICO E COM EXPERIÊNCIA, COM CONHECIMENTO DO E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS EM EDITAIS E REPETIR A LICITAÇÃO COM A FALHA SANEADA.					
Responsável: CARLOS HENRIQUE MACHADO						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
B-05	IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	IRREGULARIDADES NO EDITAL, FALTA DE CLAREZA NAS REGRAS, DIRECIONAMENTO OU CONDIÇÕES FAVORÁVEIS A DETERMINADOS LICITANTES E FALTA DE ATUALIZAÇÃO SOBRE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	ATRASO NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA E CONSEQUENTE DIFICULDADES PARA O SETOR DEMANDANTE					
Ações Preventivas						
P-01	ELABORAR O EDITAL CORRETAMENTE, ATENTAR ÀS NORMAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES AO ELABORAR O EDITAL, COMPATIBILIZAR INFORMAÇÕES COM O TERMO DE REFERÊNCIA E O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR					
Ações de Contingência						
C-01	RETIFICAR OS DOCUMENTOS DE PLANEJAMENTO E O EDITAL QUANDO FOR O CASO.					
Responsável: CARLOS HENRIQUE MACHADO						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
B-07	PROPOSTAS INABILITADAS OU ACIMA DO ORÇAMENTO ESTIMADO, DESCLASSIFICADAS FALTA DE COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE, DESCONFORMIDADES COM O EDITAL, DOLO OU MÁ-FÉ	VÍCIOS INSANÁVEIS, NÃO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PREÇOS INEXEQUÍVEIS OU FALTA DE COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE, DESCONFORMIDADES COM O EDITAL, DOLO OU MÁ-FÉ	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	REDUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E POSSIBILIDADE DE RECURSOS JUDICIAIS					



Ações Preventivas							
P-01	MONTAR UM PLANO DE CONTINGÊNCIA CASO AS PROPOSTAS SEJAM INABILITADAS OU DESCLASSIFICADAS, COM REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA DE APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO OU OUTRAS PROPOSTAS DENTRO DO PROCESSO.			Responsável: OZANAN FARIA CALIXTO			
Ações de Contingência							
C-01	NOTIFICAR O SUBSEQUENTE CLASSIFICADO NO CERTAME LICITATÓRIO			Responsável: OZANAN FARIA CALIXTO			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item	
II-03	RECORRÊNCIA DE AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA, RISCO DE EQUIDADE, INTEGRIDADE, ANTERIORMENTE RESPONSABILIDADE E RESPEITO ÀS NÃO ANTECIPADOS LEIS ENTRE OS PROFISSIONAIS		Planejamento	Administração	Alto		
Impactos							
1	RISCOS LEGAIS						
Ações Preventivas							
P-01	PRESERVAR UMA VIA DE COMUNICAÇÃO ININTERROMPTA E ACESSÍVEL			Responsável: OZANAN FARIA CALIXTO			
Ações de Contingência							
C-01	CONCLAVE COLABORATIVO ENTRE OS DEPARTAMENTOS INCUMBIDOS, ABORDANDO DIRETRIZES E PROTOCOLOS DE CONDUITA ÉTICA			Responsável: OZANAN FARIA CALIXTO			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item	
II-05	REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL EM EXECUÇÃO DEFEITUOSA, FALTA DE DESCONFORMIDADE VERIFICAÇÃO ADEQUADA, COM AS INFORMAÇÕES FALSAS OU ENGANOSAS, GESTÃO DE CONTRATO, ADMINISTRAÇÃO, ESTIPULAÇÕES FALTA DE CONHECIMENTO TÉCNICO, PACTUADAS NO CORRUPÇÃO OU FAVORECIMENTO INSTRUMENTO CONTRATUAL		Gestão de Contrato	Administração	Baixo		
Impactos							
1	FALHA NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA OBRA, SOLUÇÃO DIVERSA DA PROPOSTA NOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS						
Ações Preventivas							
P-01	FISCALIZAÇÃO DIÁRIA OU SEMANAL A SER REALIZADA PELA CONTRATANTE. DETERMINAÇÃO CLARA DO OBJETO CONTRATUAL, CAPACITAR A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PARA IDENTIFICAR FRAUDES COM MAIOR FACILIDADE			Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES			
Ações de Contingência							
C-01	DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL, COM VISTAS À APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONTRATUAIS			Responsável: OTAVIO GERALDO MATEUS			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item	
II-06	INCUMPRIMENTO CONTRATUAL DECORRENTE DE MORA NA FALTA DE PLANEJAMENTO, RECURSOS EXECUÇÃO DAS INSUFICIENTES, MUDANÇAS NO ESCOPO OBRIGAÇÕES OU DO PROJETO, CONDIÇÕES IMPREVISTAS PRODUTIVIDADE E FALTA DE HABILIDADES OU AQUEM DO CONHECIMENTO TÉCNICO ESTIPULADO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL		Gestão de Contrato	Administração	Médio		
Impactos							
1	AUMENTO DO CUSTO E DEMORA NA ENTREGA DA OBRA, DESCONTINUIDADE DOS SERVIÇOS						
Ações Preventivas							
P-01	FISCALIZAÇÃO DIÁRIA OU SEMANAL A SER REALIZADA PELA CONTRATANTE			Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES			
Ações de Contingência							
C-01	DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL, COM VISTAS A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONTRATUAIS			Responsável: OTAVIO GERALDO MATEUS			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item	
II-07	OCORRÊNCIA DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA EM NÍVEIS SUPERIORES AOS ÍNDICES						



H-11	HISTÓRICOS E PROBABILÍSTICOS ESTABELECIDOS PARA A REGIÃO, EXCEDENDO OS PARÂMETROS DE PROJETO CONSIDERADOS DURANTE A FASE DE PLANEJAMENTO E DIMENSIONAMENTO D E INFRAESTRUTURAS URBANAS	FENÔNIMO CLIMÁTICO	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	AUMENTO DE CUSTOS E ATRASO E INTERRUPÇÕES NO CRONOGRAMA POR CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR					
Ações Preventivas						
P-01	NÃO HÁ Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES					
Ações de Contingência						
C-01	CABERÁ AO CONTRATANTE ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS E AÇÕES POSSÍVEIS E ADAPTAR O CONTRATO À REALIDADE DEMOSNTRADA Responsável: OTAVIO GERALDO MATEUS					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (1 a 5)	Nº Item
H-12	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO COM PESSOA JURÍDICA QUE NÃO POSSUI CAPACIDADE REQUERIDA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL	A INFORMAÇÕES FALSAS OU ENGANSAS	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	DIFICULDADES NA EXECUÇÃO CONTRATUAL, COM O NÃO CUMPRIMENTO ADEQUADO DO OBJETO					
Ações Preventivas						
P-01	REALIZAR ANÁLISE CRITERIOSA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO Responsável: OZANAN FARIA CALIXTO					
Ações de Contingência						
C-01	AVALIAR ADEQUADAMENTE A EMPRESA DE FORMA CONTINUA E TOMAR AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS QUANDO NECESSÁRIO. Responsável: OTAVIO GERALDO MATEUS					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (1 a 5)	Nº Item
H-13	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM FACE DA CONTRATADA, CONFORME ESTIPULADO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL	DA CRISE ECONÔMICA, FALTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO, INEFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, CORRUPÇÃO, ÓRGÃOS DE CONTROLE OMISSOS	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	INSATISFAÇÃO DA CONTATADA E DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL					
Ações Preventivas						
P-01	REALIZAR A ANÁLISE PRÉVIA DO ORÇAMENTO, REALIZAR GERENCIAMENTO E CONTROLE DO ORÇAMENTO DESTINADO AO CONTRATO Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES					
Ações de Contingência						
C-01	VERIFICAR PERIODICAMENTE O DESEMPENHO FINANCEIRO DO CONTRATO E CAPACIDADE DE DESEMBOLSO DO ÓRGÃO Responsável: OTAVIO GERALDO MATEUS					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (1 a 5)	Nº Item
	A LICITANTE ADJUDICATÁRIA ENCONTRA-SE INABILITADA PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA OU INCORRETA, INFORMAÇÕES FALSAS OU				



R-14	ADMINISTRATIVO, ENGANOSAS, FALTA DE ATENDIMENTO EM VIRTUDE DO N Ã O ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA FASE PÓS-LICITATÓRIA	Gestão de Contrato	Administração	Médio
Impactos				
I	ATRASO NA CONTRATAÇÃO			
Ações Preventivas				
P-01	DEVER-SE-Ã CONSIGNAR, DE MANEIRA COMPLETA E INEQUÍVOCA, TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO CERTAME NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E NO TERMO DE REFERÊNCIA, ASSEGURANDO A TRANSPARÊNCIA E O AMPLO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO	Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES		
Ações de Contingência				
C-01	CONVOCAÇÃO DO LICITANTE QUE SE ENCONTRA NA SUBSEQUENTE ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, EM DECORRÊNCIA DA INABILITAÇÃO DO LICITANTE	Responsável: OZANAN FARIA CALIXTO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA OU INTERRUPÇÃO UNILATERAL E INJUSTIFICADA DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL POR PARTE DA MESMA	CRISE ECONÔMICA, PLANEJAMENTO FINANCEIRO INADEQUADO, GESTÃO INEFICIENTE, CONDIÇÕES DE MERCADO DESFAVORÁVEIS, DECISÕES JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS, INTERRUPÇÃO UNILATERAL E INJUSTIFICADA	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos:						
I	ATRASOS SIGNIFICATIVOS, AUMENTO DOS CUSTOS, QUESTÕES LEGAIS E CONTRATUAIS					
Ações Preventivas:						
P-01	O CONTRATO DEVE CONTEMPLAR CLÁUSULAS DE SALVAGUARDA CONTRATUAIS, AS QUAIS DEVEM SER PREVISTAS E ARTICULADAS DE MANEIRA A PROTEGER OS INTERESSES DAS PARTES ENVOLVIDAS. ESTAS CLÁUSULAS DEVEM SER ELABORADAS COM O INTUITO DE PREVER POSSÍVEIS CONTINGÊNCIAS E ESTABELECE MECANISMOS DE PROTEÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, GARANTINDO ASSIM A SEGURANÇA JURÍDICA DO ACORDO			Responsável: CARLOS HENRIQUE MACHADO		
Ações de Contingência:						
C-01	O FISCAL DO CONTRATO É INCUMBIDO DA RESPONSABILIDADE DE INVOCAR AS CLÁUSULAS DE SALVAGUARDA CONTRATUAIS, BEM COMO QUAISQUER OUTRAS CLÁUSULAS PERTINENTES, CONFORME A NECESSIDADE SE APRESENTE. A ATUAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO DEVE SER PAUTADA PELA OBSERVÂNCIA ESTRITA DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS, VISANDO A PROTEÇÃO DOS INTERESSES DAS PARTES ENVOLVIDAS E A GARANTIA DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO CONTRATO			Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	RECORRÊNCIA DE RISCO ANTERIORMENTE NÃO ANTECIPADOS	AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE, INTEGRIDADE, RESPONSABILIDADE E RESPEITO ÀS LEIS ENTRE OS PROFISSIONAIS	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
I	RISCOS LEGAIS					
Ações Preventivas						
P-01	PRESERVAR UMA VIA DE COMUNICAÇÃO ININTERRUPTA E ACESSÍVEL			Responsável: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	CONCLAVE COLABORATIVO ENTRE OS DEPARTAMENTOS INCUMBIDOS, ABORDANDO DIRETRIZES E PROTOCOLOS DE CONDUTA ÉTICA					
Responsável: OTAVIO GERALDO MATEUS						

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	DEFINIÇÃO INADEQUADA OU INCORRETA DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO	EQUÍVOCOS, INCOERÊNCIAS OU EXCESSOS NOS CRITÉRIOS	Planejamento	Administração	Baixo	



TÉCNICA OU
ECONÔMICO-
FINANCEIRA

Impactos						
1	DISPERDÍCIO DE RECURSOS E ATRAZO NO CRONOGRAMA					
Ações Preventivas						
P-01	A ELABORAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS DEVE SE LIMITAR AO RESPONSÁVEL: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES ESTRITAMENTE EXIGIDO PARA O OBJETO E PREVISTO EM LEI.					
Ações de Contingência						
C-01	EVENTUAIS CORREÇÕES NOS DOCUMENTOS DE PLANEJAMENTO E RESPONSÁVEL: CARLOS HENRIQUE MACHADO REPUBLICAÇÃO DO EDITAL.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-18	ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO QUE LIMITAM INJUSTIFICADAMENTE O CONJUNTO DE POTENCIAIS LICITANTES	FALTA DE ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	POTENCIAIS INDAGAÇÕES NO ÂMBITO JURÍDICO					
Ações Preventivas						
P-01	EVITAR CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE PARTICIPAÇÃO RESPONSÁVEL: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES					
Ações de Contingência						
C-01	REVISAR E IDENTIFICAR NÃO-CONFORMIDADES POTENCIAIS E SUAS CAUSAS. RESPONSÁVEL: CARLOS HENRIQUE MACHADO.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-19	TOMADA DE DECISÕES OU ESCOLHAS SEM A DEVIDA MOTIVAÇÃO OU JUSTIFICATIVA SUFICIENTE	FALTA DE PLANEJAMENTO	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	COMPROMETIMENTO DO SUCESSO DA LICITAÇÃO					
Ações Preventivas						
P-01	IMPLEMENTAR COM URGÊNCIA O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL. RESPONSÁVEL: MARIANA FLAVIA DOS SANTOS					
Ações de Contingência						
C-01	REAVALIAR A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL. RESPONSÁVEL: CARLOS HENRIQUE MACHADO					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-20	DEFINIÇÃO IMPRECISA, INCORRETA OU INSUFICIENTE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	DECISÕES TOMADAS EXCLUSIVAMENTE COM BASE NA EXPERIÊNCIA PESSOAL OU INTUIÇÃO	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	COMPROMETIMENTO DO SUCESSO DA CONTRATAÇÃO					
Ações Preventivas						
P-01	DEFINIR AS NÃO-CONFORMIDADES POTENCIAIS E AS SUAS CAUSAS. RESPONSÁVEL: MARIANA FLAVIA DOS SANTOS					
Ações de Contingência						
C-01	DETERMINAR E IMPLEMENTAR AS AÇÕES NECESSÁRIAS. RESPONSÁVEL: MARIANA FLAVIA DOS SANTOS					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
II-21	FALHAS NO CONTROLE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL OU NA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO	FALTA DE INFORMAÇÕES CONCRETAS	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	OBRA INACABADA					
Ações Preventivas						
P-01	DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS ADEQUADOS RESPONSÁVEL: CARLOS HENRIQUE MACHADO					
Ações de Contingência						
C-01	REAVALIAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS. RESPONSÁVEL: CARLOS HENRIQUE MACHADO					



4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento iniciado.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

BRUNO HENRIQUE RODRIGUES
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

MARCIA DA SILVA DOS SANTOS
Setor Registral



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
ALTO DAS VERTENTES, E

O Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, portador do CNPJ nº 02.334.933/0001-40, sediado a Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, neste ato representado por seu Secretário Executivo Sr. Carlos Henrique Machado, nomeado pela Portaria nº 001 de 29 de janeiro de 2014 publicada em 29 de janeiro de 2014, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

Página 1 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o empreitada integral.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da última assinatura digital das partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Página 2 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais estabelecidas nos Estudos Técnicos Preliminares e no Projeto Básico.
- 7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Consórcio para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Página 3 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução quando for o caso;
- b) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- c) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Página 4 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 9.2.2. Na ausência de indicação expressa o preposto será reconhecido como o(s) Sócio(s) Administrador(es).
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Página 5 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, III, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

Página 6 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 30/2025

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-62F90FD0

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.37. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLT/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.37.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.37.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.37.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.37.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.37.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Página 7 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.37.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.37.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.39. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLT/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.42. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.42.1. Deverá ainda o Contratado providenciar imediatamente após a assinatura do contrato, como condição para o início dos serviços, a expedição da ART/RRT junto ao Conselho competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), no que pertine ao tratamento de dados pessoais, cujo tenham acesso em razão do certame, do contrato e/ou do serviço prestado;

10.1.1. Os dados obtidos em razão da relação jurídica estabelecida entre ambas as partes somente poderão ser utilizados para os fins que justificaram seu acesso, devendo ser tratados e utilizados consoante a boa-fé, uma vez observados os princípios elencados pelo art. 6º da LGPD e aqueles que regem a Administração Pública;

Página 8 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 10.1.2. O Contratado deverá fazer uso somente dos dados pessoais indispensáveis à execução de seus serviços e do objeto deste contrato;
- 10.2. É vedado o compartilhamento dos dados com terceiros, salvo quando este ocorrer dentro das hipóteses permitidas em lei;
- 10.2.1. Nos casos de compartilhamento de dados com terceiros estranhos à relação firmada pelas partes, deverá, a contratante, ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os eventos e/ou contratos de suboperação firmados que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.2.2. Compete a contratada realizar o due diligence necessário para que todo e qualquer compartilhamento de dados com terceiros se dê dentro da mais perfeita conformidade firmada tanto pela lei, bem como por este instrumento.
- 10.3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los (fisicamente e digitalmente) no prazo máximo de 30 dias, sendo permitida sua conservação nos termos do art. 16 da LGPD, tal como naquelas em que sua conservação for crucial para cumprimento das obrigações contratuais, normativas e naquelas em que a sua conservação for fundamental para a continuidade da execução de políticas públicas pelo controlador, qual seja, o contratante.
- 10.4. É dever do contratado orientar, treinar e capacitar seus colaboradores, funcionários e terceirizados, sobre os deveres e responsabilidades trazidos pela LGPD, por este contrato e por demais normas que eventualmente vierem a regulamentar o tema em âmbito nacional.
- 10.5. O Contratado deverá exigir que seus operadores promovam o cumprimento desta cláusula, sendo de sua integral responsabilidade a garantia de tal observância.
- 10.5.1. Todo e qualquer eventual incidente concernente ao tratamento irregular de dados cujo contratante tenha sido responsabilizado e que decorra da culpa exclusiva e/ou concorrente da ingerência de dados pelo contratado e/ou seus operadores deverá ser objetivamente assumido por estes em suas exatas proporções.
- 10.5.2. A responsabilização do contratado e/ou seus operadores engloba todo dano, mesmo que mínimo, imputado ao contratante. Seja desde uma indenização a ser paga ao titular dos dados até a uma retratação pública.
- 10.5.3. Todas as custas atinentes à remediação de danos imputados a este contratante deverão ser, em sua totalidade, arcadas pelo contratado e/ou seus operadores, devendo estes fazerem o máximo legalmente admitido para remediar e mitigar tais danos, incluindo a proposição de ações perante o judiciário quando necessário.
- 10.5.4. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.
- 10.6. O contratado ou seu preposto deverá informar imediatamente ao Contratante a ocorrência de todo e qualquer incidente irregular no tratamento de seus dados, mesmo que ainda não tenha identificado que o incidente tenha acometido dados de interesse do Contratante.
- 10.7. O Contratante poderá realizar diligências para aferir o cumprimento das disposições deste contrato, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- 10.7.1. O Contratado poderá ser provocado a colaborar com a elaboração de relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente aos dados tratados e ligados a este contrato, devendo, dentro da razoabilidade, colaborar com tal demanda prontamente.

Página 9 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante (passível de prorrogação), quaisquer informações acerca do tratamento dos dados pessoais, cujo este seja controlador, de modo a promover o cumprimento da LGPD.
- 10.9. O Contratado, desde já, concorda em cumprir todas as políticas de boas práticas que vierem a existir no âmbito do CISALV, desde que estas sejam razoáveis e pautadas na mais perfeita legalidade;
- 10.10. O Contratado deverá comunicar imediatamente ao Contratante, através de seus meios de comunicação oficiais, quando receber solicitação de um Titular de Dados que trate a respeito de seus dados pessoais.
- 10.10.1. A resposta a tal solicitação deverá ser elaborada em conjunto, pelo contratante e contratado, no prazo de 15 dias, mas caso o contratante não preste resposta dentro do prazo, deverá o contratado responder o titular unilateralmente dentro deste mesmo prazo.
- 10.11. Bancos de dados pessoais formados a partir deste contrato, de forma direta ou indireta, principalmente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais sensíveis, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamento realizado (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização nos ditames da cláusula 16.5 e suas subdisposições;
- 10.11.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas pela LGPD.
- 10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD, não cabendo ao contratado recusar assinar tais operações, tendo em vista que decorrem de obrigações legais vinculadas a todos as pessoas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, exceto na hipótese em que a proposta do licitante vencedor for inferior à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que neste caso, a contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta.

- 11.1.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).
- 11.1.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:
- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
 - b) Acompanhar a execução do contrato principal.
 - c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
 - d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.
- 11.1.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.
- 11.1.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.
- 11.1.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

Página 10 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.
- b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente ao disposto na cláusula 11.1.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas conveniadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6, deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. Caso a opção seja por utilizar a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta especificada seguindo os seguintes parâmetros:

- 11.9.1. O Contratado deverá informar no ato da assinatura deste instrumento ao contratante a intenção de utilizar a garantia em dinheiro;
- 11.9.2. O Contratante informará oficialmente ao Contratado em prazo não superior à 02 (dois) dias úteis o Banco, Agência e Conta Corrente de titularidade do Contratante para depósito;
- 11.9.3. O Contratado apresentará comprovante de depósito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado do recebimento da informação da identificação da conta para depósito;
- 11.9.4. Os recursos financeiros serão aplicados em regime de caderneta de poupança ou equivalente.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco

Página 11 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Página 12 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,8% (oito décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 30% do valor total da parcela inadimplida do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 30% do valor total da parcela em que houver o retardamento da execução ou da entrega.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 25% do valor da parcela inexecutada do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), sem prejuízo dos demais registros inclusive no SICAF.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CISALV deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.01.08.10.302.0003.1016.4.4.90.51

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento Geral do Consórcio e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Página 15 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barbacena/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Página 16 | 16

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços Comuns de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

